

Índice de Crime Organizado de África 2023

Criminalidade em aumento,
vulnerabilidades crescentes



Este projeto é
financiado pela
União Europeia

Índice de Crime Organizado de África 2023

Criminalidade em aumento,
vulnerabilidades crescentes

O ENACT é implementado por



Índice

1 Introdução	4
1.1 Prefácio	6
1.2 Vulnerabilidades num cenário de criminalidade em evolução	7
1.3 Nexo entre crime e conflito	9
1.4 A ligação entre resiliência e democracia	12
2 Acerca do Índice	14
2.1 Metodologia	18
2.2 Processo de pontuação e limitações do Índice	19
2.3 Como interpretar as representações piramidais	21
3 Criminalidade	22
3.1 Panorâmica e análise continentais	24
3.2 Mercados criminosos	26
3.3 Atores criminosos	32
3.4 Análise regional	33
África Oriental	34
África Ocidental	39
África do Norte	45
África Central	51
África Austral	57
4 Resiliência	64
4.1 Síntese continental	66
4.2 Tendências dos indicadores	68
4.3 Desagregação por região	70
África Ocidental	71
África Austral	75
África do Norte	79
África Oriental	83
África Central	87

5 O nexu crime-resiliência	92
6 Conclusão	98
Anexo 1	
Interpretação dos resultados	103
A1.1 Diversidade nas componentes do Índice	103
A1.2 Limitações.....	104
A1.3 Alargamento do âmbito: indicadores do Índice adicionais.....	105
Anexo 2	
Definições	106
A2.1 Definição de crime organizado	106
A2.2 Definições dos mercados criminosos	107
A2.3 Definições dos atores criminosos	110
A2.4 Definições dos indicadores de resiliência.....	110
Anexo 3	
Tabelas classificativas	115
A3.1 Pontuações de criminalidade	115
A3.2 Pontuações dos mercados criminosos.....	116
A3.3 Pontuações dos atores criminosos.....	120
A3.4 Pontuações de resiliência.....	122
Notas	127
Agradecimentos	131

SECÇÃO 1

Introdução





1 Introdução

1.1 Prefácio

Desde 2019, o Índice de Crime Organizado de África (Índice) do ENACT¹ tem sido publicado enquanto um retrato bienal da criminalidade e resiliência no continente. O Índice de 2023 é a terceira iteração desta ferramenta, apresentando uma perceção dos mercados criminosos, atores criminosos e o estado da resiliência em África em 2022, bem como uma análise longitudinal abrangendo os anos de 2018 a 2022.

Ao longo dos últimos cinco anos, a criminalidade em África tem aumentado progressivamente e não dá sinais de abrandar. O tráfico de seres humanos continua a ser um desafio sério; os mercados de cocaína dispararam na África Oriental, Ocidental e Austral e os crimes financeiros são endémicos em muitas regiões, especialmente na África do Norte. Os intervenientes estatais continuam a estar envolvidos nos mercados criminosos e, após a supressão das restrições de deslocação relacionadas com a COVID-19, os atores estrangeiros estão novamente a dinamizar a criminalidade devido à existência de fronteiras porosas e à natureza transnacional da criminalidade organizada. Simultaneamente, apesar de estar a regressar lentamente aos níveis anteriores à pandemia, a resiliência em África não conseguiu acompanhar o aumento da criminalidade.

Embora se verifiquem nuances de país para país, os conflitos e os níveis de democracia são factores contextuais cruciais para avaliar os níveis de criminalidade e de resiliência em África. Os níveis de criminalidade mais elevados tendem a observar-se em zonas em conflito, que vão desde as guerras armadas de origem étnica à instabilidade política. Os conflitos conduzem ao financiamento de mercados ilícitos, ver o tráfico de armas e a comercialização ilícita de recursos não renováveis, e a uma maior vulnerabilidade e ao aumento de outras práticas ilícitas, como o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes. Os conflitos limitam igualmente a resiliência, já que desviam o foco do combate às ameaças criminosas para a abordagem de outras problemáticas, como o extremismo e a fragilidade política. O Índice concluiu que a resiliência é geralmente mais elevada em democracias do que em Estados autoritários. Tal deve-se ao facto de os países tenderem a estar mais bem capacitados para combater o crime organizado se tiverem um Estado de direito eficaz, mecanismos de responsabilização adequados e uma sociedade civil livre e aberta. Por outras palavras, a boa governação e um elevado grau de transparência do Estado são essenciais para fortalecer a resiliência.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE CRIME ORGANIZADO DE ÁFRICA DO ENACT

- A primeira iteração do Índice foi publicada em 2019, com a intenção de “catalisar um diálogo e oferecer uma nomenclatura e um enquadramento em comum, para compreender o desafio” da criminalidade organizada, avaliando os níveis de criminalidade e de resiliência no continente.²
- Em 2021, foi lançada a segunda iteração, que capta a evolução da criminalidade e da resiliência num mundo significativamente afetado pela pandemia de COVID-19. Foi publicada conjuntamente com o Índice Global de Crime Organizado, a primeira avaliação de sempre da criminalidade e da resiliência à escala global. A introdução de parâmetros de referência globais em 2021 permitiu que o Índice comparasse a criminalidade e a resiliência em África com o resto do mundo, bem como entre os países e regiões africanas.
- O Índice 2023 proporciona uma visão do impacto da pandemia da COVID-19 sobre o crime organizado em África. Abrange o período antes, durante e após a pandemia, incluindo as medidas de mitigação pós-pandemia
- adotadas para conter a propagação e limitar os efeitos da COVID-19. Em resposta ao cenário em constante mudança do crime organizado, o Índice expandiu o seu âmbito, acrescentando indicadores com o objetivo de captar dinâmicas concretas e a criminalidade em países que não são tradicionalmente afetados pelos indicadores criminais iniciais (ver Secção 2).

Ao longo das suas três edições, o Índice de Crime Organizado de África do ENACT monitorizou a criminalidade e os padrões de resiliência no continente, tendo evoluído paralelamente a crises políticas, guerras civis e estruturas de governação em declínio. A análise longitudinal ao longo de cinco anos

realçou ainda mais onexo entre crime e conflito e a correlação entre resiliência e democracia. Em suma, onde há conflito e instabilidade, a criminalidade aumenta, e onde as instituições democráticas são sólidas, os países são mais capazes de estabelecer maior resiliência contra o crime organizado.

1.2 Vulnerabilidades num cenário de criminalidade em evolução

Embora África tenha experienciado profundas mudanças geopolíticas, económicas e sociais desde a publicação da primeira edição do Índice de Crime Organizado de África do ENACT, em 2019, a criminalidade organizada permaneceu como uma constante, frequentemente prosperando em tempos de crise. Desde o primeiro Índice, as nossas avaliações de peritos da criminalidade concluíram que as economias ilícitas se expandiram em todas as regiões de África e que os intervenientes criminosos conquistaram uma forte posição num ambiente em constante mudança, em grande parte caracterizado

por novos conflitos, instabilidade política e crescente desigualdade económica. A par destes desafios persistentes e permanentes, outros problemas esporádicos contribuíram para fragilizar o panorama de segurança do continente, designadamente as crises sanitárias recorrentes, os impactos das mudanças climáticas e as vulnerabilidades cibernéticas. Todas estas dinâmicas revelaram a capacidade de adaptação da criminalidade organizada em África, provando de que forma os interesses criminosos são capazes de aproveitar novas oportunidades e alta fragilidade para solidificar a sua presença.

A criminalidade organizada encontrou oportunidades para se expandir em África, pondo em risco a estabilidade institucional e a governação. A violência e golpes de Estado em algumas regiões continuaram a ameaçar a paz e o desenvolvimento, salientando o modo como conflitos criam uma maior vulnerabilidade à criminalidade organizada, uma vez que os intervenientes criminosos tiram partido da instabilidade e desviam atenções para prosseguirem actividades ilícitas sem qualquer impedimento. Além disso, a captura do Estado e o comprometimento de instituições fundamentais em todo o continente, tais como as agências de manutenção da ordem e os sistemas judiciais, suscitaram receios quanto ao declínio da eficácia dos mecanismos de resistência contra a criminalidade em determinadas áreas. Tal revelou-se especialmente certo no que respeita à sociedade civil, como os meios de comunicação social e as organizações não governamentais empenhadas na denúncia ou combate à criminalidade organizada ou na atenuação do seu impacto em comunidades vulneráveis. Para muitos intervenientes da sociedade civil, a erosão da sua capacidade de atuar livremente traduziu-se no aumento da restrição do espaço cívico em que podem operar.

Contudo, foram também observados desenvolvimentos positivos em certos países africanos, que demonstram a resistência de certos modelos de governação. Muitas eleições efetuadas no continente nos últimos anos e aquelas que estão previstas para o próximo ano podem ser vistas como uma reação aos alarmantes descarrilamentos de alguns processos democráticos, salientando a necessidade de promover vias legais. Porém, apesar destes sinais encorajadores, o reservatório global de resistência de África permanece deficiente. Dado que a criminalidade organizada continua a crescer, torna-se evidente que as respostas não têm sido adequadas e que é necessário adotar uma abordagem mais integradora para resolver o problema.

A monitorização da evolução da criminalidade organizada e da resiliência em África, a par de fatores contextuais, como a emergência de conflitos e o grau de democracia, ajuda-nos a melhor compreender de que forma estas questões estão interligadas e onde residem as vulnerabilidades. Análises mostram, por exemplo, que as regiões confrontadas com conflitos tendem a apresentar níveis de criminalidade mais elevados. Os conflitos contribuem para financiar mercados ilícitos e intensificam a suscetibilidade a atividades como o contrabando de seres humanos ou o tráfico de armas. Os grupos armados, em particular,

desempenham um papel significativo na perpetuação da instabilidade, da ilegalidade e da violência, com o fim de proteger interesses estabelecidos. Os conflitos também impedem os esforços de resiliência, desviando a atenção e recursos que seriam investidos no combate às ameaças do crime organizado. Ao mesmo tempo, o Índice constatou que os Estados democráticos gozam de níveis de resiliência mais elevados, enfatizando o papel crucial de um Estado de direito efetivo, de mecanismos de prestação de contas e de uma sociedade civil transparente no combate ao crime organizado.

No decurso das suas três edições, esta ferramenta proporcionou não apenas uma visão holística das principais macro-tendências em África, mas também uma análise dos contextos regionais e locais. A avaliação longitudinal ofereceu uma perspetiva da evolução das ameaças criminosas e da existência de mecanismos de resiliência, com indicadores indiretos, como o conflito e a democracia, melhorando o nível da análise. O resultado é uma tentativa de identificar as principais vulnerabilidades no continente africano ao longo do tempo, com o objetivo de consolidar funções previsionais do Índice no futuro. Os resultados do Índice recolhidos, avaliados e analisados por peritos ao longo de um período de cinco anos levaram às seguintes conclusões principais:

- **A criminalidade em África aumentou.** Os mercados criminosos, para os quais existem três séries de dados ao longo dos cinco anos, como o tráfico de seres humanos e o tráfico de armas, sofreram um crescimento em todo o continente. Em alguns casos, este crescimento foi significativo; por exemplo, o comércio de cocaína registou o maior aumento desde 2019. Em contrapartida, os mercados recentemente introduzidos na edição de 2023, como os crimes dependentes da cibernética, foram identificados como menos difundidos, embora existam exceções. O facto de estes mercados recém-incluídos serem relativamente menos disseminados não invalida o seu potencial para se tornarem mais prevaletentes no futuro, servindo como um alerta digno de nota para os decisores políticos.
- **Os esforços de resiliência têm sido insuficientes para enfrentar adequadamente a ameaça da criminalidade organizada.** Apesar do persistente aumento da criminalidade em todo o continente, a resiliência em África tem tido dificuldade em acompanhar a expansão das actividades criminosas, resultando num desfasamento cada vez maior entre a criminalidade e a resiliência.

Embora tenha havido um modesto aumento dos níveis de resiliência de 2021 a 2023, África continua a ser o continente com níveis de resiliência mais baixos a nível mundial e aqueles avanços revelaram-se insuficientes para combater a criminalidade organizada em África, que tem vindo a aumentar substancialmente quando comparada com o ritmo lento da resiliência.

- **Os conflitos criam oportunidades para a criminalidade tornar-se próspera.** A insegurança generalizada, da violência política ao conflito aberto, permite que os mercados ilícitos floresçam e que os grupos criminosos explorem as inseguranças e operem com impunidade geral. Simultaneamente, a criminalidade organizada é igualmente considerada um fator-chave na manutenção dos conflitos, da violência e sociedades geralmente fraturantes, o que realça a importância da relação entre crime e conflito.
- **Os valores democráticos podem contribuir para a fundação de respostas eficazes e sustentáveis.** Tal como o conflito está ligado à criminalidade, também a democracia apresenta uma forte correlação com a resiliência, assinalando que as normas de governação podem influenciar a capacidade do Estado na resposta eficaz às ameaças criminosas. As democracias, que se caracterizam geralmente por um Estado de direito, por controlos e equilíbrios de poderes bem estabelecidos em matéria de responsabilização do Estado, por fortes mecanismos de proteção social e por um espaço cívico aberto, são consideradas mais bem equipadas do que os Estados autoritários para combater as causas de raiz e as diferentes

manifestações da criminalidade organizada.

- **O espaço para a sociedade civil está a encolher.** Um notável desafio identificado desde o lançamento do Índice é a redução da esfera da sociedade civil, incluindo os meios de comunicação social independentes, como atores cruciais no apoio à luta contra a criminalidade organizada. Observou-se que o espaço cívico já limitado tem vindo a diminuir progressivamente desde 2019 ao longo das três iterações do Índice.
- **África enfrenta desafios e oportunidades singulares.** Embora tenham sido identificadas algumas tendências macrocontinentais, é importante aprofundar os contextos locais para compreender plenamente a forma como a criminalidade organizada e as dinâmicas de resiliência evoluem e se desenrolam. Em particular, desde 2019, a África Oriental tem sido classificada como a região com os níveis mais elevados de criminalidade, impulsionada em grande parte por conflitos armados e de origem étnica bem como pela presença de grupos armados não estatais e milícias. A África Austral, apesar de apresentar os níveis regionais de criminalidade mais baixos do continente, tem registado um aumento progressivo dos níveis de criminalidade desde 2019. No que diz respeito à resiliência, a África Ocidental registou uma evolução relativamente positiva em 2023, apesar de enfrentar vários desafios. A África Central, por outro lado, continua a apresentar os níveis de resiliência mais baixos de África, com pequenos sinais de melhoria desde 2019.

Estas conclusões e avaliações são analisadas em pormenor no presente relatório.

1.3 Nexo entre crime e conflito

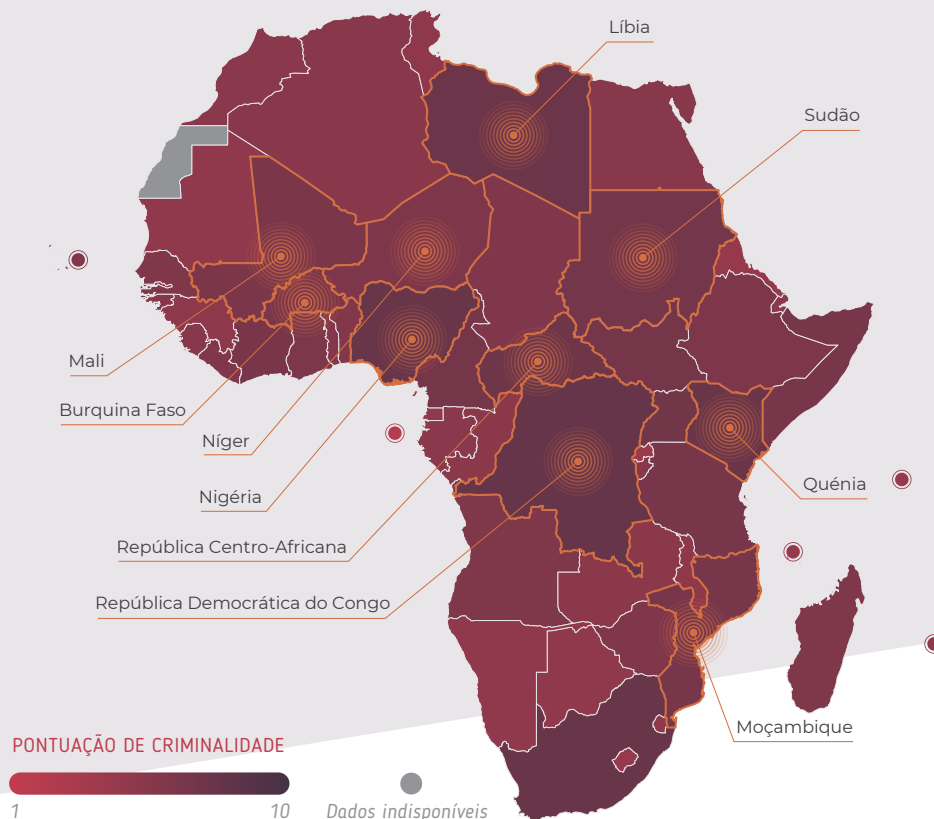
Estados caracterizados por conflitos e instabilidade são frequentemente propensos a criar condições para o desenvolvimento da criminalidade organizada. O inverso é indiscutivelmente certo, uma vez que se sabe que um vasto espetro de economias ilícitas, desde a extração mineira ilegal até ao tráfico de armas e de droga, conduz à fragilidade e ao conflito quando se atinge um determinado limiar. O continente africano continua a ser um excelente exemplo desta situação bidirecional. Os dados disponíveis ilustram a forma como o conflito e a criminalidade se entrelaçaram, com o conflito a tornar-se propício à criminalidade ou a criminalidade a ser catalisadora de tensões políticas

e económicas que, por sua vez, podem incitar o conflito e a fragilidade.³

Em 2022, apesar de a guerra na Ucrânia ter centrado a atenção mundial no conflito na Europa, a insegurança e a instabilidade continuaram a ter um forte impacto em África, onde se registaram quase mais mil ocorrências de conflito, comparando com o ano anterior.⁴ A população civil arcou com o peso destas crises, tendo a vaga de conflitos sido acompanhada por um aumento do número de vítimas civis.

FIGURA 1.1

Focos de conflito



Os resultados do Índice mostram que a insegurança generalizada influenciou e sustentou os padrões de criminalidade no continente (e vice-versa). A violência política aumentou no Mali, Burkina Faso e Níger, onde as forças estatais estiveram envolvidas em conflito contínuo com grupos extremistas violentos.⁵ O conflito armado alastrou na África Ocidental, alegadamente abastecendo grupos criminosos e bandidos armados em procura de expansão das suas áreas de influência.⁶ Ao mesmo tempo, as economias ilícitas, tais como roubo de gado e raptos para obtenção de resgate, continuaram a comprometer a estabilidade na região, ilustrando a crescente “sobreposição geográfica das zonas de crime e de conflito”.⁷ Na República Democrática do Congo, o M23, um grupo de milícias armadas, assumiu o controlo do território na região oriental, rica em minerais,⁸ o que contribuiu para os elevados níveis de crimes contra recursos não renováveis no país. O Grupo Wagner,⁹ a famosa entidade militar privada russa, manteve a sua presença em países como a República Centro-Africana (RCA), o Sudão e o Mali, onde esteve envolvida em mercados ilícitos, como o tráfico de armas e a extração ilícita de ouro,

e foi acusada de violações de direitos humanos.¹⁰ O envolvimento da Wagner na altura agravou a situação volátil no Sudão, onde o grupo terá lucrado com extração e tráfico de ouro.¹¹

Desde a primeira iteração do Índice, a instabilidade política e as áreas de conflito prosseguiram em todas as regiões, com a perene fragilidade de certos Estados a encorajar o crime organizado. Por exemplo, após anos de instabilidade e guerra civil, a Líbia continua envolvida em conflito,¹² tendo criado as condições para que o país se tornasse um foco de crime para mercados ilícitos, desde o contrabando de seres humanos a crimes contra recursos não renováveis e tráfico de armas. De igual modo, desde 2017, o conflito de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, motivado por questões ideológicas e socioeconómicas,¹³ criou um terreno fértil para a expansão de várias economias ilícitas, como o tráfico de drogas. Por outro lado, a criminalidade organizada é considerada um fator-chave para a subsistência de conflitos, violência e sociedades fragmentadas como um todo, embora se trate de uma correlação, e não de uma relação causal, entre conflito e criminalidade.

CORRELAÇÕES E COMO INTERPRÉTÁ-LAS

Para melhor compreender a dinâmica do crime organizado no continente africano, o presente relatório explora a associação (ou correlação) de diferentes componentes/ indicadores do Índice entre si e com variáveis externas. É de salientar que as correlações aqui discutidas não indicam, por defeito, causalidade. Por outras palavras, uma relação observada entre duas variáveis não significa necessariamente que uma mudança num indicador causaria diretamente uma mudança no outro.

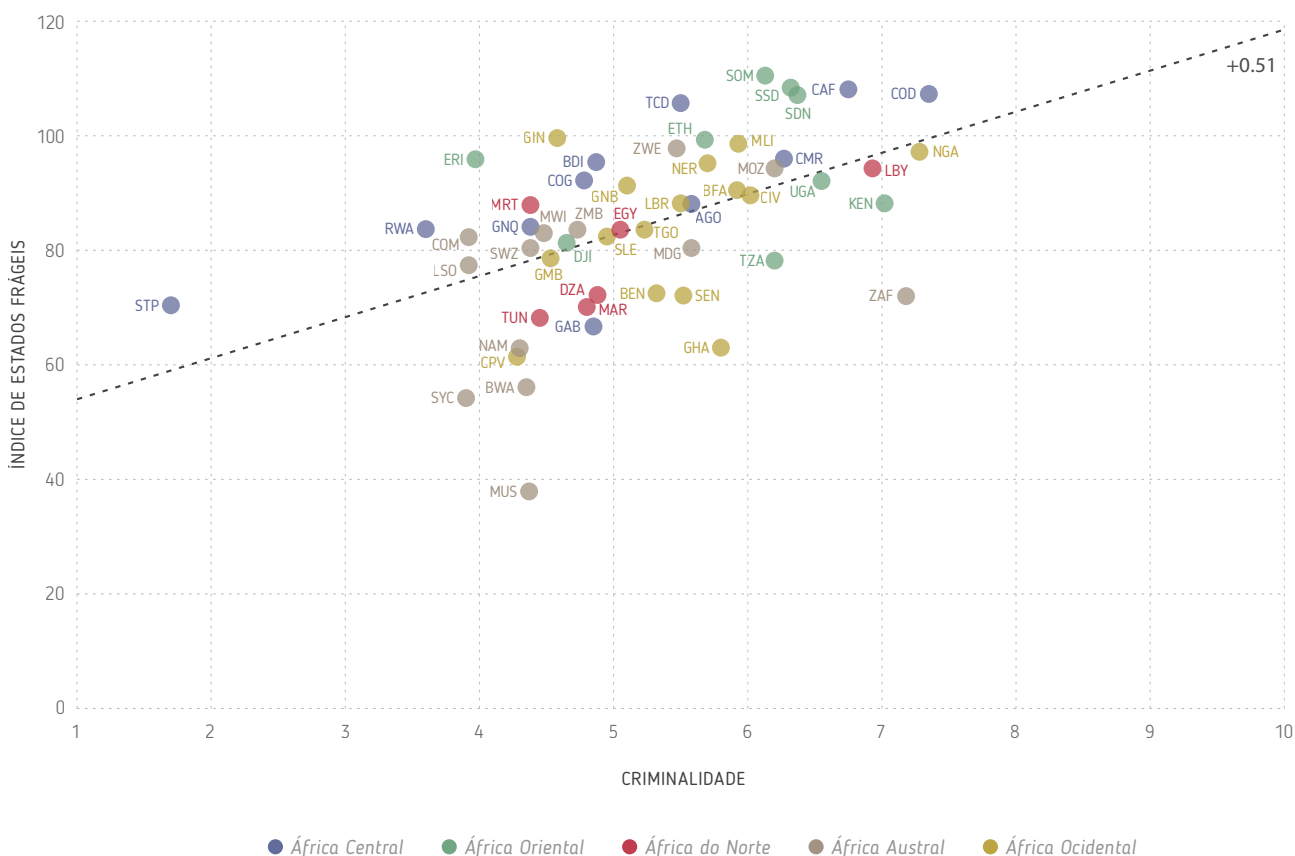
A força e a direção de uma correlação são medidas numa escala de -1,0 a +1,0. Quanto mais próximo o coeficiente de correlação (o valor numérico) estiver de -1 ou +1, mais forte é a relação entre duas variáveis; o

ponto médio da escala (0) indica que as variáveis não estão de todo relacionadas entre si. Para efeitos da presente análise, de 0 a $-/+0,20$ é considerado fraco; $-/+0,21$ a $-/+0,60$ é considerado moderado; e $-/+0,61$ a $-/+1,0$ é considerado forte.

Valores negativos mostram que ambas as variáveis se movem em direções opostas, pelo que, quando uma variável aumenta, a outra diminui; enquanto valores positivos demonstram que ambas as variáveis se movem na mesma direção, pelo que, quando uma variável aumenta (ou diminui), a outra aumenta (ou diminui).

FIGURA 1.2

Criminalidade e Índice de Estados Frágeis de 2022



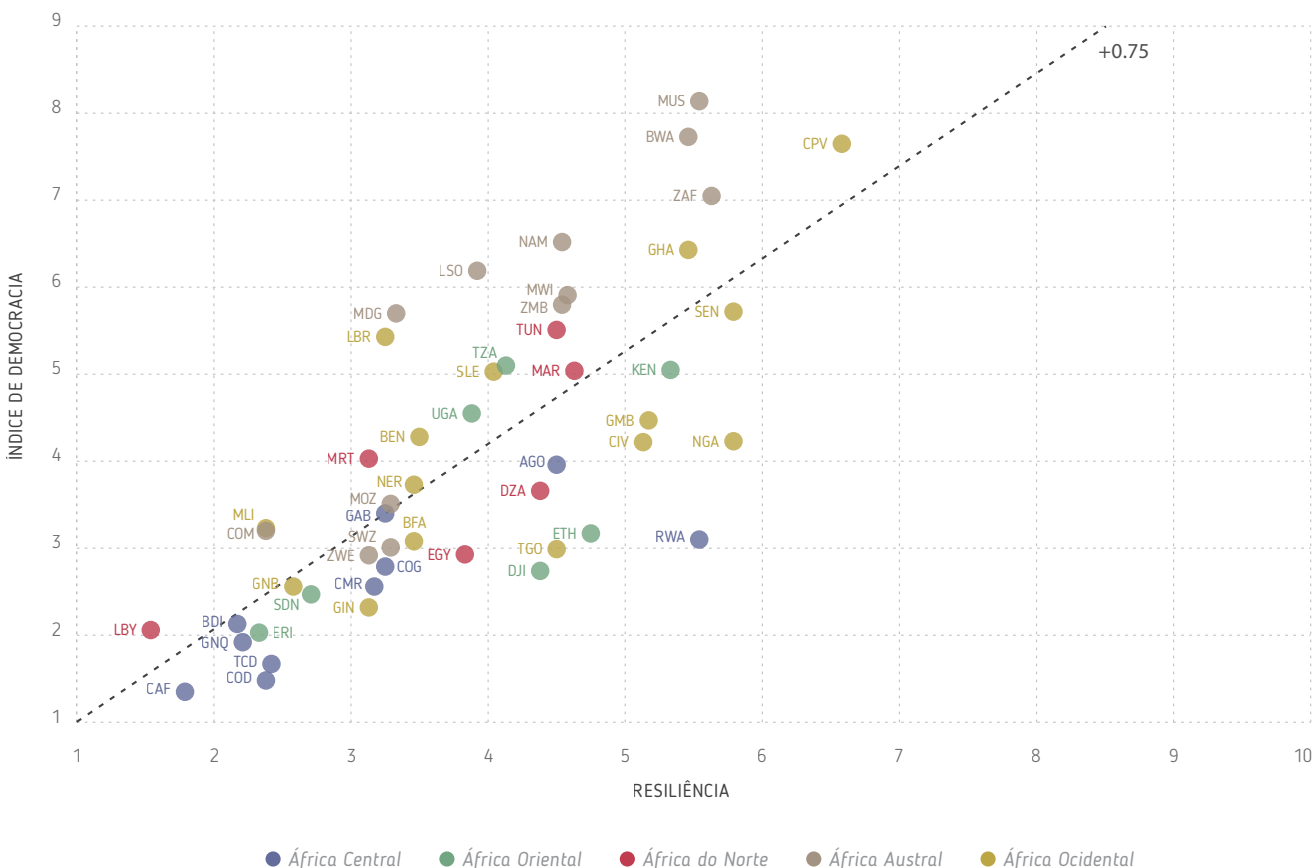
Fonte: Fund for Peace, <https://fragilestatesindex.org/>

Uma análise dos resultados do Índice de 2023 e do Índice de Estados Frágeis de 2022¹⁴ revelou que a correlação entre a criminalidade e a fragilidade é moderada (+0,51), indicando que a criminalidade é mais elevada em países que registaram um acréscimo de fragilidade. Durante o período abrangido pelo relatório, os países africanos que obtiveram as pontuações mais elevadas em termos de criminalidade – a República Democrática do Congo (7,35), a Nigéria (7,28), o Quênia (7,02) e a Líbia (6,93) – todos sofreram de alguma forma de fragilidade e conflito.

Ademais, os resultados evidenciam que conflitos e fragilidade constituem um obstáculo considerável à resiliência de um país ou à sua capacidade de resposta à criminalidade organizada. A correlação entre a resiliência e a fragilidade foi de -0,67, o que significa que as pressões de segurança ou de origem social, política ou económica afetam a capacidade de um país para responder à criminalidade organizada. Tal é lógico dado que, em situação deste tipo, a principal preocupação é a ameaça de violência ou a fragilidade subjacente, e não a criminalidade organizada, que seria deixada a desenvolver-se sem controlo.

1.4 A ligação entre resiliência e democracia

FIGURA 1.3
Resiliência e o Índice de Democracia de 2022



Fonte: Economist Intelligence Unit, Índice de Democracia 2022, <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2022/>

De acordo com os resultados do Índice de 2023 e do Índice de Democracia de 2022,¹⁵ a correlação entre resiliência e democracia foi forte (+0,75) em África, sugerindo que os padrões de governação têm uma inegável influência nos níveis de criminalidade e resiliência. Tal confirma as conclusões do Índice de 2021, segundo as quais os países democráticos têm níveis de resiliência mais elevados do que os Estados autoritários.

Embora os países democráticos continuem a encarar os seus próprios desafios, enfrentando diversos níveis de criminalidade e resiliência, a relação entre democracia e resiliência é bastante fácil de estabelecer. As democracias, como Cabo Verde, a África do Sul, as Maurícias e o Botsuana,¹⁶ que são aferidas como tendo pontuações de resiliência mais elevadas, têm sistemas de controlos e equilíbrios de poderes relativamente bem estabelecidos para a responsabilização do Estado e atores não estatais fortes e mecanismos de proteção social, tal como uma sociedade civil ativa que participa na luta contra o crime organizado. As democracias com um Estado de direito estabelecido também tendem a ter instituições mais fortes e (até certo ponto) níveis mais baixos de corrupção, bem como um sistema judicial geralmente independente e um sistema de aplicação da lei relativamente eficaz, que são elementos-chave no combate à criminalidade organizada.

A capacidade de resiliência face à criminalidade organizada de um Estado não depende somente do tipo de regime, mas também dos níveis de governação, isto é, da eficácia com que os governos implementaram políticas e serviços em áreas tais como a segurança e a participação democrática. De acordo com o Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG),¹⁷ ao longo da última década, os padrões de governação em África declinaram significativamente, resultando num continente “menos seguro, protegido e democrático”.¹⁸ As razões para o declínio da governação incluem a crescente impopularidade dos líderes eleitos e a diminuição de perspetivas económicas, bem como fatores externos, tais como a pandemia da COVID-19, que tem sido um imenso fator de tensão económica. Outros fatores incluem a repressão dos meios de comunicação independentes e o aumento do custo de vida (em parte devido à guerra na Ucrânia).

A este respeito, foi observada um nítido elo entre a deterioração da governação e os níveis genéricos de resiliência, uma vez que a relação entre a resiliência e a governação (medida pelo IIAG) foi forte (+0,84). Mais, a corrupção é um indicador aproximado da boa governação, na medida em que deteriora e debilita as medidas de resiliência existentes. Tal foi corroborado pela forte relação (de +0,79) entre a corrupção (medida pelo Índice de Perceção da Corrupção)¹⁹ e os níveis de resiliência. A ilação é que os países com uma corrupção vasta e generalizada teriam níveis mais baixos de governação e, por extensão, uma menor capacidade de resistência à criminalidade organizada.

A análise acima salientou as conclusões gerais do Índice 2023, relacionando-as com as tendências em mutação e as dinâmicas contextuais que afetam os países africanos. Em particular, explorou o papel desempenhado por variáveis externas, tais como o conflito e a democracia, e a forma como contribuíram para os padrões de criminalidade e resiliência em África nos últimos anos. As secções seguintes irão aprofundar a estrutura desta ferramenta e as suas novas conclusões geográficas e temáticas, oferecendo uma visão geral das principais mudanças na criminalidade e resiliência, a nível continental, regional e nacional, desde a primeira iteração do Índice.



SECÇÃO 2

Acerca do Índice





2 Acercas do Índice

Modelar um índice não é tarefa simples, especialmente um que se destina a avaliar um fenómeno tão clandestino como é o crime organizado. Consequentemente, o modelo do Índice propõe um quadro de avaliação alternativo, orientado para as mercadorias, com o intuito de medir os mercados ilícitos através da combinação do âmbito e da escala, bem como do valor e do impacto. Desta forma, o Índice pretende reconciliar as lacunas de informação patentes em outros esquemas.

O Índice de Crime Organizado do ENACT de 2023 baseia-se em três componentes principais:

- O âmbito, a escala e o impacto de 15 mercados criminosos
- A estrutura e a influência de cinco tipos de atores criminosos
- A existência e a capacidade dos países de serem resilientes à criminalidade organizada, avaliadas através de 12 alicerces de resiliência

Em 2023, foi publicado o segundo Índice Global de Crime Organizado, apresentando uma avaliação abrangente da criminalidade e da resiliência em 193 países, a par desta, a terceira edição do Índice de África. O Índice Global apresenta uma panorâmica ampla da criminalidade organizada, enquanto o Índice de África oferece uma avaliação pormenorizada do continente, proporcionando uma visão do estado atual e das tendências emergentes em matéria de criminalidade e resiliência. Ter um índice global e um índice específico do continente para África é valioso, pois, em conjunto, permitem uma compreensão mais profunda da posição de África no cenário criminal global, facilitam as comparações com as tendências globais e proporcionam uma visão abrangente do continente africano. Consequentemente, estes dois índices devem ser vistos como complementares, uma vez que facultam perspetivas diferentes ao aferirem a situação de África. Além disso, África é o único continente a dispor de dados longitudinais sobre a criminalidade e a resiliência (recolhidos ao longo de três períodos, a partir

do lançamento do Índice em 2019), incluindo dois conjuntos de dados calibrados a nível mundial (em 2021 e 2023). Esta riqueza de dados permite às partes interessadas identificar tendências e necessidades continentais e regionais para abordar a criminalidade organizada.

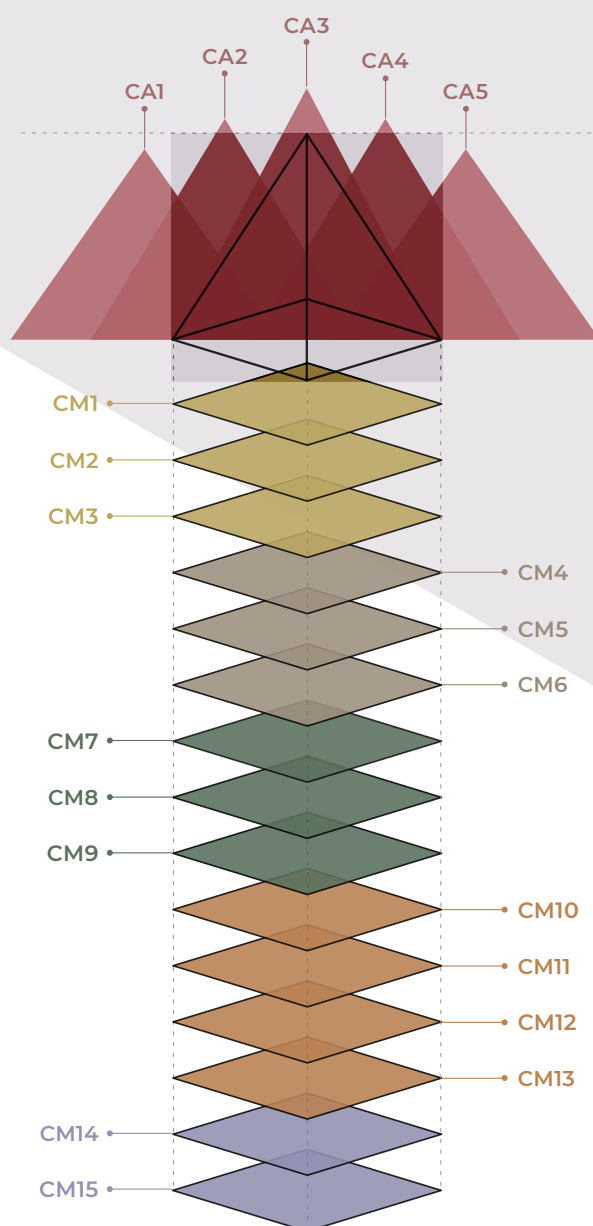
Tal como mencionado acima, enquanto as duas primeiras edições do Índice analisaram 10 mercados criminosos e quatro atores criminosos, esta terceira edição analisa 15 mercados criminosos e cinco atores criminosos (Figura 2.1; o texto a negrito indica novos mercados e atores).

DEFINIÇÃO DE “CRIME ORGANIZADO” DO ÍNDICE

Atividades ilegais, conduzidas por grupos ou redes que atuam de maneira concertada e se envolvem em violência, corrupção ou atividades conexas a fim de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou material. Tais atividades podem ser realizadas dentro de um país ou de forma transnacional.

FIGURA 2.1

Indicadores de criminalidade



Atores criminosos

- ▲ CA1. Grupos de tipo mafioso
- ▲ CA2. Redes criminosas
- ▲ CA3. Atores integrados no Estado
- ▲ CA4. Atores estrangeiros
- ▲ CA5. Atores do setor privado

Mercados criminosos

- ◆ CM1. Tráfico de seres humanos
- ◆ CM2. Contrabando de migrantes
- ◆ CM3. Extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção
- ◆ CM4. Tráfico de armas
- ◆ CM5. Comércio de artigos contrafeitos
- ◆ CM6. Comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais
- ◆ CM7. Crimes contra a flora
- ◆ CM8. Crimes contra a fauna
- ◆ CM9. Crimes contra recursos não renováveis
- ◆ CM10. Comércio de heroína
- ◆ CM11. Comércio de cocaína
- ◆ CM12. Comércio de canábis
- ◆ CM13. Comércio de drogas sintéticas
- ◆ CM14. Crimes dependentes da cibernética
- ◆ CM15. Crimes financeiros

A viabilidade de incluir novos indicadores de criminalidade no âmbito do Índice foi avaliada por meio da adjudicação de estudos especializados sobre uma série de mercados criminosos e fundamentados em resultados de várias reuniões do grupo de referência técnica. Os peritos de temáticas avaliaram as definições propostas, os critérios de investigação e as considerações metodológicas para a inclusão dos novos indicadores de criminalidade. Assim, os 14 indicadores de criminalidade foram alargados para 20. As definições completas de todos os

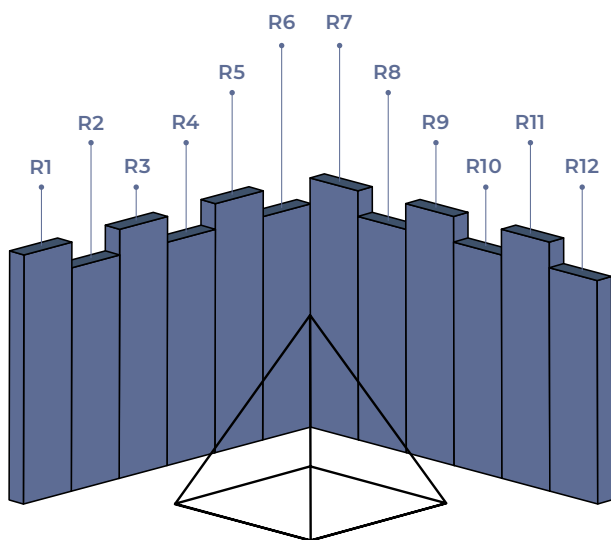
indicadores estão disponíveis no Anexo 2 e podem ser descarregadas a partir do endereço web africa.ocindex.net.

As avaliações da criminalidade permitem às partes interessadas identificar as ameaças e o seu alcance, ao passo que as apreciações da resiliência analisam a presença e eficácia das medidas que os países têm em vigor para combater as ameaças resultantes do crime organizado. A resiliência assume formas diferentes em vários contextos dado que a natureza

do crime organizado e a multiplicidade da sua dinâmica em todo o mundo implicam que aquilo que funciona numa região pode ter pouco impacto em outra. Para ter em conta os diferentes problemas colocados pelo crime organizado numa vasta panóplia de contextos, as medidas de resiliência, tal como definidas no Índice, são abrangentes e multissetoriais. No seu conjunto, os 12 indicadores de resiliência constituem os alicerces para dar respostas holísticas e sustentáveis à criminalidade organizada (Figura 2.2).

FIGURA 2.2

Indicadores de resiliência



A DEFINIÇÃO DE “RESILIÊNCIA” DO ÍNDICE

A capacidade de suportar e interromper as atividades criminosas organizadas no seu todo, em vez de mercados individuais, através de medidas políticas, económicas, jurídicas e sociais. A resiliência respeita às medidas dos países tomadas por atores estatais e não estatais.

- R1. Liderança política e governação
- R2. Transparência e responsabilização do governo
- R3. Cooperação internacional
- R4. Políticas e leis nacionais
- R5. Sistema judicial e de detenção
- R6. Aplicação da lei
- R7. Integridade territorial
- R8. Combate à lavagem de dinheiro
- R9. Capacidade de regulação económica
- R10. Apoio a vítimas e testemunhas
- R11. Prevenção
- R12. Atores não estatais

2.1 Metodologia

Esta é uma versão abreviada da metodologia aplicada na investigação para compilar o Índice. A metodologia completa está disponível em africa.ocindex.net, juntamente com as perguntas orientadoras que foram utilizadas para atribuir e justificar as pontuações de criminalidade e resiliência.

A cada país é atribuída uma pontuação de criminalidade, que inclui duas subcomponentes: mercados criminosos e atores criminosos. A avaliação da subcomponente mercados criminosos implica a determinação do impacto monetário e não monetário de determinado mercado (atendendo a diferentes

fatores, designadamente a concentração geográfica do mercado, o número de pessoas afetadas ou envolvidas no mercado, a presença de violência e a escassez do artigo ilicitamente transacionado). A apreciação dos atores criminosos mede a capacidade organizacional, o nível de sofisticação e a influência geral dos grupos criminosos no Estado e, mais amplamente, na sociedade.

É igualmente atribuída a cada país uma pontuação de resiliência, com vista a avaliar o nível a que os Estados estabeleceram os quadros jurídicos, políticos e estratégicos adequados para enfrentar o crime

organizado. A classificação dos 12 indicadores de resiliência centra-se na presença (ou ausência) de medidas ou enquadramentos de resiliência e na sua eficácia na luta contra a criminalidade, em conformidade com as normas internacionais em matéria de direitos humanos.

Sob estas componentes, a cada indicador independente é atribuída uma pontuação numa escala de 1 a 10. Para os indicadores de criminalidade (mercados criminosos e atores criminosos), uma pontuação de 1 significa um tipo de mercado ou de ator que está ausente ou tem pouca influência,

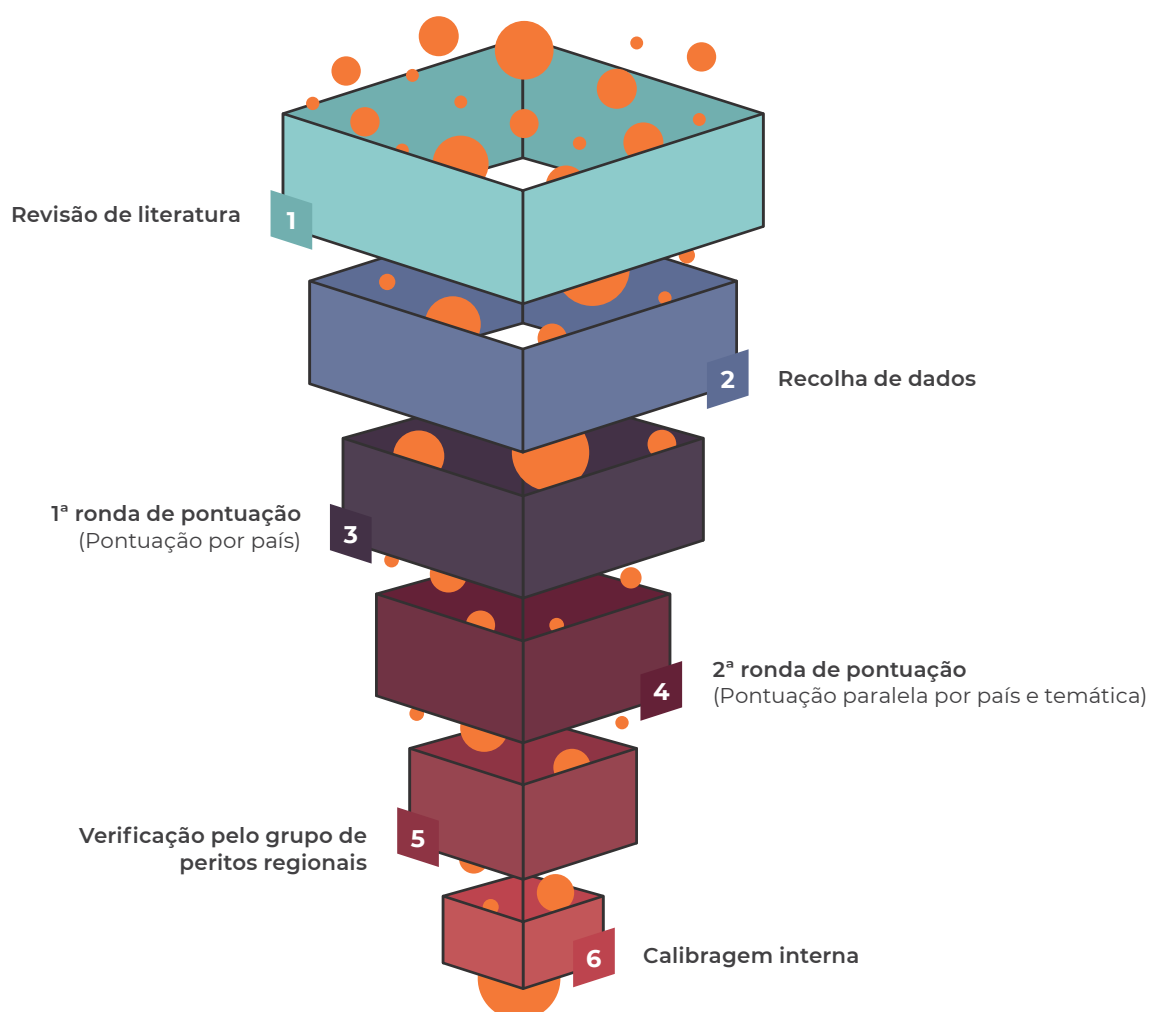
enquanto uma pontuação de 10 representa um tipo de mercado ou ator que é predominante e altamente influente. Para os indicadores de resiliência, é utilizada a mesma escala numérica, mas os limiares de pontuação são invertidos, com uma pontuação de 1 a representar baixa resiliência e uma pontuação de 10 a representar grande resiliência.

Aviso: Pequenas discrepâncias de 0,01 nos cálculos de diferenças entre as pontuações de 2019, 2021 e 2023 podem ocorrer, devido a erros de arredondamento binário.

2.2 Processo de pontuação e limitações do Índice

FIGURA 2.3

Processo de desenvolvimento do Índice





Com o intuito de conservar consistência, cada iteração do Índice é submetida ao mesmo processo de desenvolvimento multifaseado. Para todos os países, foram elaborados perfis nacionais preliminares que descrevem o contexto inerente a cada indicador de criminalidade e resiliência, através de investigação de fonte aberta. Os perfis dos países foram de seguida submetidos a duas rondas de pontuação e avaliação independente por diferentes peritos. Uma ronda adicional de verificações por peritos geográficos foi realizada, para garantir a calibração da pontuação regional e servir de verificação das narrativas dos perfis dos países, antes de os perfis dos países serem novamente avaliados numa ronda final, para efeitos de calibração continental e global.

Na sequência das limitações previamente identificadas, foram adotadas as medidas necessárias para estabelecer uma representação mais precisa da criminalidade organizada a nível mundial, acrescentando ao âmbito do Índice atividades ilícitas transversais, tais como os crimes financeiros e os dependentes da cibernética. Todavia, devido à introdução de novos indicadores, comparações genéricas com os resultados de 2021 e 2019 devem ser abordadas com cautela. Não obstante, as comparações de indicadores de resiliência individuais e geral entre as iterações do Índice de 2019, 2021 e 2023 permanecem válidas. Da mesma forma, desde 2021, os resultados para África refletem as pontuações do continente quando calibradas mundialmente. Embora esta variação signifique que os utilizadores devem abordar as comparações entre as pontuações africanas de 2019 e as iterações subsequentes com precaução, particularmente ao nível de cada país, a primeira iteração continua a permitir que decisores políticos avaliem as alterações nas relações regionais e nacionais e identifiquem as principais tendências continentais.

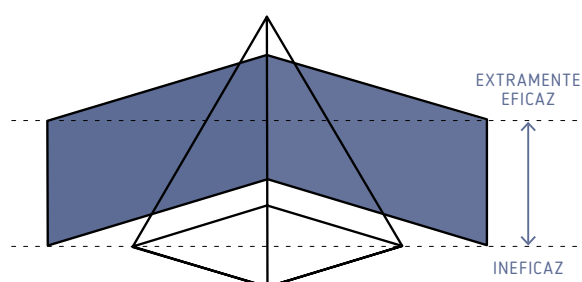
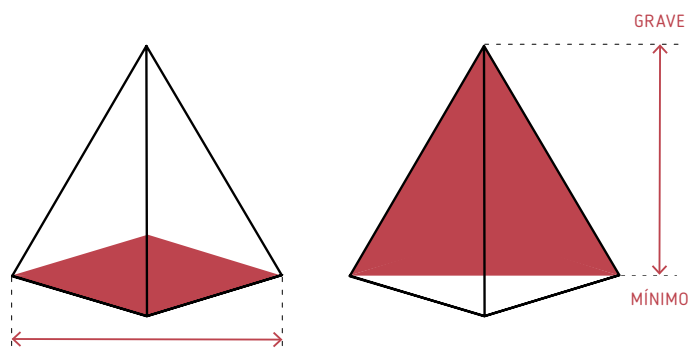
Embora não incluída no Índice como um mercado criminoso autónomo, a corrupção é considerada como um fator agravante ao determinar as pontuações para cada um dos 15 mercados criminosos. Além disso, a corrupção é uma temática transversal às componentes de actores criminosos e de resiliência do Índice.

Por fim, enquanto avaliação conduzida por especialistas, o Índice pode estar sujeito a preconceitos implícitos e de validação, tanto no seu desenvolvimento quanto na interpretação dos seus resultados. Por conseguinte, a metodologia do Índice foi concebida para minimizar estes riscos na medida do possível através de múltiplas análises independentes e anónimas e de diretrizes de desenvolvimento uniformizadas.

2.3 Como interpretar as representações piramidais

Largura e altura da pirâmide

A pontuação dos **mercados criminosos** é representada pelo tamanho da base da pirâmide e a pontuação dos **atores criminosos** é representada pela altura da pirâmide numa escala de 1 a 10.



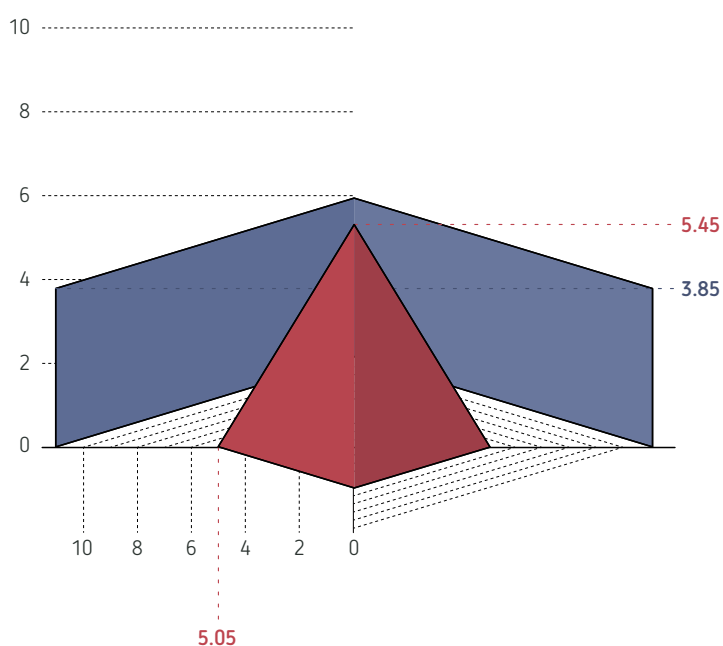
Altura do painel

A **pontuação de resiliência** é representada pela altura do painel, visível através da sua parte lateral.

Pontuação média de África

A forma da pirâmide representa a pontuação da criminalidade, a média entre os atores criminosos e os mercados criminosos.

A pontuação geral de **criminalidade** de África é 5,25. Esta pontuação é composta por pontuações de 5,05 para os **mercados criminosos** e 5,45 para os **atores criminosos**. A pontuação de **resiliência** é de 3,85.



SECÇÃO 3

Criminalidade





3 Criminalidade

3.1 Panorâmica e análise continentais

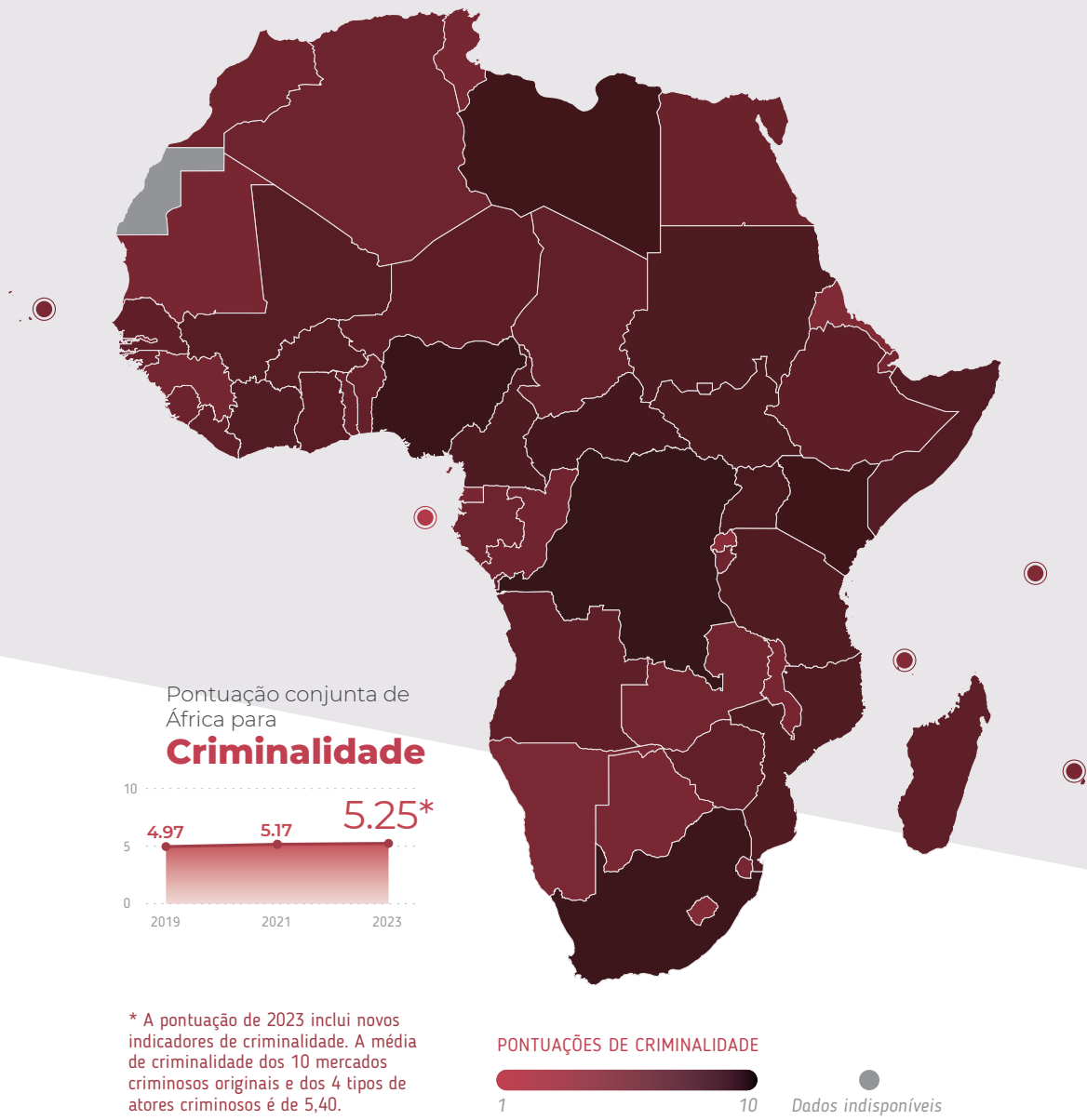
Há muito que África é confrontada com elevados níveis de criminalidade organizada, que se manifestam por um leque de actividades ilícitas e de atores criminosos operando por todo o continente. Cada país desempenha uma diversidade de papéis na economia ilícita e, ao longo do tempo, tem vindo a envolver-se em fluxos ilícitos transnacionais. A omnipresença da criminalidade e do crime organizado transnacional em África tem sido objeto de debate em conselhos de administração e fóruns internacionais no contexto da segurança do Estado, mas tais debates raramente têm em consideração os impactos negativos da criminalidade nas comunidades e nos seus meios de subsistência.

No período abrangido pelo relatório, África enfrentou numerosos desafios, incluindo conflitos armados; os efeitos a longo prazo da pandemia; as ramificações à escala mundial da guerra entre a Rússia e a Ucrânia; fenómenos climáticos extremos (incluindo secas e inundações) e instabilidades políticas acentuadas. Tais condições criaram um cenário ideal para o florescimento de mercados e atores criminosos e a expansão da sua influência no continente.

De 2019 a 2023, a criminalidade global em África subiu de 4,97 para 5,25, tendo aumentado 0,20 pontos entre 2019 e 2021 e 0,08 pontos desde 2021. Contudo, se apenas forem incluídos os indicadores originais (ou seja, 10 mercados criminosos e quatro tipos de atores criminosos), a criminalidade no seu conjunto aumentou 0,23 pontos desde 2021. Esta notável diferença na média geral da criminalidade evidencia que, embora certos novos mercados criminosos apresentem uma menor prevalência no continente, muitos dos indicadores de criminalidade iniciais estão a conquistar uma posição mais forte em África. Porém, isso não quer dizer que a sua presença seja negligenciável. É ainda digno de atenção o facto de alguns dos indicadores recentemente adicionados poderem expandir-se nos próximos anos e de o seu impacto ser já notório em alguns contextos. No entanto, o aumento das actividades criminosas em todo o continente enfatiza os efeitos inegáveis do crime organizado na estabilidade dos Estados africanos e na segurança dos seus cidadãos.

FIGURA 3.1

Criminalidade em África, 2023

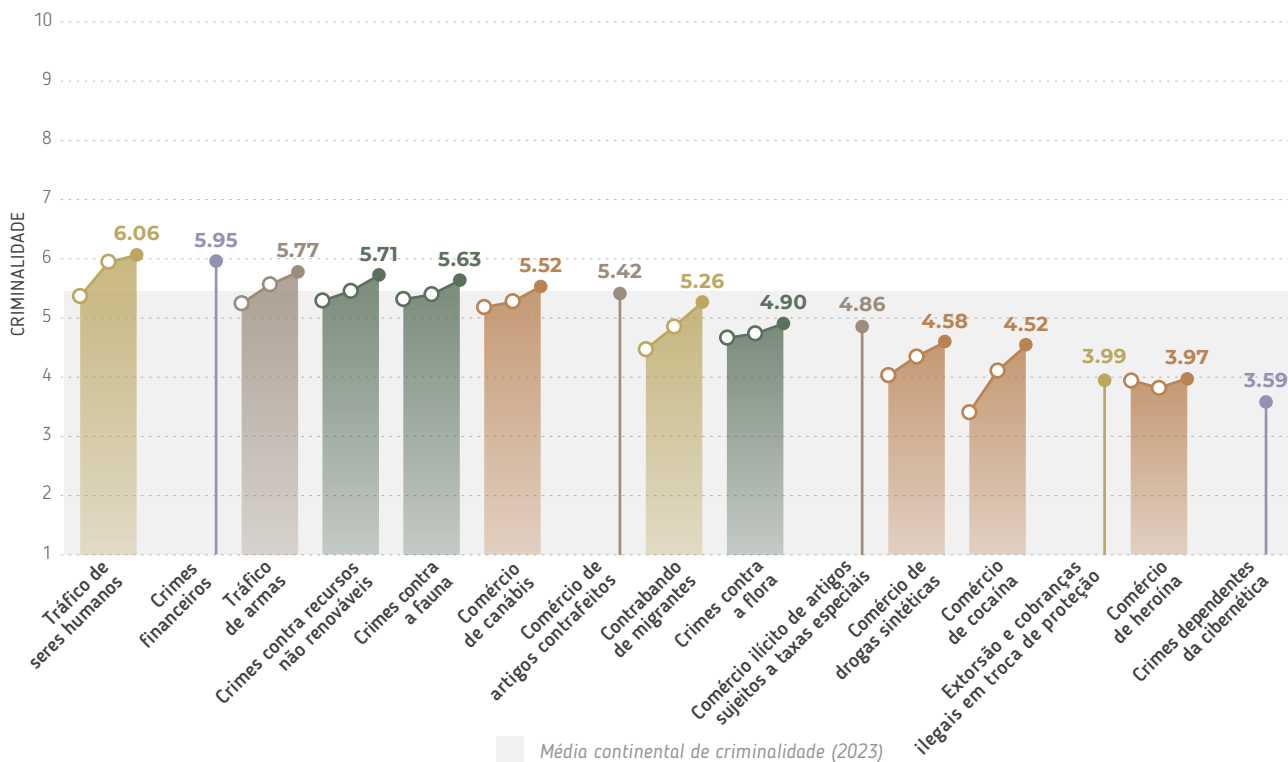


Dentre as diferentes regiões de África, as pontuações de criminalidade no seu conjunto variaram consideravelmente, de 4,83 para a África Austral (a mais baixa) a 5,88 para a África Oriental (a mais alta). E, no entanto, a África Austral contém países com algumas das pontuações de criminalidade global mais elevadas do continente, como a África do Sul

(7,18) e Moçambique (6,20). Por conseguinte, para se ter uma compreensão abrangente do panorama criminal do continente, é importante explorar as subcomponentes da criminalidade, isto é, os mercados criminosos e os atores criminosos, tanto a nível continental quanto regional.

3.2 Mercados criminosos

FIGURA 3.2
Tendências dos mercados criminosos (2019–2023)



Em 2023, a nível continental, a prevalência de todos os mercados criminosos subiu. O mercado criminoso mais disseminado em África foi o tráfico de seres humanos, que obteve 6,06 pontos, um aumento de 0,70 pontos desde a primeira iteração do Índice em 2019, altura em que foi medido com uma média continental de 5,36. O crescimento gradual deste mercado ilícito, com uma pontuação média de 5,93 em 2021, coincidiu com o agravamento dos níveis de conflito em todo o continente. As consequências do conflito, incluindo deslocação forçada, formas modernas de escravatura, recrutamento forçado (caso de crianças-soldado) e ruturas nas estruturas sociais e familiares levaram a uma maior vulnerabilidade ao tráfico de seres humanos.

O segundo mercado criminoso com crescimento acelerado em África foi o contrabando de migrantes, com uma média continental de 5,26 em 2023. Isto representa um crescimento substancial de 0,79

pontos em relação à sua pontuação de 4,47 em 2019 (e um aumento de 0,41 em relação à sua pontuação de 4,85 em 2021). Embora o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrante sejam dois mercados ilícitos distintos, os intervenientes envolvidos e as rotas utilizadas são frequentemente coincidentes. Esta sobreposição foi particularmente pronunciada na África Oriental, que foi avaliada como tendo as pontuações mais elevadas para o tráfico de seres humanos (7,78) e o contrabando de migrantes (7,39), tanto no contexto continental como a nível mundial. Enquanto a África Oriental ostentava a média mais elevada para o mercado do contrabando de migrantes, observou-se um aumento significativo nas atividades de contrabando de migrantes na África do Norte, contribuindo para o notável aumento da média continental do contrabando de migrantes. A região registou o aumento mais substancial, com as suas pontuações de contrabando de migrantes a subirem 1,58 pontos, de 5,75 em 2019 para 7,33 em 2023.

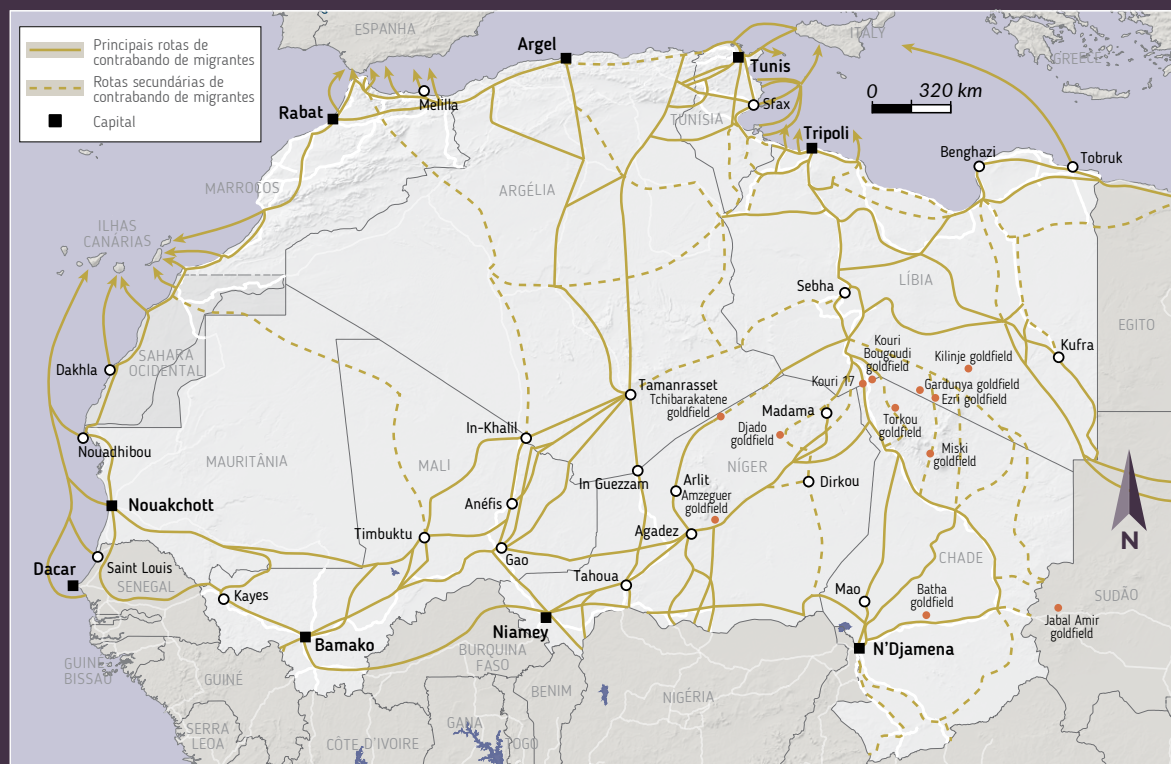
CONTRABANDO DE MIGRANTES E TRÁFICO DE SERES HUMANOS NA ÁFRICA DO NORTE

Na sequência do levantamento das restrições de viagem impostas pela COVID-19, os movimentos de migrantes em situação irregular na região central do Sahel (que engloba o Mali, o Níger e o Chade) foram retomados. Registou-se uma subida das chegadas de migrantes aos principais pontos de entrada, incluindo Timbuktu e Gao, no Mali, e Tahoua, Kouri Kantana e Agadez, no

Níger. As redes de contrabando diversificaram as rotas utilizadas para atravessar do Sahel para a África do Norte e para a Europa. Para além das rotas bem estabelecidas, como entre o Níger e a Líbia e entre o Sudão e a Líbia, os passadores utilizaram rotas do Níger e do Mali através da Argélia, ligando Marrocos e a Mauritânia às Ilhas Canárias.

FIGURA 3.3

Rotas de contrabando de migrantes e tráfico de seres humanos na África do Norte



Fonte: GI-TOC

A Líbia serve tanto de destino para a migração irregular na região quanto (cada vez mais) de entreposto de trânsito para migrantes que tentam chegar à Europa. Só em 2022, foram registadas 80.600 tentativas de travessias marítimas a partir da Líbia.²⁰ Nos últimos anos, um número crescente de migrantes originários do Egito, do Bangladesh e (em menor medida) da Síria escolheram a Líbia como ponto de trânsito para a sua viagem para a Europa, facilitada por passadores. A expansão da

extração artesanal de ouro na região do Sahel contribuiu igualmente para o acréscimo do contrabando de migrantes na África do Norte. Em alguns casos, estas dinâmicas agravaram os perigos enfrentados por migrantes em situação irregular durante as suas viagens, expondo-os a riscos de tráfico, especialmente nas regiões em torno da extração de ouro. Ficam igualmente expostos ao risco de ataques violentos por parte de grupos de bandidos e de avarias nos veículos ao longo de caminhos remotos no deserto.²¹

Os crimes financeiros, um dos novos mercados criminosos incluídos no Índice, foram o segundo mercado criminoso mais prevalente em África, com uma pontuação de 5,95. Os crimes financeiros mais comuns foram o desvio e a utilização indevida de fundos públicos por parte de atores integrados no Estado, a evasão fiscal e a fraude financeira. A África do Norte obteve a classificação mais elevada (7,83) para os crimes financeiros, tanto no continente como a nível mundial, contribuindo significativamente para a média continental. A maioria dos países da região obteve uma pontuação entre 8,0 e 9,50 em matéria de crimes financeiros, com exceção de Marrocos (7,50) e da Mauritânia (6,0). Embora os crimes financeiros, incluindo a fraude financeira apoiada pela cibernética, tenham sido identificados como o segundo mercado criminoso mais prevalente em África, os crimes dependentes da cibernética foram o mercado criminoso menos disseminado em África, com uma pontuação de 3,59. Este facto deve-se provavelmente à baixa taxa de penetração da Internet no continente, muitas vezes devido aos elevados custos de acesso à Internet e ao subdesenvolvimento das infraestruturas tecnológicas na maioria dos países.

Em comparação com os outros mercados de droga, o comércio de cocaína registou o aumento mais substancial no continente desde 2019 (+1,12).

O terceiro mercado criminoso mais prevalente foi o tráfico de armas, que tem demonstrado um crescimento constante desde 2019, aumentando de 5,24 para 5,56 em 2021 e ainda mais para 5,77 em 2023. Tal deve-se provavelmente

ao aumento do fluxo de armas ilegais provenientes de regiões afetadas por persistentes conflitos e instabilidade, em especial na África Oriental e na África Central. Há muito assolada por elevados níveis de conflitos armados e de origem étnica e pela presença de grupos armados não estatais e milícias, a África Oriental obteve 7,78 pontos no que respeita ao tráfico de armas (o mais elevado do mundo), seguida da África Central (6,32). As armas traficadas tendem a ser predominantemente armas ligeiras e de pequeno calibre provenientes de zonas de conflito na África Oriental, mas também incluem materiais explosivos na África Central. Estas substâncias são utilizadas no fabrico de explosivos destinados a actividades

ilícitas, como exploração mineira ilegal e pesca com explosivos, bem como em conflitos armados.²²

Particularmente preocupante foi a trajetória ascendente de crimes ambientais. Os recursos naturais e a biodiversidade de África são vulneráveis e enfrentam maior pressão devido aos efeitos das alterações climáticas. Entre 2021 e 2023, os crimes contra a fauna aumentaram 0,24 (para 5,63) e os crimes contra os recursos não renováveis 0,27 (para 5,71). Tal não é surpreendente, dado que África alberga alguns dos países com maior pontuação em matéria de crimes contra os recursos não renováveis: a Líbia (9,50), um país conhecido pela sua extensa indústria de contrabando de petróleo; a RDC (9,50), uma nação que se debate com o contrabando generalizado de ouro e coltan, exacerbado pelo atual conflito armado; e a RCA (10,0), um país com elevados níveis de produção e tráfico ilícitos de diamantes e ouro.

Em contrapartida, os crimes contra a flora permanecem abaixo da média continental para os mercados criminosos, apesar de apresentarem uma tendência semelhante de crescimento constante desde 2019 (4,66), com um aumento de 0,17 pontos entre 2021 (4,73) e 2023 (4,90). Esta trajetória ascendente observada em todos os crimes ambientais é particularmente preocupante para África, considerando a tensão ambiental existente resultante do aumento das secas, da pluviosidade errática e das condições mais áridas registadas em todo o continente devido às alterações climáticas.

Em consonância com as tendências gerais de criminalidade, o comércio de canábis continental aumentou de forma constante, passando de 5,17 em 2019 para 5,26 em 2021 e para 5,52 em 2023. A ONU identificou a África do Norte como um centro de tráfico inter-regional de resina de canábis para a Europa Ocidental.²³ Por conseguinte, não é surpreendente que, em 2023, a África do Norte tenha sido a região com a pontuação mais elevada (7,42) para o comércio de canábis em África e no mundo, sendo a Argélia (7,0) e Marrocos (9,0) centros de distribuição internacional, servindo os mercados de consumo tanto africanos como europeus.

O comércio de drogas sintéticas também cresceu, de 4,02 em 2019 para 4,34 em 2021 e ainda mais para 4,58 em 2023. Um dos exemplos mais notáveis de consumo de drogas sintéticas no continente é o uso não medicinal de tramadol.²⁴ A par do consumo de tramadol, o comércio de metanfetaminas é igualmente um dos principais mercados de drogas sintéticas em África. Embora a África do Norte

tenha sido identificada como a região do continente com a pontuação mais elevada relativamente a este mercado ilícito, com uma pontuação de 6,17, a África Austral (4,65) teve alguns dos números mais elevados (ou em crescimento) de consumidores de metanfetaminas no continente.²⁵ A investigação sugere que o fornecimento e o fluxo de metanfetaminas continuam a expandir-se na região. De facto, a metanfetamina é preferida ao crack (cocaína em pedra) porque os seus efeitos são mais duradouros, significando que as aquisições são menos frequentes e, por conseguinte, é necessário menos dinheiro para manter uma prática de consumo regular.²⁶

Em comparação com os outros mercados de drogas, o comércio de cocaína no continente registou o aumento mais substancial desde 2019 (+1,12). Este mercado ilícito, inicialmente pontuado com 3,40, registou um notável crescimento de 0,70 pontos para atingir 4,10 em 2021, com um novo aumento de 0,42 para atingir 4,52 em 2023. Foi o maior aumento médio continental de todos os mercados criminosos em 2021 e 2023, refletindo as mudanças na produção e distribuição global de cocaína. Regionalmente, a África Ocidental continuou a desempenhar um papel de liderança no continente, com uma pontuação de 6,47 em 2023, acima dos 5,20 em 2019 e 6,0 em 2021. Outras pesquisas indicam que o tráfico de cocaína através da África Ocidental, seguindo a rota consolidada da América Latina para o mercado consumidor europeu, atravessou uma fase de crescimento significativo.²⁷ Em geral, o consumo de cocaína parece estar a aumentar em todo o continente, não só na África Ocidental, mas também na África Oriental e na África Austral.²⁸

MERCADO E COMÉRCIO DE COCAÍNA NA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

A pesquisa de campo nos países da África Oriental e da África Austral sugere que um grande volume de cocaína está a circular para e através destas regiões. Entre 2019 e 2021, o comércio de cocaína aumentou 0,70 pontos, refletindo a expansão do cultivo de coca, a produção de cocaína e a sua circulação durante a pandemia.

Verificou-se um deslocamento dos EUA como mercado de destino preferencial para optar pelo abastecimento dos mercados internos de cocaína na Europa. Isto foi possibilitado pelas cadeias de abastecimento marítimo e aéreo, que transportam eficazmente as mercadorias para os portos e cidades europeias, e pelo ressurgimento do tráfico através de rotas de abastecimento de trânsito indireto nos países africanos ao longo da costa atlântica. Estes países são vulneráveis à exploração e estão bem localizados para trânsito a partir de outras regiões.

A África Ocidental, e mais especificamente a Guiné-Bissau (8.50), teve a pontuação mais alta para o comércio de cocaína no continente e manteve a sua posição como um polo de trânsito proeminente para a cocaína da região andina da América do Sul para África. Contudo, com base nos volumes de cocaína que foram apreendidos, a África Oriental e a África Austral estão a tornar-se rotas de trânsito populares, com portos costeiros na África do Sul, Moçambique, Tanzânia e Quênia a servirem como nós primários para a distribuição doméstica, regional e transnacional de cocaína. Oferecem instalações portuárias de contentores capazes mas mal controladas, fraca fiscalização marítima, contextos políticos que favorecem os comerciantes ilícitos e ligações marítimas e aéreas consolidadas para os mercados de destino na Europa, Ásia Ocidental, Ásia Oriental e Austrália. Julga-se que as redes nigerianas também trazem heroína para o Botsuana utilizando as mesmas rotas terrestres e modalidades de transporte, sendo a maioria dos carregamentos originários da África do Sul. A droga atravessa o Botsuana e chega à vizinha Zâmbia e ao Zimbabué. À medida que os países da África Oriental e da África Austral se tornam pontos de trânsito mais populares para a cocaína, o consumo da droga nos seus mercados locais também aumenta.²⁹



O comércio de heroína mostrou uma trajetória diferente dos outros mercados de drogas, tendo diminuído 0,13 entre 2019 e 2021, provavelmente devido às restrições da COVID-19 que obstruíram os fluxos de heroína, para depois recuperar para níveis pré-pandemia – a média continental do comércio de heroína subiu para 3,97 em 2023 (+0,16 desde 2021). A heroína proveniente do Sul da Ásia é traficada através de todas as regiões de África, utilizando frequentemente a África Oriental como ponto de entrada, e depois distribuída para outros mercados em África e para os mercados de consumo na Europa Ocidental e Central.³⁰ A África Oriental é conhecida como a “costa da heroína” de África, refletindo a sua importância no comércio transnacional de heroína. Vários países da África Oriental são pontos de trânsito fundamentais no comércio mundial de heroína, incluindo o Quênia (7.50) e a Tanzânia (8.0). A Tanzânia, em particular, desempenha um papel central neste mercado ilícito, servindo como um importante ponto de desembarque de heroína proveniente do Sul da Ásia, que é depois distribuída por todo o continente.

Duas novas adições ao Índice, o comércio de artigos contrafeitos (5,42) e o comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais (4,86), tiveram uma influência entre moderada e significativa em África. Embora estes mercados não sejam denunciados com tanta frequência quanto outros mercados criminosos, não só causam perdas financeiras às economias nacionais, como também representam ameaças significativas à saúde pública.

Embora a extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção tenham tido uma influência relativamente limitada em todo o continente, com uma pontuação média de 3,99, a situação é diferente a nível nacional, particularmente em países como a Somália (9,50) e a Líbia (9,0). Estes países têm as pontuações mais elevadas em África e no mundo, sendo a extorsão e a extorsão para fins de proteção uma fonte significativa de receitas para grupos armados não estatais e milícias, que exercem um controlo substancial em certas regiões destes países. Estes grupos são conhecidos por utilizarem esquemas de extorsão que têm, como alvo, cadeias de abastecimento, empresas e até iniciativas de ajuda humanitária.

ÁFRICA E O MUNDO

O Índice Global e o Índice do ENACT são ferramentas complementares que fornecem informações valiosas sobre o lugar de África no panorama criminal global e permitem a comparação das tendências de criminalidade e resiliência africanas e globais. Desta forma, as partes interessadas estarão mais bem equipadas para compreender a natureza transnacional do crime organizado, incluindo o modo como as dinâmicas mundiais têm impacto na criminalidade a nível local e como os fluxos ilícitos em diferentes jurisdições se afetam mutuamente.

O Índice Global revelou que, em termos gerais, entre 2021 e 2023, as taxas de criminalidade aumentaram 0,16 para 5,03, enquanto os níveis de resiliência estagnaram em 4,81, alargando ainda mais o fosso global entre criminalidade e resiliência. Um padrão semelhante, mas menos pronunciado, foi observado em África, onde a criminalidade aumentou 0,08 pontos, para 5,25, e os níveis de resiliência melhoraram ligeiramente, em 0,05 pontos, para 3,85, durante este período.

Ao examinar mercados criminosos específicos, podem ser identificadas certas tendências a nível mundial que também se manifestam em África. Por exemplo, em 2023, os crimes financeiros eram o mercado criminoso mais predominante a nível mundial (5,98) e o segundo mais predominante em África (5,95). A nível mundial, a África do Norte obteve a pontuação mais elevada relativamente aos crimes financeiros (7,83), seguida de perto pela Ásia Ocidental (7,82) e pelo Sudeste Asiático (7,18).

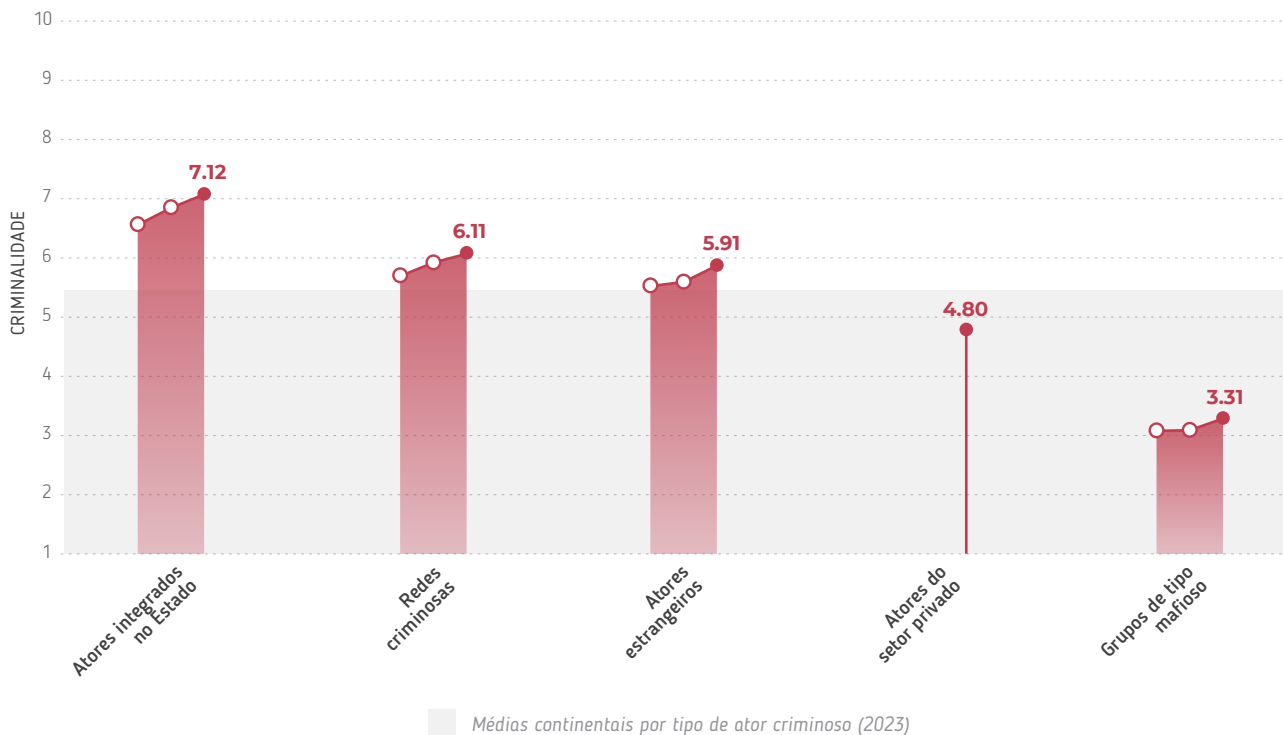
Outra observação digna de nota do Índice de África, em linha com as tendências mundiais, é o crescimento significativo de certos mercados criminosos desde 2021. O contrabando de migrantes e o tráfico de cocaína são os mercados criminosos que mais se expandiram, tanto a nível global como em África. Entre 2021 e 2023, o contrabando de migrantes foi o mercado de crescimento mais rápido a nível mundial (aumentando 0,39 pontos para 5,16) e o segundo mercado de crescimento mais rápido em África (aumentando 0,41 pontos para 5,26). Este crescimento a nível mundial e continental pode ser atribuído ao aumento dos níveis de instabilidade e de conflito, juntamente com a flexibilização das restrições de viagem na sequência da atenuação dos confinamentos devido à COVID-19. O comércio de cocaína foi o mercado de crescimento mais rápido em África (subindo 0,42 pontos para 4,52) e o terceiro mercado de crescimento mais rápido a nível mundial (subindo 0,30 pontos para 4,82), a seguir ao comércio de drogas sintéticas, que aumentou 0,33 pontos.

África não seguiu a tendência global dos mercados criminosos que menos cresceram entre 2021 e 2023. Globalmente, o comércio mundial de heroína cresceu apenas 0,10 pontos (4,08), enquanto o tráfico de seres humanos foi o mercado de crescimento mais lento em África, aumentando apenas 0,13 pontos, mas continuou a ser o mercado criminoso mais prevacente em África (6,06).

À exceção dos crimes dependentes da cibernética, os crimes ambientais foram identificados como o mercado criminoso no seu todo com a pontuação mais baixa em todo o mundo, ficando significativamente abaixo da média do mercado global de 4,88. Porém, em África, os crimes contra os recursos não renováveis e os crimes contra a fauna foram qualificados como o quarto e o quinto mercados criminosos mais predominantes, com pontuações respectivas de 5,71 e 5,63. A maior prevalência destes mercados em África, em comparação com o seu impacto mundial, é previsível, dada a abundância de recursos naturais e de biodiversidade do continente.

3.3 Atores criminosos

FIGURA 3.4
Atores criminosos, tendências continentais (2019–2023)



Apesar de a sua influência ter aumentado apenas 0,05 pontos desde 2021, os atores criminosos continuaram a determinar a criminalidade geral em África, com uma pontuação de 5,45, em comparação com 5,05 para os mercados criminosos em 2023 (Figura 3.2). De facto, os atores criminosos tiveram pontuações mais altas do que os mercados criminosos em 37 dos 54 (68,5%) países, indicando que a criminalidade geral continua a ser impulsionada por este subcomponente.

Os atores integrados no Estado continuaram a ser os atores criminosos mais prevaletentes em África, de acordo com as conclusões das duas últimas iterações do Índice, aumentando a sua influência em 0,52 pontos desde 2019 para atingir 7,12 em 2023. A sua influência cresceu de forma constante, aumentando em 0,29 entre 2019 e 2021 para atingir 6,89, e em mais 0,23 pontos desde 2021. Esta influência reflete o seu papel na facilitação e/ou viabilização de atividades ilícitas a partir do aparelho do Estado. A região com a pontuação mais elevada para os atores integrados no Estado foi a África Central (7,68), seguida de perto pela África do Norte (7,67), África Oriental

(7,44), África Ocidental (6,93) e depois África Austral (6,38). As elites políticas corruptas conspiram com grupos criminosos e usam as suas agências estatais capturadas para permitir e estimular a criminalidade em todo o continente. Por exemplo, os mercados de cocaína da África Oriental e da África Austral são impulsionados pelo conluio de agências estatais, pela corrupção e pela incapacidade (ou indiferença) da aplicação da lei.³¹ Em países ricos em florestas, como a República Centro-Africana, as autoridades estatais facilitam o mercado ilegal de abate de árvores através da emissão de concessões fraudulentas de terras florestais a empresas estrangeiras.³²

Redes criminosas em África assumem a forma de bandos criminosos, por vezes com uma estrutura flexível, que estão envolvidos sobretudo no tráfico de droga ou trabalham com associações de contrabando de migrantes e tráfico de seres humanos. As redes criminosas também apresentaram um crescimento gradual desde 2019, quando foram inicialmente avaliadas em 5,72, e cresceram para 5,96 em 2021, atingindo finalmente 6,11 em 2023. Embora as redes criminosas sejam predominantes em todas as regiões

do continente, os peritos consideraram que o seu impacto é mais pronunciado na África Oriental (6,78) e na África Ocidental (6,63), onde as suas atividades também se estenderam à extorsão e ao rapto para resgate.

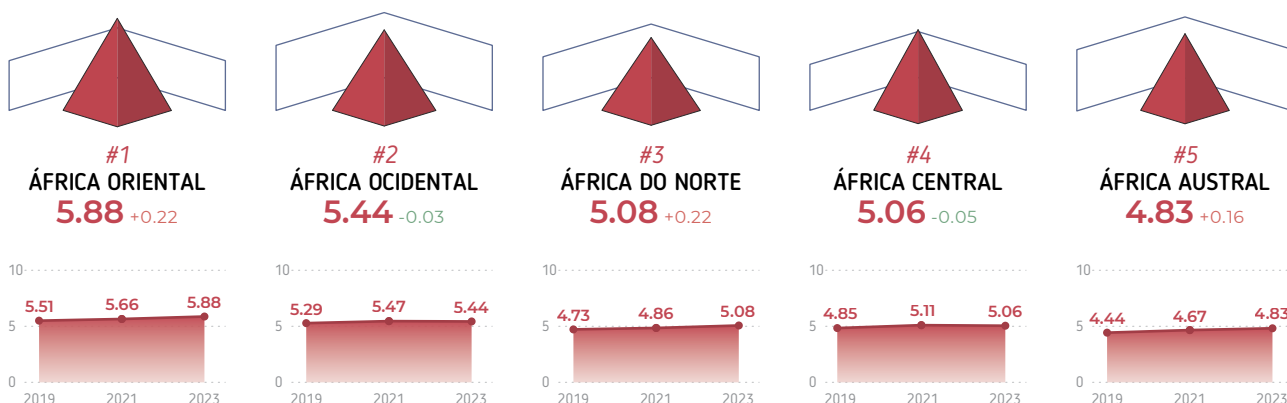
Verificou-se também que os atores estrangeiros exercem uma influência significativa em África, com uma média continental de 5,91. O seu impacto tem vindo a aumentar de forma constante desde 2019, mas um acréscimo mais notável foi observado em 2023, com um aumento de 0,28 pontos desde 2021. Os atores estrangeiros estiveram presentes em países que estão bem integrados no comércio internacional e na economia global, como a África do Sul (7,50) e a Nigéria (7,50). Mas tiveram uma presença mais forte em países afectados por conflitos, como a Líbia (9,50), a RCA (9,0) e o Sudão (8,0). Este facto pode ser atribuído, em grande medida, à chegada do Grupo Wagner, que se sabe ter prestado serviços militares durante o período em análise, incluindo tropas mercenárias e programas de formação. Paralelamente às suas actividades legais, este grupo terá tirado partido da instabilidade política e da

corrupção generalizada para obter acesso a recursos naturais, como ouro e madeira.³³ O envolvimento do grupo em mercados criminosos, como os crimes contra a flora e os crimes contra recursos não renováveis, contribuiu para a trajetória ascendente dos crimes ambientais em África.

Atores do setor privado estiveram envolvidos em atividades ilícitas em todo o continente, especialmente na África Oriental, cuja pontuação de 6,0 foi bem acima da média continental de 4,80. Estes atores estão essencialmente ligados a crimes financeiros e lavagem de dinheiro, possibilitados pelo seu estatuto legal e pelas suas capacidades. No entanto, são menos influentes do que outros grupos criminosos, à exceção de grupos de tipo mafioso, que obtiveram 3,31 pontos em 2023, um aumento de 0,20 pontos desde 2021. Os grupos de tipo mafioso são compostos por bandos, grupos armados e milícias altamente organizados que estão profundamente enraizados nos mercados criminosos de certas regiões, como o Ahlu-Sunnah wal Jama'a/Al-Shabaab em Moçambique e o Al-Shabaab na Somália.

3.4 Análise regional

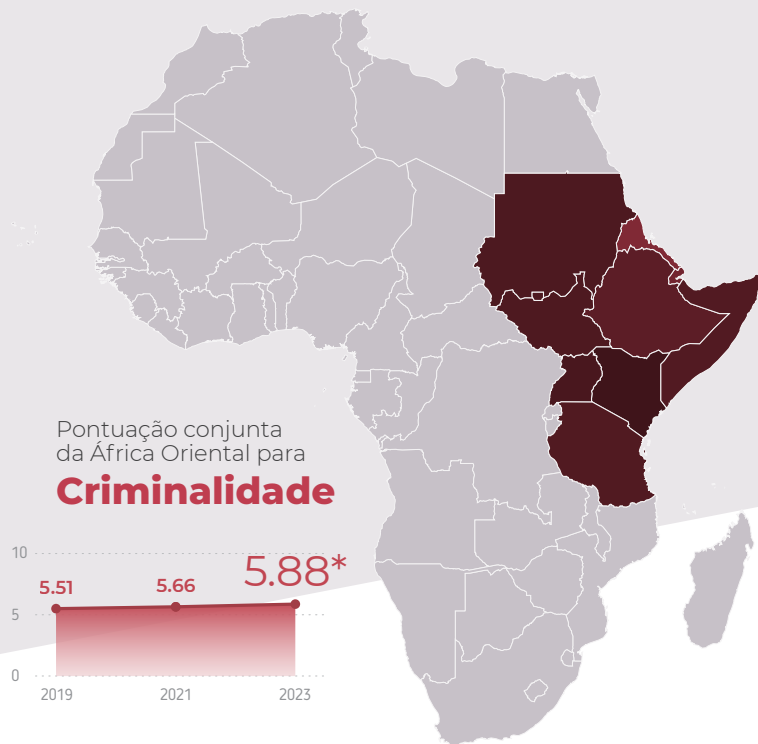
FIGURA 3.5
Médias de criminalidade por região, 2023



Entre 2021 e 2023, a criminalidade aumentou na África Oriental, na África do Norte e na África Austral, mas diminuiu ligeiramente na África Ocidental e na África Central. No entanto, apesar de pequenas melhorias nas médias de criminalidade de certas regiões, especialmente em comparação com o Índice de 2019,

todos os 10 mercados criminosos iniciais cresceram. Para melhor compreender o panorama e as tendências criminais em África, segue-se uma análise mais detalhada das regiões individuais, com ênfase nas mudanças e desenvolvimentos observados desde as duas últimas iterações do Índice.

África Oriental



* A pontuação de 2023 inclui novos indicadores de criminalidade. A média de criminalidade dos 10 mercados criminosos originais e dos 4 tipos de atores criminosos é de 5,93.



SÍNTESE

- Desde 2019, a África Oriental tem registado os mais elevados níveis de criminalidade do continente.
- A criminalidade na região é impulsionada por elevados níveis de conflitos armados e de origem étnica e pela presença de grupos armados não estatais e milícias.
- A África Oriental obteve os resultados mais elevados, em comparação com as médias continentais, no que se refere ao contrabando de migrantes, extorsão e extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção, tráfico de armas e tráfico de seres humanos.
- As actividades do Al-Shabaab em partes da Somália e nas regiões fronteiriças entre o Quênia, a Somália e a Etiópia contribuíram para as elevadas pontuações da região em matéria de extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção.
- Em sintonia com as tendências continentais, os atores criminosos foram quem mais contribuiu para as elevadas pontuações de criminalidade da região, sendo os atores integrados no Estado o tipo de ator mais influente.

Desde 2019, os níveis de criminalidade da África Oriental ultrapassaram todas as outras regiões. Inicialmente, entre 2019 e 2021, a média de criminalidade da África Oriental subiu de 5,51 para 5,66, refletindo um aumento inicial de 0,15 pontos. Posteriormente, entre 2021 e 2023, voltou a subir, desta vez 0,22 pontos, resultando numa nova média de 5,88 em 2023 e sublinhando a crescente ameaça do crime organizado. De há muito que a África Oriental enfrenta elevados níveis de conflitos armados e de origem étnica e a presença de grupos armados não estatais e milícias, importantes indutores da criminalidade.

A África Oriental inclui países que têm mercados e atores criminosos bem estabelecidos e cuja influência tem estado em constante crescimento, devido a instabilidade política e conflitos constantes. Sete dos seus nove países tiveram pontuação mais elevada do que a média do continente de 5,25 relativamente à criminalidade: Quênia (7,02); Uganda (6,55); Sudão (6,37); Sudão do Sul (6,32), Tanzânia (6,20), Somália (6,13) e Etiópia (5,68). Apenas o Djibuti (4,65) e a Eritreia (3,79) tiveram pontuação abaixo da média.

Mercados criminosos

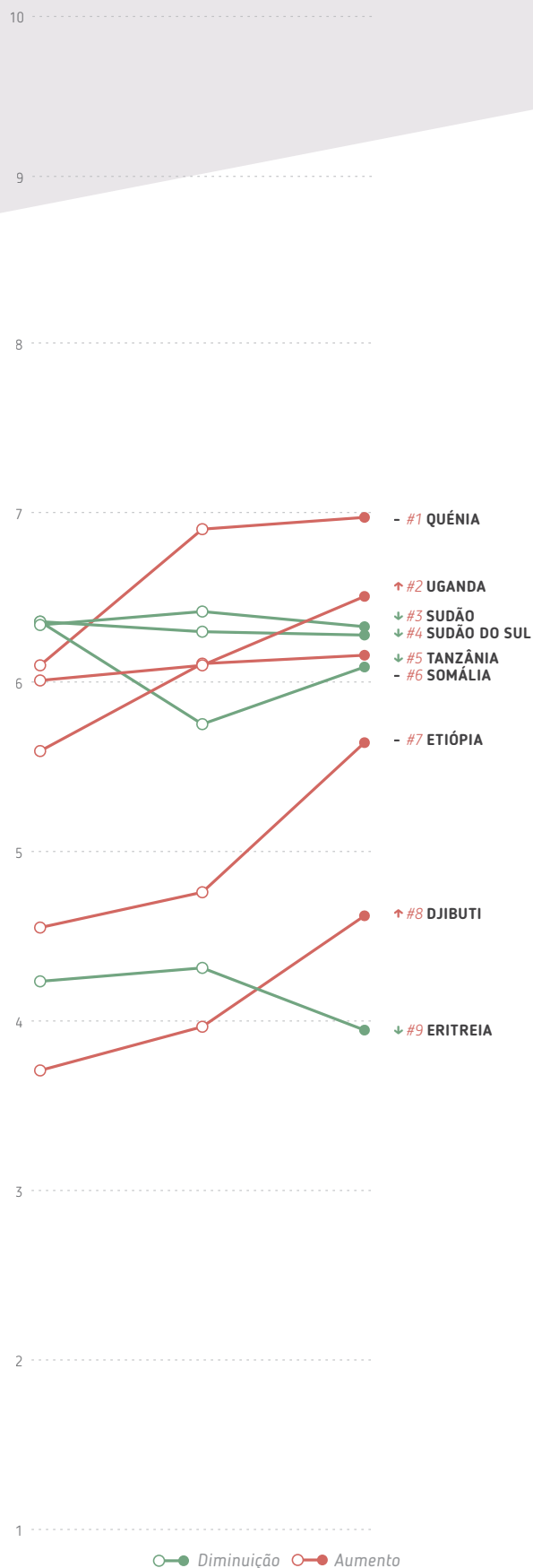
A África Oriental lidera as médias do continente em matéria de contrabando de migrantes, extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção, tráfico de armas e tráfico de seres humanos. Os dois mercados criminosos mais prevalentes na região são o tráfico de seres humanos e o tráfico de armas, ambos com a pontuação de 7,78 em 2023.

Todos os nove países da região obtiveram pontuações acima da média continental de 6,06 para o tráfico de seres humanos, exibindo níveis proeminentes deste mercado criminoso: Eritreia (9,0), Sudão do Sul (8,50), Etiópia (8,0), Quênia (8,0), Somália (8,0), Sudão (8,0), Uganda (7,50), Djibuti (6,50) e Tanzânia (6,50). O trabalho forçado e o tráfico sexual perpetrados por grupos criminosos estão generalizados em toda a região, enquanto em alguns países os atores integrados no Estado estão diretamente envolvidos em atividades de tráfico. Por exemplo, no Sudão do Sul, o recrutamento de crianças-soldado por atores integrados no Estado e não estatais continua a ser generalizado, tornando as crianças do país extremamente vulneráveis ao tráfico.³⁴

Em consonância com o agravamento dos níveis de conflito e instabilidade na região, o tráfico de armas também registou um crescimento constante desde 2019. Inicialmente identificado como o mercado criminoso mais proeminente na região, com uma pontuação de 6,78, subiu para 7,11 em 2021 para chegar a uma pontuação de 7,78 em 2023. Esta pontuação fez da África Oriental a região com a pontuação mais elevada em África e a nível mundial no

FIGURA

Tendências de criminalidade por país, África Oriental (2019–2023)

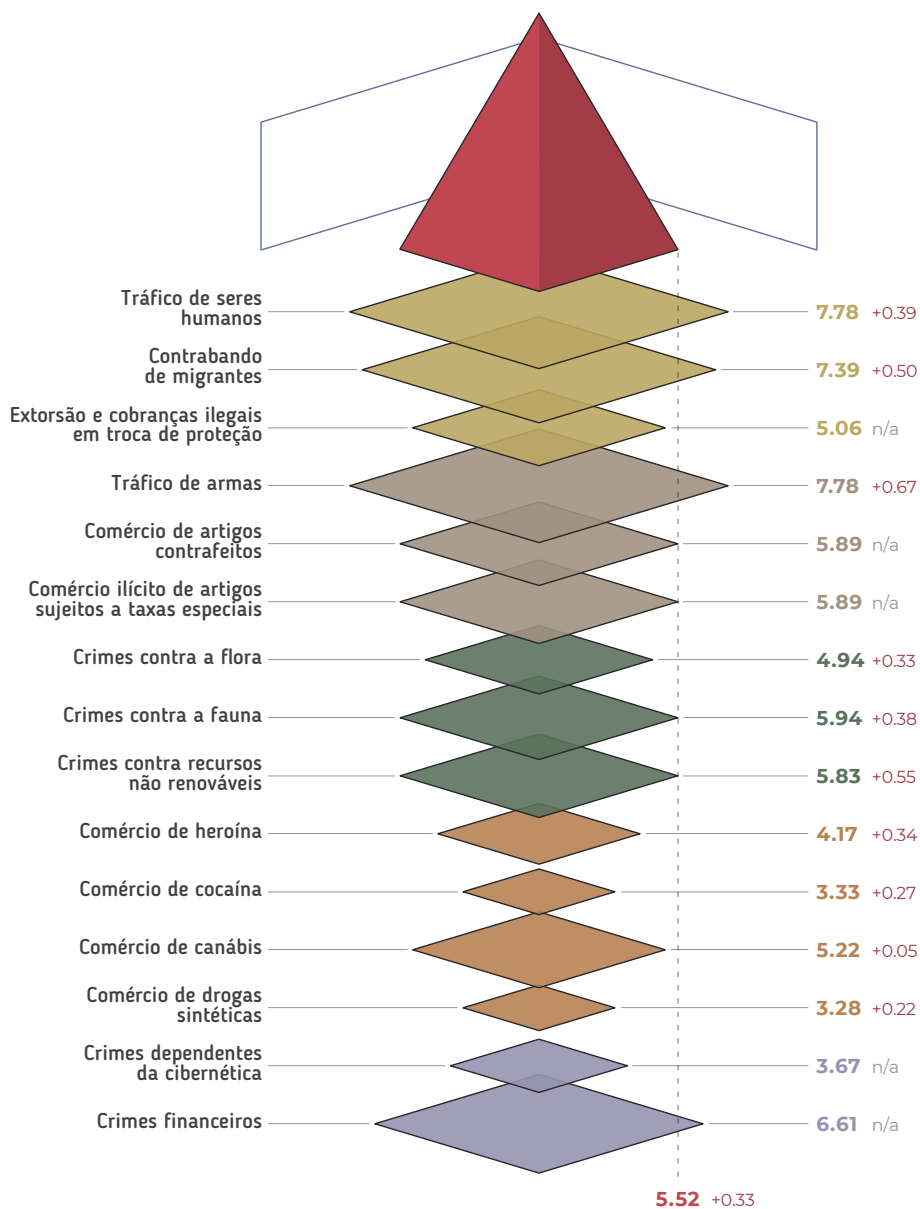


que respeita ao tráfico de armas. Isto é reflexo dos níveis de conflitos armados e de origem étnica e da instabilidade na região, bem como da presença de grupos armados não estatais e de milícias em certos países. Por exemplo, entre 2021 e 2023, a pontuação da Etiópia no tráfico de armas aumentou 1,50 pontos, para 8,50, em resultado da guerra civil em curso em Tigray. Do mesmo modo, a pontuação do Sudão aumentou 0,50 pontos, para 9,0, devido ao desvio de armas ligeiras e de pequeno calibre de zonas afectadas por conflitos. Outros países da região que obtiveram pontuações elevadas foram a Somália (9,0) e o Sudão do Sul (8,0), que também são afectados por elevados níveis de violência e conflito.

Tal como mencionado anteriormente, os conflitos armados e as guerras civis exacerbam as actividades de contrabando de migrantes, já que as pessoas recorreram a meios ilegais na esperança de escapar dos contextos inseguros e instáveis que comprometeram os seus meios de subsistência e as suas vidas. Em 2023, a África Oriental obteve uma pontuação de 7,39 para o contrabando de migrantes, um aumento de 1,17 pontos desde 2019. À exceção do Sudão do Sul (5,50), todos os países da região foram identificados como tendo níveis significativamente elevados de contrabando de migrantes, especialmente a Eritreia (9,50) e o Sudão (8,0), ambos países profundamente afetados por conflitos armados.

FIGURA 3.7

Mercados criminosos na África Oriental, 2023



Mercados criminosos com pontuação mais elevada a nível continental:

- Tráfico de seres humanos
- Contrabando de migrantes
- Extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção
- Tráfico de armas
- Comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais
- Crimes contra a fauna

Mercados criminosos com pontuação mais elevada na região:

- Tráfico de seres humanos
- Tráfico de armas

Mercado criminoso que registou o maior aumento desde 2021:

- Tráfico de armas

Extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção foi outro mercado criminoso bastante visível na região, no período em análise. Enquanto a pontuação média para este mercado criminoso é consideravelmente mais baixa do que a média dos mercados criminosos na região (5,52), com uma pontuação de 5,06, alguns países são altamente afetados por estas atividades ilícitas. A Somália, em particular, toma destaque com a maior pontuação para extorsão e cobranças

ilegais em troca de proteção na região, com 9,50. A pontuação do país deve-se à presença do Al-Shabaab, que opera segundo o seu próprio sistema de governação no interior da Somália. Outros países com alta pontuação para extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção incluem o Quênia (7,0), onde o Al-Shabaab exerce igualmente influência nas regiões fronteiriças com a Somália, e a Etiópia (6,0).

FONTE DE RENDIMENTO DO AL-SHABAAB: EXTORSÃO E COBRANÇAS ILEGAIS EM TROCA DE PROTEÇÃO

Apesar de ter sido expulso da capital, Mogadíscio, pela missão militar da União Africana em 2011, o Al-Shabaab continua a comandar grande parte do interior da Somália, incluindo partes do vale do rio Juba e outras áreas isoladas, com o seu poder a estender-se para além das áreas que controla fisicamente. O grupo gere um esquema de extorsão estruturado, bem organizado e sofisticado através do seu aparelho de “taxação” bem implantado e eficiente, que gera um superavit orçamental estimado em mais do que aquele de que dispõe o Governo Federal da Somália. Os condutores parecem preferir ser tributados pela utilização da estrada quando passam pelos postos de controlo montados pelo Al-Shabaab, porque pagam um montante fixo, ao contrário do sistema de preços aleatório e incoerente do governo. A tributação nos postos de controlo gera dezenas de milhões de dólares por ano para o grupo militante, mas o Al-Shabaab obtém igualmente receitas de outras fontes, incluindo contribuições forçadas para instituições de caridade (zakat), extorsão direta de empresas, tributação das importações para o porto de Mogadíscio e raptos para obtenção de resgate.³⁵

Os crimes ambientais prevaleceram na África Oriental, que obteve a pontuação mais elevada do continente para os crimes contra a fauna (5,94 em 2023, contra 5,56 em 2021 e 5,17 em 2019). A Tanzânia (8,0) e o Quênia (7,0) foram identificados pelos peritos como pontos de origem e de trânsito para o comércio ilegal de animais selvagens, incluindo o tráfico de chitas, presas de elefante, dentes de hipopótamo e produtos de rinoceronte, bem como de animais vivos, incluindo répteis e anfíbios, destinados aos mercados de consumo asiáticos. Os crimes contra os recursos não renováveis (5,83) foram igualmente generalizados (seis dos nove países obtiveram pontuações superiores a 5,50 em 2023), sendo os mais comuns o comércio ilícito de ouro e o contrabando de petróleo, que são facilitados pela corrupção generalizada e pelo envolvimento de actores integrados no Estado.

Os mercados de droga tiveram uma incidência menor do que os outros mercados criminosos na África Oriental. O comércio de cannabis obteve a pontuação mais elevada, com uma média de 5,22, liderado pelo Sudão (7,50), Quênia (6,50) e Etiópia (6,0), onde a cannabis é produzida para os mercados interno e regional. O papel crescente da África Oriental como ponto de trânsito fundamental no comércio global de heroína refletiu-se na sua pontuação de 4,17 (acima dos 3,83 em 2021). A Tanzânia (8,0) é um importante ponto de desembarque de heroína do sul da Ásia, que é então distribuída por todo o continente. Em comparação com os outros mercados de droga, o comércio de cocaína (3,33) e o comércio de drogas sintéticas (3,28) foram avaliados como tendo uma influência negligenciável na África Oriental, tornando-os os mercados criminosos menos prevalentes na região em comparação com todos os outros mercados criminosos.

Atores criminosos

Os atores criminosos são quem mais incentiva a criminalidade na África Oriental, que obteve a pontuação mais elevada (6,23) no continente, significativamente acima da média dos mercados criminosos de 5,52.

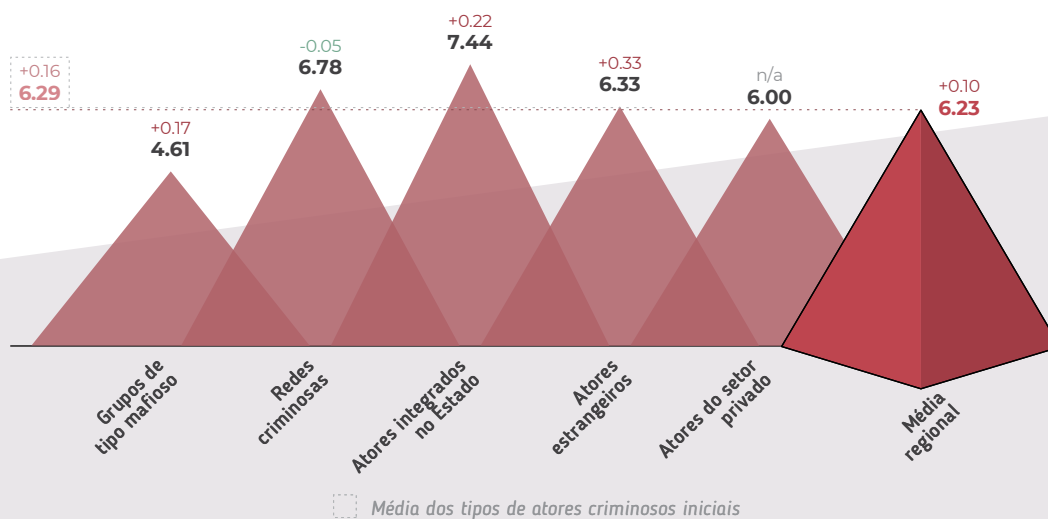
Em 2023, os atores integrados no Estado foram os atores criminosos dominantes (7,44) na região e têm-se mantido assim consistentemente desde 2019. A sua influência aumentou 0,22 pontos para uma média de 7,22 entre 2019 e 2021 e mais 0,22 pontos desde 2021, com a pontuação final a atingir 7,44. Exploram as instabilidades, o declínio do controlo estatal e a falta de Estado de direito, e estão envolvidos em mercados criminosos que vão desde o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes até ao tráfico

de droga e ao contrabando de mercadorias. Os atores integrados no Estado não só se envolvem diretamente em atividades criminosas, como também fornecem proteção a outros atores criminosos que praticam atividades ilícitas. A influência dos atores integrados no Estado foi significativa na maioria dos países da região, mas especialmente na Eritreia (9,50) e no Sudão do Sul (9,0).

Em 2023, as redes criminosas foram o segundo tipo de ator criminoso mais prevalecente, com uma pontuação de 6,78, um ligeiro declínio (-0,05) desde 2021. O alcance e a influência das redes criminosas são amplificados por ligações com redes de países vizinhos, que também estão envolvidas em mercados criminosos, como o contrabando de migrantes e o tráfico de animais selvagens.

FIGURA 3.8

Atores criminosos na África Oriental, 2023

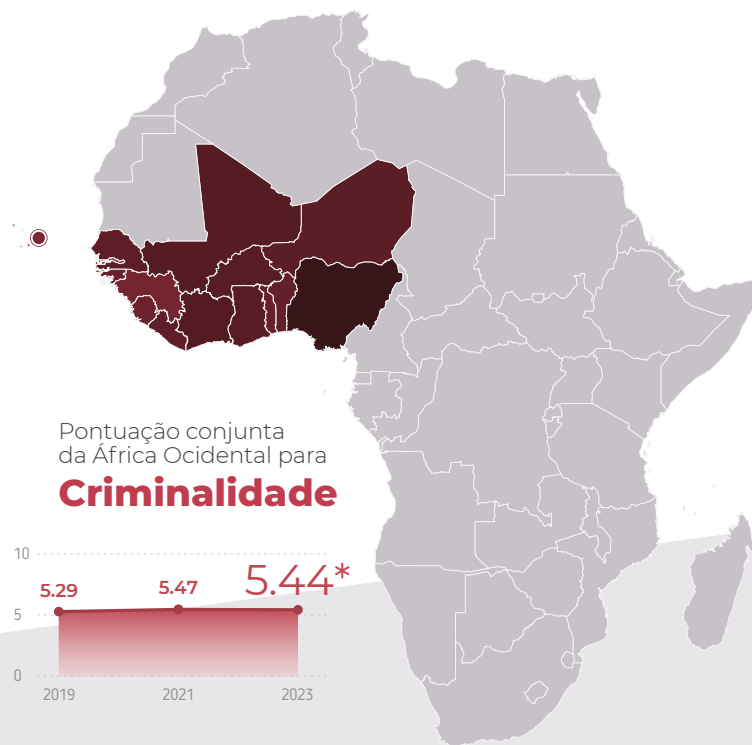


Atores estrangeiros (6,33) também estiveram ativos na África Oriental e incluíram redes originárias de outras regiões africanas, como redes da África Ocidental envolvidas em crimes ambientais e no tráfico de droga no Uganda, Tanzânia, Quênia e Etiópia. Outros atores estrangeiros incluíam atores criminosos transnacionais, como organizações chinesas envolvidas no tráfico de droga, crimes contra a fauna e lavagem de dinheiro; e grupos ligados ao Irão, Iémen, Turquia e Emirados Árabes Unidos, que se dedicam principalmente a atividades de tráfico de armas na região.

Apesar de terem obtido uma assinalável pontuação de 6,0, os atores do setor privado foram classificados em quarto lugar na região. Estes intervenientes

envolvem-se em crimes financeiros e ajudam a ocultar e a branquear o produto de atividades criminosas. Os agentes criminosos menos influentes na África Oriental foram os grupos de tipo mafioso, que aumentaram 0,11 pontos entre 2019 e 2021 e depois 0,17 pontos entre 2021 e 2023, atingindo finalmente 4,61 em 2023. Em alguns países da região, como a Tanzânia (3,50), a Etiópia (2,0), o Djibuti (1,50) e a Eritreia (1,0), a sua presença é negligenciável ou inexistente. No outro extremo do espetro, dominam como um dos tipos de atores criminosos mais proeminentes em certos países, incluindo a Somália (9,50), onde o Al-Shabaab está envolvido numa vasta panóplia de atividades ilícitas, exercendo controlo em todo o país.

África Ocidental



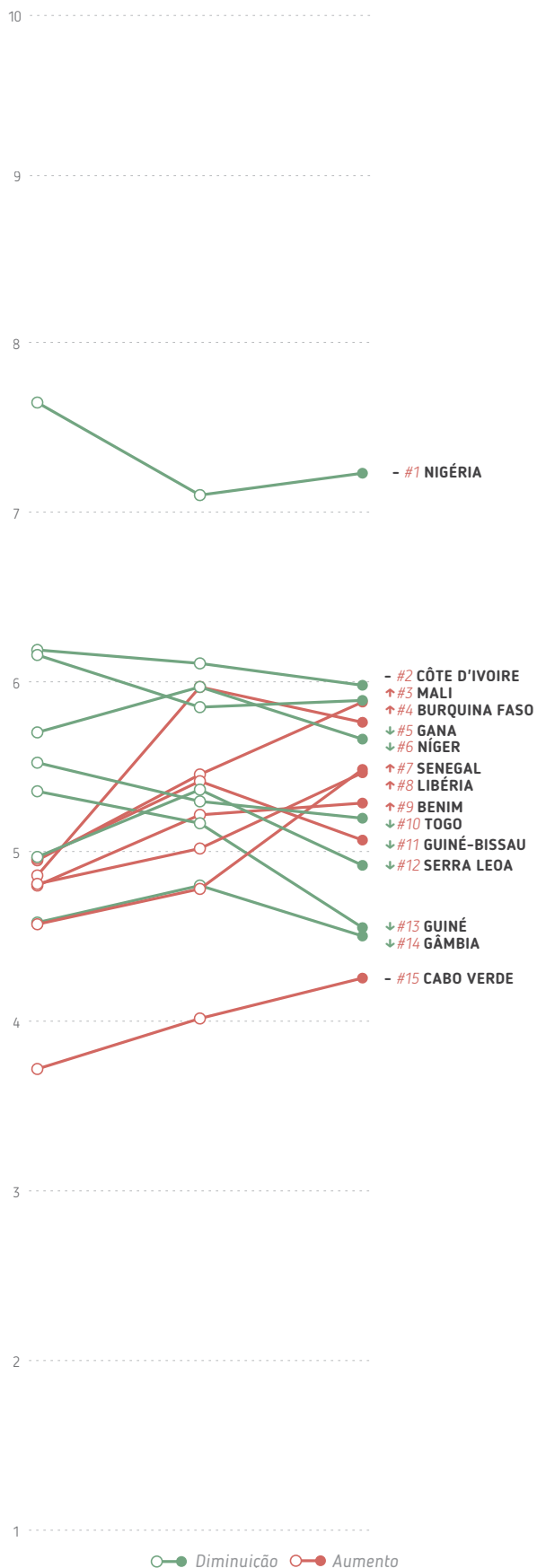
* A pontuação de 2023 inclui novos indicadores de criminalidade. A média de criminalidade dos 10 mercados criminosos originais e dos 4 tipos de atores criminosos é de 5,64.

SÍNTESE

- Desde 2019, a África Ocidental tem registado os segundos níveis mais elevados de criminalidade no continente.
- Entre 2021 e 2023, a criminalidade na África Ocidental diminuiu marginalmente devido à inclusão dos novos indicadores de criminalidade, que tiveram um impacto menos grave do que os indicadores iniciais. No entanto, a criminalidade aumentou desde 2019, quando medida pelos indicadores de criminalidade originais.
- A criminalidade na região é provocada pela instabilidade política, por conflitos armados e pelo acentuar da insegurança.
- A África Ocidental foi uma das três regiões com maior pontuação para todos os mercados criminosos do continente. Foi um dos principais polos continentais para o comércio de cocaína, sendo um ponto de trânsito bem estabelecido para a cocaína traficada da América Latina para os mercados consumidores europeus.
- Na África Ocidental, os atores estatais, as redes criminosas e os atores estrangeiros eram todos muito influentes, enquanto os grupos de tipo mafioso e os atores do setor privado estavam presentes, mas tinham pouca influência.

FIGURA 3.9

Tendências de criminalidade por país, África Ocidental (2019–2023)



A África Ocidental é uma vasta região com mais países do que qualquer outra região do continente. Em muitos destes países, a frequente instabilidade política e a violência contribuíram para exacerbar o panorama do crime organizado na região. A África Ocidental tem-se posicionado consistentemente em segundo lugar no continente em termos de níveis de criminalidade desde a primeira iteração do Índice. De uma pontuação inicial de 5,29 em 2019, a pontuação média de criminalidade da região aumentou 0,18 pontos para uma média de 5,47 em 2021, mas desde então melhorou ligeiramente, diminuindo 0,03 pontos para uma média de 5,44 em 2023. Isto deveu-se à inclusão dos novos indicadores, uma vez que o declínio na média geral da criminalidade na África Ocidental só é observado quando se considera o âmbito alargado do Índice. Com base apenas nos 10 mercados criminosos iniciais, a criminalidade da região aumentou 0,17 pontos. Esta nuance evidencia que os novos indicadores de criminalidade são menos prevalentes na África Ocidental do que em outras partes do continente.

Em 2023, a Nigéria (7,28, acima dos 7,15 em 2021) tinha os níveis mais elevados de criminalidade na África Ocidental e o segundo mais elevado em África, depois da RDC na África Central (7,35). O país é um caso isolado na região, uma vez que todos os outros países obtiveram pontuações inferiores a 6,0: do Mali (5,93) à Serra Leoa (4,95), Guiné (4,58), Gâmbia (4,53) e Cabo Verde (4,28). Nos últimos anos, o aumento do extremismo violento e a presença de grupos armados vieram ampliar o vasto espetro de mercados criminosos e a grande influência dos atores criminosos na Nigéria.

Mercados criminosos

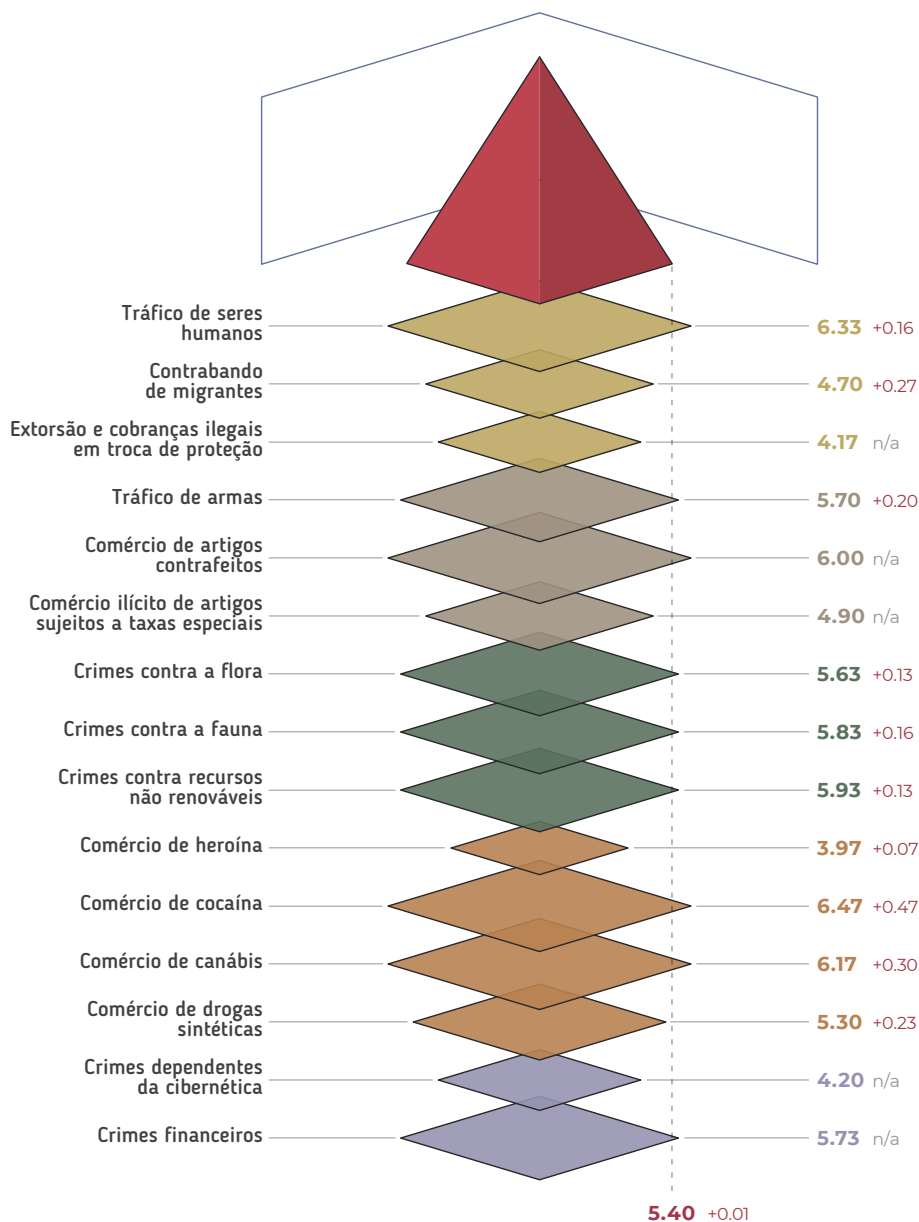
Em 2023, a África Ocidental classificou-se entre os três primeiros lugares em todos os mercados criminosos, sendo o mercado mais prevalente o comércio de cocaína. O comércio de cocaína, que já tinha aumentado 0,80 entre 2019 e 2021, registou um novo aumento de 0,47 entre 2021 e 2023, culminando numa pontuação média regional de 6,47. A região é um ponto de transbordo consolidado para a cocaína da América Latina destinada aos mercados de consumo europeus e está a ganhar importância, como demonstrado, entre outros aspetos, pelo número crescente de apreensões declaradas em 2021 e 2022.³⁶ Durante este período, as autoridades competentes de Cabo Verde (7,50), da Nigéria (7,0), da Gâmbia (7,0) e da Costa do Marfim (5,50) realizaram apreensões de cocaína consideráveis. Além disso, os dados de apreensão das autoridades brasileiras

identificaram o Benim (7,0), a Nigéria (7,0), a Guiné (7,0) e Cabo Verde (7,50) como os destinos mais comuns do tráfico de cocaína. Os níveis crescentes de apreensões sublinham a importância crescente da África Ocidental no comércio transnacional de cocaína, aproveitando o seu estatuto já comprovado como ponto de transbordo.³⁷

Outros mercados de drogas que também cresceram desde 2019 incluem o comércio de cannabis (6,17 em 2023, +0,47 pontos desde a primeira iteração do

Índice) e o comércio de drogas sintéticas (5,30 em 2023, +0,50 pontos). O aumento notável no comércio de drogas sintéticas deveu-se principalmente ao uso não médico de tramadol na região, particularmente na Nigéria (8,50), Níger (7,50), Gana (7,0) e Mali (7,0), que servem tanto como países de trânsito como de destino e têm mercados internos em expansão. Em 2023, o comércio de heroína obteve uma pontuação de 3,97 (+0,07 pontos), tendo diminuído 0,33 pontos entre 2019 e 2021.

FIGURA 3.10
Mercados criminosos na África Ocidental, 2023



Mercados criminosos com pontuação mais elevada a nível continental:

- Comércio de cocaína
- Crimes dependentes da cibernética

Mercados criminosos com pontuação mais elevada na região:

- Comércio de cocaína

Mercado criminoso que registou o maior aumento desde 2021:

- Comércio de cocaína

A África Ocidental liderou o continente em matéria de crimes dependentes da cibernética, com uma pontuação de 4,20 em 2023.

A seguir ao tráfico de cocaína, o tráfico de seres humanos (6,33) foi o segundo mercado criminoso mais prevalente na África Ocidental, com um aumento de 0,16 pontos desde 2021. Depois da África Oriental, a região obteve a pontuação mais elevada para este mercado criminoso no continente. A instabilidade política, o aumento da violência e a insegurança financeira intensificaram os níveis de tráfico de seres humanos e tornaram

homens, mulheres e crianças mais vulneráveis.³⁸ O trabalho forçado na venda ambulante, na agricultura e na extração mineira artesanal, a mendicidade forçada e a exploração sexual estão generalizados em toda a região. Os grupos armados não estatais também recrutam crianças-soldado em países afectados por conflitos, como o Mali (7,50), a Nigéria (7,50) e o Burquina Faso (7,0). O mercado do tráfico de seres humanos expandiu-se ainda mais devido ao aumento do número de migrantes, que são particularmente vulneráveis a estas práticas ilícitas. Esta situação também se reflectiu no aumento do contrabando de migrantes, que aumentou 0,20 pontos entre 2019 e 2021 e depois mais 0,27 pontos, atingindo uma pontuação de 4,70 em 2023.

A África Ocidental liderou o continente em crimes dependentes da cibernética, com uma pontuação de 4,20 em 2023, apesar de este ser o segundo mercado criminoso menos difundido na região. As actividades criminosas classificadas como dependentes da cibernética incluem software maligno, *ransomware* e ataque de negação de serviço (DDoS), que visam tanto as infra-estruturas governamentais como os indivíduos. A pontuação regional foi liderada pela Nigéria (8,0), que é reconhecida como um epicentro da cibercriminalidade em África e a nível mundial. Os atores que operam no país têm estado envolvidos na cibercriminalidade em grande escala, incluindo a disseminação de *malware* através de links maliciosos, que num caso foi disfarçado como informação sobre as consultas de vacinação contra a COVID-19.³⁹ Em 2022, os servidores da Nigéria foram responsáveis pela distribuição de software malicioso dirigido a 56 instituições financeiras na Europa⁴⁰ e pelo ataque ao sistema da Oil India, uma empresa petrolífera nacional indiana, utilizando *malware* russo.⁴¹

O segundo mercado criminoso menos presente na África Ocidental foi a extorsão e cobranças ilegais em troca de protecção (4,17), um indicador recentemente

adicionado. Depois de se terem mantido estáveis (50-100 incidentes), os incidentes de rapto em toda a região aumentaram entre 2012 e 2016, tendo sido registados cerca de 1 193 incidentes entre 2017 e 2021 (um aumento de 829 %) e a tendência não mostra sinais de abrandamento.⁴² O rapto com pedido de resgate é utilizado por redes criminosas para gerar rendimentos alternativos e por grupos armados para intimidar, punir e recrutar em contexto de guerra.⁴³ Os níveis mais elevados registaram-se no Mali (8,0), na Nigéria (8,0) e no Burquina Faso (6,50),⁴⁴ sendo a Nigéria responsável por quase metade de todos os incidentes em 2022. Observou-se que tais actividades ilícitas se propagaram a outras partes da região, como a Costa do Marfim (5,50) e o Benim (4,0), à medida que o extremismo violento e os conflitos dos países da região do Sahel se propagam ao resto da África Ocidental. O acompanhamento destas actividades é relevante devido à forte ligação entre os conflitos e os raptos com pedido de resgate, uma vez que o aumento dos incidentes de rapto pode proporcionar “uma visão das tensões variáveis, das operações dos grupos armados e das dinâmicas dos conflitos”.⁴⁵

Em contrapartida, os restantes mercados criminosos recentemente adicionados foram considerados mais prevaletentes do que a extorsão e cobranças ilegais em troca de protecção e os crimes dependentes da cibernética, com o comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais a obter uma pontuação de 4,90, os crimes financeiros a obter uma pontuação de 5,73 e o comércio de artigos contrafeitos a obter a pontuação mais elevada, com 6,0. A pontuação regional para o comércio de artigos contrafeitos é motivada pela generalização de produtos farmacêuticos contrafeitos na África Ocidental, que se tornou um importante centro de distribuição destes produtos,⁴⁶ especialmente medicamentos contra a malária, anti-inflamatórios e antibióticos, que representam uma grande ameaça para a saúde pública na região. Esta economia ilícita afeta 10 dos 15 países da África Ocidental, sendo os mais afectados a Nigéria (8,0), o Senegal (7,50), o Níger (7,0), o Benim (7,0), a Costa do Marfim (7,0) e o Togo (7,0).

Crimes ambientais foram prevalentes na África Ocidental e exacerbados por conflitos, extremismo violento e instabilidade. Crimes contra a flora (5,63), crimes contra a fauna (5,83) e os crimes contra os recursos não renováveis (5,93) aumentaram desde 2021 (0,13, 0,16 e 0,13 pontos, respetivamente). Crimes contra recursos não renováveis incluem a tomada de controlo, por grupos armados, de vários locais de mineração ou (onde não têm controlo direto) tributam ilicitamente a mineração de ouro e os fluxos de ouro. Desde 2021, o tráfico de armas também aumentou, em 0,20 pontos, para 5,70.

O MERCADO MÉDICO DA ÁFRICA OCIDENTAL

Estima-se que entre 20% e 60% do mercado médico da África Ocidental seja constituído por produtos médicos contrafeitos e de baixa qualidade.⁴⁷ Este mercado ilícito está avaliado em cerca de mil milhões de dólares, segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).⁴⁸ Nos últimos anos, especialmente durante a pandemia da COVID-19, o comércio mundial de produtos médicos contrafeitos expandiu-se, mas foi mais acentuado na África Ocidental. Isto deve-se em grande parte à elevada prevalência de doenças transmissíveis na região, incluindo malária e VIH/SIDA, e à limitada disponibilidade e acesso a produtos médicos. O problema é agravado por falta de estruturas jurídicas eficazes, deficiente aplicação da lei, corrupção generalizada e escassez de recursos.

Medicamentos falsificados e de qualidade inferior são produzidos em laboratórios locais e estrangeiros (e por vezes ilegais) utilizando ingredientes farmacêuticos menos activos. Embora variações na procura influenciem a dinâmica deste mercado criminoso, os medicamentos anti-malária são um dos produtos médicos contrafeitos mais comuns na África Ocidental, que tem taxas de malária mais elevadas do que outras partes do continente.⁴⁹ A contrafação de antibióticos e de anti-retrovirais (para o tratamento do VIH/SIDA) também é comum nos países da África Ocidental, mas os tipos específicos de medicamentos contrafeitos produzidos variam em função da procura. Por exemplo, os xaropes para a tosse são produzidos no inverno e a cloroquina foi fabricada durante o auge da pandemia da COVID-19.

O mercado de medicamentos contrafeitos é especialmente atrativo para as organizações criminosas porque combina uma elevada rentabilidade e um risco relativamente baixo em comparação com outros mercados ilícitos, no caso do comércio de cocaína. De facto, alguns países da África Ocidental, como o Burquina Faso, nem sequer criminalizam a contrafação de produtos médicos,⁵⁰ enquanto outros países, como a Guiné, podem ter regulamentos específicos relacionados com a contrafação de produtos médicos, mas tendem a impor penas menos severas do que para outras formas de crime organizado.⁵¹



Atores criminosos

À exceção dos grupos de estilo mafioso e dos atores do setor privado, todos os atores criminosos exercem uma influência substancial na África Ocidental, com as suas pontuações a variar entre 6,40 e 6,93. Entre eles, os atores integrados no Estado (6,93) dominaram, tendo aumentado 0,20 pontos desde 2019. Nos países da África Ocidental, a corrupção permeia todos os níveis do Estado, com atores integrados no Estado cúmplices em mercados criminosos, particularmente o tráfico de droga e crimes ambientais.⁵² Esta situação foi mais evidente na Guiné-Bissau (8,50) e no Níger (8,50), que elevam a média regional.

Entre 2021 e 2023, as redes criminosas, que são grupos criminosos com estruturas flexíveis, alargaram a sua influência em toda a região, obtendo 6,63 pontos (+0,20 pontos). A Nigéria (8,50) confronta-se com grupos de banditismo e várias facções criminosas envolvidas em raptos para obtenção de resgate, tráfico de armas e roubo de gado. Calcula-se que mais de 30.000 bandidos estejam activos no noroeste da Nigéria, que é particularmente vulnerável devido às suas fronteiras porosas, às minas de ouro ilegais e à insuficiente capacidade de aplicação da lei.⁵³

Na África Ocidental, atores estrangeiros (6,40) tiveram maior influência no Benim (8,0), na Nigéria (7,50), na Costa do Marfim (7,50) e na Serra Leoa (7,50). Estão estreitamente associados a redes criminosas

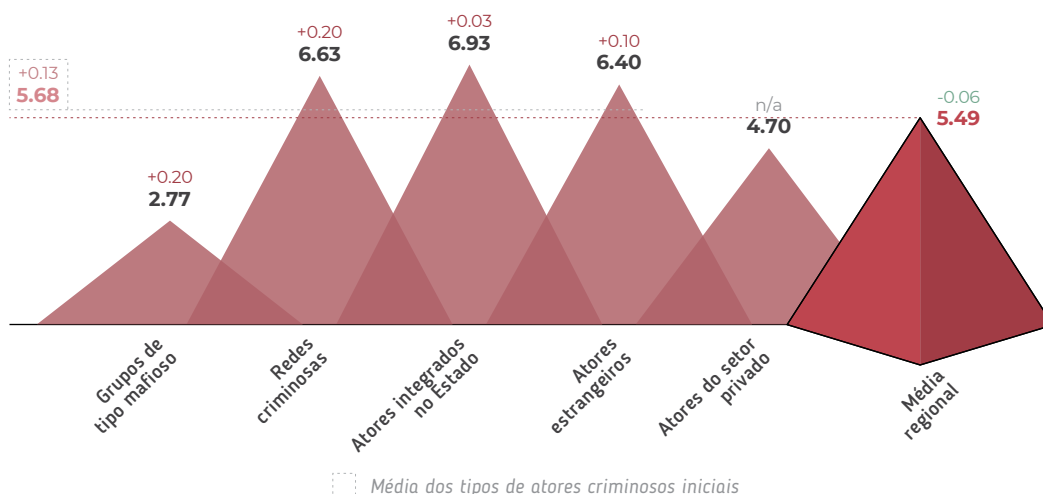
e colaboram em vários mercados criminosos, nomeadamente no tráfico de droga. Por exemplo, existem indícios substanciais de que a 'Ndrangheta, sediada na Calábria, e o Primeiro Comando da Capital, uma rede criminosa do Brasil, utilizam a África Ocidental como rota para o contrabando de cocaína. A Costa do Marfim (7,50) parece ser um reduto da 'Ndrangheta e um ponto de trânsito para o tráfico de cocaína que se estende a outros países, incluindo Cabo Verde (7,0), Senegal (6,50), Gana (6,50) e Níger (5,50).⁵⁴ Em comparação com o resto da região, os atores estrangeiros tiveram menos influência na Gâmbia (4,0) e no Mali (4,0).

Atores do setor privado (4,70) não tiveram influência significativa sobre a região como um todo, mas foram influentes na Nigéria (7,0) e no Senegal (7,0), onde estão envolvidos em crimes ambientais e crimes financeiros, com a conivência de atores integrados no Estado.⁵⁵

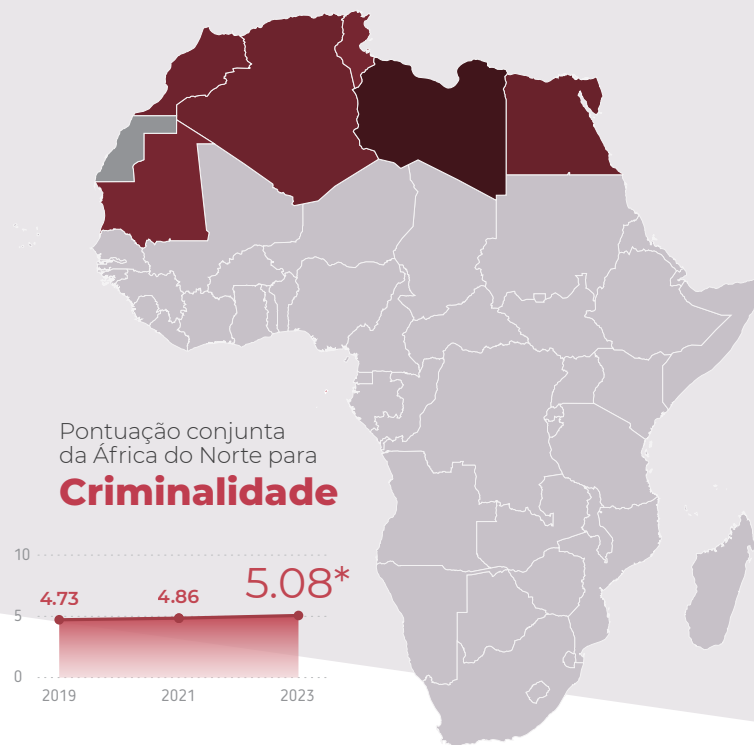
Por último, grupos de tipo mafioso (2,77) foram o tipo de ator criminoso menos influente na África Ocidental, apesar de um aumento de 0,34 pontos desde 2019. A elevada pontuação de 5,50 da Nigéria deveu-se primordialmente à influência de longo alcance do Black Axe, um grupo de tipo mafioso que se dedica ao tráfico de seres humanos, a crimes dependentes da cibernética e a crimes financeiros, e comete atos de violência extremos.⁵⁶

FIGURA 3.11

Atores criminosos na África Ocidental, 2023

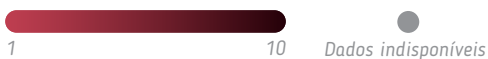


África do Norte



* A pontuação de 2023 inclui novos indicadores de criminalidade. A média de criminalidade dos 10 mercados criminosos originais e dos 4 tipos de atores criminosos é de 5,17.

PONTUAÇÃO DE CRIMINALIDADE

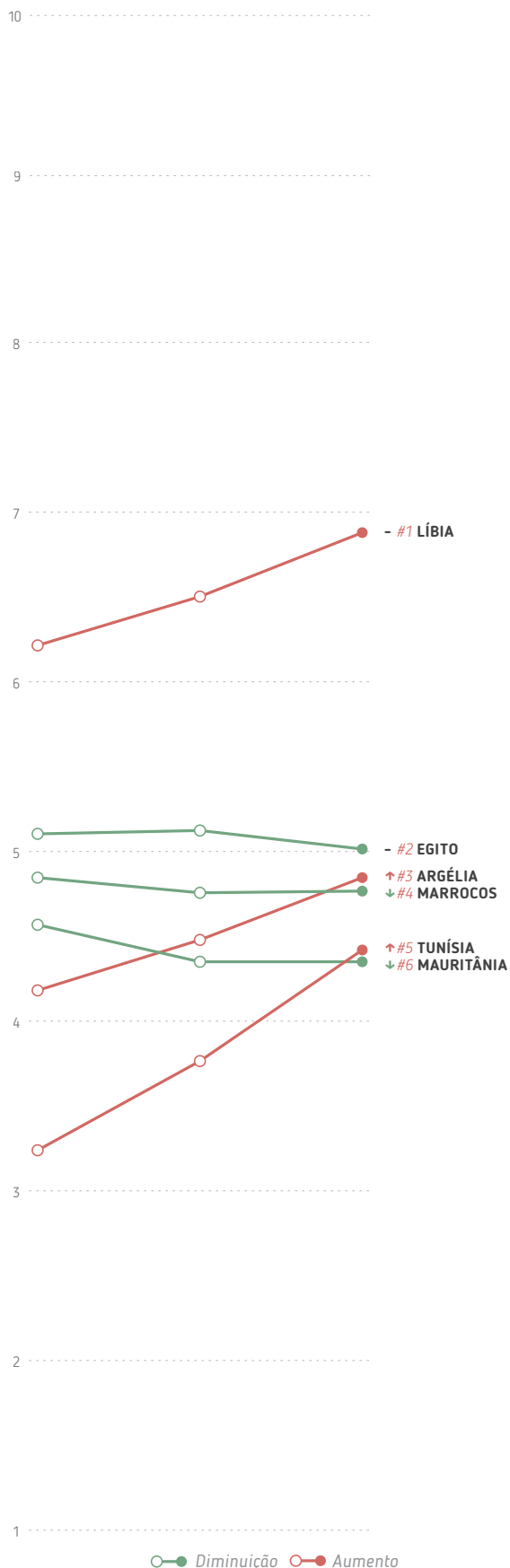


SÍNTESE

- Em 2023, a África do Norte apresentava o terceiro nível de criminalidade mais elevado do continente, em comparação com o quarto nível mais elevado em 2019 e 2021.
- A África do Norte destaca-se como a região com a pontuação mais elevada em matéria de crimes financeiros em África e no mundo.
- Em África, a África do Norte ocupava o primeiro lugar no comércio de cannabis e de drogas sintéticas.
- O tráfico de seres humanos diminuiu na região, mas o contrabando de migrantes aumentou consideravelmente devido ao aumento da migração da Líbia e da Tunísia para a Europa.
- Desde 2021, todos os tipos de atores criminosos aumentaram a sua influência, especialmente os atores integrados no Estado, embora os grupos de tipo mafioso continuem a ser os menos influentes.

FIGURA 3.12

Tendências de criminalidade por país, África do Norte (2019–2023)



Ainda que inferior à média continental, a criminalidade na África do Norte tem aumentado de forma constante desde 2019 (4,73) e especialmente entre 2021 (4,86) e 2023, quando aumentou 0,22 pontos para 5,08. Isto fez com que a região passasse do quarto para o terceiro lugar em termos de criminalidade em África e demonstra que o crime organizado é uma ameaça substancial que continua a prejudicar a segurança e a proteção na África do Norte.

A criminalidade aumentou, mas está distribuída de forma desigual pelos seis países da região, com focos de crime organizado concentrados em certos países. Dos seis países da África do Norte, a Líbia foi identificada como tendo a pontuação mais alta em termos de criminalidade geral. Com 6,93 (+0,38 desde 2021), o país é também o quinto com a pontuação mais elevada no continente africano como um todo. Na região, a Líbia é seguida pelo Egito, que apresenta níveis comparativamente mais baixos de criminalidade organizada, com uma pontuação de 5,05 em 2023, menos 0,11 pontos do que em 2021. No outro extremo do espectro, embora com pontuações de criminalidade ligeiramente mais moderadas, a Tunísia e a Argélia registaram um aumento contínuo da criminalidade ao longo dos anos, atingindo pontuações médias respetivas de 4,45 (+0,66 desde 2021) e 4,88 (+0,37 desde 2021) no último período de referência. Marrocos e a Mauritânia foram identificados como tendo registado tendências diversas ao longo dos anos, com médias de criminalidade de 4,80 e 4,38, respetivamente, em 2023, permanecendo em grande parte as mesmas que em 2021 (4,79 para Marrocos e 4,38 para a Mauritânia), mas diminuições notáveis desde 2019, onde foram registadas as seguintes médias: 4,88 para Marrocos e 4,60 para a Mauritânia.

Mercados criminosos

Em 2023, a África do Norte liderou o continente no comércio de canábis (7,42) e no comércio de drogas sintéticas (6,17). O comércio de canábis é dominado por Marrocos, com uma pontuação de 9,0, que se manteve inalterada desde 2019. Marrocos é um dos maiores produtores de resina de canábis do mundo, com a maior parte da sua produção destinada à Europa e a outros mercados africanos. Em outras partes da região, são cultivadas quantidades menores de canábis, mas principalmente para consumo nacional. Embora o cultivo e a produção se concentrem em Marrocos, o tráfico de canábis é prevalente na Argélia (7,0), que tem ligações de longa data a Marrocos. A Argélia é um importante mercado de destino e de trânsito, sendo o haxixe

contrabandeado através das fronteiras do sul do país. Entre 2021 e 2023, a Tunísia registou um aumento acentuado do comércio de canábis, de 5,0 em 2019 e 2021 para 7,0 em 2023. A canábis é agora a droga mais consumida no país, e a sua razoabilidade de preço e acessibilidade levaram a um aumento do consumo entre estudantes do ensino básico e secundário, uma tendência preocupante com um impacto negativo significativo na sociedade.⁵⁷ Em 2022, as autoridades tunisinas, que seguem uma abordagem de tolerância zero, goraram muitas tentativas de contrabando de canábis e apreenderam grandes quantidades da droga.

A Tunísia também constatou um forte aumento no comércio de drogas sintéticas, passando de uma pontuação de 4,0 entre 2019 e 2021 para 6,0 em 2023. As drogas sintéticas, incluindo a pregabalina, são contrabandeadas da Europa e dos países vizinhos para a Tunísia, a Argélia (6,50) e a Líbia (7,50). No entanto, o Egito (8,0 em 2023, contra 7,0 em 2021 e 2019) continuou a ser o principal polo do comércio de drogas sintéticas na África do Norte, devido, em grande medida, ao consumo e ao tráfico de tramadol (a partir da Líbia ou utilizando rotas marítimas) e de Captagon (a partir do Líbano e da Síria a caminho de outros países árabes).⁵⁸ Existe também uma preocupação crescente com os possíveis efeitos colaterais do aumento da produção de metanfetaminas no Afeganistão sobre o mercado egípcio.

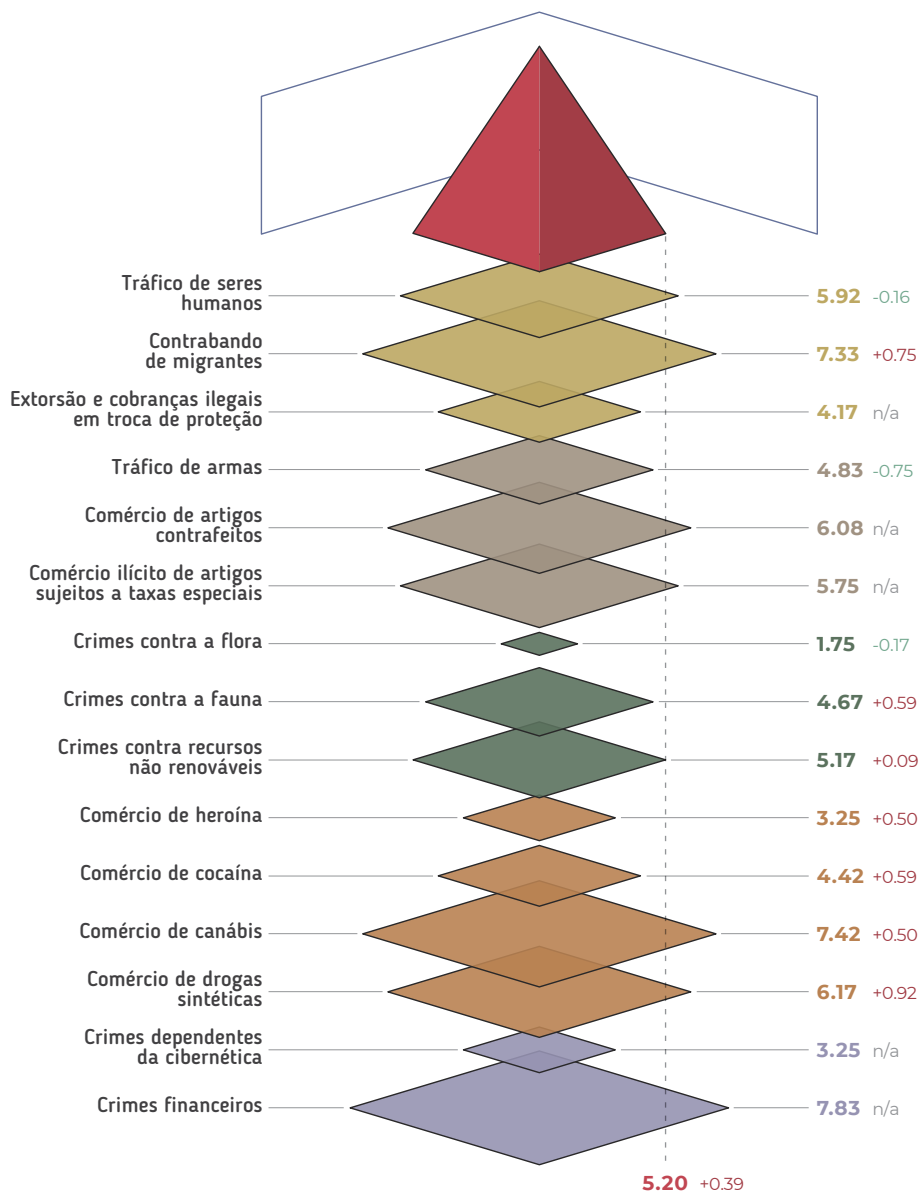
Em 2023, o comércio de heroína (3,25) e o comércio de cocaína (4,42) na região foram relativamente limitados, mas ambos aumentaram de forma constante desde 2019. O aumento do comércio de cocaína deveu-se, em parte, à queda dos preços da cocaína e foi estimulado por um maior consumo em países como a Líbia, a Tunísia e Marrocos, que são pontos de transferência de cocaína destinada aos mercados europeus. Do mesmo modo, a heroína tem vindo a expandir-se nos países da África do Norte, embora em menor escala.

A África do Norte (7,83) obteve a pontuação mais elevada em matéria de crimes financeiros em África e no mundo. Os crimes financeiros infiltraram-se na economia legítima, ajudados pelas ligações entre famílias poderosas, empresários e elites governantes. A vulnerabilidade da região à fraude, ao desvio de fundos e à evasão fiscal é ainda agravada pela falta de transparência operacional do setor financeiro e pela preponderância da informalidade. A situação na Líbia (9,50) é crónica, onde um Estado enfraquecido desde a revolta de 2011 agravou os problemas causados pelo desvio de fundos, a fraude no setor público, grande corrupção e evasão fiscal ao longo dos anos. Em 2022, investigações descobriram que funcionários e empresários líbios tinham desviado dezenas de milhões de dólares destinados a projectos de infra-estruturas adjudicados durante a era de Gadafi.⁵⁹ Outros países da região, incluindo a Argélia, o Egito e a Tunísia (todos com 8,0), Marrocos (7,50) e a Mauritânia (6,0), foram também apreciados como tendo níveis generalizados de crime financeiro.

O comércio ilícito de artigos contrafeitos (6,08) encontrava-se disseminado na região, liderado por Marrocos (6,50), seguido de perto pelos outros cinco países, que obtiveram todos 6,0. A débil aplicação da lei, impostos baixos e controlos aduaneiros pouco rigorosos nas zonas francas fazem do comércio de artigos contrafeitos um mercado próspero em Marrocos, que, segundo os peritos, serve principalmente de país de origem para os produtos destinados à Europa.⁶⁰ A África do Norte regista igualmente os níveis mais elevados de comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais (5,75) do continente, liderado pela Líbia (7,0) e pela Argélia (6,50). Vários produtos (especialmente cigarros) são contrabandeados ao longo da "rota do Magrebe", dos países subsarianos para os portos da Líbia e da Argélia. Estes produtos ilegais acabam, na sua maioria, na Europa, mas também abastecem os mercados internos dos países do Norte de África. Por exemplo, a maior parte dos cigarros fumados na Líbia são ilícitos.⁶¹ O Egito (3,50) apresentou os níveis mais baixos de comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais entre os países da África do Norte.

FIGURA 3.13

Mercados criminosos na África do Norte, 2023



Mercados criminosos com pontuação mais elevada a nível continental:

- Comércio de artigos contrafeitos
- Comércio de canábis
- Comércio de drogas sintéticas
- Crimes financeiros

Mercados criminosos com pontuação mais elevada na região:

- Crimes financeiros

Mercado criminoso que registou o maior aumento desde 2021:

- Comércio de drogas sintéticas

Entre os indicadores de mercados criminosos recentemente adicionados, os crimes dependentes da cibernética e a extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção foram comparativamente limitados na região em relação a outras economias ilícitas, com médias regionais de 3,25 e 4,17, respetivamente. Os crimes dependentes da cibernética estão atualmente subdesenvolvidos nos países da África do Norte, mas existem preocupações quanto à sua possível disseminação nos próximos anos, particularmente devido à falta de legislação específica centrada na cibersegurança e à limitada sensibilização para os riscos associados a este tipo

de crime. A extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção (4,17) também foram limitadas na região, com exceção da Líbia (9,0), onde os raptos com pedido de resgate, os assaltos, os roubos de automóveis e outras práticas de extorsão dirigidas a indivíduos contrabandeados são importantes fontes de rendimento para os grupos armados.⁶² De acordo com os peritos, os grupos criminosos na Líbia também exigem frequentemente dinheiro de proteção aos mercados ou empresas locais.⁶³

Em 2023, o contrabando de migrantes (7,33) e o tráfico de seres humanos (5,92) estavam generalizados na região, onde a exploração de migrantes e outros grupos vulneráveis é comum. Entre 2021 e 2023, o tráfico de seres humanos diminuiu ligeiramente (-0,17), provavelmente como consequência do levantamento das medidas restritivas relacionadas com a pandemia, que em alguns casos agravaram as situações de exploração e escravatura. Em contrapartida, o contrabando de seres humanos aumentou significativamente (+0,75), liderado pela Líbia (9,50, +1,50) e pela Tunísia (8,0, +1,0). Em 2022, mais migrantes deixaram a costa da Líbia em direção à Europa do que em qualquer outro ano desde 2017, motivados pela "recessão económica mundial, pelo regresso a níveis normais de mobilidade" e por um enfraquecimento geral das capacidades de repressão da criminalidade por parte das autoridades policiais, o que criou oportunidades para os passadores de migrantes.⁶⁴ Analogamente, na Tunísia, a prolongada crise política e económica, que nos últimos anos afetou a prestação de serviços essenciais como a água e a saúde, conduziu a um aumento da migração, continuando os passadores de migrantes a ser a principal opção para os migrantes tunisinos e estrangeiros que procuram chegar à Europa.

Depois de aumentar entre 2019 e 2021, o tráfico de armas na região diminuiu ligeiramente nos dois anos seguintes, passando de 5,58 em 2021 para 4,83 em 2023. É provável que este facto reflita um certo grau de estabilização política na Líbia e a diminuição dos ataques de extremistas violentos e da circulação ilegal de armas, coincidindo com uma maior vigilância territorial.

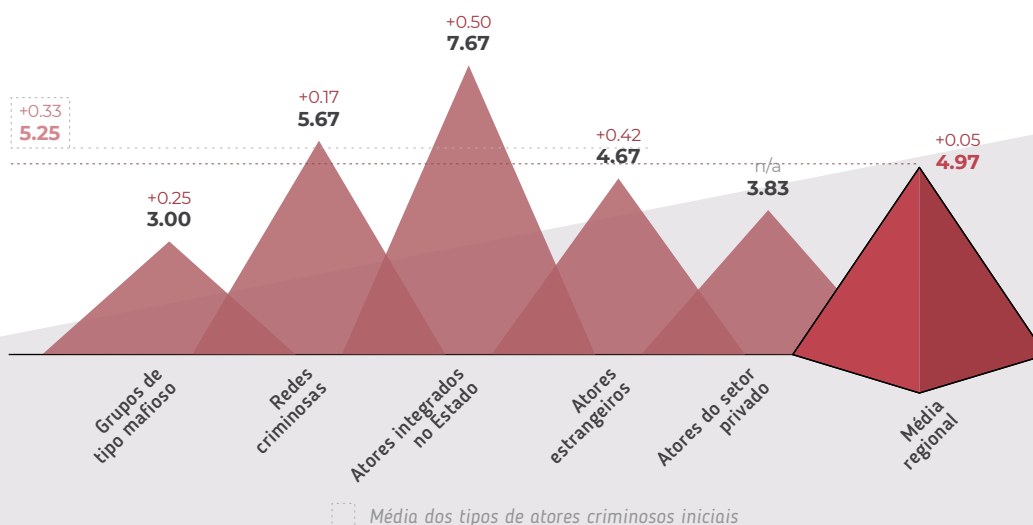
No que respeita aos crimes ambientais, os crimes contra a flora foram considerados insignificantes na região (1,75), enquanto os crimes contra a fauna foram considerados comparativamente mais prevalentes (com uma média regional de 4,67). Em contrapartida, os crimes contra os recursos não renováveis foram considerados muito mais prevalentes, com uma média regional de 5,17. Na Líbia (9,50), o petróleo e o gás continuaram a estar no centro da indústria do contrabando, enquanto o tráfico ilegal de ouro extraído de minas artesanais em zonas remotas, como a zona da tríplice fronteira com o Níger (7,50) e o Chade (8,0), aumentou. Na Argélia, rica em petróleo (7,0), o contrabando de combustível e de ouro constituía uma importante fonte de lucro para os grupos criminosos.

Atores criminosos

Entre 2021 e 2023, todos os atores criminosos aumentaram a sua influência na África do Norte. Os atores integrados no Estado continuaram a dominar na região (7,67, +0,50), especialmente na Líbia (9,50), mas também nos outros países (todos com pontuação acima de 6,50). As redes criminosas (5,67, +0,17 desde 2021) também foram difundidas, envolvendo-se no comércio ilícito de uma série de mercadorias, desde droga a artigos contrafeitos, bem como de pessoas.

FIGURA 3.14

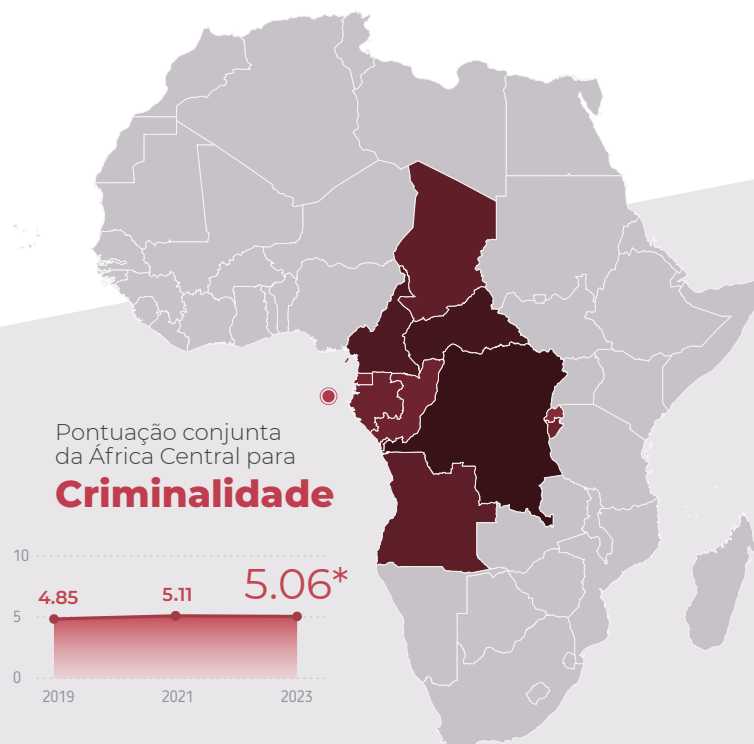
Atores criminosos na África do Norte, 2023



Desde 2021, os atores estrangeiros ganharam peso. Após um declínio de 0,42 pontos entre 2019 e 2021, devido ao encerramento das fronteiras relacionado com a COVID-19, os atores estrangeiros regressaram aos níveis anteriores à pandemia em 2023, aumentando para 4,67 (+0,42). Estão envolvidos em diferentes economias criminosas. Por exemplo, sabe-se que mercenários e grupos armados estrangeiros operam na Líbia (5,50), incluindo combatentes chadianos e do Sudão.⁶⁵ A Mauritânia (6,0) tinha um nível particularmente elevado de atores estrangeiros devido à sua localização, no centro das rotas da África Ocidental, Central e do Norte. Grupos de Marrocos, Argélia, Mali e Senegal estão alegadamente envolvidos nos mercados de tráfico de droga e de seres humanos da Mauritânia.

Embora identificados como o ator menos difundido a nível regional, os grupos de tipo mafioso foram influentes na Líbia (9,0), mas menos no Egito (3,0) e na Argélia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia (todos com 1,50). Os atores do setor privado tiveram muito pouca influência na África do Norte (3,83), com a Líbia (5,0), a Tunísia (4,50) e a Argélia (4,0) a registarem níveis ligeiramente superiores aos dos seus vizinhos. A maioria dos atores do setor privado está envolvida em atividades de corrupção ou de lavagem de dinheiro, frequentemente em colaboração com atores integrados no Estado.

África Central

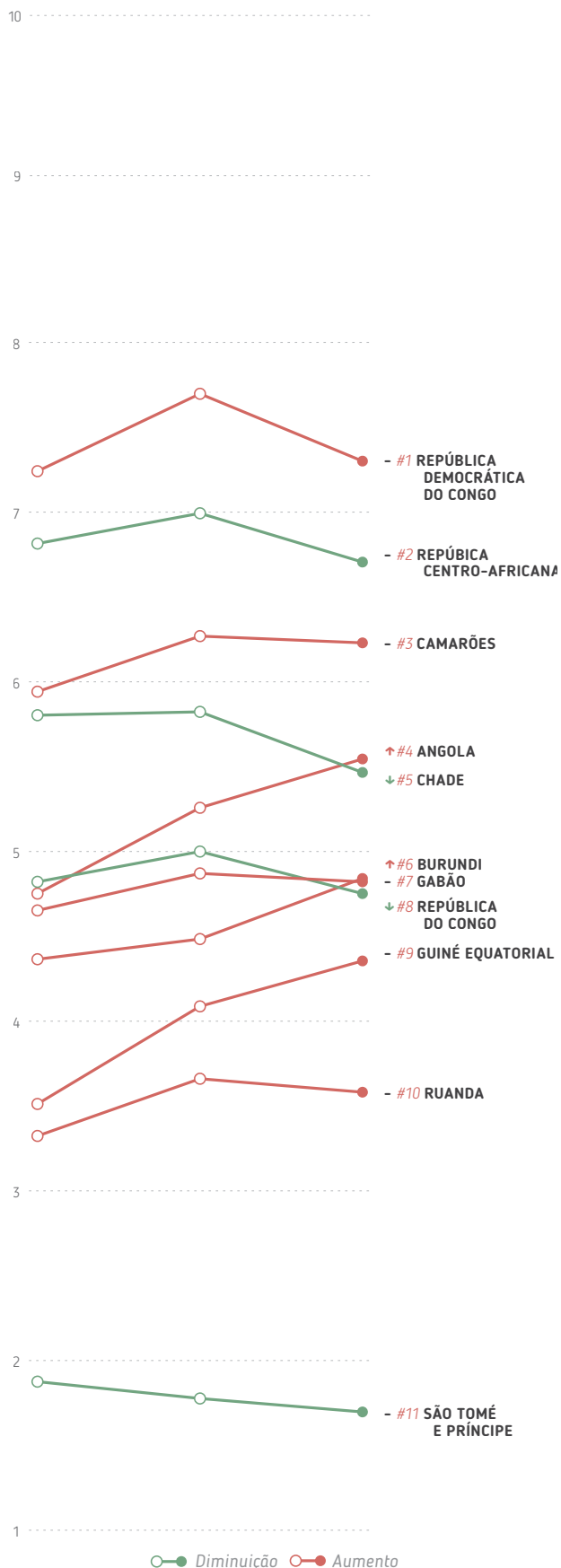


* A pontuação de 2023 inclui novos indicadores de criminalidade. A média de criminalidade dos 10 mercados criminosos originais e dos 4 tipos de atores criminosos é de 5,23.

SÍNTESE

- Desde 2021, os níveis de criminalidade na África Central diminuíram ligeiramente, principalmente devido à expansão dos indicadores do Índice, enquanto a criminalidade parece ter aumentado ligeiramente quando apenas os mercados criminosos iniciais são incluídos.
- A África Central foi a região com a pontuação mais elevada em África para os crimes contra recursos não renováveis, que foi o mercado mais prevalente, juntamente com o tráfico de armas.
- Desde 2021, o tráfico de armas continuou a expandir-se, o que foi estimulado por novas hostilidades nas zonas de conflito da região, instabilidades políticas e golpes de Estado, entre outros fatores.
- O comércio ilícito de artigos contrafeitos foi o novo mercado criminoso mais prevalente na África Central, onde o comércio de produtos farmacêuticos e rótulos de marca está a crescer.
- Desde 2021, a influência de atores estrangeiros na região aumentou acentuadamente, com um notável envolvimento em crimes ambientais, especificamente a exploração madeireira ilegal e o tráfico de recursos naturais.

FIGURA 3.15
Tendências de criminalidade por país, África Central (2019–2023)



Entre 2019 e 2021, a média da criminalidade na África Central aumentou 0,26 pontos, passando de 4,85 para 5,11. Este aumento reflete o impacto da crise sanitária mundial causada pela pandemia da COVID-19 na criminalidade organizada na região. O recrudescimento das hostilidades nas zonas de conflito da região, com confrontos entre grupos armados e forças estatais, a deterioração da situação geral de proteção e humanitária, os efeitos colaterais das instabilidades políticas e dos golpes de Estado na região e fora dela, contribuíram para definir o atual panorama da criminalidade na África Central. Desde 2021, os níveis de criminalidade melhoraram ligeiramente (-0,05), o que se deve ao facto de o Índice ter incluído novos indicadores de criminalidade com pontuações relativamente baixas, reduzindo assim a média regional. Com base apenas nos indicadores iniciais, a criminalidade na região aumentou 0,12 pontos desde 2021.

Os mercados criminosos mais prevalentes na África Central foram o tráfico de seres humanos, crimes ambientais e o tráfico de seres humanos. Entretanto, a maioria dos novos indicadores apresentaram pontuações mais baixas do que os restantes indicadores porque são mercados ainda não muito desenvolvidos. Dentre os atores criminosos, os atores integrados no Estado continuam a representar a maior ameaça na região se comparados com outros tipos de atores criminosos.

Ao examinar os países que compõem a África Central, a região apresenta o país com a pontuação mais elevada em termos de criminalidade no continente, a RDC, com uma pontuação de 7,35, seguida da RCA com 6,75. Outros países apresentaram níveis elevados de incidência de crime organizado, como os Camarões (6,27), Angola (5,58) e o Chade (5,50). Em contrapartida, São Tomé e Príncipe foi avaliado como tendo níveis muito baixos de criminalidade, com uma média de criminalidade de 1,70 em 10.

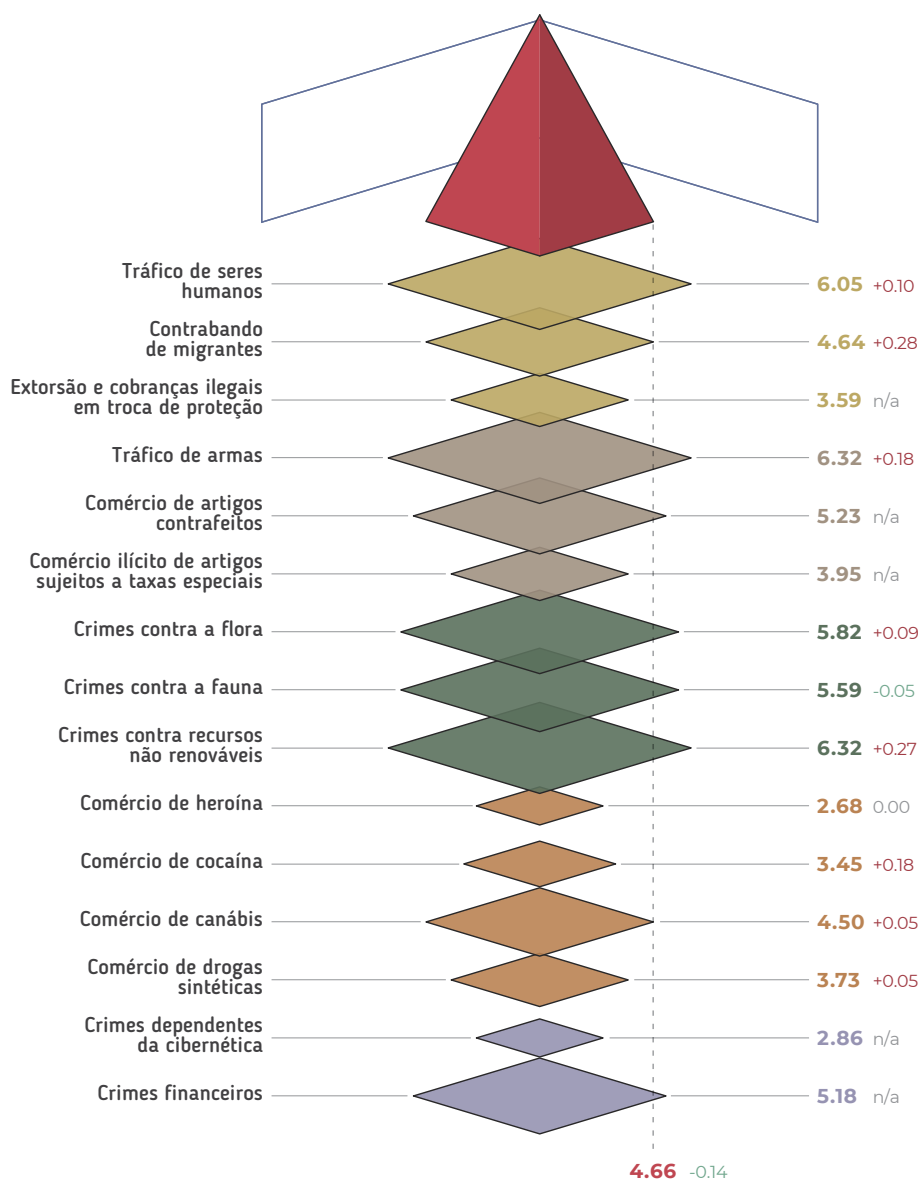
Mercados criminosos

Na África Central, os dois mercados criminosos mais comuns foram os crimes contra os recursos não renováveis e o tráfico de armas (ambos com uma pontuação de 6,32 em 2023). A região teve a pontuação mais alta em África para crimes contra recursos não renováveis, liderada pela RCA (10,0) e pela RDC (9,50), onde a mineração ilícita e o contrabando de ouro e diamantes são extremamente disseminados. Com um salto de um ponto desde 2021, os crimes contra recursos não renováveis na RCA tiveram a pontuação mais elevada possível

para um indicador do Índice em 2023. Os peritos identificaram uma variedade de atores criminosos, desde grupos estrangeiros até ao setor privado e atores integrados no Estado, que estão envolvidos no tráfico de diamantes e ouro da RCA, a maioria dos quais são contrabandeados para o estrangeiro. O mercado também facilita as operações de lavagem de dinheiro no estrangeiro, em ligação com o Sudão e os Camarões, onde os diamantes explorados ilegalmente são branqueados por intermediários e depois transportados para a Europa, a Ásia e o Dubai ou o Ruanda. Existe um mercado semelhante

na RDC, que, devido à abundância de recursos naturais, serve principalmente de país de origem, nomeadamente do ouro. Mais de 90% do ouro da RDC é contrabandeado para países da região, incluindo o Uganda e o Ruanda, onde é depois refinado e exportado para os mercados internacionais (nomeadamente os Emirados Árabes Unidos). Tanto as milícias pró-governamentais como as rebeldes lucram com estas atividades, que perpetuam formas bem documentadas de exploração humana, como o trabalho infantil.

FIGURA 3.16
Mercados criminosos na África Central, 2023



Mercados criminosos com pontuação mais elevada a nível continental:

- Crimes contra a flora
- Crimes contra recursos não renováveis

Mercados criminosos com pontuação mais elevada na região:

- Tráfico de armas
- Crimes contra recursos não renováveis

Mercado criminoso que registou o maior aumento desde 2021:

- Contrabando de migrantes

A penetração dos outros dois mercados de crimes ambientais, os crimes contra a flora (5,82) e os crimes contra a fauna (5,59), foi mais estável, mas continua a ser preocupante. No que se refere aos crimes contra a flora, a RDC (9,0), o Gabão (8,50), a Guiné Equatorial (8,0) e a República do Congo (8,0) continuam a ser fontes importantes de abate ilegal de madeira e de outras espécies protegidas, tanto para exportação como para consumo interno. Embora muitos países tenham reforçado a sua regulamentação em matéria de recursos florestais e intensificado a governação florestal, a maior parte das exportações de madeira continua a ser ilegal. A madeira é geralmente traficada para a China, com a cumplicidade de atores integrados no Estado do setor privado. A corrupção no setor é generalizada em todas as fases da cadeia de abastecimento de madeira e as empresas, geralmente estrangeiras, continuam a abater sistematicamente espécies proibidas. Além disso, o abate e o comércio ilegais estão frequentemente ligados à lavagem de dinheiro e à corrupção, atingindo os mais altos escalões do poder estatal em muitos países.⁶⁶

Apesar de uma diminuição mínima desde 2021 (-0,05), que trouxe a pontuação de volta aos seus níveis de 2019, os crimes contra a fauna continuaram a ser uma grave preocupação. Este declínio quase impercetível foi induzido pelo Ruanda, que passou de 5,0 para 4,0 em 2023, principalmente devido ao reforço das medidas destinadas a reduzir os casos de caça furtiva ilegal. Contudo, os crimes contra a fauna continuam a ser cometidos na maioria dos países da África Central, com a República Centro-Africana e a República Democrática do Congo a ocuparem mais uma vez os lugares cimeiros da região (8,0). Os grupos criminosos e os caçadores furtivos dedicam-se ao tráfico transnacional de presas de elefante, escamas de pangolim e cornos de rinoceronte, bem como de outros produtos ilegais da fauna selvagem, com destino à Ásia. A RDC desempenha um papel importante na cadeia de abastecimento mundial de marfim ilegal e, como tal, a caça furtiva provocou uma redução drástica das populações de elefantes em toda a região. No entanto, os crimes contra a fauna continuam a ser cometidos na maior parte dos países da África Central, com a República Centro-Africana e a República Democrática do Congo a ocuparem, mais uma vez, os primeiros lugares na região (8,0). Os grupos criminosos e os caçadores furtivos dedicam-se ao tráfico transnacional de presas de elefante, escamas de pangolim e chifres de rinoceronte, bem como de outros produtos ilegais da fauna selvagem, com destino à Ásia. A RDC

desempenha um papel preponderante na cadeia de abastecimento mundial de marfim ilegal e, como tal, a caça furtiva provocou uma redução drástica das populações de elefantes em toda a região. Pangolins e os grandes felinos são igualmente os principais alvos dos caçadores furtivos. Além disso, certas espécies de grandes símios e macacos são ameaçadas pela caça ilegal de carne de animais selvagens, enquanto grupos armados se dedicam à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, resultando frequentemente em elevados níveis de violência.

A África Central continuou a ser marcada por conflitos e instabilidade contínuos e altamente vulnerável ao tráfico de armas (6,32). A omnipresença do tráfico de armas tem vindo a aumentar de forma constante ao longo do tempo, tendo registado um aumento de 0,23 pontos entre 2019 e 2021, seguido de um aumento adicional de 0,18 pontos entre 2021 e 2023. A procura de armas e munições ilícitas foi desencadeada pelo golpe de Estado no Chade e pelos subsequentes protestos, pelo aumento da criminalidade nas regiões noroeste e sudoeste dos Camarões e pelos ataques de grupos extremistas violentos na RDC e nos países vizinhos. Os conflitos armados e a existência de fronteiras porosas contribuem para o tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre, que são frequentemente contrabandeadas através das fronteiras entre o Chade, a RCA e os Camarões. O desvio de armas dos arsenais estatais e a corrupção nos setores da segurança constituem outros fatores determinantes que sustentam os grupos armados e geram instabilidade, favorecendo assim o mercado do tráfico de armas.

O número crescente de pessoas que necessitam de assistência humanitária provocou um aumento do número de vítimas do tráfico de seres humanos e do contrabando de migrantes na região.⁶⁷ O tráfico de seres humanos (6,05) continuou a ser uma das economias ilícitas com maior pontuação na África Central, afetando grandes segmentos da sociedade. O mercado, que foi exacerbado durante a pandemia pelo encerramento de fronteiras e restrições de movimentos (aumentando 0,54 entre 2019 e 2021), foi também mais tarde afetado pelo agravamento da dinâmica política e de segurança na região dos Grandes Lagos em geral, pela fraca e ineficaz governação e pela falta de recursos humanos e financeiros para combater estes crimes (aumentando 0,10 entre 2021 e 2023). Os países com os níveis mais elevados de tráfico de seres humanos incluem o

Burundi (8,50), a RCA e a RDC (ambos com 7,50) e o Chade (7,0). A exploração laboral e sexual é generalizada nestes países, com pessoas traficadas internamente e para o estrangeiro, geralmente para países do Golfo, enquanto o recrutamento de crianças para grupos armados e o trabalho infantil nas minas são igualmente comuns.

A prevalência de conflitos, violência e deslocamentos teve um impacto no contrabando de migrantes, que foi mais evidente no Chade (7,50) e no Burundi (6,50), em comparação com os outros países da região, que tenderam a ter uma pontuação entre moderada e significativa (4,0 a 5,50). O Chade é o país de trânsito mais comum para migrantes provenientes do Sudão (especialmente do Darfur) e do Sudão do Sul, que se dirigem para norte, rumo à Líbia. É também onde está instalado um grande número de pessoas deslocadas internas, que correm o risco de ser vítimas de passadores no país, devido aos ataques recorrentes de grupos armados não estatais, nomeadamente o Boko Haram da Nigéria, na região do Lago Chade, bem como à rápida degradação das condições climáticas e ambientais.

Os mercados de droga na África Central mostram-se menos presentes, liderados pelo comércio de cânabis (4,50), seguido do comércio de drogas sintéticas (3,73), do comércio de cocaína (3,45) e do comércio de heroína (2,68). A cânabis (que tem um preço relativamente baixo) é amplamente consumida em todos os países da África Central, sendo que alguns também servem como centros de produção. Desde 2021, o comércio de drogas sintéticas registou alterações mínimas, embora o consumo de tramadol seja alegadamente um problema persistente, especialmente no Chade, na RCA e nos Camarões, principalmente devido à sua elevada disponibilidade e acessibilidade. A droga é geralmente transportada através da África Ocidental (sobretudo da Nigéria) e distribuída nos países da África Central. Apesar dos esforços dos governos para travar o problema, a venda de drogas sintéticas é uma questão persistente e pode tornar-se problemática nos próximos anos. Em comparação, o tráfico de heroína é escasso e tem um impacto limitado na maioria dos países. O comércio ilícito de cocaína é ligeiramente mais presente, mas a droga é menos consumida e traficada, com exceção de Angola (6,50). Isto deve-se à sua localização como ponto de transbordo da cocaína sul-americana, maioritariamente proveniente do Brasil e destinada aos países da África Austral e Ocidental, bem

como aos países europeus e do Médio Oriente, tanto por via marítima como aérea.

Entre os indicadores de mercados criminosos recentemente adicionados, o comércio ilícito de artigos contrafeitos (5,23) e os crimes financeiros (5,18) foram os mais disseminados. A venda de artigos contrafeitos, incluindo produtos farmacêuticos e rótulos de marcas, constitui uma ameaça para a economia de muitos países da África Central, incluindo os Camarões (7,50), a RCA (7,0) e o Gabão (7,0). Os fatores que contribuem para a prevalência de artigos contrafeitos incluem fronteiras porosas, agentes de aplicação da lei corruptos, falta de controlo de qualidade e inadequação das medidas tomadas contra os infratores. Os peritos identificaram o desvio e a utilização indevida de fundos públicos, a evasão fiscal e a fraude como os crimes financeiros mais comuns na região. Os elevados níveis de crimes financeiros na RDC (7,0) são o resultado de deficiências estruturais nos sistemas económicos que criam condições favoráveis ao florescimento da corrupção e do abuso de poder, causando graves danos ao ambiente empresarial.

O comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais (3,95) na África Central envolvia principalmente cigarros e bebidas alcoólicas. A extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção (3,59) foram comuns na região, especialmente na RCA (6,50) e na RDC (7,50), onde grupos armados extorquiam civis e comerciantes e impunham taxas e impostos sobre estradas e pontos de acesso-chave controlados. Em contrapartida, os crimes dependentes da cibernética (2,86) foram muito raros na maior parte dos países da África Central.

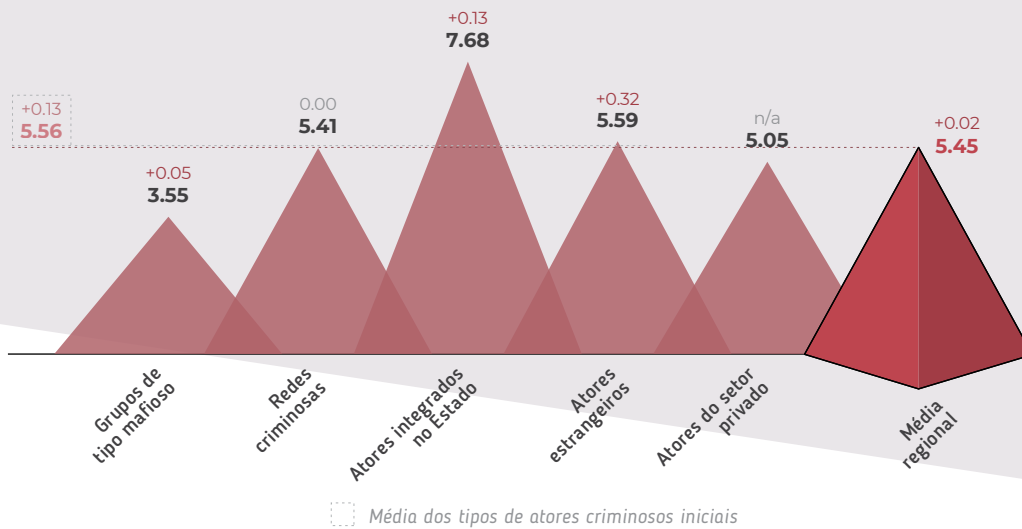
Atores criminosos

A corrupção é um problema em toda a região, com criminosos a conseguirem infiltrar-se no aparelho de Estado de muitos países da África Central e a desempenharem um papel essencial na dinâmica dos conflitos. Os atores estatais foram identificados como o tipo de ator criminoso com maior pontuação na África Central (7,68), com grande influência, especialmente na RDC, na RCA, na Guiné Equatorial e no Burundi (todos com 9,0), mas menos no Ruanda (5,0) e em São Tomé e Príncipe (3,0).

O tráfico de seres humanos (6,05) continua a ser uma das economias ilícitas com maior pontuação na África Central.

FIGURA 3.17

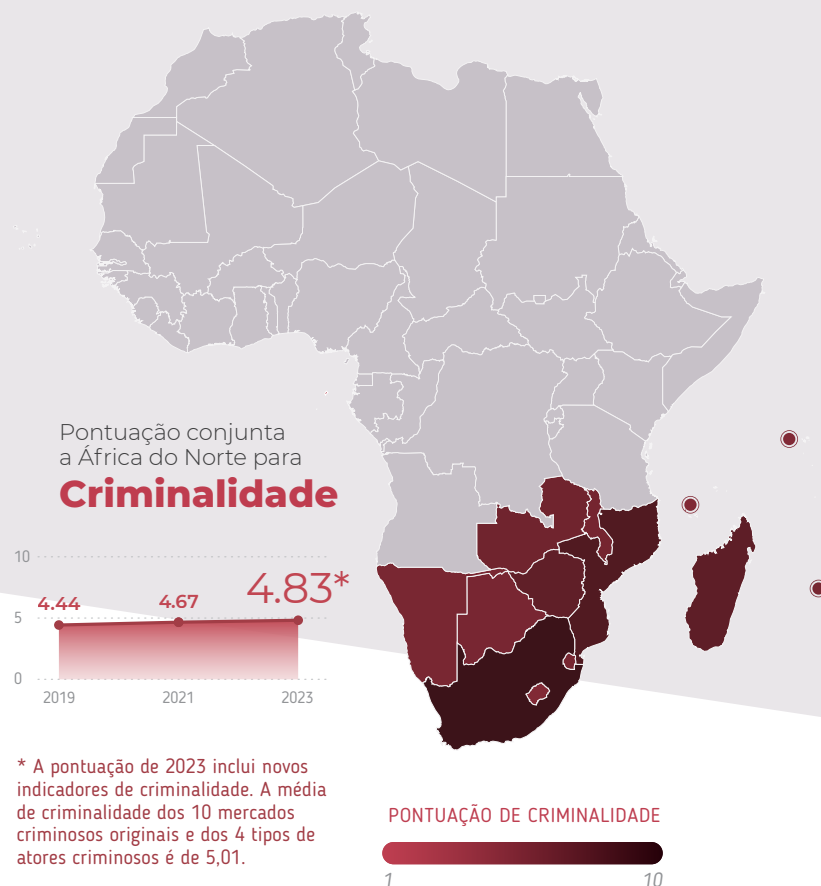
Atores criminosos na África Central, 2023



Os atores integrados no Estado foram seguidos pelos atores estrangeiros (5,59), que registaram o maior aumento de pontuação de todos os atores nesta região (+0,32 desde 2021). Desde traficantes a empresas privadas, os atores estrangeiros estão envolvidos nos mercados de exploração madeireira ilegal e de crimes contra recursos não renováveis em vários países. São originários de outras partes de África e também de diferentes continentes, especialmente da Ásia. Nos últimos anos, a presença do Grupo Wagner em muitos países da África Central, especialmente na RCA, teve um forte impacto neste indicador, sobretudo devido ao envolvimento do grupo em vários mercados criminosos, incluindo a extração e o tráfico de recursos naturais.⁶⁸

Desde 2021, as redes criminosas (5,41) não registaram alterações na sua influência, enquanto a influência dos grupos de tipo mafioso (3,55) foi insignificante, refletindo a tendência continental. Porém, apesar de muitos países não terem grupos de tipo mafioso internos, existem algumas exceções, como a RDC (9,0) e a RCA (8,0). Aqui, os grupos de tipo mafioso assumem geralmente a forma de grupos armados rebeldes que estendem o seu controlo às zonas rurais e se dedicam a uma miríade de crimes, incluindo extorsão, tributação ilícita, crimes ambientais e tráfico de seres humanos. Por último, os atores do setor privado (5,05) têm uma presença moderada na região, sendo que o seu envolvimento no crime organizado assenta geralmente em conluio com atores integrados no Estado.

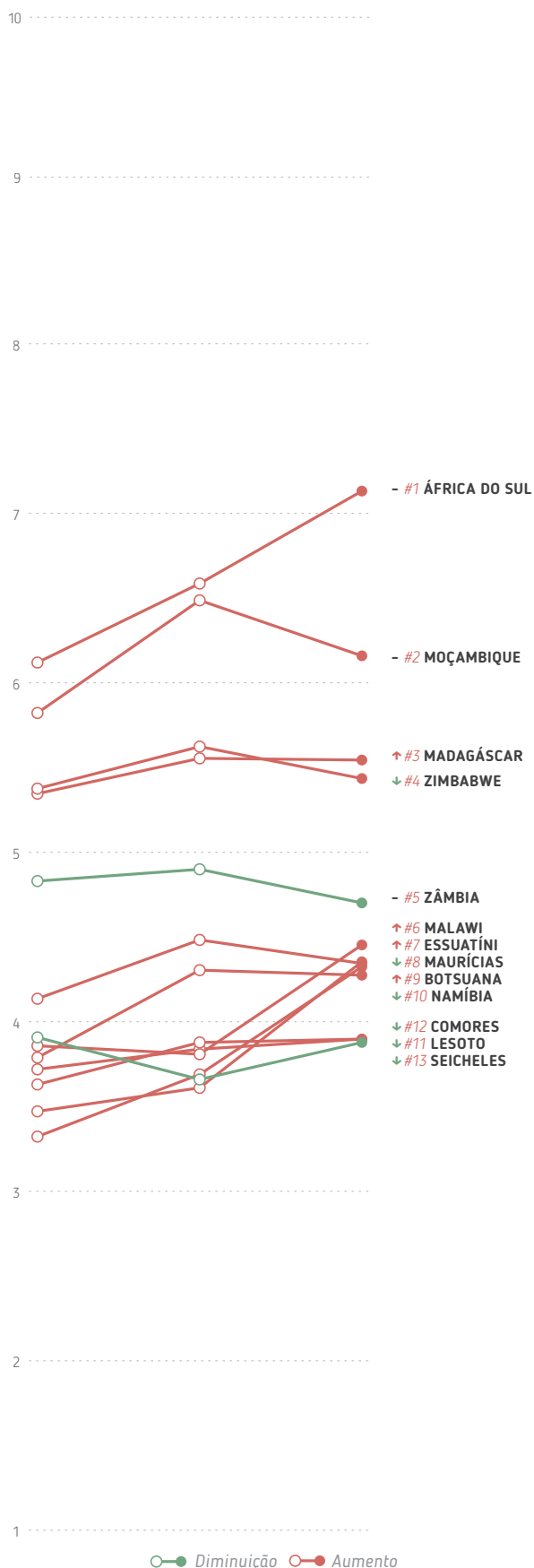
África Austral



SÍNTESE

- Embora a África Austral tenha, em geral, os níveis regionais de criminalidade mais baixos, alguns países apresentaram níveis relativamente elevados de atividade criminosa.
- Os crimes contra a fauna foram o mercado criminoso mais prevalente, com a região a servir como um dos maiores polos mundiais de animais vivos e partes de animais.
- Os crimes financeiros foram o segundo mercado criminoso mais disseminado na região, com ocorrências generalizadas de desvio de fundos, fraude e evasão fiscal.
- Ao contrário do resto do continente, o mercado da heroína está muito implantado na África Austral, com alguns países envolvidos no comércio transnacional e com taxas de consumo crescentes.
- O mercado criminoso menos prevalente na região foi o de extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção, com exceção da África do Sul, onde o rapto com pedido de resgate e os tiroteios em massa ligados a esquemas de proteção foram generalizados.
- Os atores integrados no Estado foram o tipo de ator criminoso mais dominante na região e aumentaram sua influência, mas as redes criminosas e os atores estrangeiros também exerceram influência significativa sobre vários mercados criminosos na região, nomeadamente os crimes financeiros e o tráfico de drogas.

FIGURA 3.18
Tendências de criminalidade por país, África Austral (2019–2023)



Desde 2019, a África Austral tem tido o mais baixo nível de criminalidade da região, mas o impacto do crime organizado tem crescido de modo crescente, de 4,44 em 2019 para 4,67 em 2021 e 4,83 em 2023.

Dentre os 13 países da África Austral, quatro apresentaram níveis elevados de criminalidade: África do Sul (7,18), Moçambique (6,20), Madagáscar (5,58) e Zimbábue (5,47). Na maioria dos países da região, os crimes ambientais e os mercados de droga, especialmente de heroína e cocaína, são uma ameaça e estão a crescer. Em alguns casos, os mesmos transportadores, traficantes e corretores estão envolvidos em múltiplos mercados criminosos. Por exemplo, há casos na região em que o tráfico de animais selvagens se justapõe ao tráfico de droga ou a práticas de extorsão em várias fases da cadeia de abastecimento. Estas redes são apoiadas por funcionários públicos corruptos que protegem os grupos criminosos organizados das autoridades policiais e facilitam a circulação de bens ilícitos através das fronteiras.⁶⁹ Tal implica que os atores integrados no Estado, a todos os níveis, são indispensáveis para que estas atividades criminosas prosperem e continuam a ser um obstáculo à implementação de uma estratégia de combate ao crime organizado eficaz em muitos países da região.

Mercados criminosos

Crimes contra a fauna foram o mercado criminoso mais prevalecente na África Austral, que é uma das maiores fontes de animais vivos e partes de animais do mundo e um mercado extremamente lucrativo. A região alberga grandes populações de espécies animais, desde rinocerontes e leões a elefantes e pangolins, que estão em risco devido à ameaça persistente do tráfico de animais selvagens. Associações de crime organizado, principalmente de países do Sudeste Asiático, trabalham frequentemente com os seus homólogos locais e funcionários públicos corruptos para estabelecer rotas altamente organizadas para o tráfico de produtos da vida selvagem para o Sudeste Asiático. Após uma interrupção temporária durante a pandemia da COVID-19, entre 2021 e 2023, os crimes contra a fauna aumentaram +0,30 pontos, para 5,65, liderados principalmente pela África do Sul (8,0) e Moçambique (8,0), seguidos por Madagáscar (7,50) e Botsuana (7,50). Todos os países da África Austral, à exceção de Essuatíni (2,0), Lesoto e Maurícias (ambos com 3,0), apresentaram níveis elevados de crimes contra a fauna. Apesar dos esforços de conservação e das detenções dos principais cabecilhas em alguns países, a caça furtiva de animais selvagens,

especialmente de elefantes, rinocerontes e pangolins (na Zâmbia, no Malawi e na África do Sul), continuou inabalável. As consequências para os ecossistemas e as comunidades locais são graves: deterioração do capital natural, estabilidade e coesão social; extinção de espécies animais; erosão do desenvolvimento económico sustentável.

Ao longo dos últimos anos, os crimes contra recursos não renováveis (5,12) têm estado em alta, aumentando inicialmente 0,35 pontos entre 2019 e 2021 (para 4,81), e depois 0,31 pontos entre 2021 e 2023. Este mercado criminoso está predominantemente ligado à extração e ao comércio de ouro. No entanto, a extração ilegal de diamantes e pedras preciosas também foi frequente na região, com efeitos prejudiciais tanto para o ambiente como para a segurança humana. Em países como Madagáscar (8,0) e Zimbabué (8,50), o aumento dos níveis de pobreza obrigou as pessoas a encontrarem atividades lucrativas alternativas, o que resultou no desgaste das florestas e na exploração dos habitantes locais na extração ilegal de pedras preciosas. Embora menos comuns do que outros crimes ambientais, os crimes contra a flora (4,69) foram também um problema grave em grande parte da região, especialmente em Madagáscar (8,0), Moçambique (8,0) e Zâmbia (7,50), mas menos no Lesoto (1,0), no Botsuana (2,50) e em Essuatíni (2,50). Após um ligeiro aumento entre 2019 e 2021 (+0,19), este mercado conheceu um crescimento mais sustentado na região entre 2021 e 2023, subindo 0,31 pontos. Os crimes contra a flora incluem o abate ilegal de árvores e o tráfico de madeiras preciosas, nomeadamente pau-rosa, com uma grande parte da madeira exportada para os mercados asiáticos sem licenças válidas.

Os crimes financeiros (5,54) representaram o segundo mercado criminoso com pontuação mais elevada na África Austral. O desvio de fundos, a fraude e a evasão fiscal são omnipresentes, não havendo nenhum país com pontuação inferior a 4,50. Em alguns casos, escândalos relacionados com fluxos financeiros ilícitos maciços envolvendo indivíduos de alto perfil prejudicaram o desenvolvimento económico, o que contribuiu para a pobreza e a desigualdade generalizadas.

Entre os mercados de droga, o comércio de heroína (com 5,27, +0,27 desde 2019 e +0,12 desde 2021) foi intenso na África Austral, particularmente nos principais estados de transbordo e destino de Moçambique (8,0) e África do Sul (7,50), onde a heroína produzida no Afeganistão é importada em

grandes quantidades e comercializada por todo o resto da África, Europa e Austrália. A heroína também foi predominante em países como as Maurícias (8,0) e as Seicheles (8,0), onde o consumo da droga está a aumentar a um ritmo alarmante. Os traficantes que transportam heroína ao longo da “rota austral” visam ativamente estes países, cuja riqueza comparativa os torna destinos atrativos e lucrativos. Em comparação, o comércio de canábis (4,96) e o comércio de drogas sintéticas (4,65) foram mais estáveis, com uma presença moderada, mas sólida em quase todos os países da África Austral. Ainda assim, nos últimos anos, as drogas sintéticas cresceram em prevalência na região, registando um aumento global de 1,11 pontos desde 2019. Estas drogas estão disseminadas em países como a África do Sul (8,50), Maurícias (8,0) e Moçambique (7,0), que não só servem como locais de produção e mercados consumidores de drogas sintéticas, mas também como pontos de trânsito, especialmente para metanfetaminas provenientes do Afeganistão ou de outros países africanos.⁷⁰

Embora seja predominantemente uma região consumidora de canábis, com alguma procura de opiáceos (particularmente heroína) e uma procura geograficamente limitada de sintéticos (particularmente metanfetamina), a África Austral é também um polo de trânsito e destino consolidado para a cocaína, que aumentou +1,54 pontos desde 2019 e +0,58 desde 2021, para uma pontuação de 4,04 em 2023. Tal demonstra que as cadeias de abastecimento de cocaína regionais provaram ser altamente resistentes, mesmo durante a pandemia da COVID-19, altura em que os movimentos e o transporte foram restringidos. As redes em expansão na África Austral estão a começar a desempenhar um papel importante no fluxo transnacional de cocaína, que é transportada principalmente através de rotas marítimas, incluindo o canal moçambicano e portos na África do Sul, como o Porto de Durban.⁷¹ À medida que estes países se tornam pontos de trânsito mais proeminentes, o consumo de cocaína nos mercados locais aumenta. Uma característica recorrente na região é o “policonsumo” de drogas, onde (por exemplo) os consumidores de heroína e metanfetamina também consomem crack.⁷²

Em comparação com outras regiões de África, a África Austral obteve uma pontuação relativamente baixa no que diz respeito ao tráfico de seres humanos (4,62) e ao contrabando de migrantes (4,0), embora ambos os mercados tenham vindo a aumentar em termos de alcance desde 2019. Em países como Madagáscar, Moçambique e Comores, o agravamento das condições económicas deixou

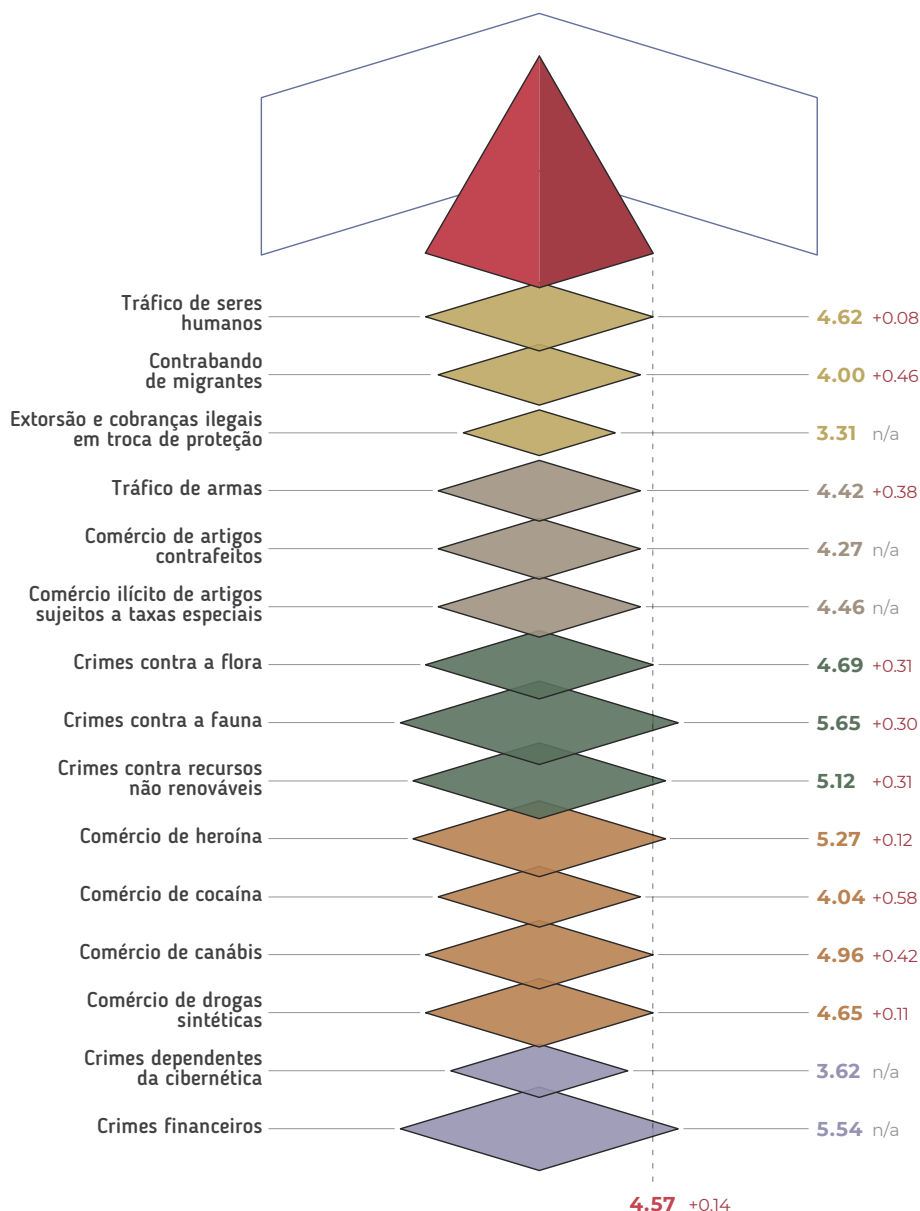
mais pessoas em situações vulneráveis, tornando-as suscetíveis ao tráfico de seres humanos e às redes de contrabando. Há alguns países da África Austral que desempenham papéis distintos no mercado do contrabando de migrantes. Por exemplo, a África do Sul (5,0), a Namíbia (2,5) e as Seicheles (3,5) são países de destino da migração irregular, enquanto a Zâmbia (3,0), Moçambique (5,5) e o Malawi (4,5) são polos de trânsito para migrantes provenientes de outros países africanos (como a Etiópia e a Somália) e de países do Sul da Ásia, que são depois introduzidos clandestinamente na África do Sul. O Malawi e Moçambique também estão localizados ao longo da

rota migratória ativa do sul, que começa na África Oriental e se estende até à África do Sul.⁷³

O tráfico de armas (4,42) também foi menos disseminado na região, com exceção da África do Sul (8,0) e de Moçambique (6,50). A África do Sul, em particular, debate-se com a disponibilidade generalizada de armas de fogo ilegais, na sua maioria roubadas a proprietários civis autorizados ou a depósitos de provas e arsenais da polícia, o que deu mais poder aos grupos e redes de crime organizado. Além disso, a utilização de armas de fogo em assassinatos seletivos aumentou, refletindo a crescente profissionalização dos serviços criminosos.⁷⁴

FIGURA 3.19

Mercados criminosos na África Austral, 2023



Mercados criminosos com pontuação mais elevada a nível continental:

- Tráfico de heroína

Mercados criminosos com pontuação mais elevada na região:

- Crimes contra a fauna

Mercado criminoso que registou o maior aumento desde 2021:

- Tráfico de cocaína

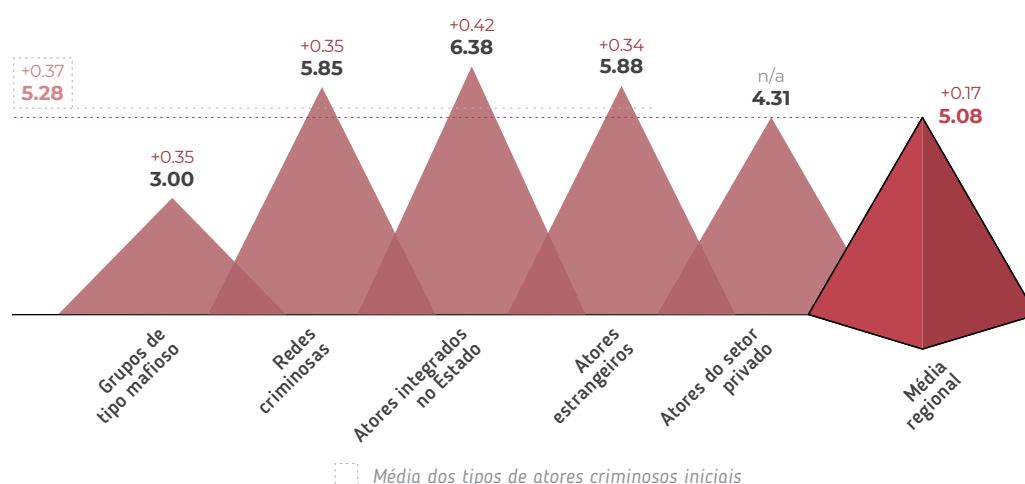
Embora o comércio de artigos contrafeitos (4.27) e o comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais (4.46) não sejam questões graves na região, continuam a ser problemáticos em áreas com pobre aplicação da lei e controlos fronteiriços. Detetar pequenas remessas de artigos contrafeitos ou impedir a entrada de produtos não tributados e comercializados ilegalmente continua a ser um desafio em algumas jurisdições da África Austral. Além disso, em muitos casos, a distinção entre o comércio de artigos contrafeitos e o comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais é pouco clara, uma vez que estes mercados tendem a estar frequentemente interligados no terreno. Os crimes dependentes da cibernética (3,62) e extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção (3,31) não foram particularmente difundidos na região, com a exceção (mais uma vez) da África do Sul, que registou um aumento dos casos de rapto com pedido de resgate e extorsão que suspenderam projetos de construção de milhares de milhões de dólares. Além disso, em 2022, a África do Sul registou um número recorde de tiroteios em massa, todos atribuídos a esquemas de proteção nas indústrias do álcool e da animação noturna.

Atores criminosos

À semelhança do resto do continente, os atores integrados no Estado foram os atores criminosos mais influentes na África Austral e aumentaram 0,42 pontos desde 2021. A sua influência é maior em Moçambique (9,0), África do Sul (8,0), Madagáscar (8,0) e Zimbabué (8,0). Em Moçambique, as autoridades foram acusadas de facilitar ou ser cúmplices de uma série de atividades ilícitas, fornecendo proteção a entidades criminosas em troca de subornos,⁷⁵ enquanto na África do Sul, a corrupção em grande escala é generalizada a níveis superiores em diferentes departamentos do Estado.⁷⁶ Estes incluem o Ministério Público e os serviços penitenciários, o que prejudica a confiança do público no Estado. A par disso, apesar das recomendações de uma comissão de inquérito sobre a captura do Estado, não foram instaurados processos significativos contra os indivíduos implicados na África do Sul, o que levou a um ligeiro aumento da pontuação dos atores integrados no Estado (+0,50 desde 2021).

FIGURA 3.20

Atores criminosos na África Austral, 2023



Entre 2021 e 2023, os outros tipos de atores criminosos aumentaram também a sua influência na região. Após um recuo temporário (-0,35 entre 2019 e 2021) devido aos confinamentos e encerramentos de fronteiras devido à COVID-19, em 2023 a influência de atores estrangeiros tinha regressado aos níveis anteriores à pandemia (5,88). As redes criminosas (5,85) continuaram a exercer uma influência

entre moderada e significativa em toda a região, tirando partido do alargamento das ligações transnacionais através de ferramentas digitais e envolvendo-se em várias atividades criminosas, como droga, fraude, roubo de gado e assaltos à mão armada. Na maioria dos países da África Austral, os atores do setor privado (4,31) estão envolvidos em atividades ilícitas que incluem lavagem de dinheiro, suborno e apropriação indevida de fundos estatais, e geralmente beneficiam de relações corruptas com políticos e com o sistema de justiça criminal.

Na África Austral, os grupos de tipo mafioso (3.0) não existiam ou detinham muito pouca influência na maioria dos países, com exceção da África do Sul (7.5), onde gangues fortemente armados e violentos são particularmente ativos no tráfico de droga e envolvidos em extorsão. A “máfia da construção”, por exemplo, recorre à violência para causar perturbações nos locais de construção e extorquir taxas de proteção às empresas em quase todo o país, incluindo nas províncias mais rurais.⁷⁷

A MÁFIA DA CONSTRUÇÃO NA ÁFRICA DO SUL

Na África do Sul, a “máfia da construção” tem as características de um grupo de tipo mafioso. Muitas vezes intitulando-se como fóruns empresariais ou grupos de reestruturação económica (por vezes com nomes de marcas registadas), têm líderes conhecidos, filiação identificável e controlam os territórios nos quais operam. A máfia da construção está envolvida em extorsões sistemáticas em grande escala. O seu *modus operandi* consistem em invadir estaleiros de construção em todo o país, exigindo uma percentagem (normalmente 30%) do valor do contrato do projeto e o recrutamento dos seus membros para integrarem tais projetos.

Este fenómeno teve início na província de KwaZulu-Natal (KZN), nos municípios de Umlazi e KwaMashu, em 2014/15, altura em que surgiram dois “fóruns empresariais” distintos: Delangokubona Business Forum e KwaMashu Youth in Action Movement. Foram fundados com base nos princípios de uma forma de transformação económica para combater o desemprego e a desigualdade crescentes. Em 2016, ambos os grupos fundiram-se e passaram a operar em conjunto com outros fóruns empresariais locais fortemente armados que se tinham multiplicado e estavam a perturbar quase todos os estaleiros de construção na província de KZN. A partir de 2018, a influência da máfia da construção começou a espalhar-se por todo o país. Grupos em outras províncias começaram a imitar os fóruns empresariais locais da KZN, travando e interferindo em projectos de construção de vários milhares de milhões de dólares. Em 2019,

estas perturbações afectaram pelo menos 183 projetos de infraestruturas e construção no valor de mais de 63 mil milhões de rands em todo o país.

Estes grupos são caracterizados por disposição e capacidade de usar violência ao invadir locais de construção para garantir que as suas exigências são satisfeitas. No setor da construção, muitas empresas optaram por cooperar com estes grupos, enquanto outras recorreram aos tribunais para obter interdições contra os fóruns empresariais, mas com poucos resultados. Os danos causados pelos fóruns empresariais não só atrasaram a concretização de uma série de importantes projetos de infraestruturas, como contribuíram para o desmoronamento de várias empresas.

As pequenas empresas do ramo foram as mais atingidas, tendo perdido oportunidades de subcontratação por não disporem dos recursos das sociedades de maior dimensão para lidarem com a máfia da construção. Aliás, a influência da máfia da construção civil estendeu-se a outros setores além da construção, com grupos a exigirem quotas no fabricante de refrigerantes Coca-Cola Beverages e concursos públicos do tesouro da KZN. Constitui motivo de preocupação o facto de se saber que a máfia da construção tem ligações a certos elementos da “máfia dos táxis”, do ramo dos mini-táxis, e a alguns políticos influentes.⁷⁸



SECÇÃO 4

Resiliência





**END
BOKO
HARAM**

**D
TRY
W**



4 Resiliência

4.1 Síntese continental

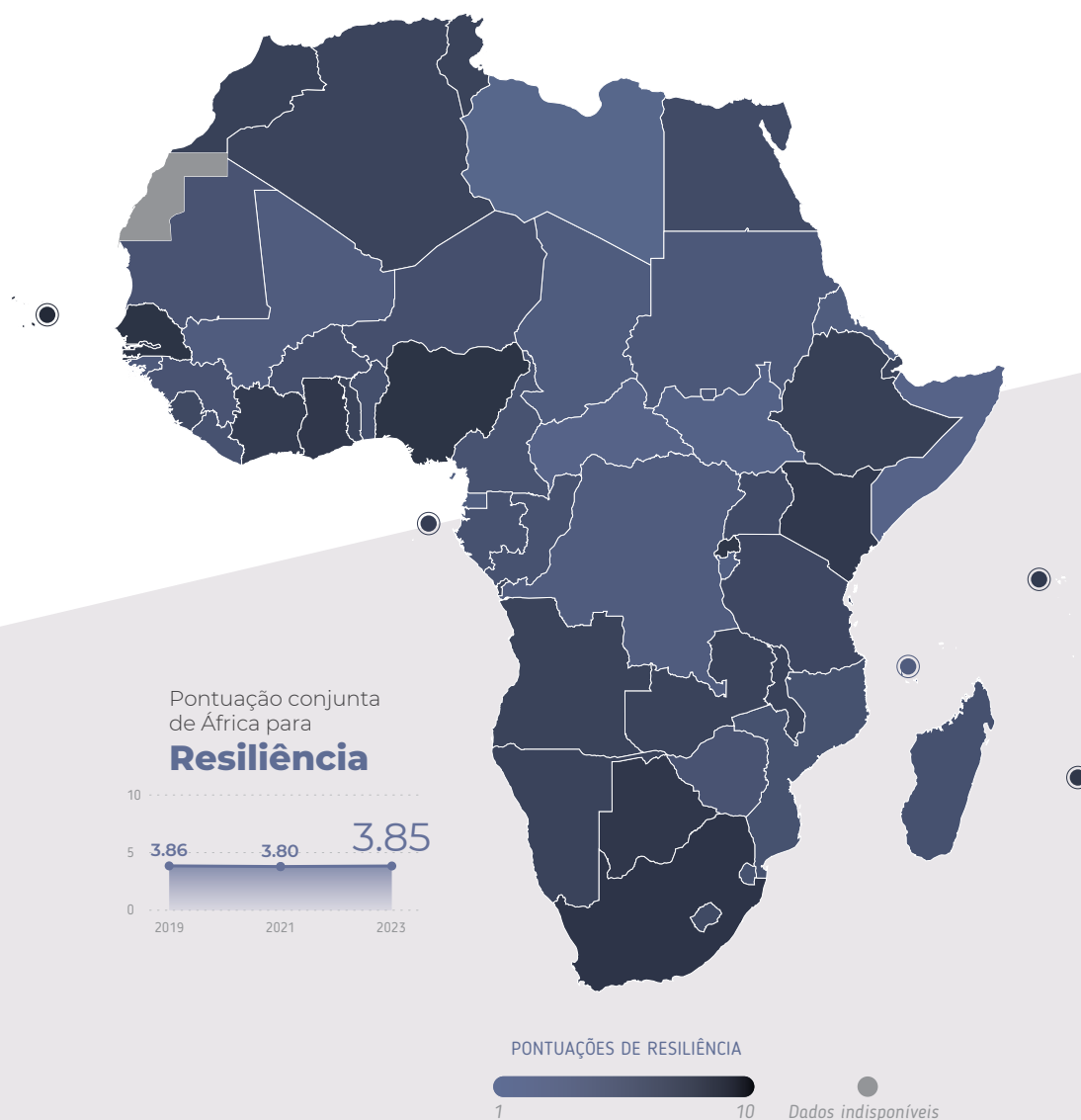
O desnível entre a criminalidade e a resiliência está a aprofundar-se em África, onde, apesar de algumas melhorias desde 2021, os níveis de resiliência não estão a acompanhar os níveis crescentes de criminalidade. Entre 2019 e 2021, os níveis de resiliência de África diminuíram ligeiramente (-0,06), de 3,86 para 3,80, provavelmente devido ao facto de os países se terem concentrado na mitigação dos efeitos da pandemia da COVID-19, em lugar de manterem e reforçarem os mecanismos contra a criminalidade organizada. Desde 2021, a resiliência do continente aumentou ligeiramente, regressando a níveis quase anteriores à pandemia em 2023 (3,85), dado que três das cinco regiões registaram um aumento da sua resiliência. Esta evolução positiva ficou a dever-se a uma maior cooperação internacional no continente no sentido de contrariar o crescimento dos mercados ilícitos, como o tráfico de droga e o tráfico de seres humanos, e a uma melhoria das pontuações nos domínios do “apoio a vítimas e testemunhas” e da “prevenção”. No entanto, embora algumas regiões e países individuais tenham incrementado a sua resiliência, o continente no seu conjunto necessita urgentemente de reforçar as suas capacidades, para acompanhar e potencialmente contrariar o aumento dos níveis de criminalidade.

Desde 2021, o continente assistiu a um aumento em oito dos 12 indicadores de resiliência. Em 2023, a “cooperação internacional” foi o indicador com a pontuação mais elevada, aumentando 0,54 pontos desde 2019, já que os países do continente promulgaram e ratificaram acordos de colaboração regionais e internacionais para responder ao crime organizado. Entre 2019 e 2023, dois outros indicadores registaram igualmente uma evolução considerável: “apoio a vítimas e testemunhas” (+0,40) e “prevenção” (+0,57), refletindo o investimento no apoio às vítimas do crime organizado e os empenhos na luta contra o crime organizado.

Desde 2019, o indicador que os peritos consideraram ter diminuído mais (0,41 pontos) é o dos “atores não estatais”, que mede o impacto da sociedade civil e dos meios de comunicação social nos esforços de luta contra o crime organizado, as partes interessadas cruciais que estão frequentemente na linha da frente, bem como o contexto em que estão autorizados a operar. Este decréscimo tem implicações para a resiliência do continente no seu conjunto e é indicativo da repressão das forças da oposição em países como o Zimbabué antes das eleições de 2023,⁷⁹ da repressão da liberdade de expressão em países como a Etiópia e o Uganda⁸⁰ e da redução da transparência governamental. Ao mesmo tempo, a “aplicação da lei” também diminuiu 0,36 pontos, o que revela a deterioração geral das capacidades de investigação, de informação e de aplicação da lei, que são essenciais para a defesa de um país contra o crime organizado.

FIGURA 4.1

Resiliência em África, 2023



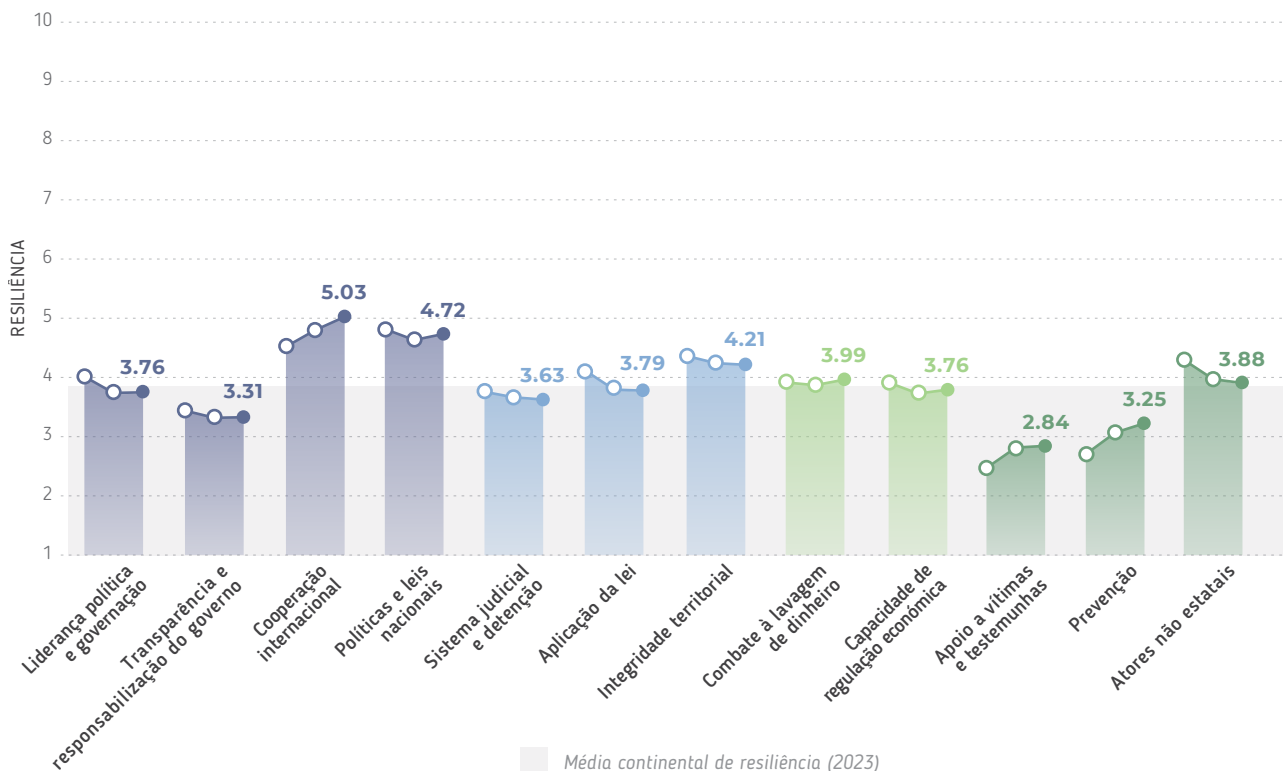
Embora a resiliência do continente tenha melhorado ligeiramente entre 2021 e 2023, os níveis de resiliência variaram entre as regiões desde o lançamento do Índice. A resiliência aumentou tanto na África Ocidental (+0,22) como na África Central (+0,28), apesar de alguns países destas regiões estarem mergulhados em conflitos e de persistirem ameaças de violência extremista e criminalidade. Em contrapartida, a África Austral deixou de ser a região mais resiliente do continente, como era caso tanto em 2019 como em 2021, para passar a ser a segunda região mais resiliente em 2023, com uma diminuição geral de 0,05 pontos entre 2019 e 2023, em grande parte devido a um declínio das capacidades reguladoras da economia e de combate lavagem de dinheiro. A resiliência diminuiu mais ainda na África do Norte (-0,52 desde 2019), dado que países como a

Líbia continuaram a enfrentar um surto de conflitos e criminalidade.

O modo como os países e as regiões respondem ao crime organizado e potenciam a sua capacidade de resistência é influenciado por fatores geográficos, políticos e económicos. Certos países tomaram posições públicas contra o crime organizado, com estratégias nacionais que privilegiam o combate ao crime organizado, detenções e ações judiciais alargadas contra indivíduos corruptos e colaboração com outros governos para combater o crime organizado transnacional. Para melhor compreender o crescimento ou o declínio da resiliência no continente, são avaliados os alicerces individuais da resiliência (Secção 4.2) e analisada a dinâmica regional (Secção 4.3).

4.2 Tendências dos indicadores

FIGURA 4.2
Tendências continentais da resiliência (2019–2023)



Entre 2019 e 2023, o continente registou um declínio na “liderança política e governação” (-0,29) e na “transparência e responsabilização do governo” (-0,12). Tal declínio coincidiu com o aumento dos níveis de conflito, violência política e contestação política no continente, especialmente na Líbia, na RDC, na RCA e na Somália. Esta situação foi agravada pela crescente influência de atores integrados no Estado, com acusações de influência criminosa na liderança e nas estruturas de governação em todo o continente. Esta tendência é inquietante, uma vez que governos marcados pela corrupção são extremamente suscetíveis à criminalidade, e uma governação

Desde 2021, o indicador de resiliência com a pontuação mais elevada tem sido a “cooperação internacional”.

fiável e transparente é crucial para combater o crime organizado e reforçar a resiliência. Entre 2019 e 2021, a categoria “políticas e leis nacionais” diminuiu 0,20 pontos, mas melhorou ligeiramente entre 2021 e 2023 (+0,11),

o que sugere que alguns Estados estão a trabalhar no sentido de desenvolver o seu quadro jurídico em resposta ao crime organizado.

Conforme mencionado anteriormente, desde 2021, o indicador de resiliência com a pontuação mais alta tem sido a “cooperação internacional” (5,03 em 2023), que assume a forma de estruturas e processos de interação, elaboração de políticas e implementação concreta por países acima do nível nacional, com o objetivo de reduzir os mercados ilícitos. Em 2023, um recorde de 52 dos 54 países do continente tinha ratificado a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional (UNTOC) e os protocolos que a acompanham. Acresce que os países dos blocos económicos regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), colaboraram frequentemente nos seus esforços para responder ao crime organizado transnacional. Um domínio que requer mais atenção é a aplicação de estratégias e acordos internacionais.

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA UNTOC EM TERMOS DE CRIME ORGANIZADO

Adotada em 2000, a UNTOC (Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional) é um tratado juridicamente vinculativo e o principal instrumento internacional de luta contra o crime organizado. O seu objetivo é fomentar a cooperação internacional para prevenir e combater o crime organizado transnacional, através da criação e promoção de organismos e mecanismos regionais e internacionais e da partilha de informação. Nos primeiros cinco anos, 36 dos 54 Estados africanos tinham ratificado a UNTOC, promovendo o desenvolvimento de respostas nacionais em conformidade com as normas da UNTOC.⁸¹

Após quase duas décadas de existência de mecanismos de combate à criminalidade organizada, seria de esperar que os países que ratificaram mais cedo apresentassem níveis de resiliência mais elevados. No entanto, não foi encontrada qualquer correlação entre o facto de se ser um dos primeiros a ratificar a Convenção e a obtenção de melhores resultados em matéria de criminalidade e resiliência.⁸² Por exemplo, a República Centro-Africana, que ratificou a UNTOC em 2004, e a Somália, um Estado africano que não ratificou, partilharam a pontuação de resiliência mais baixa, de 1,79 em 2023. Isto indica que a adoção precoce da UNTOC não confere uma vantagem para o

estabelecimento de estruturas e mecanismos de resiliência robustos que combatam o crime organizado transnacional e mitiguem os efeitos dos mercados criminosos. Embora a maioria dos países que ratificaram cedo a Convenção apresentasse níveis de resiliência baixos, três países apresentavam níveis de resiliência elevados, mas tal não se traduziu numa redução da criminalidade. Em 2023, a resiliência era elevada no Senegal (5,79), na Nigéria (5,79) e na África do Sul (5,63), tendo os três países obtido pontuações elevadas em “cooperação internacional” (7,0, 7,50 e 6,0, respetivamente) e “políticas e leis nacionais” (6,50, 7,50 e 7,0, respetivamente). No entanto, os níveis de criminalidade também foram elevados no Senegal (5,52), na Nigéria (7,28) e na África do Sul (7,18), com a Nigéria classificada entre os dois principais países de África em termos de criminalidade nas três iterações do Índice.

Entre 2021 e 2023, a “cooperação internacional” (5,03), que é um tema central da UNTOC, aumentou 0,24 pontos em África. No entanto, como ilustrado acima, a ratificação de instrumentos internacionais, como a UNTOC, não é suficiente para garantir respostas eficazes ao crime organizado, especialmente tendo em conta os níveis de resiliência geralmente baixos no continente.

Apesar de os governos terem intensificado os seus esforços de cooperação no sentido de enfrentarem o crime organizado, os níveis de criminalidade também subiram em todo o continente. Tal pode dever-se ao facto de os mecanismos de cooperação internacional estarem em vigor, mas não estarem a ser implementados em virtude de vulnerabilidades estruturais e clivagens no seio dos governos nacionais e dos desafios do extremismo violento. Por exemplo, Moçambique tem estado a colaborar com aliados regionais e internacionais (incluindo a Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC em Moçambique, que ainda estava operacional em 2022) para combater a insurreição na região

de Cabo Delgado⁸³ e, no entanto, a criminalidade continuou a aumentar nesta região e no país. Tal demonstra que a “cooperação internacional” é apenas um dos muitos factores necessários para construir um quadro de resiliência que combata eficazmente o crime organizado.

Desde 2019, a justiça penal e as medidas de segurança desceram, refletindo o enfraquecimento do poder dos sistemas judiciais, a corrosão das instituições de aplicação da lei e a infiltração por associações de crime organizado nos dos territórios nacionais – e, em última análise, o fracasso das estruturas tradicionais na resposta ao

crime organizado. O indicador “sistema judicial e detenção” refere-se ao poder judicial de um país no processamento judicial de casos de crime organizado, e o seu declínio (de 0,14 pontos desde 2019) sugere que os atores criminosos podem estar a operar com maior impunidade no continente. A “integridade territorial” também desceu (-0,16), em resultado da existência de fronteiras porosas, da rápida globalização e da retoma das viagens internacionais após o levantamento das restrições de viagem devido à COVID-19. A “integridade territorial” foi igualmente comprometida por grupos armados e grupos que, na prática, governam de forma independente certas regiões do país, como na Somália (1,50).

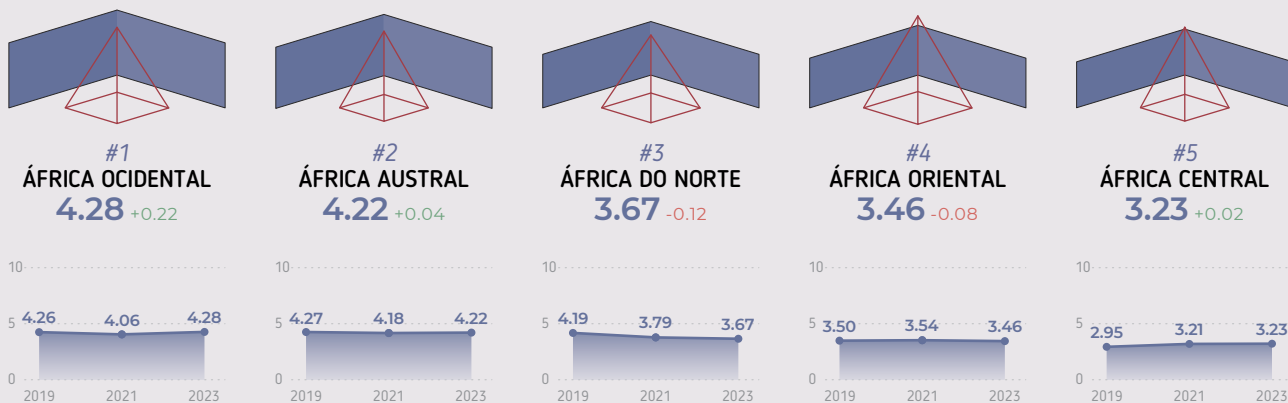
Após um declínio entre 2019 e 2021, em consequência da contração da economia mundial durante a pandemia, em 2023, os indicadores económicos e financeiros do continente melhoraram: “combate à lavagem de dinheiro” (3,99) e “capacidade de regulação económica” (3,76). A pontuação de 7,0 da Etiópia no “combate à lavagem de dinheiro” reflete os esforços do país para rastrear e controlar os atores criminosos envolvidos no branqueamento de capitais e no financiamento do terrorismo. A contenção do branqueamento de receitas ilícitas é um passo fundamental para desencorajar as economias ilícitas. Uma regulamentação económica sólida tem mais probabilidades de criar um ambiente positivo para a resiliência geral, pois facilita os investimentos em sistemas judiciais independentes que não serão

influenciados por conluios financeiros e corrupção e promove tecnologias e capacidades de investigação. A nível individual, as oportunidades económicas desincentivam as práticas comerciais informais e ilegítimas.

Em 2023, os indicadores de proteção social foram aqueles que apresentaram os resultados mais baixos: “apoio a vítimas e testemunhas” (2,84), “prevenção” (3,25) e “atores não estatais” (3,88). No entanto, a melhoria no “apoio a vítimas e testemunhas” (+0,40) e na “prevenção” (+0,57) desde 2019 foi encorajadora porque as respostas cívicas e sociais ao crime organizado refletem a vontade de reforçar a resiliência a nível comunitário. Em contrapartida, os “atores não estatais” diminuíram 0,41 pontos desde 2019, espelhando a tendência global. Tal é motivo de preocupação, pois mostra que o espaço para a sociedade civil está a diminuir em toda a África.⁸⁴ Na maioria dos países, os atores não estatais, nomeadamente as organizações da sociedade civil, estão na vanguarda da resposta e do reforço da resiliência contra o crime organizado, complementando a ação do Estado e responsabilizando os governos.⁸⁵ Na África Ocidental, o Gana, a Nigéria, Cabo Verde e o Senegal obtiveram uma pontuação de 7,0 para os “atores não estatais”, em comparação com uma pontuação regional de 4,90, o que assinala a necessidade de uma análise mais minuciosa de cada um destes indicadores e das suas dinâmicas a nível regional.

4.3 Desagregação por região

FIGURA 4.3
Médias de resiliência por região, 2023



África Ocidental

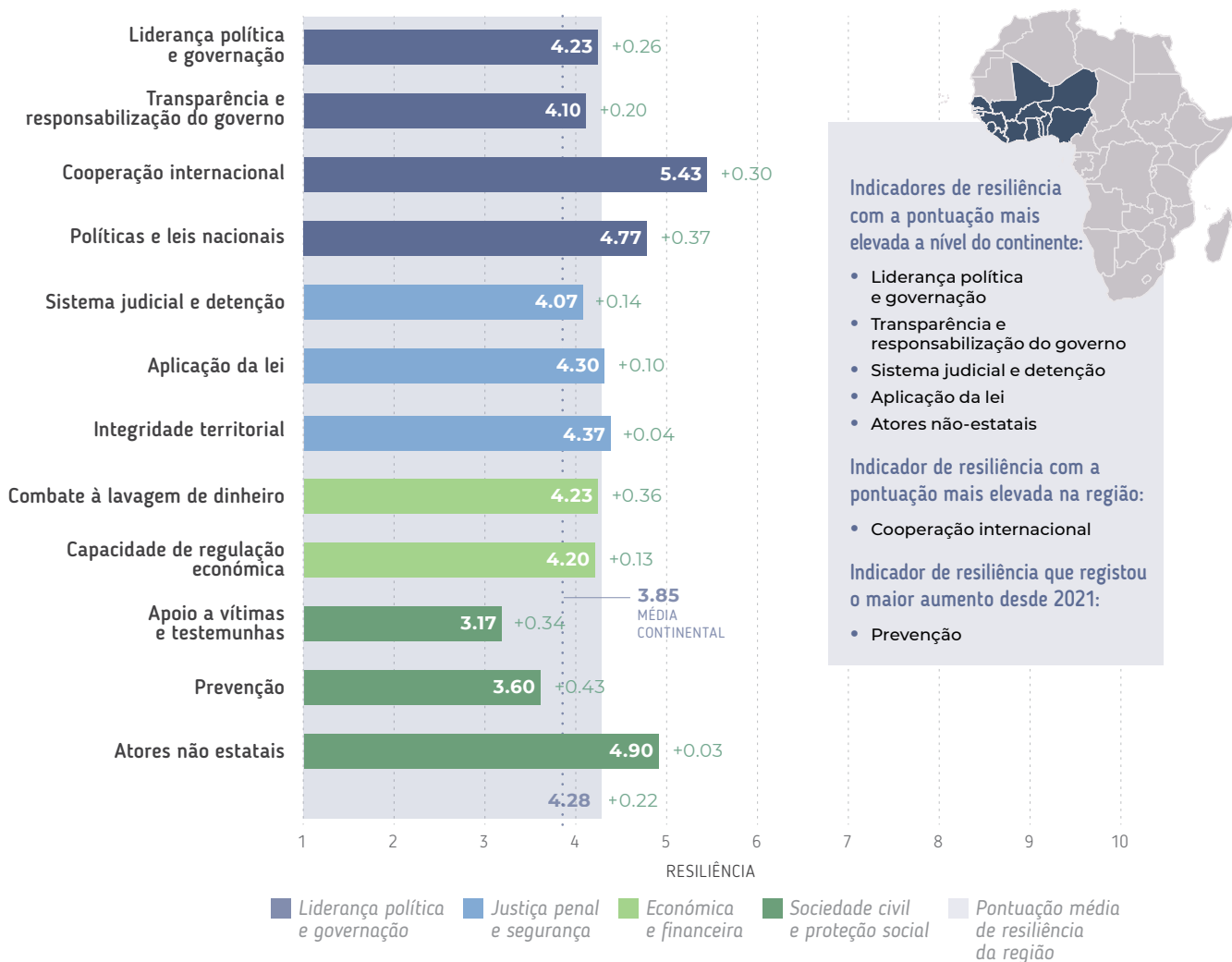


SÍNTESE

- Em 2023, a África Ocidental registou os níveis de resiliência mais elevados do continente, depois de ter registado os segundos níveis mais elevados em 2019 e 2021.
- A região obteve pontuações elevadas nos indicadores relacionados com a liderança e a governação e com a justiça penal e a segurança, o que revela uma preferência por medidas mais tradicionais e legislativas para consolidar a resiliência.
- Os indicadores com a pontuação mais baixa foram o “apoio às vítimas e testemunhas” e a “prevenção”.
- Na África Ocidental, os “atores não estatais” foram influentes a nível regional e especialmente no Gana, Cabo Verde, Nigéria e Senegal, indicando uma sociedade civil ativa.
- Os países da região demonstraram empenho no aprofundamento das medidas de combate à lavagem de dinheiro e intensificaram os seus esforços contra o financiamento do terrorismo, na sequência do crescimento do terrorismo na região.

FIGURA 4.4

Resiliência, África Ocidental (2023)



Em 2023, os níveis de resiliência da África Ocidental recuperaram para a sua média anterior à pandemia (4,28, em comparação com 4,26 em 2019), tendo diminuído significativamente (-0,20) entre 2019 e 2021, durante a pandemia da COVID-19, em linha com as tendências mundiais. A recuperação, embora muito superficial, foi considerada um desenvolvimento positivo nos esforços e no empenho da região no reforço da resiliência face aos desafios colocados pela crise sanitária relacionada com a COVID. O país mais resiliente da África Ocidental foi Cabo Verde (6,58), que, também devido à sua pequena dimensão e população, se tornou um modelo de estabilidade e democracia na região, seguido da Nigéria e do Senegal (ambos com 5,79).

A África Ocidental obteve a segunda pontuação mais elevada para a “cooperação internacional” no continente (5,43).

No Mali (2,38), a maioria dos indicadores de resiliência manteve a mesma pontuação entre 2021 e 2023, mas a “transparência e responsabilização do governo” diminuiu de 3,0 para 2,50. Tal deveu-se ao crescente autoritarismo da atual liderança militar, que reduziu o espaço para a responsabilização e a transparência. A “liderança política e governação” melhorou de 2,0 para 2,50, já que a liderança militar no Mali assumiu uma forte postura anticrime e

anticorrupção, procedendo a algumas detenções de antigos líderes políticos acusados de desvio de fundos e corrupção. No entanto, estas detenções foram frequentemente efetuadas sem um julgamento transparente, o que prejudicou o progresso do indicador “sistema judicial e detenção” do país, que obteve uma pontuação de 2,50. Na Guiné-Bissau, a corrupção generalizada e o conluio entre os atores integrados no Estado e as redes criminosas levaram a baixos níveis de resiliência, de acordo com avaliações de especialistas. Mas o país tomou medidas para melhorar a “integridade territorial”,⁸⁶ exercendo mais controlo militar, e a “prevenção”, começando a investigar e a identificar mais vítimas da mendicidade forçada que assola o país.⁸⁷

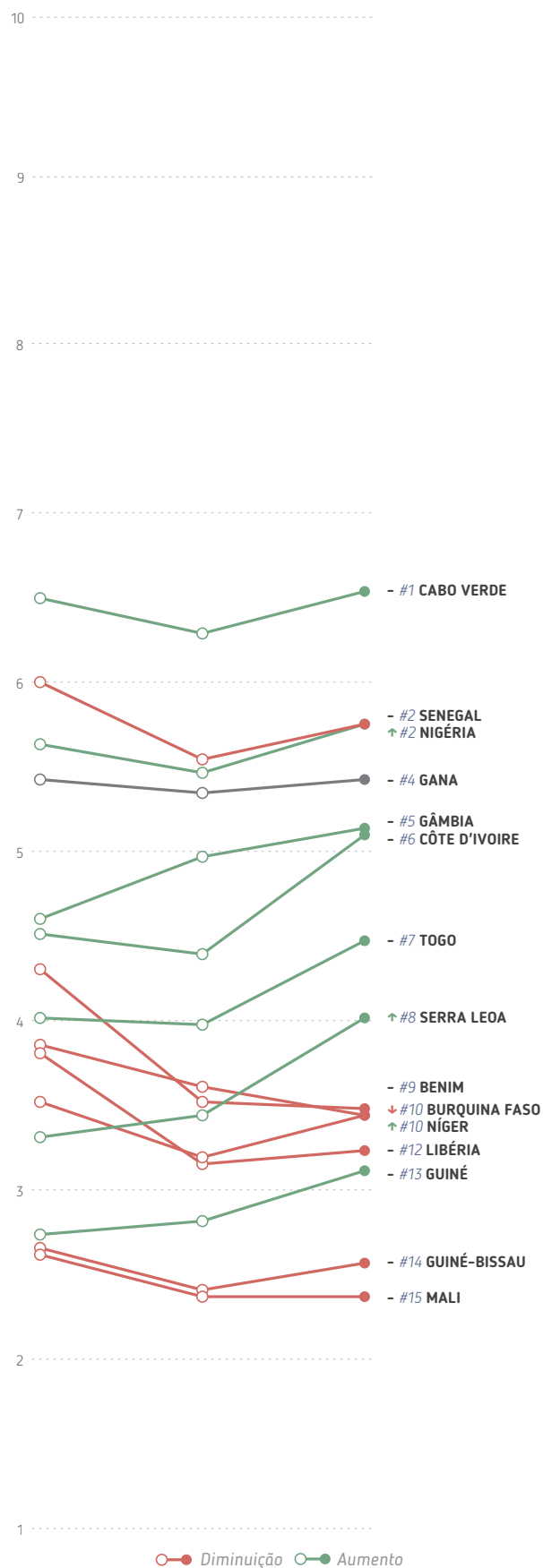
As pontuações mais elevadas da região em “liderança política e governação” (4,23) e “transparência e responsabilização do governo” (4,10) revelam uma afinidade com abordagens mais tradicionais e legislativas contra o crime organizado, tais como a promulgação de legislação sobre justiça penal e políticas de governação para erradicar a corrupção e aumentar a prestação de contas. No Senegal, a luta contra o crime organizado faz parte da agenda de segurança nacional, enquanto o Gana e a Nigéria implementaram portais de governação eletrónica, destinados a integrar todos os serviços do Estado e, assim, aumentar a transparência e o acesso à informação.⁸⁸

A África Ocidental obteve a segunda pontuação mais elevada para “cooperação internacional” (5,43) no continente, refletindo os esforços combinados dos países para combater o crime organizado. Por exemplo, o Senegal coopera com os seus vizinhos imediatos (Gâmbia e Guiné-Bissau) para travar o tráfico de droga na região. A Gâmbia também assinou um memorando de entendimento com o Projeto de Cooperação dos Portos Marítimos (SEACOP), um projeto financiado pela União Europeia que colabora com os países para dismantelar e prevenir o tráfico marítimo ilícito.⁸⁹ Estes esforços complementaram as medidas de justiça penal e de segurança na região, que também melhoraram desde 2021.

Entre 2021 e 2023, a África Ocidental melhorou o seu indicador “sistema judicial e detenção” (+0,14), apesar de a maioria dos países ter sistemas judiciais limitados ou deficientes (nomeadamente a Costa do Marfim, o Benim e a Guiné-Bissau). Do mesmo modo, embora o indicador regional “aplicação da lei” tenha registado uma ligeira melhoria (+0,10), os países individuais continuaram a ter agências de

FIGURA 4.5

Tendências de resiliência por país, África Ocidental (2019–2023)



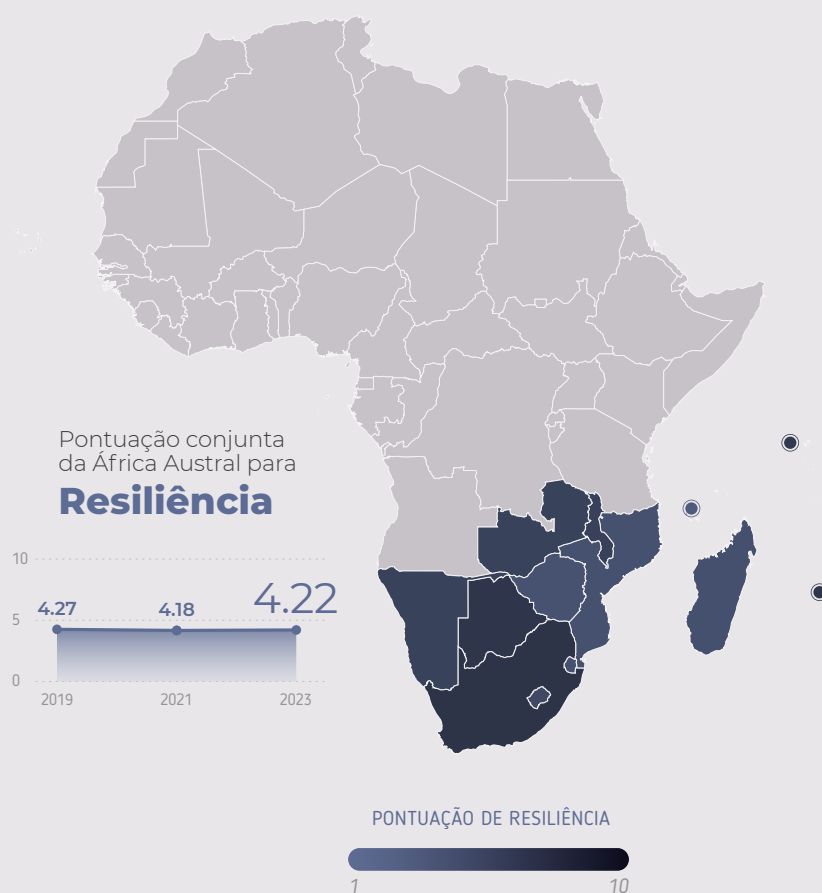
aplicação da lei com poucos recursos e mal equipadas. Por exemplo, na Guiné, alguns funcionários responsáveis pela aplicação da lei foram alegadamente implicados em actos de corrupção, ao passo que na Guiné-Bissau e na Serra Leoa a sua maior parte não tinha formação e estava mal financiada.⁹⁰ Entre os países que melhoraram as suas estruturas de aplicação da lei contam-se o Togo (5,0), que reforçou as suas capacidades de investigação de casos de cibersegurança,⁹¹ e o Senegal (6,0), que desenvolveu as capacidades da polícia através da formação e da capacitação, bem como do fornecimento de infraestruturas e equipamento.

Entre 2021 e 2023, a região no seu conjunto registou uma melhoria na média do “combate à lavagem de dinheiro” (de 3,87 para 4,23). Tendo em conta o aumento do terrorismo na região, os países estão a envidar mais esforços para combater o financiamento do terrorismo e o branqueamento de capitais. Após ter implementado sólidos sistemas de combate ao branqueamento de capitais, o Gana (6,0) deixou de constar da lista cinzenta do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI). A Nigéria (5,0) introduziu um projeto de formação e educação destinado à compreensão e melhoria das iniciativas de combate à lavagem de dinheiro, enquanto a Gâmbia (5,50) criou uma unidade de informação financeira para investigar o branqueamento de capitais e os crimes financeiros, no âmbito dos seus esforços para reforçar as capacidades em conformidade com os regulamentos e as análises do GAFI. No entanto, mesmo com os seus esforços, as potências económicas do Senegal, do Gana e da Nigéria continuam em risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, o que foi agravado pela utilização de tecnologias digitais para permitir fluxos financeiros ilícitos. Por exemplo, a GAFI colocou o Senegal na lista cinzenta por não cumprir as normas internacionais em matéria de branqueamento de capitais, apesar de o país ter feito progressos na luta contra o financiamento do terrorismo e lavagem de dinheiro.

A “capacidade de regulamentação económica” na região aumentou, passando de 4,07 em 2021 para 4,20 em 2023. Os países que reduziram a pontuação regional em termos de “capacidade de regulação económica” foram o Níger (3,50), o Mali (2,0) e a Libéria (3,0), onde a criminalidade prejudicou as empresas e as oportunidades legítimas. Em contrapartida, apesar da redução da produção económica durante a pandemia da COVID-19, a “capacidade de regulação económica” aumentou na Costa do Marfim (5,0), no Níger (3,50) e na Serra Leoa (3,50), em parte devido à celebração de acordos de ajuda internacional.

Os indicadores de resiliência com a pontuação mais baixa na região foram os indicadores “soft”, como “apoio a vítimas e testemunhas” (3,17) e “prevenção” (3,60). Embora os países da África Ocidental tenham melhorado os seus esforços convencionais de combate ao crime organizado, através da aprovação de leis e políticas e da celebração de acordos internacionais, não deram prioridade à assistência às vítimas do crime organizado e à atribuição de recursos e apoio a iniciativas de prevenção do crime organizado nas comunidades atingidas. Dentre estas medidas de resiliência, a exceção regional foi “atores não estatais” (4,90), que obteve a segunda pontuação mais elevada depois da “cooperação internacional”. Países como o Gana, a Nigéria e o Senegal têm uma sociedade civil forte, apesar das tendências crescentes de assédio e táticas de intimidação. A sociedade civil da região tem a responsabilidade de denunciar e sensibilizar sobre o crime organizado, apelar a uma maior transparência do governo e liderar iniciativas para reduzir o crime organizado a nível comunitário.

África Austral

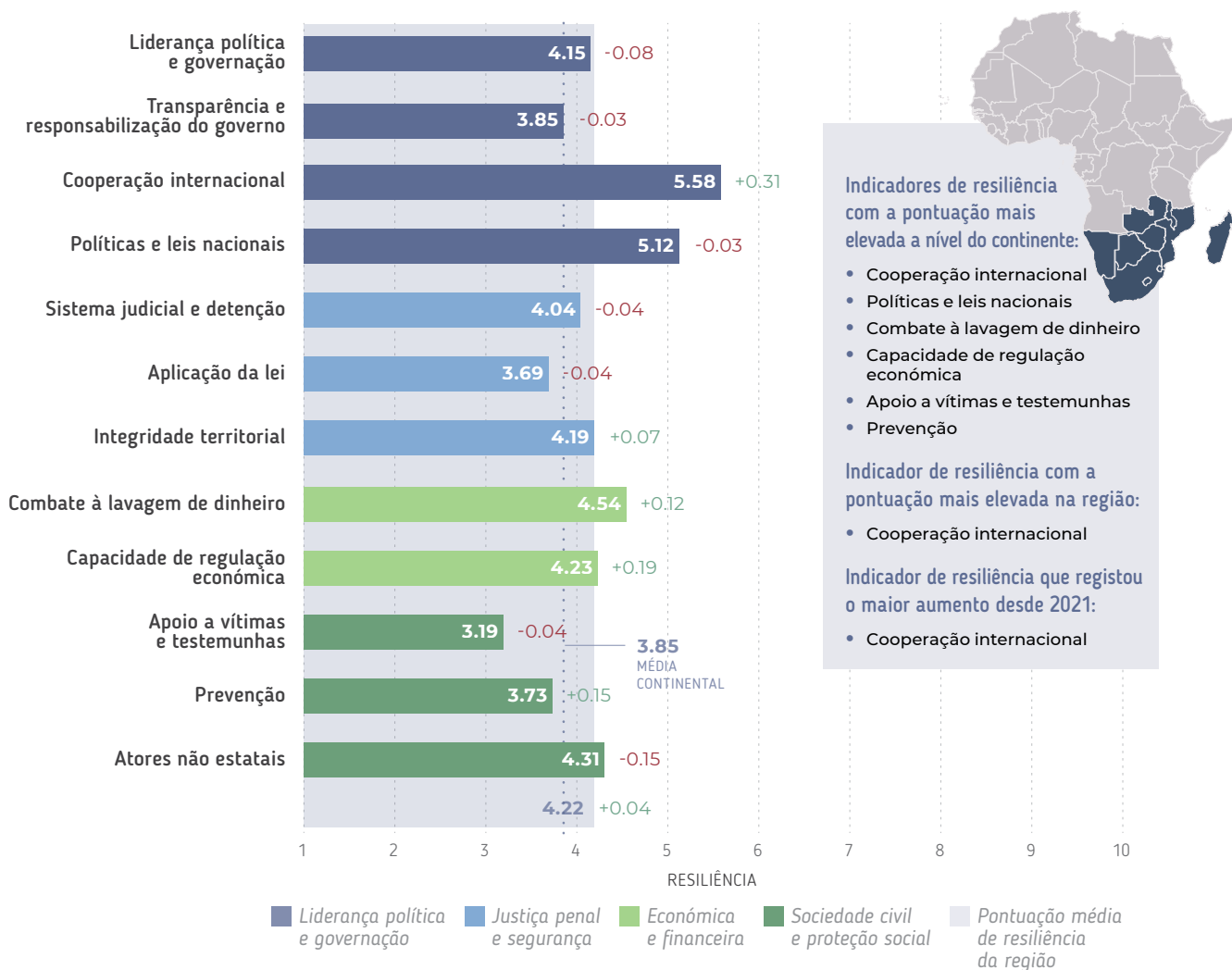


SÍNTESE

- Em 2023, a África Austral foi a segunda região mais resiliente do continente, tendo sido a região mais resiliente em 2019 e 2021.
- Desde 2019, os indicadores relativos à liderança e à governação diminuíram ligeiramente, enquanto a “cooperação internacional” aumentou, em linha com as tendências continentais.
- As medidas de justiça penal e de segurança também diminuíram desde 2019, devido aos limitados recursos e capacidade de resposta ao crime organizado e à politização das instituições de justiça penal e de segurança.
- Embora as estruturas e as políticas de combate ao branqueamento de capitais tenham melhorado ligeiramente em toda a região, os resultados a nível nacional foram díspares. O “combate à lavagem de dinheiro” diminuiu em alguns países, o que resultou numa lista cinzenta do GAFI, mas melhorou em outros.
- Os indicadores mais baixos da região incluíam indicadores de proteção social, tendo os “intervenientes não estatais” obtido uma pontuação mais elevada do que os outros indicadores, sugerindo que houve alguns esforços cívicos bem-sucedidos para fomentar a resiliência na região.

Em 2023, pela primeira vez desde 2019, a África Austral não foi a região mais resiliente do continente, caindo para a segunda posição. Entre 2019 e 2021, a resiliência da região diminuiu 0,08 pontos, de 4,27 para 4,18, durante a pandemia da COVID-19. Ainda que os níveis de resiliência tenham recuperado ligeiramente desde 2021 (+0,04), em 2023 ficaram ainda aquém dos níveis de 2019 (4,22).

FIGURA 4.6
Resiliência, África Austral (2023)



África do Sul continuou a ser o país mais resiliente da região.

Observando os países individualmente, apesar de uma diminuição de 0,17 pontos desde 2021, a África do Sul continuou a ser o país mais resiliente da região, com uma pontuação de 5,63, bem acima da média regional. O país exibiu “políticas e leis nacionais” robustas, uma forte “capacidade de regulação económica” e um leque diversificado de “atores não estatais”. No entanto, e paradoxalmente, registou os níveis mais elevados de criminalidade na região. No outro extremo do espectro, o país menos resiliente da África Austral foi as Comores (2,38), cujos desafios incluem restrições às liberdades políticas e civis, corrupção generalizada e um sistema judicial com poucos recursos e sobrecarregado.

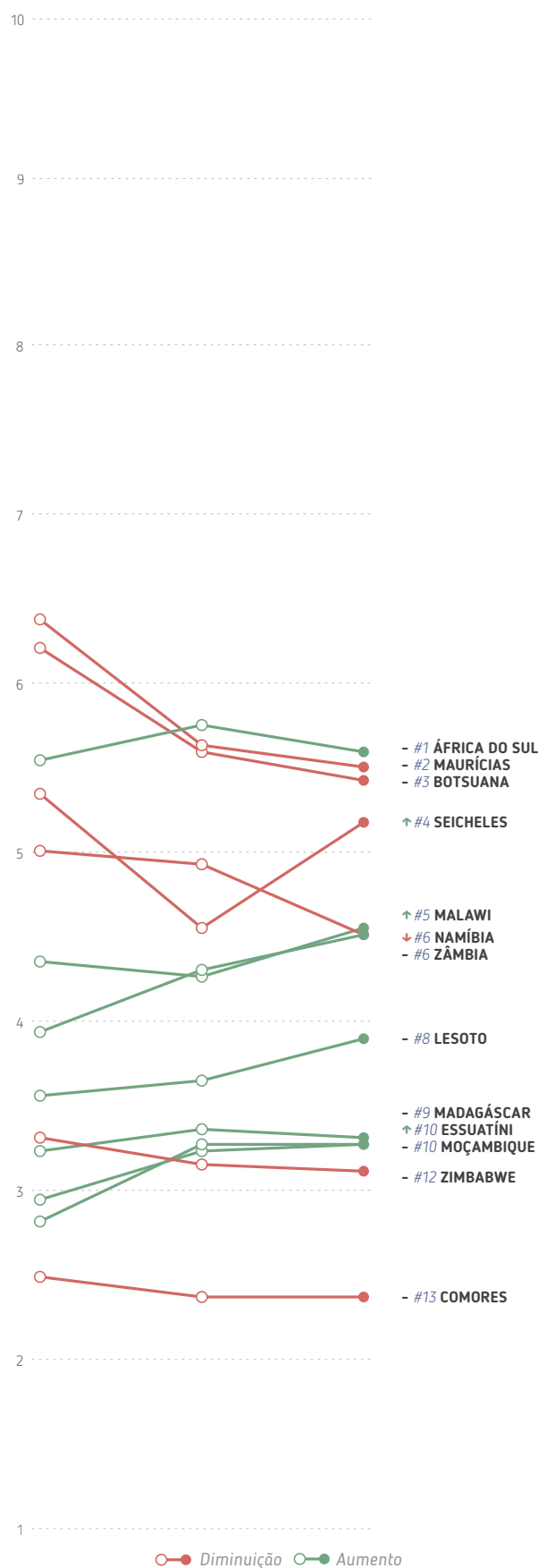
Entre 2021 e 2023, todos os indicadores da região relacionados com a liderança e a governação diminuíram ligeiramente, à exceção da “cooperação internacional”. A “liderança política e governação” diminuiu para 4,15 (-0,08) devido à insuficiente atribuição de prioridade às respostas ao crime organizado e aos elevados níveis de captura do Estado em certos países, em especial a África do Sul, enquanto a “transparência e responsabilização do governo” (3,85) e “políticas e leis nacionais” (5,12) diminuíram 0,03 pontos. Em contrapartida, desde 2019, a “cooperação internacional” na região tem vindo a melhorar de forma constante (+0,77 entre 2019 e 2021 e +0,31 desde 2021), atingindo 5,58 em 2023. Foi o indicador de resiliência com a pontuação mais elevada na África Austral, evidenciando o compromisso da região com os tratados internacionais e a colaboração com as organizações de aplicação da lei regionais e internacionais no contínuo combate contra o crime organizado.

Entre 2019 e 2021, o “sistema judicial e detenção” e “aplicação da lei” deterioraram-se, diminuindo 0,19 e 0,62 pontos, respetivamente. Depois, de 2021 a 2023, ambos os indicadores diminuíram mais 0,04 pontos, atingindo 4,04 e 3,69, respetivamente. Os desafios enfrentados pelas autoridades judiciais e policiais na região incluíram recursos humanos e financeiros insuficientes, resultando em capacidade limitada; influência do Estado sobre essas autoridades e corrupção generalizada, resultando em baixa confiança da população. Estes desafios dificultaram a capacidade da região para combater eficazmente o crime organizado. No entanto, desde 2021, a “integridade territorial” da região melhorou ligeiramente (+0,07), para 4,19 em 2023.

Em 2023, o “combate à lavagem de dinheiro” obteve uma pontuação de 4,54 pontos (+0,12 pontos desde 2021), espelhando a melhoria dos regimes jurídicos e dos mecanismos de luta contra o branqueamento de capitais na região, embora os resultados na região tenham sido díspares. Por exemplo, entre 2021 e 2023, o “combate à lavagem de dinheiro” diminuiu entre 0,50 e 1,0 pontos na África do Sul (5,50), em Madagáscar (4,50) e no Lesoto (4,0), países que foram considerados em alto risco de atividades de branqueamento de capitais. Em particular, os desenvolvimentos em 2022 levaram à inclusão da África do Sul na lista cinzenta do GAFI em fevereiro de 2023, principalmente devido a processos ineficazes para casos de branqueamento de capitais e a uma falta geral de capacidade institucional para combater este crime.⁹² Em contrapartida, a Zâmbia (5,50),

FIGURA 4.7

Tendências de resiliência por país, África Austral (2019–2023)



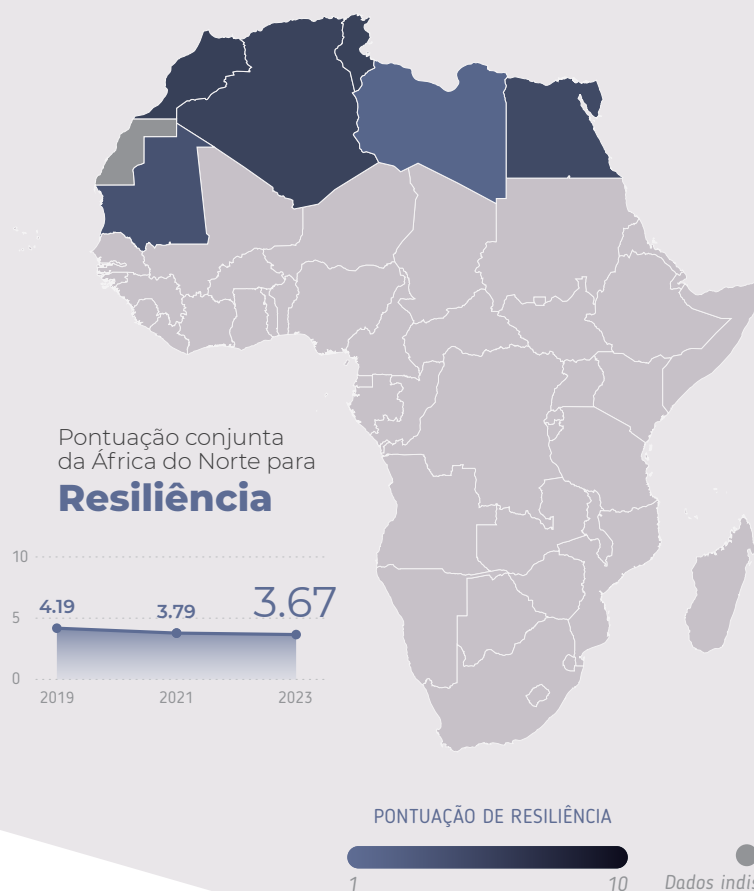


as Seicheles (4,50) e as Maurícias (4,0) reforçaram os seus quadros jurídicos e políticas relacionados com a lavagem de dinheiro. No que diz respeito à “capacidade de regulamentação económica”, em 2023, a pontuação média da região para este indicador foi de 4,23 (+0,19 desde 2021), revelando a presença de países, como as Maurícias (7,0), a África do Sul (6,0) e o Botsuana (6,0), com economias formais relativamente bem regulamentadas e livres, apoiadas por um clima económico favorável ao investimento.

Desde 2019, “apoio a vítimas e testemunhas” e “prevenção” têm estado entre os indicadores de resiliência com a pontuação mais baixa. Em 2023, o “apoio a vítimas e testemunhas” obteve apenas 3,19 pontos, uma diminuição de 0,04 pontos desde 2021, revelando uma deterioração ainda maior nos mecanismos e práticas já limitados de apoio às vítimas e testemunhas afetadas pelo crime organizado. Em contrapartida, as medidas de “prevenção” melhoraram consideravelmente (+0,69 pontos entre 2019 e 2021 e +0,15 pontos desde 2021), atingindo 3,73 em 2023. No entanto, apesar desta tendência ascendente, a baixa pontuação é indicativa da contínua ineficácia ou falta de medidas preventivas relacionadas com o crime organizado na região.

Em 2023, um dos indicadores mais fortes foi “atores não estatais” (4,31), apesar de ter diminuído 0,65 pontos entre 2019 e 2021 e 0,15 pontos desde 2021. Embora, apesar desta tendência descendente, a pontuação regional sugira uma sociedade civil ativa e empenhada no combate ao crime organizado e um panorama mediático relativamente livre, tal é induzido por um grupo seleto de países que inclui a África do Sul (7,0), a Namíbia (6,0), as Seicheles (5,50), o Maláui (5,50) e as Maurícias (5,50). Noutros países, como as Comores (2,0), Essuatíni (2,50) e Madagáscar (2,50), os obstáculos burocráticos e os quadros jurídicos restritivos dificultam as atividades das organizações não governamentais (ONG), da sociedade civil e dos meios de comunicação social.

África do Norte



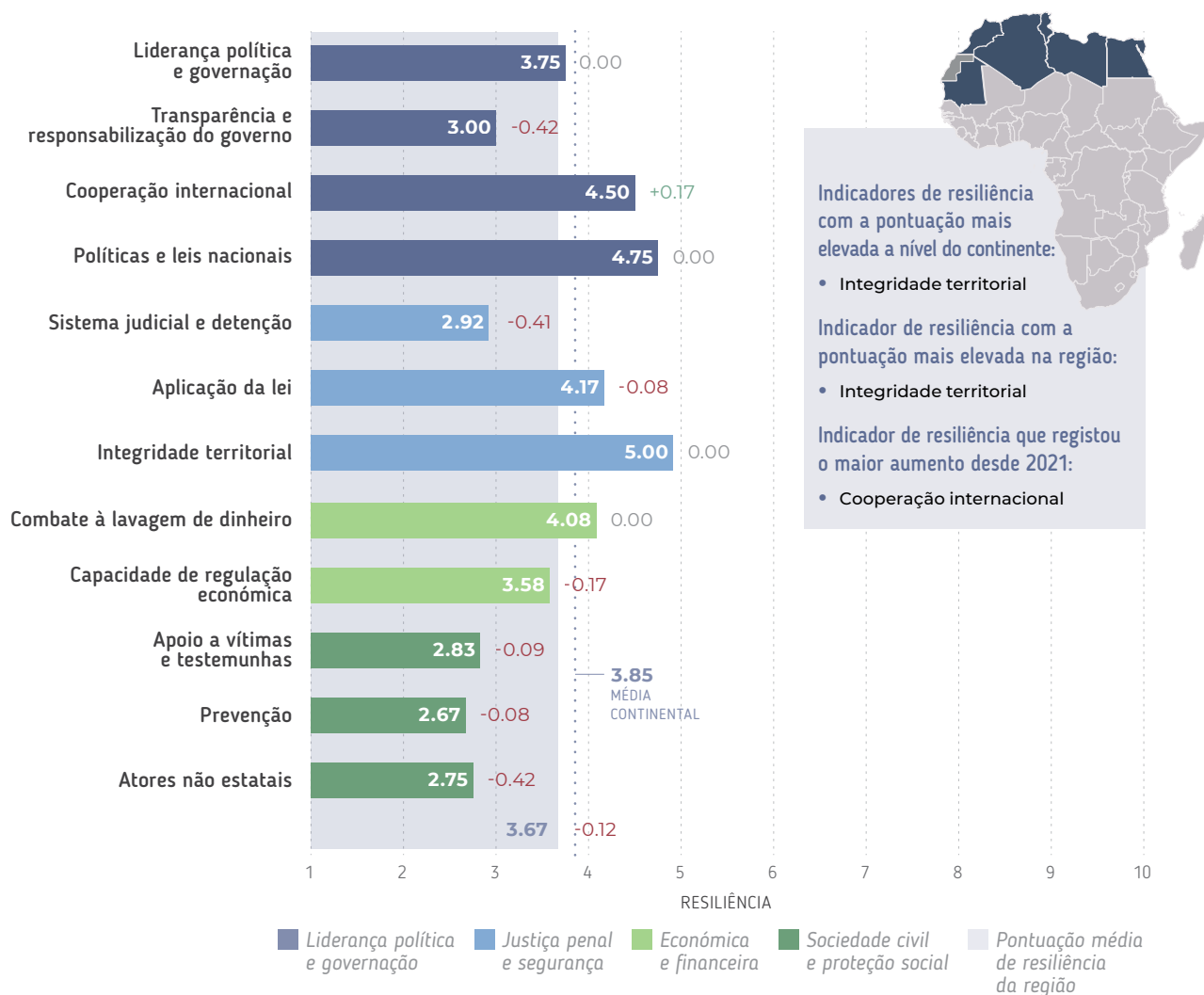
SÍNTESE

- A África do Norte permaneceu como a terceira região mais resiliente do continente, mas os seus níveis de resiliência caíram significativamente desde 2019.
- As capacidades e aptidões para reforçar a resiliência foram díspares na região, variando entre a Líbia, onde a fragmentação prejudica a resiliência, e Marrocos e a Tunísia, que apresentam uma maior resiliência ao crime organizado.
- Entre 2021 e 2023, a “liderança política e governação” e as “políticas e leis nacionais” permaneceram inalteradas, após um declínio entre 2019 e 2021, enquanto a “transparência e responsabilização do governo” se deteriorou desde 2019. A “cooperação internacional” foi o único indicador a aumentar, em linha com as tendências continentais.
- Desde 2019, os indicadores de justiça penal e segurança diminuíram ligeiramente, com condições carcerárias muito deterioradas em todo a África do Norte.
- Os indicadores de proteção social continuaram a ser os indicadores com a pontuação mais baixa da região. Desde 2019, os indicadores “apoio às vítimas e às testemunhas” e “prevenção” registaram uma ligeira diminuição, enquanto o indicador “atores não estatais» se deteriorou substancialmente.

Desde a primeira iteração do Índice em 2019, os níveis de resiliência da África do Norte têm vindo a diminuir progressivamente, de 4,19 em 2019 para 3,67 em 2023 (-0,40 entre 2019 e 2021 e -0,12 desde 2021). Os desafios que a região enfrenta incluem golpes militares, agitação política e o impacto socioeconómico da pandemia da COVID-19. Este declínio contínuo é alarmante, dada a omnipresença de certos mercados criminosos na África do Norte, designadamente tráfico de seres humanos, contrabando e crimes financeiros, que têm dificultado ainda mais a capacidade da região para combater eficazmente as atividades ilícitas.

FIGURA 4.8

Resiliência, África do Norte (2023)



Em 2023, a Líbia (1,54) registou os níveis de resiliência mais baixos da região e do continente, e isto apesar de não ter havido alterações nos seus indicadores de resiliência desde 2021. No entanto, tal seguiu-se a uma diminuição considerável de 0,59 pontos entre 2019 e 2021. Estes baixos níveis de resiliência, combinados com o quinto nível de criminalidade mais elevado em África, ilustraram a insuficiente atribuição de prioridade às medidas de combate ao crime organizado, decorrentes da limitada autoridade do Estado desde a revolta de 2011. No outro extremo estavam Marrocos (4,63) e a Tunísia (4,50), que dispunham de fortes quadros jurídicos nacionais para combater o crime organizado, exerciam um

controlo significativo sobre os seus territórios e mantinham colaborações bem estabelecidas com parceiros internacionais e regionais na luta contra o crime organizado. No entanto, estes países ainda enfrentavam desafios que incluíam ineficácia dos mecanismos de combate à corrupção sistémica, influência do Estado e politização do sistema judicial bem como uma abordagem opressiva em relação aos meios de comunicação social.

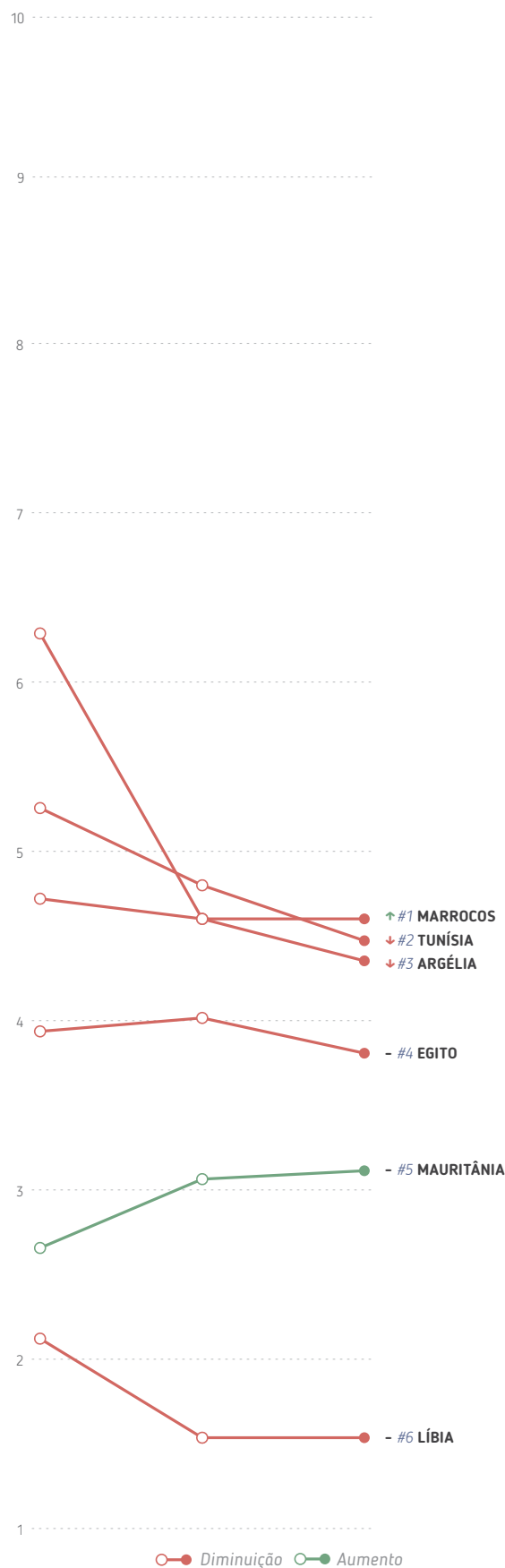
Entre 2021 e 2023, “liderança política e governação” (3,75) e “políticas e leis nacionais” (4,75) permaneceram nos mesmos níveis, enquanto a “transparência e responsabilização do governo” (3,0) se deteriorou em 0,42 pontos, após uma diminuição de 0,33 pontos entre 2019 e 2021. Esta descida deveu-se a vários fatores, incluindo o encerramento da autoridade anticorrupção competente na Tunísia (4,0), a utilização política dos regulamentos anticorrupção na Argélia (3,0) e os problemas atuais de transparência orçamental no Egito (2,50). Em 2023, a “cooperação internacional” obteve 4,50 pontos, um aumento de 0,17 pontos desde 2021, refletindo tanto as tendências continentais e as globais de uma dependência crescente dos esforços de cooperação internacional para combater o crime organizado.

Em 2023, o “sistema judicial e detenção” (2,92) foi um dos indicadores de resiliência com pior desempenho na África do Norte, tendo diminuído 0,84 pontos entre 2019 e 2021 e 0,41 pontos desde 2021. As pontuações dos países para este indicador variaram entre 1,50 (Líbia) e 4,0 (Marrocos), mostrando o estado problemático dos sistemas judiciário e de detenção em toda a região. Na maioria dos países, o sistema judicial é cada vez mais influenciado pelo Estado e enfrenta desafios práticos, a saber, a falta de recursos humanos e financeiros. Além disso, os sistemas penitenciários da região caracterizam-se, em grande medida, por condições degradantes, incluindo deficiências de higiene e uma grave sobrelotação.

A “aplicação da lei” na região da África do Norte diminuiu igualmente ao longo dos anos, resultando numa média de 4,17 em 2023 (-0,92 de 2019 a 2021, seguida de uma diminuição de 0,08 pontos entre 2021 e 2023). O indicador mais bem pontuado da região foi “integridade territorial” (5,0), que se manteve inalterado desde 2021, sugerindo que a maioria dos países da África do Norte tinha sólidas medidas em vigor para proteger as suas fronteiras da infiltração de grupos de crime organizado e outras ameaças. A exceção foi a Líbia (1,50), onde a fragmentação interna e governação enfraquecida resultaram na perda do controlo formal das fronteiras para redes locais e

FIGURA 4.9

Tendências de resiliência por país, África do Norte (2019–2023)



forças não governamentais. Esta situação conduziu a um sistema de controlo fronteiriço e marítimo desarticulado e débil, que facilitou a infiltração de elementos criminosos e de grupos armados no território da Líbia.

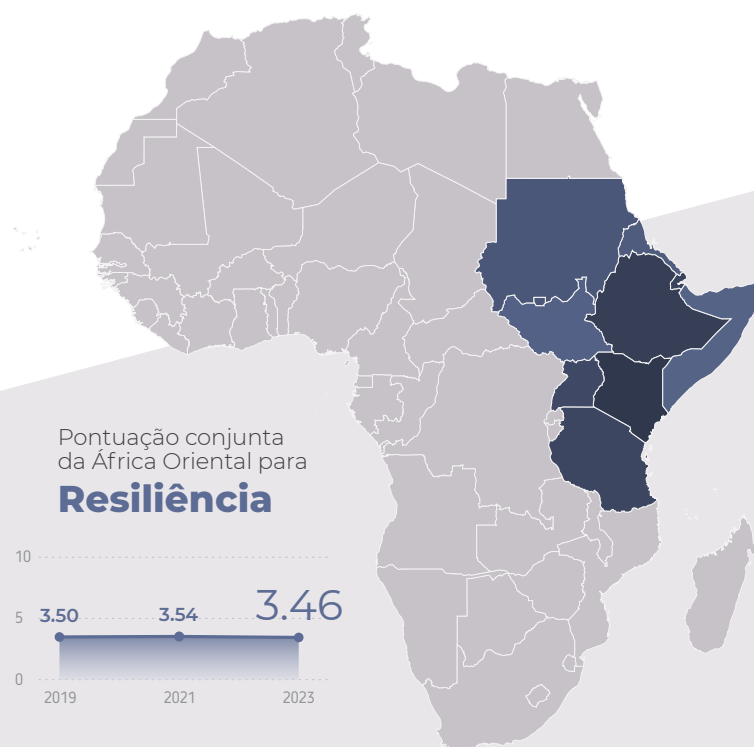
Desde 2021, o “combate à lavagem de dinheiro” (4,08) também se manteve inalterado, o que indica que não houve mudanças significativas nos esforços de combate ao branqueamento de capitais na região. A maioria dos países da África do Norte continuou a enfrentar um risco moderado de branqueamento de capitais, embora dispondo de quadros jurídicos e mecanismos relativamente adequados para o combater. Em 2023, a “capacidade de regulamentação económica” diminuiu para 3,58 (-0,67 pontos entre 2019 e 2021 e -0,17 pontos desde 2021), em resultado da crise financeira na África do Norte decorrente de fatores mundiais e nacionais, das

restrições orçamentais e da expansão contínua das economias informais.

Os indicadores de proteção social continuaram a ter as pontuações mais baixas da região e diminuíram desde 2019. Em 2023, a “prevenção” diminuiu para 2,67 (-0,25) e o “apoio a vítimas e testemunhas” para 2,83 (-0,17). Os “atores não estatais” (2,75) registaram uma das deteriorações mais substanciais dentre todos os 12 indicadores de resiliência da região, diminuindo inicialmente 0,83 pontos entre 2019 e 2021 e depois mais 0,42 pontos entre 2021 e 2023. Embora os países da África do Norte tivessem uma sociedade civil vibrante que abordava ativamente questões relacionadas com o crime organizado, o ambiente mediático tornou-se cada vez mais precário, com jornalistas a enfrentarem constantes pressões, ameaças de detenção e detenções arbitrárias.



África Oriental



PONTUAÇÃO DE RESILIÊNCIA

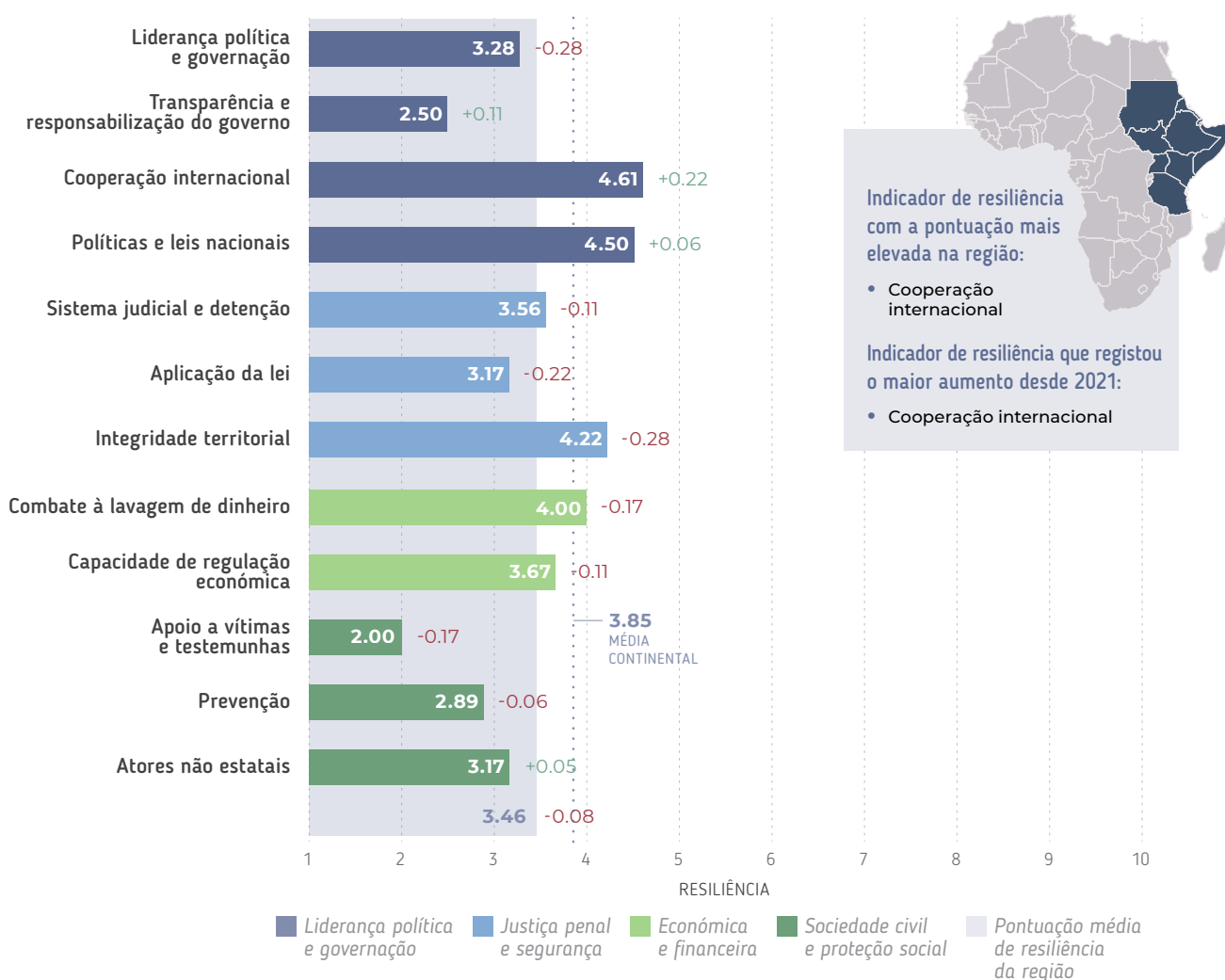
1 10

SÍNTESE

- Em 2019, 2021 e 2023, a África Oriental foi classificada em quarto lugar entre cinco regiões em termos de resiliência, com alterações mínimas ao longo dos anos. A região inclui a Somália, o segundo país menos resiliente em África, a seguir à Líbia.
- Desde 2019, o indicador com a pontuação mais baixa na região tem sido o “apoio às vítimas e testemunhas”.
- Entre 2021 e 2023, a “transparência e responsabilização do governo”, a “cooperação internacional” e as “políticas e leis nacionais” melhoraram ligeiramente as suas pontuações, enquanto a “liderança política e governação” continuou a sua tendência descendente desde 2019.
- Apesar de uma melhoria mínima desde 2021, a “transparência e responsabilização do governo” foi um dos indicadores com a pontuação mais baixa, enquanto a “cooperação internacional” foi o indicador com a pontuação mais elevada na região em 2023, acompanhando as tendências continentais.
- Desde 2021, todos os indicadores de justiça penal e segurança baixaram, com a “aplicação da lei” a continuar a diminuir desde 2019.
- Os indicadores de proteção social tiveram algumas das pontuações mais baixas, refletindo medidas de proteção social ineficientes na África Oriental. No entanto, após um grande revés durante a pandemia de COVID-19, os atores não estatais recuperaram alguma presença na África Oriental, apesar dos contínuos desafios.

Em 2023, a África Oriental (3,46) foi a segunda região menos resiliente de África. Apesar dos desafios colocados pela pandemia da COVID-19, entre 2019 e 2021, a resiliência da região melhorou ligeiramente de 3,50 para 3,54, mas depois caiu 0,08 pontos de 2021 a 2023, em grande parte devido à constante instabilidade que resultou numa maior fragilidade. Em todas as três iterações do Índice, os indicadores relacionados com a sociedade civil e a proteção social foram os mais subdesenvolvidos em toda a região, indicando a inadequação dos mecanismos de apoio às vítimas e uma margem de ação limitada concedida às ONG e aos meios de comunicação social na África Oriental.

FIGURA 4.10
Resiliência, África Oriental (2023)



Alguns países da região registaram algumas das pontuações de resiliência mais baixas do continente: a Somália (1,79), o Sudão do Sul (1,88) e a Eritreia (2,33), que também obtiveram apenas 1,0 para “apoio a vítimas e testemunhas”, indicando uma completa ausência de mecanismos de apoio adequados para vítimas e testemunhas. Por outro lado, após ligeiras melhorias registadas desde 2019, o Quênia apresentou os níveis de resiliência mais elevados da região (5,33) em 2023,

graças à sua predisposição para cooperar com parceiros regionais e internacionais na partilha de informações e na investigação criminal. O quadro jurídico do Quênia contra o crime organizado é também um dos mais avançados da região, embora haja deficiências de implementação.

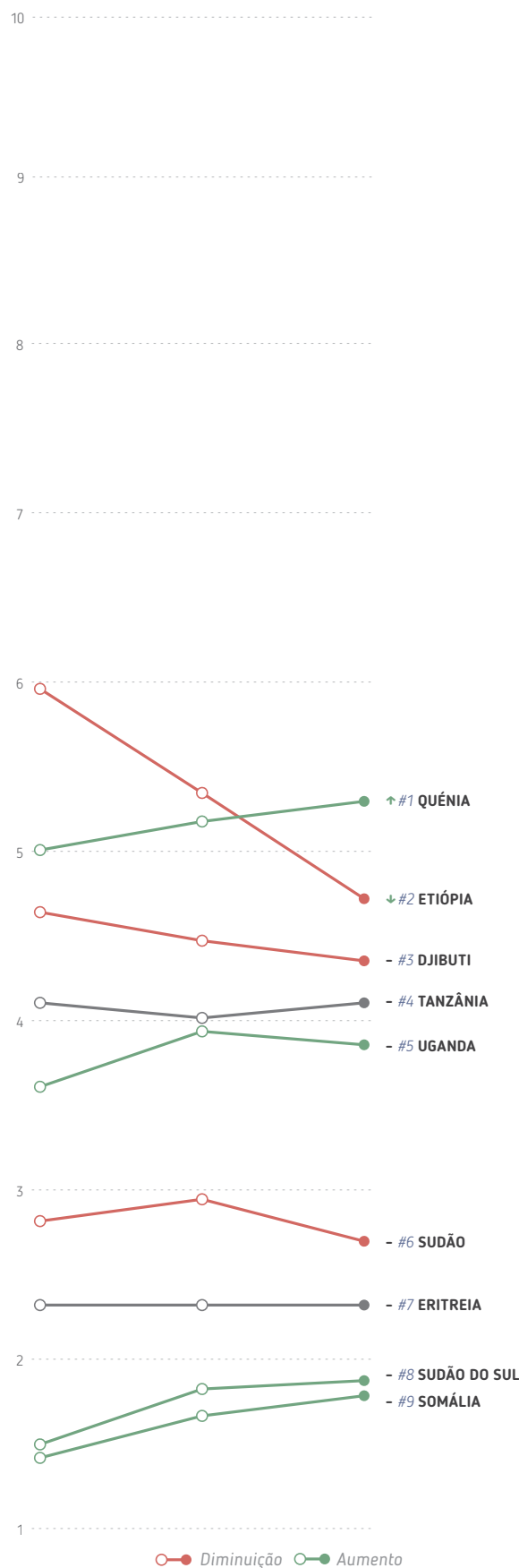
Desde 2021, apenas um dos indicadores que medem a liderança e a governação diminuiu na África Oriental: “liderança política e governação” (3,28), que diminuiu 0,11 pontos entre 2019 e 2021 e mais 0,28 pontos desde 2021. A pontuação foi agravada pela queda de 1,0 ponto no Sudão (2,0) e na Etiópia (4,0), onde a contínua turbulência política (no Sudão) e as tensões entre etnias (na Etiópia) representaram uma severa ameaça à governabilidade destes países, comprometendo a sua capacidade de implementar estratégias eficazes de combate ao crime organizado e proporcionando um ambiente ideal para que os atores criminosos prosperem.

Em contrapartida, entre 2021 e 2023, “transparência e responsabilização do governo” (2,50), “cooperação internacional” (4,61) e “políticas e leis nacionais” (4,50) registaram melhorias. “Transparência e responsabilização do governo” aumentou 0,11 pontos depois de ter diminuído 0,22 pontos entre 2019 e 2021. Este facto demonstra que a corrupção continua a ser um problema em toda a África Oriental, com apenas dois dos nove países a terem um quadro institucional moderadamente eficaz: a Etiópia (4,50) e o Quênia (5,0). A região também inclui a Somália (1,0) e a Eritreia (1,0), dois Estados avaliados por especialistas como tendo alguns dos níveis de corrupção mais elevados do mundo, marcados por instituições disfuncionais e pela falta de transparência e responsabilização, o que facilita a corrupção e dificulta a eficácia das medidas de combate ao crime organizado.

A média regional mais elevada na África Oriental foi atribuída à “cooperação internacional”, que tem vindo a aumentar de forma constante desde 2019. Tal deve-se, em grande medida, ao facto de os países da região terem procurado repetidamente a ajuda de parceiros internacionais e assinado acordos estratégicos com países vizinhos no intuito de combaterem crimes transfronteiriços e protegerem as suas fronteiras contra a infiltração de crime organizado e de grupos extremistas violentos. Por último, no que diz respeito a “políticas e leis nacionais”, embora existam quadros jurídicos que orientam os esforços de combate contra o crime organizado nos países da África Oriental, a sua aplicação é frequentemente inadequada ou nula.

FIGURA 4.11

Tendências de resiliência por país, África Oriental (2019–2023)



Entre 2021 e 2023, todos os indicadores relacionados com a justiça penal e segurança diminuíram. A “aplicação da lei” (3,17), que tem vindo a diminuir constantemente desde 2019, foi reduzida em todos os países da África Oriental, mesmo no Quênia (4,50), que tinha geralmente níveis de resiliência mais elevados do que os países vizinhos. No Quênia, as forças de segurança são consideradas pouco fiáveis devido a alegações de corrupção entre agentes policiais, aduaneiros e de imigração e a relatos de violência arbitrária e falta de competências de investigação.⁹³ A confiança nos agentes da autoridade foi ainda mais baixa na Somália (1,50) e no Sudão do Sul (2,0), onde a presença da polícia em certas zonas é limitada ou completamente inexistente.

Do mesmo modo, desde 2021, o “sistema judicial e detenção” (3,56) diminuiu 0,11 pontos na África Oriental, devido à falta de independência, baixa capacidade institucional, pobre acesso à justiça e condições penitenciárias severas, que, em certos casos, não respeitam os princípios fundamentais dos direitos humanos. Entre 2021 e 2023, a “integridade territorial” (4,22) também diminuiu (-0,28), principalmente porque a pontuação da “integridade territorial” da Etiópia desceu de 6,0 para 4,0, em resultado dos vários conflitos armados (especialmente a guerra civil em Tigray) que ameaçam as fronteiras e a segurança interna do país.

A eficácia das medidas de “combate à lavagem de dinheiro” (4,0) e a eficácia geral do enquadramento regulamentar económico (3,67) diminuíram, respetivamente, 0,17 e 0,11 pontos. Nenhum país melhorou a sua pontuação em matéria de “combate à lavagem de dinheiro”, enquanto três dos nove países sofreram um declínio de 0,50 pontos: a Somália (2,0), o Sudão (3,50) e a Tanzânia (5,0), colocando-os em maior risco de branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, trazendo obstáculos consideráveis à eficácia das suas políticas. Em toda a região, a economia informal também foi generalizada e as autoridades tiveram pouco sucesso na tentativa de garantir que as empresas legítimas pudessem operar sem interferência criminosa. Além disso, os efeitos que ainda persistem da pandemia da COVID-19 afetaram severamente setores prioritários em alguns países, como a saúde, a educação e a proteção social.

Em 2023, tal como noutras regiões, os indicadores de proteção social foram aqueles que tiveram as pontuações mais baixas na África Oriental, com o “apoio a vítimas e testemunhas” (2,0) a diminuir 0,17 pontos desde 2021, com destaque para a Eritreia, a Somália, o Sudão e o Sudão do Sul (todos 1,0 em 2023). Tal demonstra que os procedimentos destinados a identificar proativamente vítimas de tráfico e a encaminhá-las para assistência não estão em vigor ou não estão a ser aplicados de forma eficaz. Do mesmo modo, a “prevenção” (2,89) indica que muitos países da África Oriental não dispõem de suficientes campanhas de sensibilização do público e estratégias

preventivas destinadas a travar a expansão do crime organizado. Por último, os “atores não-estatais” (3,17) estão em perigo em muitos países, com a maioria das organizações da sociedade civil e ativistas independentes a enfrentarem dificuldades para sobreviver face às tentativas dos governos para restringirem o seu espaço e limitar o seu poder.

Em 2023, os indicadores de proteção social tiveram as pontuações mais baixas na África Oriental.

África Central

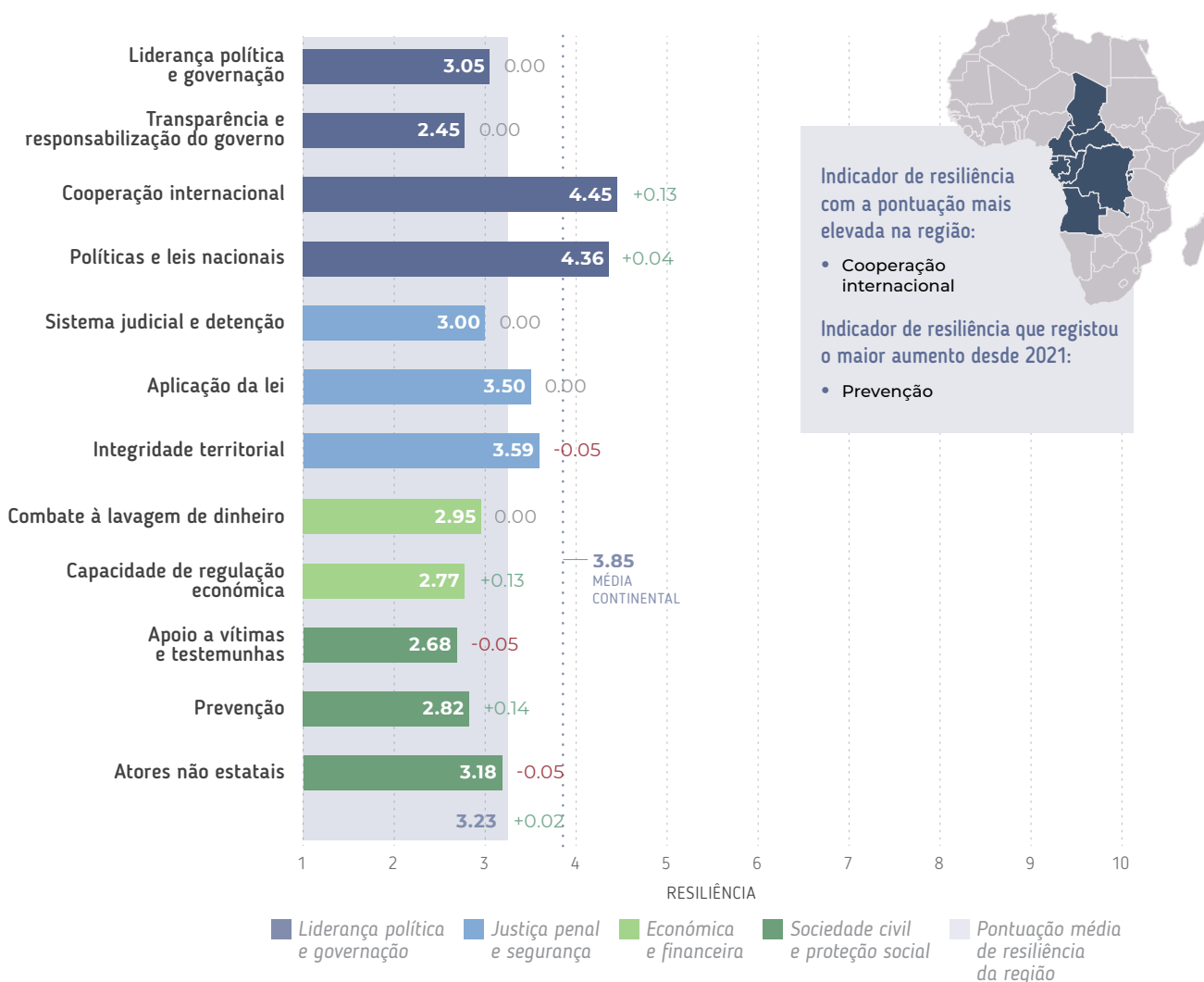


SÍNTESE

- Apesar das melhorias graduais nos níveis de resiliência ao longo dos anos, a África Central continuou a ter os níveis de resiliência mais baixos em África e no mundo.
- A “cooperação internacional” e as “políticas e leis nacionais” foram os indicadores mais bem pontuados da região e melhoraram gradualmente desde 2019.
- A região obteve a pontuação mais baixa em “liderança política e governação” e “transparência e responsabilização do governo”, devido a uma visível falta de vontade política para combater o crime organizado, que está intimamente ligado à corrupção generalizada e contínua instabilidade.
- Desde 2019, a “integridade territorial” na África Central deteriorou-se, e este declínio está ligado à crescente porosidade das fronteiras que facilita as atividades criminosas transfronteiriças.
- O “apoio às vítimas e às testemunhas” e os “intervenientes não estatais”, que eram débeis em 2019, continuaram a deteriorar-se, o que sugere um agravamento da situação das vítimas do crime organizado e um encolhimento do espaço cívico devido a limitações e hostilidades em certos países da África Central.

A África Central foi a região menos resiliente em África e no mundo, apesar de melhorias assinaláveis. De 2019 a 2021, os níveis de resiliência da região passaram de 2,95 para 3,21 (+0,26), mas depois de 2021 melhoraram apenas 0,02 pontos, para 3,23 em 2023. Tal indica que os progressos continuam a ser insignificantes, apesar de alguma estabilização em certos domínios. A região continuou atrás do resto do continente em “transparência e responsabilização do governo” (2,45), que foi o indicador com a pontuação mais baixa e não mudou desde 2021. A África Central é flagelada por fragilidade e corrupção generalizadas, muitas vezes sem mecanismos de monitorização para proteger contra a conivência do Estado em atividades ilícitas e com as autoridades alegadamente envolvidas no crime organizado, direta ou indiretamente.

FIGURA 4.12
Resiliência, África Central (2023)



O Ruanda (5,54) foi o país mais resiliente da África Central, essencialmente devido aos seus esforços de reforço da prevenção contra o crime organizado e de apoio às vítimas e testemunhas, bem como às suas sólidas capacidades de aplicação da lei e medidas de combate ao tráfico. O Ruanda foi seguido por São Tomé e Príncipe (4,92) e Angola (4,50). O país menos resistente da região foi a RCA (1,79), seguido do Burundi (2,17) e da Guiné Equatorial (2,21).

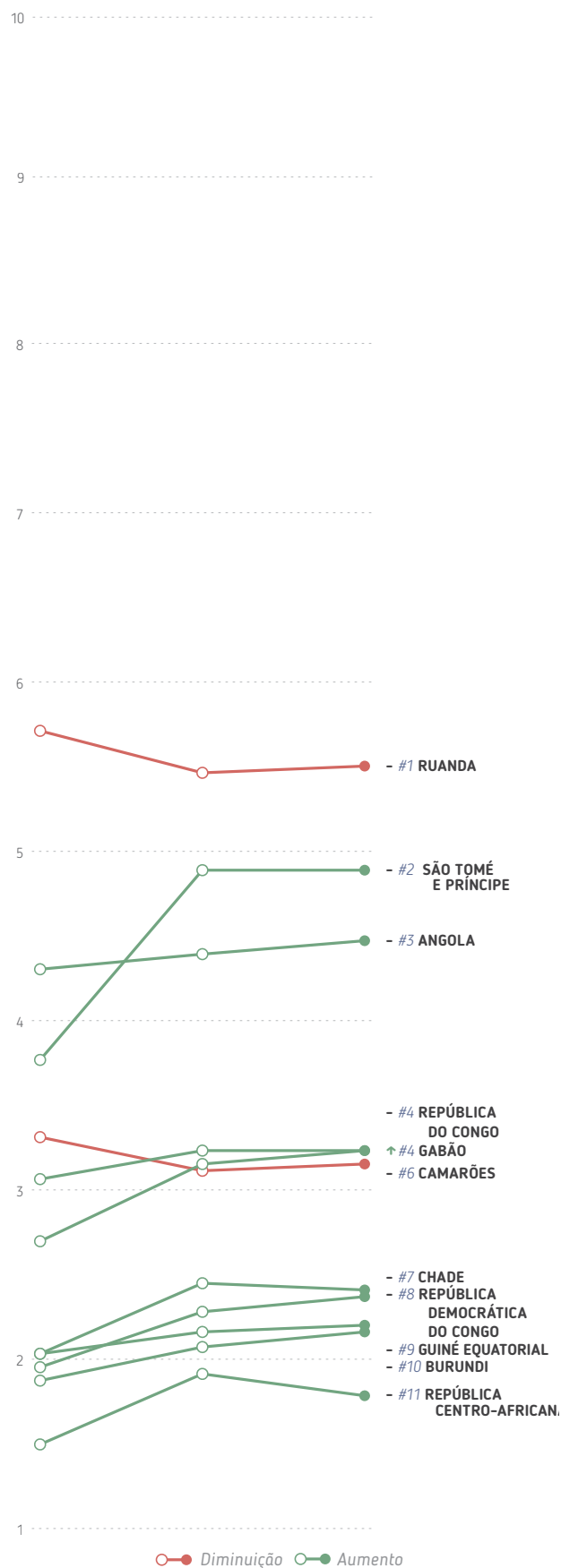
Desde 2021, a “liderança política e governação” (3,05) e a “transparência e responsabilização do governo” (2,45) mantiveram-se estáveis na África Central, mas continuaram muito baixas em 2023, especialmente nos Camarões, na RCA, na RDC, na Guiné Equatorial e no Gabão, que obtiveram pontuações entre 1,0 e 2,0. Muitos países não têm vontade política para combater o crime organizado, em parte devido à corrupção endémica e à persistente instabilidade.

Em contrapartida, a “cooperação internacional” e “políticas e leis nacionais” têm vindo a melhorar gradualmente, em linha com as tendências continentais. Em 2023, a “cooperação internacional” (4,45) aumentou 0,50 pontos entre 2019 e 2021 e 0,14 pontos desde 2021, enquanto as “políticas e leis nacionais” (4,36) aumentaram 0,14 pontos desde 2019 e 0,04 pontos desde 2021. Contudo, embora a maioria dos países tenha demonstrado um maior empenho em iniciativas multilaterais de combate ao crime organizado e na melhoria dos seus quadros legislativos, a implementação e a aplicação dessas medidas continuaram a ser problemáticas, essencialmente devido à falta de capacidade e de recursos. Por exemplo, em 2023, os Camarões obtiveram 5,50 e 4,50 pontos em “cooperação internacional” e “políticas e leis nacionais”, respetivamente, apesar de participarem em numerosas iniciativas bilaterais e regionais destinadas a combater todos os tipos de tráfico e de adotarem várias leis nacionais relacionadas com o crime organizado. Tal indica lacunas nos esforços para melhorar os sistemas legislativos nacionais e internacionais que prejudicam o desenvolvimento de tais iniciativas e beneficiam as organizações criminosas.

Desde 2019, os indicadores de justiça penal e de segurança não progrediram significativamente na África Central, com “sistema judicial e detenção” a atingir 3,0 e a “aplicação da lei” 3,50 em 2023. A maioria dos países apresenta deficiências estruturais e limitações persistentes, que incluem um escasso acesso à justiça, falta de recursos e independência limitada no sector da justiça e no aparelho de segurança. Além disso, a média da “integridade territorial” da região (3,59) enfraqueceu ligeiramente, em 0,09 pontos entre 2019 e 2021 e 0,05 pontos entre 2021 e 2023. A maioria dos países tem fronteiras porosas, como evidenciado pela contínua circulação de mercadorias ilícitas através das fronteiras estatais na região. Do mesmo modo, as autoridades nacionais não são muitas vezes capazes de exercer um controlo total sobre todo o seu território, como no caso da

FIGURA 4.13

Tendências de resiliência por país, África Central (2019–2023)



RDC (2,0 para a “integridade territorial”), onde algumas zonas estão frequentemente sujeitas à violência de rebeldes armados e de grupos de crime organizado.

Do mesmo modo, a África Central obteve pontuações baixas nos indicadores de resiliência económica e financeira. Em 2023, o “combate à lavagem de dinheiro” (2,95) manteve-se inalterada em relação a 2021, indicando um elevado risco de branqueamento de capitais e medidas preventivas ineficazes. Embora alguns países disponham de estruturas de combate ao branqueamento de capitais, a sua implementação é deficiente, as respostas regionais são débeis e a sua aplicação é problemática. Refletindo a natureza informal da economia, a “capacidade de regulamentação económica” da região obteve uma pontuação de 2,77 em 2023, um ligeiro aumento (+0,13) desde 2021. O Ruanda (6,50) foi um dos poucos países da região a registar progressos no ambiente normativo para as empresas privadas. No entanto, a escassez de energia, a falta de ligações de transporte adequadas e a instabilidade nos Estados vizinhos continuam a ser entraves fundamentais ao crescimento do setor privado.

Os indicadores de proteção social para a África Central foram, em grande parte, deficientes e ineficazes. Entre 2021 e 2023, o “apoio a vítimas e testemunhas” (2,68) e os “atores não estatais” (3,18) desceram 0,05 pontos, revelando um apoio insuficiente às vítimas do crime organizado e um papel reduzido das organizações da sociedade civil em toda a região. Conflitos e condições hostis em muitos países também prejudicaram e limitaram as ações dos atores não estatais. Apesar de ter aumentado gradualmente desde 2019 (+0,73 entre 2019 e 2021 e +0,14 pontos desde 2021), a “prevenção” (2,82) permaneceu baixa.





SECÇÃO 5

O nexo crime- resiliência



5 O nexu crime-resiliência

Uma suposição comum é a de que a relação entre criminalidade e resiliência é negativa e linear, uma vez que níveis mais baixos de resiliência deixariam os países vulneráveis à proliferação de grupos de criminalidade organizada e de economias ilícitas. Do mesmo modo, os países onde o crime organizado é predominante teriam dificuldade em desenvolver os instrumentos necessários para o combater, o que conduziria a níveis mais elevados de criminalidade. No entanto, a realidade não é assim tão simples.

FIGURA 5.1
Matriz de vulnerabilidades

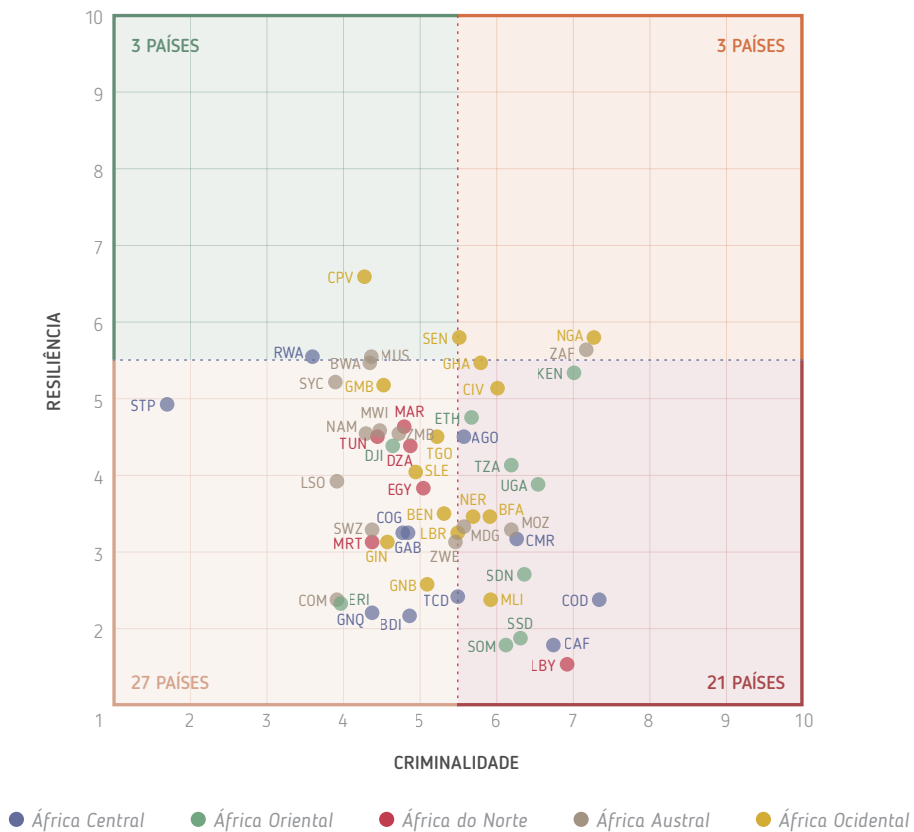
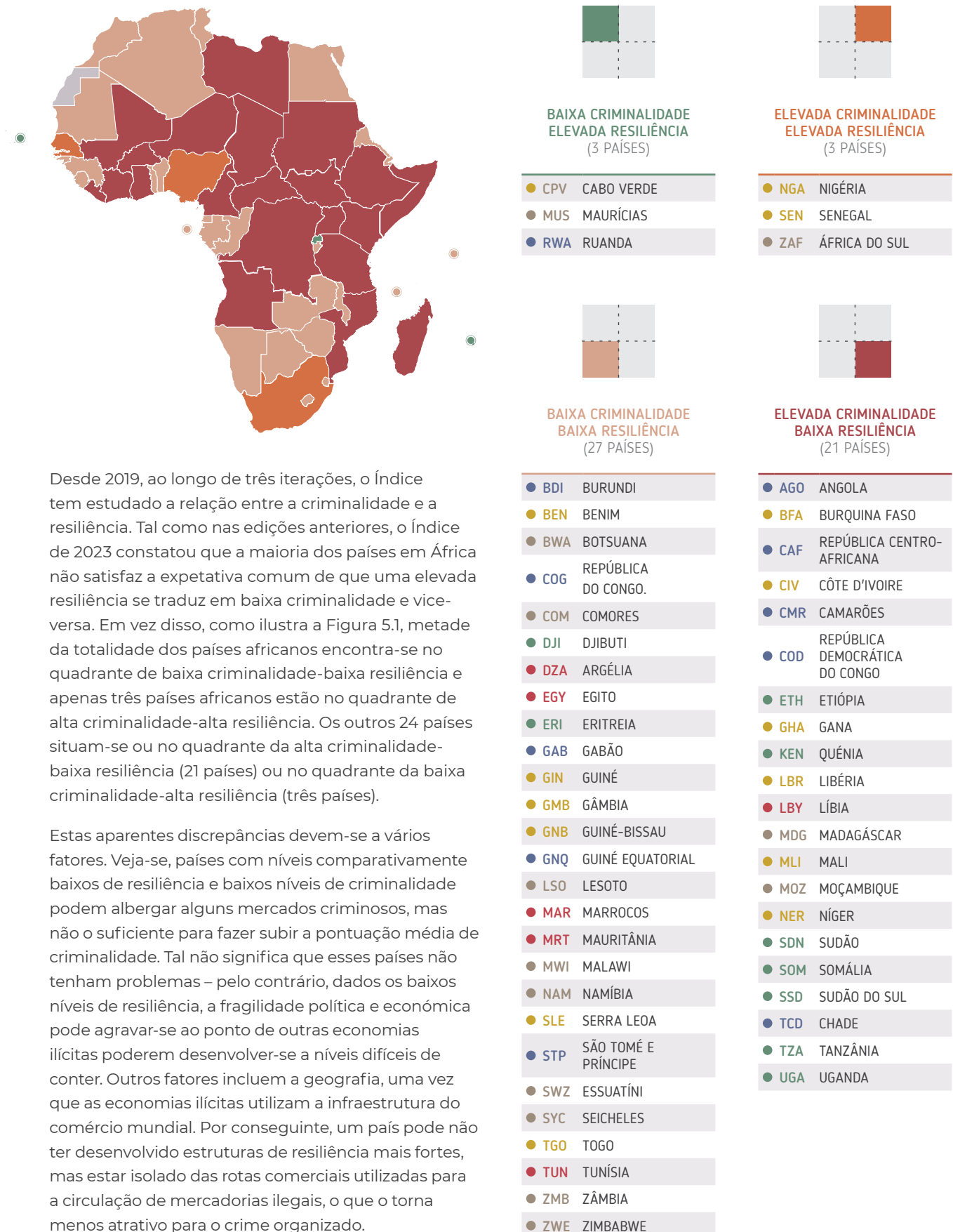


FIGURA 5.2

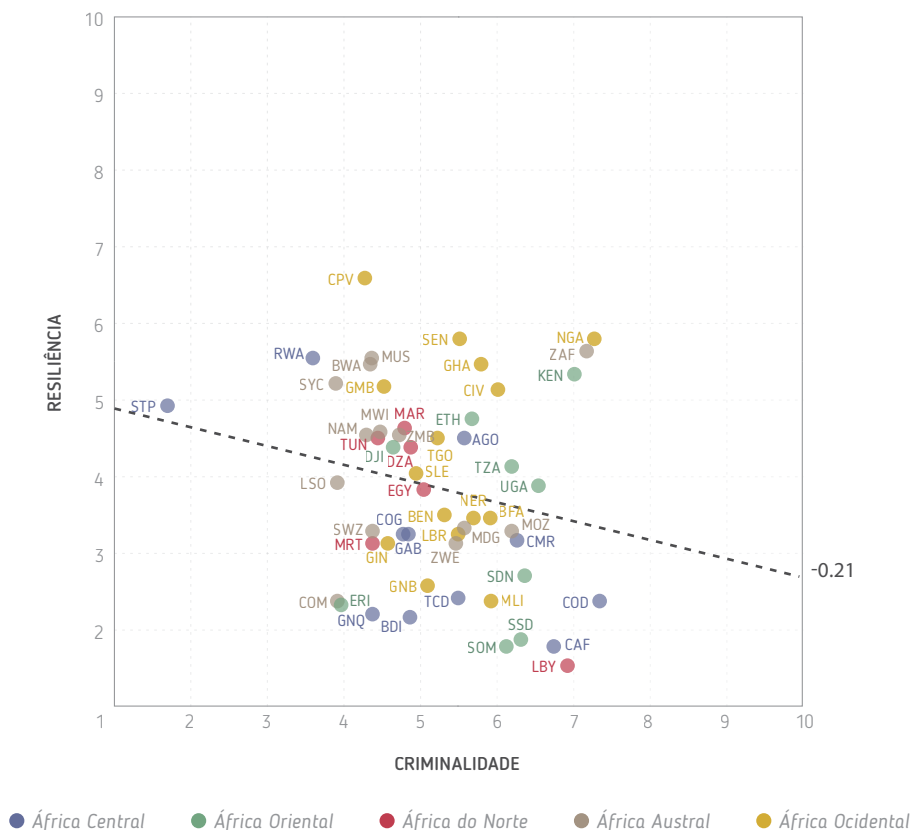
Mapa de classificações de vulnerabilidade



A repartição dos países na matriz de vulnerabilidade sugere uma ligação muito fraca entre os níveis de crime organizado e os níveis de resiliência, tal como medidos pelo Índice. A análise de correlação

corroborar esta sugestão, concluindo que a relação entre a criminalidade e a resiliência diminuiu desde 2021, passando de um coeficiente de correlação de -0,29 para -0,21 em 2023.

FIGURA 5.3
Correlação entre criminalidade e resiliência



No entanto, uma importante ressalva a fazer é que, embora sete países tenham mudado de quadrante em 2023, o afrouxamento da ligação entre a criminalidade e a resiliência deve-se provavelmente à expansão do âmbito do Índice. Por exemplo, o Índice encontrou uma correlação positiva moderada (+0,54) entre a resiliência e os crimes dependentes da cibernética (um dos novos mercados adicionados em 2023). Esta correlação foi mais forte do que para qualquer outro mercado criminoso, sugerindo que o mercado de crimes dependentes da cibernética em África pode não estar particularmente presente (3,59), mas que se desenvolve de forma independente dos regulamentos gerais de combate ao crime organizado que os países têm em vigor. Além disso, a correlação de 0,54 implica que os crimes dependentes da cibernética tendem a proliferar em contextos com quadros contra o crime organizado mais fortes; por

outras palavras, quanto mais elevada for a pontuação de resiliência, mais elevada tende a ser a pontuação dos crimes dependentes da cibernética.

À semelhança das conclusões de 2021, o Índice de 2023 concluiu que os mercados de droga em África não têm uma ligação discernível com os níveis de resiliência. Por exemplo, a correlação entre a resiliência e o mercado de heroína (0,40) e o mercado de cocaína (0,38) indica que estas economias ilícitas florescem mesmo em ambientes onde foram desenvolvidos e implementados quadros robustos de combate ao crime organizado. Esta aparente anomalia pode ser explicada através da análise dos níveis de desenvolvimento económico. O Índice leva em conta os países que desempenham papéis de origem, trânsito e/ou destino e pondera igualmente cada um destes papéis na pontuação da criminalidade.

No entanto, as nações bem desenvolvidas, onde as populações têm maior probabilidade de se envolverem no consumo de drogas recreativas ou de serem vítimas de crime devido ao seu estatuto económico mais elevado, podem ter uma elevada resiliência, ao passo que os países produtores podem ter níveis de resiliência mais baixos.

Além disso, embora tenha havido uma correlação negativa forte entre a resiliência e certos mercados criminosos, designadamente o tráfico de seres humanos (-0,46) e o tráfico de armas (-0,46), a realidade é que a relação entre a resiliência e todos os mercados criminosos (-0,03) não foi estatisticamente significativa. Isto evidencia a complexidade da dinâmica crime organizado-resiliência e a necessidade de um aprofundamento dos contextos específicos, de modo a analisar as condições que induzem a criminalidade e as medidas que podem efetivamente contrariar e reduzir os danos causados pela criminalidade.

Os mercados criminosos são apenas um aspeto da criminalidade geral medida pelo Índice. A criminalidade também inclui a força e a influência de diferentes tipos de atores criminosos. Tal como aconteceu em 2021, em 2023, a relação entre os atores criminosos e a resiliência foi mais forte (-0,34) do que entre os mercados criminosos e a resiliência. Esta tendência reflete as conclusões mundiais e é ditada principalmente pela prevalência de atores integrados no Estado, que tiveram a relação mais forte com

a resiliência (-0,65). Por outras palavras, os atores integrados no Estado tendem a ter mais influência em países com estruturas de resiliência menos desenvolvidas. Esta constatação revela os desafios que os países africanos enfrentam para quebrar o ciclo e travar a influência dos atores integrados no Estado, melhorando assim a base sobre a qual pode assentar a resiliência.

Embora não esteja implícita uma relação de causalidade quando analisada a correlação entre a resiliência geral e os atores não estatais (-0,79), a melhoria do contexto em que a sociedade civil opera traduzir-se-ia, sem dúvida, numa melhor implementação dos sistemas de combate ao crime organizado. No seu conjunto, estas ligações enfatizam a necessidade de uma abordagem mais holística, em que o Estado e a sociedade civil unem forças para combater o problema crescente do crime organizado.

Nenhum outro tipo de ator criminoso se aproxima dos atores integrados no Estado em termos de influência na resiliência. Em África, não foi encontrada qualquer relação estatisticamente significativa entre os atores estrangeiros ou do setor privado e a resiliência. Entretanto, a correlação entre as redes criminosas e a capacidade de um país para resistir à ameaça do crime organizado foi muito reduzida (-0,18), ao passo que a relação entre os grupos de tipo mafioso e a resiliência foi mais forte (-0,30), facto que foi algo surpreendente quando comparado com os resultados mundiais.



SECÇÃO 6

Conclusão



6 Conclusão

Ao longo de cinco anos, o Índice recolheu dados sobre a criminalidade e a resiliência em África, com cada iteração a mostrar um crescimento constante da criminalidade enquanto a resiliência tem dificuldade em acompanhar as acrescidas ameaças colocadas pelo crime organizado. No entanto, como ilustrado acima, as notícias são ao mesmo tempo boas e más para África. A boa notícia é que, embora ainda abaixo da média ao nível mundial, a resiliência melhorou em África desde 2021. Esta melhoria seguiu-se a um declínio da resiliência durante 2020, que se deveu ao facto de os países se terem concentrado na gestão da pandemia e não no combate ao crime organizado. A outra boa notícia é que, desde 2021, foi em África que a criminalidade menos cresceu em comparação com outros continentes. Todavia, a má notícia é que a criminalidade em África tem crescido sem obstáculos desde 2019, com os mercados ilícitos a aumentarem relativamente à sua dimensão e a influência dos atores criminosos a expandir-se nas regiões do continente.

O aumento da criminalidade e a fragmentação dos mecanismos de resiliência estão relacionados com os conflitos atuais, a insegurança generalizada e o declínio da ordem democrática e da responsabilização do Estado no continente. A par das guerras e da crise política, o declínio económico e fatores de pressão ambiental resultaram em Estados frágeis, exacerbando a instabilidade e o aumento da criminalidade no continente. Os fenómenos meteorológicos extremos causam escassez de alimentos e de água, comprometendo os meios de subsistência e levando as pessoas a deslocar-se tanto dentro como fora dos seus países e do continente em busca de sustento e estabilidade – por exemplo, em 2022, a pior seca das últimas décadas afetou cerca de 40 milhões de pessoas na África Oriental. Como resultado desta mobilidade humana, muitos países africanos registam níveis elevados de contrabando de migrantes.

Perante estas observações, começam a surgir algumas questões interessantes. Em primeiro lugar, como podem os países africanos travar a expansão transnacional da criminalidade e reforçar os seus sistemas para responderem mais eficazmente ao crime organizado? Em segundo lugar, como podem reduzir a sua vulnerabilidade aos conflitos e à insegurança e aumentar a transparência do Estado, limitando o papel dos atores integrados no Estado e garantindo a conformidade com o Estado de direito? As respostas a estas perguntas vão permitir que os países comecem a formular maneiras de enfrentar a crescente criminalidade e reforçar a resistência ao crime organizado. Contudo, estas respostas políticas terão de ser informadas por uma melhor recolha de dados sobre os diferentes mercados ilícitos. O Índice foi concebido para investigação e análise baseadas em provas, constituindo a base para mais pesquisas e contribuições para o crescente conjunto de indícios

sobre a causalidade e as inter-relações entre a criminalidade e a resiliência. O Índice mostra que o continente tem um longo caminho a percorrer no combate à criminalidade crescente e no reforço da resiliência. As conclusões do Índice destinam-se a orientar a elaboração de políticas e a definição de prioridades, bem como a iniciar um debate construtivo sobre a resposta e o reforço da resiliência ao crime organizado.

A maior parte das respostas à criminalidade organizada no continente tende a centrar-se em enquadramentos institucionais, designadamente a promulgação de leis, a ratificação de instrumentos internacionais e campanhas contra o crime organizado como parte da retórica política e estratégias nacionais. É necessária uma abordagem mais holística que englobe medidas “flexíveis”, tais como a prevenção, o apoio às vítimas e às testemunhas e as iniciativas que não envolvam atores estatais. Os países não podem basear-se unicamente na legislação e nas políticas sem as pôr em prática. É igualmente necessário o envolvimento de uma sociedade civil sólida e ativa de modo a reforçar a resiliência a nível comunitário. Embora o desafio da criminalidade esteja a aumentar, é possível mitigá-lo através de um esforço concertado que englobe todos os alicerces da resiliência. Os países do continente têm de diversificar, intensificar e reforçar as suas respostas e esforços coletivos para criar estruturas de resiliência duradouras contra o crime organizado.





Anexo 1

Interpretação dos resultados

Enquanto ferramenta baseada em dados, o Índice tem como objetivo uniformizar os complexos conceitos de criminalidade e resiliência em 54 estados africanos. Embora a harmonização promova uma análise comparativa e uma interpretação fácil, não está isenta de desafios. A recolha de dados pode variar entre países em termos de disponibilidade, fiabilidade, uniformidade e compatibilidade. Estas questões são ainda mais pronunciadas dada a natureza inerentemente clandestina do crime organizado. Se o Índice se esforça por ultrapassar estes desafios através de verificações cruzadas de peritos e da triangulação de fontes, surge outro desafio quando existe informação abundante sobre um determinado país ou componente. A investigação e a informação promovem uma maior compreensão do panorama do crime organizado num determinado país e da sua resiliência, fundamentando melhores decisões e respostas políticas. Não obstante, no caso de ferramentas comparativas como o Índice, um enviesamento de informação – quando é publicada mais informação sobre algumas áreas do que sobre outras – pode distorcer os resultados e a interpretação das conclusões. Por outras palavras, um problema de crime organizado pode parecer ser mais agudo em países onde existe mais informação, investigação e relatórios. Um dos principais objetivos do Índice é destacar áreas onde falta informação, num esforço para promover mais investigação. É importante que as partes interessadas aceitem os índices pelo que são e a informação que fornecem como suplementar a outros meios de recolha de informação. Do mesmo modo, surgem casos em que faltam informações e dados publicados, mas peritos com um conhecimento profundo de um contexto específico identificam a existência de problemas. Nesses casos, o Índice, enquanto avaliação conduzida por peritos, depende fortemente do conhecimento dos peritos na avaliação dos contextos nacionais.

A1.1 Diversidade nas componentes do Índice

Países que diferem em termos de criminalidade e resiliência podem, ainda assim, receber as mesmas pontuações, ao passo que países que acolhem um problema de crime organizado particularmente grave podem parecer ter uma pontuação inferior à dos outros países. Esses resultados podem ser explicados pela estrutura do Índice. Dado que as pontuações absolutas da criminalidade e da resiliência são atribuídas com base numa média simples dos seus respectivos indicadores compostos, os países que têm uma série diversificada de mercados criminosos e de atores criminosos obtêm pontuações mais elevadas do que aqueles que têm menos características criminosas, embora talvez mais persistentes. O mesmo pode dizer-se dos indicadores de resiliência. As pontuações gerais de resiliência dependerão da capacidade de um país para enfrentar a situação do crime organizado com base numa abordagem holística e multifacetada, em vez de uma abordagem orientada para a justiça penal ou para a economia.

A1.2 Limitações

Reconhecendo as dificuldades inerentes à criação de uma ferramenta que estuda uma temática altamente variada e inerentemente clandestina, o Índice apresenta limitações e potenciais enviesamentos. No entanto, pode ser descrito como um exercício válido, embora com algumas limitações, que esperamos que se torne um catalisador para novos debates.

A nível metodológico, há considerações que devem ser tidas em conta ao interpretar as pontuações. Em primeiro lugar e acima de tudo, o Índice baseia-se em grande medida no conhecimento e na experiência de peritos individuais, o que introduz a possibilidade de um viés implícito, em que as convicções pessoais dos peritos podem afetar o seu raciocínio. As ramificações nesse caso são diametralmente opostas. Por um lado, os peritos podem ter sido demasiado críticos, dado o seu conhecimento das deficiências de um país específico, ou, por outro lado, podem ter sido tentados a ser demasiado brandos. Embora se presumisse que esta última hipótese fosse a mais provável antes das rondas de avaliação, observou-se que os peritos tendiam a ser mais críticos e, muitas vezes, atribuíam aos países, especialmente aos mais desenvolvidos, um padrão mais elevado. Ao longo do desenvolvimento da ferramenta, tentámos controlar este enviesamento fornecendo perfis preliminares dos países como base para que os peritos pudessem fazer as suas avaliações e especificando limiares de pontuação para orientar o processo de pontuação, conforme descrito na secção da metodologia. Além disso, todos os países foram submetidos a uma série de rondas de verificação anónimas, comparando as pontuações entre indicadores e regiões, numa tentativa de ter em conta o enviesamento implícito.

Os peritos na ronda de pontuação inicial atribuíram pontuações que foram apresentadas aos peritos nas rondas de pontuação geográficas e temáticas seguintes. Este facto abriu a possibilidade de viés de confirmação, em que os peritos confirmariam as pontuações atribuídas nas rondas anteriores. Para resolver este problema, foi realizada uma ronda adicional de verificação das pontuações, em que grupos de representantes de várias áreas de especialização se reuniram em discussões regionais moderadas para debater e analisar as pontuações e as justificações para cada país.

Acresce que, dado que um dos aspetos do Índice enquanto ferramenta é ajudar os decisores políticos a melhorar a sua abordagem ao crime organizado, é fundamental compreender de onde provêm os danos para os diferentes mercados. É inegável que muitos dos danos associados a mercados específicos resultam das políticas existentes. Um exemplo disso é o comércio de canábis. As políticas relacionadas com o policiamento e o consumo de canábis diferem de país para país. Assim, a avaliação do impacto associado ao mercado de canábis tem sido ambígua. Embora um número crescente de Estados esteja a avançar para a despenalização ou legalização da canábis, existe alguma margem para a ilegalidade, como o tráfico de canábis para países com políticas mais rigorosas, por exemplo. Assim, para ser o mais coerente possível, foi sublinhada aos peritos avaliadores a importância de captar este aspeto da ilegalidade aquando da avaliação do mercado. No entanto, a coerência neste caso tem sido difícil de alcançar.

Outra questão crítica levantada durante o processo de pontuação foi o debate sobre os danos e o impacto dos mercados, nomeadamente, se os prejuízos são comparáveis entre mercados. Aqui reside outra limitação da ferramenta – a ponderação dos diferentes componentes do Índice. Atualmente, como já foi especificado, os indicadores são ponderados de forma uniforme. No entanto, quatro dos 15 mercados estão relacionados com a droga, o que coloca um peso implícito no impacto da droga, o que, dependendo do contexto, pode colocar desafios. Os crimes dependentes da cibernética em África, por exemplo, existem, mas são quase insignificantes. No entanto, têm o mesmo peso que os mercados mais penetrantes, como o tráfico de seres humanos e os crimes financeiros.

Por conseguinte, a atual ponderação dos indicadores pode conduzir a alguns resultados curiosos. O que acontece frequentemente é que dois países que talvez não se esperasse que se classificassem no mesmo nível em termos de criminalidade, acabam por ser muito semelhantes um ao outro. É aqui que aconselhamos cautela e recomendamos aos leitores que analisem as pontuações desagregadas, como salientámos no início do relatório, porque os países podem ter uma classificação geral semelhante ou igual, mas por razões diferentes.

A1.3 Alargamento do âmbito: indicadores do Índice adicionais

Para fazer face a limitações reconhecidas no âmbito dos mercados criminosos abrangidos pelo Índice, a edição atual foi alargada. Foram adicionados mais cinco mercados criminosos (crimes financeiros, crimes dependentes da cibernética, comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais, comércio de artigos contrafeitos e extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção) e um tipo de ator criminoso (atores do sector privado). A incorporação destes novos indicadores permite uma avaliação mais exaustiva do panorama do crime organizado.

Reconhecemos as dificuldades na medição do crime organizado em geral, mas uma avaliação precisa dos mercados transversais, tais como os crimes financeiros e os crimes dependentes da cibernética, apresenta o seu próprio conjunto de desafios. Como resultado, foram criados grupos técnicos especializados para avaliar se estes mercados se encaixariam na metodologia atual do Índice. Como seria de esperar, dado o enorme volume de atividades criminosas que se enquadram nestes dois tipos de crime, os crimes financeiros e a cibercriminalidade foram os mais difíceis de definir e medir. Por conseguinte, as definições destes dois mercados criminosos incluem um conjunto de atividades criminosas específicas. Restringir os tipos de delitos que seriam abrangidos pelos respetivos mercados permite-nos ainda medir adequadamente um mercado específico, evitando a dupla contagem (ou seja, contar a mesma atividade criminosa em dois mercados diferentes). Escusado será dizer que a dupla contagem aumentaria artificialmente a pontuação média da criminalidade de um país, distorcendo os resultados gerais do Índice.

Para ilustrar, veja-se o exemplo da cibercriminalidade. A nossa abordagem tem consistido em distinguir entre crimes possibilitados pela internet e crimes dependentes da cibernética. O que é frequentemente descrito como crimes ativados pela internet (ou seja, atividades realizadas em linha para permitir formas tradicionais de crime "offline") já foi capturado nas iterações anteriores do Índice. Assim, a utilização da Internet para visar e recrutar vítimas de tráfico de seres humanos seria abrangida pelo mercado do tráfico de seres humanos, por exemplo. Neste sentido, é necessário separar os crimes ciberativados dos crimes dependentes da cibernética, para evitar sobreposições tão significativas entre mercados. Para evitar problemas decorrentes de tais sobreposições, foi tomada a decisão de medir os crimes dependentes da cibernética como um mercado autónomo no Índice.

Sendo um fenómeno transversal, a definição e medição do crime financeiro também apresenta alguns desafios. Mais uma vez, para evitar sobreposições na avaliação dos crimes financeiros e para permitir comparações com as edições anteriores do Índice, quaisquer atividades que possam ser atribuídas a outro mercado criminoso no âmbito do Índice são incluídas no respetivo indicador de mercado. A fraude na adjudicação de contratos de exploração florestal é um exemplo, que é considerado no mercado dos crimes contra a flora, por oposição aos crimes financeiros. Nomeadamente, o branqueamento de produtos ilícitos e o suborno também não estão incluídos na categoria de crimes financeiros. A exclusão do branqueamento de capitais desta categoria é justificada pelo facto de não existir por si só, mas sim como um crime secundário ligado ao produto ilícito de uma infração principal. Uma vez que os crimes principais já são avaliados no âmbito dos vários mercados (por exemplo, tráfico de droga), a infração secundária – neste caso, lavagem do produto do tráfico de droga – não seria abrangida pelo mercado dos crimes financeiros. Em vez disso, é classificada no mercado primário: tráfico de droga. A única exceção é quando o branqueamento de capitais ocorre em resultado de fraude ou de outra infração classificada como crime financeiro.

Anexo 2

Definições

A2.1 Definição de crime organizado

Qualquer índice é uma medida composta de variáveis que usa vários pontos de dados. No contexto da medição do crime organizado, os parâmetros em que este Índice se baseia fundamentam-se em definições do crime organizado, bem como de conceitos e atividades conexos.

Porém, o crime organizado é um conceito notoriamente difícil de definir. Embora exista a consciência de que o fenómeno está presente em todos os lugares, há variadas formas de criminalidade, viabilizadas por diferentes atores que flutuam e se adaptam a ambientes diversos. Em 2003, entrou em vigor a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC), o principal instrumento internacional contra o crime organizado, obrigando os Estados-membros a considerar a definição de crime organizado. Incapaz de chegar a um consenso, todavia, a UNTOC na realidade não faculta uma definição da expressão, mas oferece clareza sobre duas constantes presentes no contexto geral do crime organizado.

As expressões “grupo criminoso organizado” e “infração grave”, descritas na convenção, oferecem as condições básicas para que uma atividade seja considerada “crime organizado” e a flexibilidade para dar resposta ao mais vasto leque possível de preocupações. Por exemplo, um grupo criminoso organizado pode ser qualquer de uma ampla gama de associações criminosas, desde estruturas hierárquicas até redes vagamente interligadas. Da mesma forma, o foco da convenção na expressão “infração grave” assegura que é mantida uma distinção entre criminalidade de nível menor e atividade criminoso organizada. Além disso,

a convenção fala especificamente de atividades que visam o lucro, possibilitando que as políticas e respostas distingam o crime organizado dos atos com motivação unicamente política, como o terrorismo. Atualmente, há um consenso cada vez maior entre os Estados-membros da convenção para se absterem de debates definidores em torno da expressão “crime organizado” e aceitarem que ela é flexível, que se refere a um amplo espectro de atividades e circunstâncias em constante mutação e que há muitas maneiras pelas quais pode ser compreendida e concetualizada.

Não obstante, para que um índice ofereça percepção e valor reais, é essencial alguma forma de definição. Conquanto se baseie, ainda que não exclusivamente, em instrumentos internacionais para definir vários mercados criminosos, o Índice considera que os crimes organizados transnacionais e as atividades criminosas organizadas ocorrem dentro das fronteiras estatais.

CRIME ORGANIZADO

Para efeitos do Índice de Crime Organizado do ENACT, “crime organizado” é definido como atividades ilegais, conduzidas por grupos ou redes que atuam de maneira concertada e se envolvem em violência, corrupção ou atividades conexas a fim de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou material. Tais atividades podem ser realizadas dentro de um país ou de forma transnacional.

Ao definir o crime organizado dessa forma, o Índice possibilita que seja considerada e medida uma ampla gama de atividades e perpetradores. Um ponto essencial a ter em conta nesta definição é a questão da legalidade. Atividades que não estão designadas como ilegais ou que foram legalizadas num dado país não se enquadram no

âmbito da avaliação desse país específico, ainda que consideradas ilegais noutro. Por seu lado, atividades que não são ilegais, mas que violam os padrões internacionais de direitos humanos, são incluídas no Índice. Sob o “guarda-chuva” do crime organizado, a secção seguinte oferece destaques das subcomponentes do Índice.

A2.2 Definições dos mercados criminosos

Pessoas

Tráfico de seres humanos

Com base numa variedade de fontes, o Índice abrange o tráfico de seres humanos num contexto de escravatura moderna e inclui o tráfico de órgãos. Em consonância com as interpretações comuns do tráfico de seres humanos, este mercado criminoso não pressupõe a circulação de indivíduos e inclui homens, mulheres e crianças. Quando está envolvida a circulação, esta pode incluir fluxos transfronteiriços e internos (por exemplo, de lugares rurais para urbanos). Para os fins do Índice, o tráfico de seres humanos inclui a atividade, os meios e a finalidade e reflete todas as etapas da atividade ilícita, do recrutamento e da transferência à guarida e à receção das pessoas. Para o distinguir do contrabando de migrantes, o tráfico de seres humanos envolve alguma forma de coerção, logro, rapto ou fraude e é praticado para fins de exploração, independentemente do consentimento da vítima. De acordo com o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, que complementa a UNTOC, a exploração incluirá, no mínimo: exploração ou prostituição de terceiros ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas análogas à escravatura, servidão ou remoção de órgãos.

Contrabando de migrantes

No âmbito do Índice, o contrabando de migrantes requer a criminalização da entrada, do trânsito ou da residência ilegais de migrantes (por terra, mar ou ar), praticados por um grupo criminoso organizado para fins de benefício financeiro ou material. A atividade desta economia criminosa reflete todas as etapas da atividade ilícita, incluindo a produção, a aquisição, o fornecimento ou a posse de documentos de identidade ou viagem fraudulentos quando cometidos com a finalidade de propiciar

o contrabando de migrantes. Apesar de serem crimes distintos, o contrabando de migrantes pode converter-se em tráfico quando está envolvido o elemento de exploração.

Extorsão e cobranças ilegais em troca de proteção

Os crimes de proteção e extorsão ligados a um grupo ou grupos de crime organizado que exercem controlo sobre um determinado território ou mercado – legal ou ilegal – incluem:

- Atividades de extorsão organizada, em que o grupo exige dinheiro ou outra serventia/benefício em troca de uma necessidade de proteção propositadamente falsa, fabricada ou real (com ou sem solicitação de extorsão).
- Extorsão de cartel, em que um grupo criminoso organizado atua como intermediário ou mediador, lidando com a concorrência externa e resolvendo disputas como guardião, controlando o acesso e a saída de e para mercados-chave.

A definição não inclui este tipo de atos quando cometidos por funcionários do Estado (neste caso, estão incluídos em vários mercados, incluindo a corrupção).

Comércio

Tráfico de armas

O tráfico de armas envolve a importação, exportação, aquisição, venda, entrega, movimentação ou transferência de armas, suas peças e componentes e munições através das fronteiras nacionais, bem como o desvio intencional de armas de fogo do comércio legal para o ilegal, sem envolver a movimentação de produtos através de fronteiras físicas. “Arma de fogo” designa qualquer arma portátil, de cano, para tiro a chumbo, bala ou projétil por meio de um explosivo, ou que seja concebida para disparar ou ser facilmente

modificada para esse fim, com exclusão das armas de fogo antigas ou respetivas réplicas, de acordo com o Protocolo contra o Fabrico e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Suas Partes, Componentes e Munições, que complementa a UNTOC. “Armas ligeiras” e “armas de pequeno calibre” designam uma variedade de armas específicas, conforme descrito pelo Small Arms Survey. Muitas vezes, o tráfico de armas facilita a perpetração de outras atividades do crime organizado.

Comércio de artigos contrafeitos

Refere-se à produção, transporte, armazenamento, distribuição e venda de artigos contrafeitos. Os artigos contrafeitos são rotulados de forma deliberada e fraudulenta no que diz respeito à identidade e/ou origem, ou são imitações fraudulentas de marcas registadas e envolvem o roubo de uma marca registada.

Comércio ilícito de artigos sujeitos a taxas especiais

Este mercado envolve o transporte, a distribuição e a venda ilícitos de artigos sujeitos a taxas especiais, com exceção do petróleo (que está incluído nos crimes contra os recursos não renováveis). Existe um mercado ilícito quando o produto é transportado ou vendido ilegalmente (ou seja, apesar da proibição) ou quando o produto é distribuído fora dos processos regulamentados, do mercado comercial regulamentado ou do quadro regulamentar legal (por exemplo, para efeitos de evasão fiscal). Este mercado não inclui o comércio de versões contrafeitas de tais produtos (que é abrangido pelo comércio de artigos contrafeitos).

Ambiente

Crimes contra a flora

Crimes relacionados com a flora envolvem o comércio ilícito, bem como a posse de espécies abrangidas pela Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens (CITES), bem como de outras espécies protegidas pela legislação nacional.

Crimes contra a fauna

Tal como os crimes contra a flora, os crimes que envolvem espécies da fauna refletem a caça furtiva, o comércio ilícito e a posse de espécies abrangidas pela CITES, bem como quaisquer outras espécies protegidas pela legislação nacional. O Índice também considera as espécies marinhas protegidas, e a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada enquadra-se nessa categoria.

Crimes contra recursos não renováveis

A definição no Índice inclui a extração ilícita, o contrabando, a mistura, o desvio ou a mineração de recursos naturais. Abrange também quaisquer atividades ilícitas relacionadas com o comércio de tais produtos, incluindo a faturação com preços adulterados. O Índice abrange mercadorias que incluem, entre outras, o petróleo, o ouro, o gás, as pedras preciosas, os diamantes e os metais preciosos.

Drogas

Comércio de heroína

O Índice abrange a produção, a distribuição e a venda de heroína. O consumo da droga, embora não seja, em si mesmo, uma forma de crime organizado, foi tido em consideração para determinar o alcance do mercado de drogas ilícitas. Os opioides sintéticos são considerados na categoria de drogas sintéticas (ver abaixo).

Comércio de cocaína

Tal como no caso da heroína, são abrangidas pelo Índice a produção, a distribuição e a venda de cocaína e seus derivados. O consumo da droga, embora não seja, em si mesmo, uma forma de crime organizado, foi tido em consideração para determinar o alcance do mercado.

Comércio de canábis

São abrangidas pelo Índice a cultura, a distribuição e a venda ilícitas de óleo, resina, erva ou folhas de canábis. O consumo da droga, embora não seja, em si mesmo, uma forma de crime organizado, foi tido em consideração para determinar o alcance do mercado. Reconhecendo a crescente legalização da produção, da venda e do consumo de canábis em variados países, o Índice centrou-se apenas nas áreas onde uma atividade era criminalizada e/ou havia grupos criminosos envolvidos na cadeia de abastecimento.

Comércio de drogas sintéticas

Tal como no caso dos outros mercados de drogas ilícitas, são abrangidas pelo Índice a produção, a distribuição e a venda de drogas sintéticas. Em concreto, são incluídos neste mercado criminoso os opioides sintéticos, como o tramadol, assim como os estimulantes do grupo das anfetaminas, as metanfetaminas e o fentanil, além de qualquer outro narcótico incluído no Protocolo de 1972, na Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971 e na Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas de 1988. O consumo de tais drogas, embora não seja, em si mesmo, uma forma de crime organizado, foi tido em consideração para determinar o alcance do mercado de drogas ilícitas. Em particular, foram excluídos os “produtos médicos falsificados e de qualidade inferior”, conforme descritos pela Organização Mundial da Saúde.

Crimes dependentes da cibernética

Definidos como crimes organizados que dependem da utilização de um computador, de uma rede informática ou de outras formas de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Estes incluem a propagação de vírus ou outro *malware*, *hacking*, ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS), *ransomware* e fraude com criptomoedas. Considera-se que estas atividades são conduzidas com o objetivo de obter um benefício monetário ou material (por oposição a um objetivo político ou ideológico).

Crimes financeiros

Refere-se a crimes organizados que resultam em perdas financeiras para o Estado, entidades e/ou particulares através de uma ou mais das seguintes atividades:

- Fraude financeira: refere-se a casos em que numerário e/ou ativos financeiros são obtidos através de engano, incluindo, mas não se limitando a, fraude em contratos públicos, usurpação de identidade, fraude de *marketing* em massa, fraude bancária, esquemas Ponzi, etc.
- Evasão fiscal (incluindo atividades como a faturação de preços falsos) e evasão fiscal abusiva: refere-se à utilização de meios ilegais para evitar o pagamento de impostos. Ocorre quando o contribuinte se furta à liquidação ou se furta ao pagamento. Quando comete uma faturação incorreta de preços, o ator que maximiza o lucro sobrefatura ou subfatura e a declaração falsa depende das taxas de imposto e das tarifas relativas. A elisão fiscal deve ser distinguida da evasão fiscal, em que, no caso desta última, alguém age contra a lei ou abusa da letra da lei. Em contrapartida, a elisão fiscal abusiva respeita a letra da lei, mas subverte o seu objetivo.
- Desfalque: trata-se da apropriação fraudulenta de bens ou fundos confiados a um indivíduo para a sua gestão e guarda, com a intenção de utilizar esses ativos para benefício pessoal. Difere da fraude comum porque o ator que se apodera do dinheiro ou dos bens tem acesso legítimo e de confiança aos valores antes de os tomar para seu próprio uso.
- Utilização indevida de fundos: refere-se à aplicação indevida de fundos provenientes de organismos estatais, internacionais ou regionais para fins diferentes daqueles para os quais foram originalmente concedidos.

Para serem consideradas crimes financeiros, as operações acima referidas devem ser cometidas por um grupo criminoso organizado com o objetivo de obter ganhos financeiros ou vantagens profissionais. Tais atividades, quando atribuíveis a outro mercado criminoso no âmbito do Índice, são abrangidas pelo respetivo indicador de mercado. Por exemplo, a fraude na adjudicação de contratos de exploração madeireira seria abrangida pelos crimes contra a flora.

O branqueamento de proveitos ilícitos e o suborno não estão incluídos nesta categoria, tal como explicado no Anexo 1.

A2.3 Definições dos atores criminosos

Grupos de estilo mafioso

Refere-se a grupos criminosos organizados e claramente definidos. Essa tipologia também inclui milícias e grupos de guerrilha financiados sobretudo por atividades ilícitas. Há quatro características definidoras de um grupo de tipo mafioso: um nome conhecido, uma liderança definida, controlo territorial e participantes identificáveis.

Redes criminosas

Refere-se a redes dispersas de associados criminosos envolvidos em atividades criminosas. Também incluem grupos relativamente pequenos que não controlam territórios nem são geralmente conhecidos por um nome ou têm um líder conhecido. As redes criminosas estão envolvidas no tráfico ilícito de mercadorias, mas não dispõem de controlo territorial ou de qualquer das outras características definidoras dos grupos de tipo mafioso. Na sua essência, as redes e os empreendedores criminosos definem-se pelo facto de não preencherem as características definidoras dos grupos de tipo mafioso.

Atores integrados no Estado

Refere-se a atores criminosos que estão integrados no aparelho estatal e que atuam a partir do mesmo.

Actores estrangeiros

Refere-se a atores criminosos estatais e/ou não estatais que atuam fora do seu país de origem. Podem incluir não apenas cidadãos estrangeiros, como também vários grupos da diáspora que criaram raízes no país ao longo de várias gerações.

Atores do setor privado

Refere-se a indivíduos ou entidades com fins lucrativos que possuem, gerem ou controlam um segmento da economia legal independente da propriedade ou do controlo do Estado, que colaboram ou cooperam deliberadamente com atores criminosos, por meio de coerção ou negligência. As atividades incluem, mas não se limitam a, branqueamento de proveitos ilícitos, prestação de informações e representação legal por meios não éticos.

A2.4 Definições dos indicadores de resiliência

Liderança política e governação

Liderança política e governação

Refere-se ao papel que o governo de um Estado desempenha na resposta ao crime organizado e a sua eficácia nessa matéria. A liderança política e a governação robustas indicam uma maior resiliência estatal ao crime organizado.

Os governos orientam os cidadãos no sentido do posicionamento do Estado em relação ao crime organizado, defendendo o seu papel no combate ao fenómeno pelo estabelecimento de bases para a aplicação de medidas. A plataforma utilizada para a retórica de combate ao crime organizado reflete em certa medida o nível de priorização do crime organizado na agenda nacional.

A governação é exercida em função da relação entre o Estado e as populações governadas. Os dirigentes enviam mensagens que são vistas como legítimas e,

RESILIÊNCIA

O Índice define “resiliência” como a capacidade de suportar e interromper as atividades criminosas organizadas no seu todo, e não as de mercados individuais, através de medidas políticas, económicas, legais e sociais. A resiliência respeita às medidas dos países tomadas por atores estatais e não estatais.

ao mesmo tempo, unificam a sociedade. A confiança das pessoas naqueles que as governam pode estar diretamente ligada aos conflitos existentes numa sociedade. A presença do crime organizado pode reduzir tangivelmente a capacidade de governação e a legitimidade do governo aos olhos da população.

Quando a confiança no governo é reduzida ou nula, a sociedade pode tornar-se instável, criando (mais) oportunidades para o crime organizado preencher o vazio entre o Estado e as populações.

Transparência e responsabilização do governo

Refere-se ao grau em que os Estados implantaram mecanismos de supervisão para assegurar o impedimento do conluio estatal com atividades ilícitas; por outras palavras, se o Estado cria ou não oportunidades para reduzir a corrupção estatal e obliterar o controlo ilegítimo do poder ou dos recursos, incluindo os recursos ligados ao crime organizado.

Enquanto representantes dos seus cidadãos, os governos recebem poderes para supervisionar e manter a lei e a ordem nas sociedades. Quando esse contrato é violado, a confiança dos cidadãos nas instituições do Estado é enfraquecida (o que pode levar a vulnerabilidades ao crime organizado) e pode estar implícito o conluio do Estado com o crime organizado. Os esforços para aumentar a transparência, como a aplicação adequada de medidas contra a corrupção, servem para fechar oportunidades nas quais o crime organizado possa exercer influência. Assim, quanto mais transparente for um governo, mais resiliente será o Estado ao crime organizado.

Cooperação internacional

Refere-se às estruturas e aos processos de interação, formulação de políticas e implementação concreta pelos países para lá do nível nacional a fim de responder ao crime organizado. Uma cooperação internacional forte indica uma resiliência elevada do Estado ao crime organizado.

Como o crime organizado é cada vez mais um fenómeno transnacional, com atores e cadeias de abastecimento que conseguem ultrapassar fronteiras nacionais e continentais, é essencial que os países trabalhem juntos à escala global para combater a ameaça.

A ratificação (e a tempestividade da ratificação) dos tratados internacionais relevantes em matéria de crime organizado implica a disposição do Estado para aplicar respostas ao crime organizado em harmonia com os padrões internacionais. Esses tratados são os seguintes:

- UNTOC e seus três protocolos
- Convenção da ONU contra a Corrupção
- Convenção da ONU contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas (1988)
- Convenção Única sobre os Estupefacientes de 1961
- Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971
- Tratado de Comércio de Armas (2013)
- CITES

A nível internacional, para os Estados-partes, esses instrumentos constituem fundamento jurídico suficiente para a execução de medidas de resposta ao crime organizado. Tais respostas incluem a cooperação em matéria penal, em especial quanto a assistência jurídica mútua, extradição, transferência de prisioneiros condenados e confisco transfronteiriço de bens. A presença de tais estruturas e políticas e a comprovação do seu uso efetivo pressupõem uma maior resiliência do Estado ao crime organizado.

Políticas e leis nacionais

A cooperação internacional é uma componente essencial do combate ao crime organizado porque estabelece as bases para as respostas nacionais. Assim sendo, as políticas e leis nacionais referem-se às medidas e estruturas legais implementadas pelo Estado para responder ao crime organizado. As estratégias e leis nacionais em matéria de crime organizado são adaptadas às necessidades do Estado, à sua tradição jurídica e às condições sociais, económicas, culturais e geográficas que o caracterizam. Como tal, a sua presença reflete uma maior resiliência do Estado ao crime organizado.

Justiça penal e segurança

Sistema judicial e detenção

Refere-se ao poder judicial de um Estado para tentar efetivamente fazer cumprir as sentenças em casos relacionados com o crime organizado. A capacidade do sistema judicial de um país para o conseguir depende da existência de recursos adequados e de um funcionamento independente e eficaz em todos os pontos ao longo da cadeia jurídica. Embora o julgamento de casos seja a sua função principal, a capacidade de fazer cumprir as sentenças também é uma componente essencial das atividades do poder judicial. Fatores como a prova de que os principais líderes de crime organizado são processados com sucesso e, em particular, o grau de influência do crime organizado no sistema prisional devem ser considerações fundamentais na avaliação da capacidade judicial de um Estado. Nos casos em que o sistema prisional tenha sido capturado pelo crime organizado, tal facto deve ter um impacto significativo na pontuação. Assim, embora a existência de mais recursos e independência para julgar os casos de crime organizado implique uma maior capacidade de resistência do Estado, uma impunidade elevada implica uma menor capacidade de resiliência do Estado.

Aplicação da lei

Refere-se à capacidade do Estado para investigar, recolher informações, proteger e fazer cumprir os seus procedimentos e regras em relação ao crime organizado. Enquanto linha da frente do sistema de justiça penal de um Estado, as forças policiais e os serviços de informações estão frequentemente em contacto direto com atividades criminosas organizadas. Para levar os perpetradores de crimes à justiça, a capacidade das forças policiais de um Estado para combater o crime organizado depende

de aspetos como a adequação dos recursos e o investimento em mecanismos de aplicação da lei especificamente focados no crime organizado. Por conseguinte, pode dizer-se que uma maior capacidade de aplicação da lei torna um Estado mais resiliente ao crime organizado.

Integridade territorial

Refere-se à medida em que os estados conseguem controlar o seu território e as suas infraestruturas contra atividades criminosas organizadas, incluindo a capacidade do pessoal de controlo de fronteiras.

A localização e a geografia físicas de um país podem aumentar o risco de exploração por grupos criminosos organizados. Como as fronteiras extensas são menos propícias ao controlo, os criminosos são mais propensos a tirar partido da vasta extensão contrabandeando mercadorias ilícitas e pessoas sem se fazerem notar. Além disso, o nível de envolvimento económico internacional de um Estado, caracterizado por elementos como as suas infraestruturas portuárias e aeroportuárias, pode aumentar a viabilidade de movimentação de bens e pessoas (tanto legítima como ilegalmente) entre países.

Como tal, quanto maiores os recursos e estruturas implementados pelos Estados para gerir a integridade territorial contra o crime organizado, maior a sua resiliência.

Económica e financeira

Combate à lavagem de dinheiro

Refere-se à capacidade de um Estado para implementar medidas legais, regulatórias e operacionais destinadas a combater a lavagem de dinheiro e outras ameaças conexas à integridade do seu sistema financeiro.

Os proveitos que os criminosos obtêm com o crime organizado são muitas vezes ocultos por via da canalização para negócios legítimos. Através do desenvolvimento de mecanismos de combate à lavagem de dinheiro, os Estados tornam-se mais resilientes à ameaça da lavagem de dinheiro, que está potencialmente subjacente a todas as formas de crime organizado.

O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) é um órgão de formulação de políticas que desenvolveu um conjunto de recomendações reconhecidas como padrão internacional para o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa. Tais

recomendações formam a base para uma resposta coordenada a essas ameaças ao sistema financeiro.

Os Estados são aferidos por meio de avaliações nacionais mútuas para determinar o seu nível de conformidade com esses padrões internacionais. Quanto maior a conformidade, mais resilientes são os Estados ao crime organizado.

Capacidade de regulação económica

Refere-se à capacidade de controlar e gerir a economia e de regular as transações financeiras e económicas (nacional e internacionalmente), por forma a que o comércio possa florescer dentro dos limites do Estado de direito. Por outras palavras, trata-se de saber se um ator implementou e pode efetivamente supervisionar mecanismos que assegurem que as transações económicas e as empresas funcionem de maneira previsível, justa e livre de distorções, incluindo atividades criminosas como a extorsão e a tributação ilícita.

Quando os atores conseguem formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitem e promovem o desenvolvimento do sector privado, tal possibilita opções e oportunidades para a expansão de negócios legítimos e regulados. Tal, por sua vez, reduz o incentivo para que surjam negócios informais e ilegais ou para que grupos criminosos influenciem indevidamente as forças económicas, por meio de regulamentação alternativa, extorsão ou prática criminosa.

Já ficou demonstrado que os Estados sob sanções prolongadas da comunidade internacional desenvolvem meios ilícitos para contornar ou atenuar o impacto dessas sanções.

Quanto mais vasta a regulamentação económica sólida em vigor e quanto menor o número (e a duração) das sanções impostas a um Estado, maior a resiliência do país ao crime organizado.

Sociedade civil e proteção social

Apoio a vítimas e testemunhas

Refere-se à existência de assistência prestada às vítimas de diversas formas de crime organizado (por exemplo: tráfico de seres humanos, tráfico de droga, extorsão ou fraude).

Os mecanismos de apoio, programas de tratamento para vítimas e recursos destinados a essas iniciativas criam um ambiente em que os cidadãos conseguem

recuperar mais depressa dos efeitos das atividades criminosas organizadas.

Além disso, iniciativas como programas de proteção de testemunhas são essenciais e, muitas vezes, a única maneira de acusar elementos do crime organizado com êxito. Quanto mais forem implementados tais programas de apoio, mais os Estados serão resilientes ao crime organizado.

Prevenção

Refere-se à existência de estratégias, medidas, afetações de recursos, programas e processos que visam inibir o crime organizado. Embora a prevenção considere sobretudo iniciativas estatais, é frequente que tais quadros usem uma abordagem holística às medidas preventivas por meio do contacto com as comunidades, reconhecendo que os cidadãos envolvidos na prevenção do crime organizado ajudam a tornar o Estado mais resiliente.

Por meio da prevenção, os Estados podem criar salvaguardas para proteção contra o crime organizado, causando mudanças comportamentais nos grupos vulneráveis e reduzindo a procura de atividades ilícitas. Assim, quanto mais robusto for o plano de prevenção de um Estado, mais resiliente este será ao crime organizado.

Atores não estatais

Do ponto de vista da resiliência, os atores não estatais desempenham um papel na resposta ao crime organizado ao complementarem os cuidados governamentais e proporcionam um meio de verificação e controlo em relação aos governos a fim de assegurar a resiliência ao crime organizado. O indicador de atores não estatais é também uma medida do grau em que as organizações da sociedade civil conseguem e são autorizadas a desempenhar um papel na resposta ao crime organizado em todo o seu espectro, desde o apoio às vítimas até a prevenção do crime.

As organizações da sociedade civil estão envolvidas nas comunidades locais, onde se forma o domínio das iniciativas contra o crime organizado, conduzindo a medidas de resposta mais sustentáveis. Da mesma forma, a comunicação social é crucial no papel que desempenha de responsabilização dos governos e dá voz às comunidades ao mobilizar a sociedade civil contra a ameaça do crime organizado entre as populações locais. Assim, quanto maior a capacidade da sociedade civil de um Estado, mais resiliente este será ao crime organizado.



Anexo 3

Tabelas classificativas

A3.1 Pontuações de criminalidade

PAÍS	ALTERAÇÃO DE PONTUAÇÃO 2021-23	
	2023	
1. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	7.35	-0.40
2. NIGÉRIA	7.28	+0.13
3. ÁFRICA DO SUL	7.18	+0.56
4. QUÊNIA	7.02	+0.07
5. LÍBIA	6.93	+0.38
6. REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	6.75	-0.29
7. UGANDA	6.55	+0.41
8. SUDÃO	6.37	-0.10
9. SUDÃO DO SUL	6.32	-0.02
10. CAMARÕES	6.27	-0.05
11. MOÇAMBIQUE	6.20	-0.33
11. TANZÂNIA	6.20	+0.05
13. SOMÁLIA	6.13	+0.35
14. CÔTE D'IVOIRE	6.02	-0.13
15. MALI	5.93	+0.05
16. BURQUINA FASO	5.92	+0.43
17. GANA	5.80	-0.21
18. NÍGER	5.70	-0.31
19. ETHIOPIA	5.68	+0.90
20. ANGOLA	5.58	+0.30
20. MADAGÁSCAR	5.58	0.00
22. SENEGAL	5.52	+0.70
23. CHADE	5.50	-0.36
23. LIBÉRIA	5.50	+0.45
25. ZIMBABWE	5.47	-0.20
26. BENIM	5.32	+0.07
27. TOGO	5.23	-0.09

PAÍS	ALTERAÇÃO DE PONTUAÇÃO 2021-23	
	2023	
28. GUINÉ-BISSAU	5.10	-0.35
29. EGITO	5.05	-0.11
30. SERRA LEOA	4.95	-0.45
31. ARGÉLIA	4.88	+0.37
32. BURUNDI	4.87	+0.35
33. GABÃO	4.85	-0.05
34. MARROCOS	4.80	+0.01
35. REPÚBLICA DO CONGO	4.78	-0.24
36. ZÂMBIA	4.73	-0.19
37. DJIBUTI	4.65	+0.66
38. GUINÉ	4.58	-0.62
39. GÂMBIA	4.53	-0.29
40. MALAWI	4.48	+0.66
41. TUNÍSIA	4.45	+0.66
42. GUINÉ EQUATORIAL	4.38	+0.27
42. ESSUATÍNI	4.38	+0.76
44. MAURITÂNIA	4.38	+0.01
45. MAURÍCIAS	4.37	-0.15
46. BOTSUANA	4.35	+0.64
47. NAMÍBIA	4.30	-0.03
48. CABO VERDE	4.28	+0.25
49. ERITREIA	3.97	-0.37
50. LESOTO	3.92	+0.02
51. COMORES	3.92	+0.05
52. SEICHELES	3.90	+0.23
53. RUANDA	3.60	-0.07
54. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	1.70	-0.08

A3.2 Pontuações dos mercados criminosos

PAÍS	MERCADOS CRIMINOSOS (MÉDIA)	1. TRÁFICO DE SERES HUMANOS	2. CONTRABANDO DE MIGRANTES	3. EXTORSÃO E COBRANÇAS ILEGAIS EM TROCA DE PROTEÇÃO	4. TRÁFICO DE ARMAS	5. COMÉRCIO DE ARTIGOS CONTRAFEITOS	6. COMÉRCIO ILÍCITO DE ARTIGOS SUJEITOS A TAXAS ESPECIAIS	7. CRIMES CONTRA A FLORA
1. NIGÉRIA	7.37 +0.32	7.5 0.0	6.0 0.0	8.0 n/a	8.5 +0.5	8.0 n/a	7.0 n/a	6.0 0.0
2. QUÊNIA	6.93 +0.28	8.0 +0.5	7.5 +0.5	7.0 n/a	7.5 0.0	7.0 n/a	6.0 n/a	6.0 0.0
3. ÁFRICA DO SUL	6.87 +0.87	4.5 0.0	5.0 +1.0	8.0 n/a	8.0 0.0	7.0 n/a	7.0 n/a	5.0 +1.5
4. LÍBIA	6.57 +0.47	8.5 -1.0	9.5 +1.5	9.0 n/a	9.0 -0.5	6.0 n/a	7.0 n/a	1.0 0.0
5. MALI	6.47 +0.32	7.5 +0.5	7.0 +1.0	8.0 n/a	8.0 0.0	6.5 n/a	7.0 n/a	5.0 0.0
6. TANZÂNIA	6.40 -0.15	6.5 0.0	7.0 +0.5	4.0 n/a	6.0 +0.5	7.0 n/a	7.0 n/a	7.0 -0.5
6. UGANDA	6.40 +0.75	7.5 +0.5	6.5 +1.5	5.0 n/a	7.0 +0.5	7.5 n/a	6.0 n/a	7.0 +1.0
8. CAMARÕES	6.23 -0.02	6.5 0.0	5.5 0.0	6.0 n/a	7.5 +1.0	7.5 n/a	5.0 n/a	7.5 +0.5
9. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	6.20 -0.30	7.5 +0.5	5.5 0.0	7.5 n/a	9.0 0.0	6.0 n/a	4.0 n/a	9.0 +0.5
10. ETIÓPIA	6.07 +1.12	8.0 +2.0	7.5 +1.0	6.0 n/a	8.5 +1.5	8.0 n/a	8.0 n/a	4.5 +1.0
11. GANA	6.00 -0.15	7.0 +0.5	5.5 +0.5	3.5 n/a	6.0 +1.0	5.0 n/a	4.5 n/a	7.0 +0.5
12. CÔTE D'IVOIRE	5.93 -0.12	7.0 +0.5	6.5 0.0	5.5 n/a	7.0 0.0	7.0 n/a	3.5 n/a	6.0 0.0
13. MOÇAMBIQUE	5.90 -0.15	4.5 +0.5	5.5 +0.5	5.0 n/a	6.5 +1.0	4.0 n/a	4.5 n/a	8.0 0.0
14. BURQUINA FASO	5.83 +0.48	7.0 +1.0	4.5 +0.5	6.5 n/a	8.0 0.0	6.0 n/a	6.5 n/a	5.5 +1.5
15. NÍGER	5.70 -0.20	7.5 +0.5	8.0 +1.0	4.0 n/a	8.0 0.0	7.0 n/a	5.0 n/a	2.0 0.0
16. REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	5.60 -0.10	7.5 0.0	5.5 +1.0	6.5 n/a	9.0 +0.5	7.0 n/a	4.5 n/a	7.0 +0.5
17. SENEGAL	5.53 +0.53	5.5 +0.5	5.0 0.0	4.5 n/a	5.0 +0.5	7.5 n/a	6.0 n/a	7.5 0.0
18. BENIM	5.43 +0.18	6.5 +0.5	4.0 0.0	4.0 n/a	6.0 +0.5	7.0 n/a	5.0 n/a	6.0 0.0
19. LIBÉRIA	5.40 +0.30	6.0 0.0	3.0 0.0	4.0 n/a	5.0 +0.5	6.5 n/a	4.5 n/a	6.0 +0.5
20. MADAGÁSCAR	5.27 -0.03	6.0 0.0	3.0 0.0	5.5 n/a	6.0 +1.5	4.0 n/a	4.0 n/a	8.0 +0.5
20. SOMÁLIA	5.27 +0.82	8.0 0.0	7.5 0.0	9.5 n/a	9.0 +0.5	6.0 n/a	5.0 n/a	7.0 +1.0
22. SUDÃO	5.23 -0.32	8.0 0.0	8.0 +0.5	4.5 n/a	9.0 +0.5	3.0 n/a	2.5 n/a	2.5 +1.0
23. ARGÉLIA	5.17 +0.52	4.0 -0.5	7.0 +0.5	3.0 n/a	4.5 -0.5	6.0 n/a	6.5 n/a	2.0 0.0
23. ANGOLA	5.17 -0.03	6.5 +0.5	5.0 +1.0	2.0 n/a	6.0 0.0	4.5 n/a	6.0 n/a	7.5 +0.5
25. SUDÃO DO SUL	5.13 -0.17	8.5 0.0	5.5 0.0	5.0 n/a	8.0 0.0	6.0 n/a	5.0 n/a	7.0 -0.5
26. CHADE	5.10 -0.25	7.0 0.0	7.5 +0.5	5.0 n/a	8.5 +0.5	5.0 n/a	4.5 n/a	1.5 0.0

PAÍS	8. CRIMES CONTRA A FAUNA	9. CRIMES CONTRA RECURSOS NÃO RENOVÁVEIS	10. COMÉRCIO DE HEROÍNA	11. COMÉRCIO DE COCAÍNA	12. COMÉRCIO DE CANÁBIS	13. COMÉRCIO DE DROGAS SINTÉTICAS	14. CRIMES DEPENDENTES DA CIBERNÉTICA	15. CRIMES FINANCEIROS
1. NIGÉRIA	7.0 +0.5	8.0 0.0	6.0 0.0	7.0 +0.5	8.0 0.0	8.5 +0.5	8.0 n/a	7.0 n/a
2. QUÊNIA	7.0 0.0	7.0 0.0	7.5 0.0	6.0 0.0	6.5 0.0	5.5 +1.0	8.0 n/a	7.5 n/a
3. ÁFRICA DO SUL	8.0 +0.5	8.0 +0.5	7.5 0.0	7.0 +1.5	5.0 +1.5	8.5 0.0	7.0 n/a	7.5 n/a
4. LÍBIA	3.5 0.0	9.5 +1.0	2.5 0.0	5.5 +1.5	7.0 -0.5	7.5 +0.5	3.5 n/a	9.5 n/a
5. MALI	5.0 -0.5	8.0 +0.5	3.0 0.0	6.0 0.0	7.0 0.0	7.0 +0.5	5.0 n/a	7.0 n/a
6. TANZÂNIA	8.0 0.0	6.5 0.0	8.0 +0.5	6.0 +1.0	7.0 0.0	5.5 0.0	5.0 n/a	5.5 n/a
6. UGANDA	7.0 +0.5	8.0 +1.0	6.0 +1.0	4.5 +1.0	6.5 +0.5	4.0 0.0	6.0 n/a	7.5 n/a
8. CAMARÕES	7.5 0.0	7.5 0.0	4.5 0.0	3.5 0.0	7.0 0.0	7.0 0.0	5.0 n/a	6.0 n/a
9. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	8.0 0.0	9.5 +0.5	4.0 0.0	4.0 -0.5	7.0 0.0	2.5 0.0	2.5 n/a	7.0 n/a
10. ETIÓPIA	6.0 +0.5	6.0 +0.5	3.5 +0.5	4.0 0.0	6.0 +0.5	3.0 0.0	5.0 n/a	7.0 n/a
11. GANA	6.5 +0.5	7.5 0.0	6.0 0.0	6.5 0.0	6.0 +0.5	7.0 0.0	6.0 n/a	6.0 n/a
12. CÔTE D'IVOIRE	6.5 0.0	6.0 -1.5	4.0 +0.5	5.5 +0.5	6.5 +0.5	6.0 0.0	5.5 n/a	6.5 n/a
13. MOÇAMBIQUE	8.0 0.0	8.0 0.0	8.0 +0.5	6.0 +2.5	4.0 0.0	7.0 0.0	3.0 n/a	6.5 n/a
14. BURQUINA FASO	6.5 +0.5	8.5 0.0	4.0 0.0	4.0 0.0	4.0 +1.0	5.5 -0.5	5.5 n/a	5.5 n/a
15. NÍGER	5.0 +0.5	7.5 0.0	3.0 0.0	6.5 +0.5	7.0 0.0	7.5 +0.5	1.0 n/a	6.5 n/a
16. REPÚBLICA CENTRO- AFRICANA	8.0 0.0	10.0 +1.0	1.5 0.0	1.5 0.0	3.5 +0.5	7.0 0.0	2.0 n/a	3.5 n/a
17. SENEGAL	7.0 0.0	4.5 +1.0	3.0 +0.5	7.0 +0.5	7.0 +1.0	3.0 +0.5	5.0 n/a	5.5 n/a
18. BENIM	5.0 -0.5	5.0 0.0	4.5 0.0	7.0 +1.0	5.0 +1.0	6.0 0.0	4.5 n/a	6.0 n/a
19. LIBÉRIA	6.0 0.0	7.0 +0.5	5.0 0.0	6.5 +1.0	6.0 0.0	3.5 +0.5	4.5 n/a	7.5 n/a
20. MADAGÁSCAR	7.5 +0.5	8.0 +0.5	7.0 0.0	3.0 +0.5	6.5 +0.5	2.5 +0.5	2.0 n/a	6.0 n/a
20. SOMÁLIA	5.5 +1.0	3.0 +1.0	2.5 +0.5	2.0 0.0	2.0 0.0	2.5 +0.5	2.5 n/a	7.0 n/a
22. SUDÃO	5.5 0.0	8.5 +1.0	2.5 +0.5	2.5 0.0	7.5 -0.5	5.0 +0.5	2.5 n/a	7.0 n/a
23. ARGÉLIA	5.5 +1.0	7.0 +0.5	2.5 +0.5	4.0 +0.5	7.0 +0.5	6.5 +1.0	4.0 n/a	8.0 n/a
23. ANGOLA	5.5 +1.0	8.0 -0.5	3.0 0.0	6.5 +0.5	4.5 0.0	2.5 0.0	5.0 n/a	5.0 n/a
25. SUDÃO DO SUL	6.5 -0.5	8.5 +0.5	2.0 0.0	1.5 0.0	4.0 0.0	1.0 0.0	1.0 n/a	7.5 n/a
26. CHADE	3.5 0.0	8.0 +1.0	2.0 0.0	4.5 0.0	6.0 0.0	7.5 +0.5	3.0 n/a	3.0 n/a

PAÍS	MERCADOS CRIMINOSOS (MÉDIA)	1. TRÁFICO DE SERES HUMANOS	2. CONTRABANDO DE MIGRANTES	3. EXTORSÃO E COBRANÇAS ILEGAIS EM TROCA DE PROTEÇÃO	4. TRÁFICO DE ARMAS	5. COMÉRCIO DE ARTIGOS CONTRAFEITOS	6. COMÉRCIO ILÍCITO DE ARTIGOS SUJEITOS A TAXAS ESPECIAIS	7. CRIMES CONTRA A FLORA
26. EGITO	5.10 +0.15	6.0 +0.5	6.0 +0.5	3.5 n/a	7.0 0.0	6.0 n/a	3.5 n/a	1.0 0.0
26. MARROCOS	5.10 +0.15	5.5 0.0	7.0 +0.5	5.0 n/a	2.0 -1.0	6.5 n/a	6.0 n/a	2.0 -1.0
29. ZIMBABWE	5.03 -0.17	5.5 0.0	3.5 0.0	2.5 n/a	4.5 +0.5	4.0 n/a	6.5 n/a	4.5 -1.0
30. TUÍNIA	5.00 +0.80	4.0 0.0	8.0 +1.0	2.0 n/a	3.0 -2.0	6.0 n/a	5.5 n/a	3.5 0.0
31. GUINÉ	4.77 -0.38	7.0 0.0	4.0 +1.0	1.0 n/a	5.5 -0.5	5.0 n/a	4.5 n/a	5.0 +0.5
31. MALAWI	4.77 +0.62	5.0 +0.5	4.5 +1.0	2.0 n/a	4.5 0.0	7.0 n/a	6.0 n/a	5.0 +1.0
31. TOGO	4.77 -0.13	5.5 -0.5	3.5 0.0	1.5 n/a	4.0 0.0	7.0 n/a	5.5 n/a	4.0 -1.0
34. GÂMBIA	4.67 -0.48	6.0 -1.0	5.0 0.0	1.0 n/a	2.5 0.0	6.5 n/a	2.5 n/a	7.0 0.0
35. BURUNDI	4.63 +0.23	8.5 0.0	6.5 +1.0	4.5 n/a	8.0 0.0	5.5 n/a	6.0 n/a	2.0 0.0
36. GABÃO	4.60 -0.20	5.5 0.0	5.5 0.0	1.0 n/a	4.5 0.0	7.0 n/a	3.0 n/a	8.5 0.0
36. GUINÉ-BISSAU	4.60 -0.30	5.5 0.0	2.5 0.0	4.0 n/a	5.5 0.0	3.0 n/a	4.0 n/a	8.5 0.0
36. SERRA LEOA	4.60 -0.45	5.0 0.0	4.0 0.0	2.0 n/a	3.5 0.0	4.0 n/a	3.5 n/a	7.0 +0.5
39. REPÚBLICA DO CONGO	4.47 -0.33	6.5 0.0	4.5 0.0	3.0 n/a	5.0 0.0	5.5 n/a	3.0 n/a	8.0 0.0
39. ZÂMBIA	4.47 -0.13	5.0 0.0	3.0 0.0	2.5 n/a	3.5 -0.5	4.5 n/a	5.0 n/a	7.5 -0.5
41. BOTSUANA	4.40 +0.60	4.5 0.0	3.5 +0.5	4.0 n/a	4.0 +1.0	5.0 n/a	5.5 n/a	2.5 +0.5
42. DJIBUTI	4.30 +0.70	6.5 +0.5	7.5 +0.5	3.5 n/a	7.5 +1.5	5.5 n/a	6.5 n/a	2.0 0.0
43. MAURITÂNIA	4.27 +0.27	7.5 0.0	6.5 +0.5	2.5 n/a	3.5 -0.5	6.0 n/a	6.0 n/a	1.0 0.0
44. MAURÍCIAS	4.13 -0.27	4.5 0.0	3.5 0.0	1.5 n/a	2.5 +0.5	4.0 n/a	2.0 n/a	3.5 +1.5
45. NAMÍBIA	4.10 +0.20	3.5 0.0	2.5 0.0	3.0 n/a	3.0 0.0	4.5 n/a	3.5 n/a	6.5 0.0
46. RUANDA	4.00 -0.10	5.0 0.0	2.5 0.0	1.0 n/a	5.0 0.0	6.0 n/a	4.0 n/a	2.5 -0.5
47. CABO VERDE	3.97 +0.27	4.5 0.0	2.0 0.0	5.0 n/a	3.0 +0.5	4.0 n/a	4.5 n/a	2.0 -0.5
48. ERITREIA	3.93 -0.12	9.0 0.0	9.5 0.0	1.0 n/a	7.5 +1.0	3.0 n/a	7.0 n/a	1.5 0.0
49. ESSUATÍNI	3.87 +0.62	4.0 0.0	4.5 +1.5	4.5 n/a	4.0 0.0	4.0 n/a	4.5 n/a	2.5 +0.5
50. COMORES	3.73 -0.12	5.0 0.0	6.5 +1.0	1.5 n/a	3.5 0.0	3.5 n/a	4.0 n/a	3.0 0.0
51. GUINÉ EQUATORIAL	3.57 -0.28	4.5 0.0	2.0 0.0	2.0 n/a	5.5 +0.5	2.0 n/a	2.0 n/a	8.0 -0.5
52. SEICHELES	3.50 -0.10	4.0 0.0	3.5 0.0	1.0 n/a	3.5 0.0	3.0 n/a	2.0 n/a	4.0 0.0
53. LESOTO	3.43 -0.12	4.0 0.0	3.5 +0.5	2.0 n/a	4.0 +1.0	1.0 n/a	3.5 n/a	1.0 0.0
54. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	1.70 -0.10	1.5 0.0	1.0 -0.5	1.0 n/a	1.5 -0.5	1.5 n/a	1.5 n/a	2.5 0.0

PAÍS	8. CRIMES CONTRA A FAUNA	9. CRIMES CONTRA RECURSOS NÃO RENOVÁVEIS	10. COMÉRCIO DE HEROÍNA	11. COMÉRCIO DE COCAÍNA	12. COMÉRCIO DE CANÁBIS	13. COMÉRCIO DE DROGAS SINTÉTICAS	14. CRIMES DEPENDENTES DA CIBERNÉTICA	15. CRIMES FINANCEIROS
26. EGITO	5.5 +0.5	4.0 0.0	5.5 0.0	2.5 +0.5	7.5 +0.5	8.0 +1.0	2.5 n/a	8.0 n/a
26. MARROCOS	4.5 0.0	1.5 -1.5	4.0 +1.0	6.0 0.0	9.0 0.0	6.0 0.0	4.0 n/a	7.5 n/a
29. ZIMBABWE	7.0 -0.5	8.5 +0.5	4.0 0.0	3.5 +0.5	6.0 0.0	5.5 +0.5	4.5 n/a	5.5 n/a
30. TUÍNIA	5.0 +1.5	5.5 +0.5	3.5 +1.5	4.0 +1.0	7.0 +2.0	6.0 +2.0	4.0 n/a	8.0 n/a
31. GUINÉ	6.5 +0.5	7.0 +0.5	2.5 0.0	7.0 0.0	4.5 0.0	4.5 0.0	2.0 n/a	5.5 n/a
31. MALAWI	6.5 +0.5	4.5 +0.5	4.0 -0.5	3.5 +1.0	6.5 +0.5	3.0 +1.0	2.5 n/a	7.0 n/a
31. TOGO	5.5 -0.5	6.5 +0.5	2.5 -0.5	5.5 +0.5	7.0 +0.5	5.0 +1.0	5.0 n/a	3.5 n/a
34. GÂMBIA	4.0 +0.5	4.5 0.0	4.5 0.0	7.0 +0.5	7.0 0.0	4.0 0.0	3.0 n/a	5.5 n/a
35. BURUNDI	4.0 -0.5	4.0 0.0	3.0 0.0	2.5 0.0	3.5 0.0	3.0 +0.5	2.0 n/a	6.5 n/a
36. GABÃO	7.0 0.0	3.0 0.0	2.5 0.0	3.0 +0.5	4.0 0.0	5.0 0.0	2.5 n/a	7.0 n/a
36. GUINÉ-BISSAU	6.5 +1.0	1.0 0.0	5.0 0.0	8.5 +0.5	5.0 -0.5	2.0 0.0	2.0 n/a	6.0 n/a
36. SERRA LEOA	6.5 0.0	7.0 +0.5	2.5 +0.5	5.5 +1.0	7.0 0.0	6.0 +1.0	1.5 n/a	4.0 n/a
39. REPÚBLICA DO CONGO	7.0 0.0	4.0 +0.5	2.0 -0.5	6.0 +1.0	4.0 0.0	2.0 0.0	2.5 n/a	4.0 n/a
39. ZÂMBIA	5.0 +0.5	5.5 0.0	4.5 +0.5	3.5 +0.5	5.0 0.0	3.5 -0.5	4.0 n/a	5.0 n/a
41. BOTSUANA	7.5 0.0	3.5 0.0	3.5 0.0	3.5 0.0	4.5 +0.5	4.0 +0.5	5.0 n/a	5.5 n/a
42. DJIBUTI	5.0 +1.0	3.0 +1.0	2.5 0.0	2.0 +0.5	3.5 0.0	1.5 0.0	1.5 n/a	6.5 n/a
43. MAURITÂNIA	4.0 +0.5	3.5 0.0	1.5 0.0	4.5 0.0	7.0 +0.5	3.0 +1.0	1.5 n/a	6.0 n/a
44. MAURÍCIAS	3.0 0.0	4.0 0.0	8.0 0.0	3.5 0.0	5.5 0.0	8.0 0.0	4.0 n/a	4.5 n/a
45. NAMÍBIA	5.5 +1.0	4.5 +0.5	3.0 0.0	4.5 0.0	3.5 +0.5	4.5 0.0	5.0 n/a	4.5 n/a
46. RUANDA	4.0 -1.0	8.5 +0.5	3.0 0.0	2.5 0.0	4.0 0.0	1.5 -1.5	4.5 n/a	6.0 n/a
47. CABO VERDE	4.0 0.0	1.0 0.0	4.0 0.0	7.5 +0.5	5.5 +0.5	4.0 -0.5	4.5 n/a	4.0 n/a
48. ERITREIA	3.0 +1.0	2.0 0.0	3.0 0.0	1.5 0.0	4.0 0.0	1.5 0.0	1.5 n/a	4.0 n/a
49. ESSUATÍNI	2.0 0.0	3.0 0.0	3.0 0.0	3.0 0.0	5.5 0.0	3.0 0.0	5.0 n/a	5.5 n/a
50. COMORES	6.0 +0.5	2.0 +1.0	4.5 +0.5	2.0 0.0	3.5 +0.5	4.5 -1.5	1.5 n/a	5.0 n/a
51. GUINÉ EQUATORIAL	5.0 0.0	6.0 0.0	2.0 +0.5	2.0 +0.5	3.5 0.0	1.5 +0.5	1.5 n/a	6.0 n/a
52. SEICHELES	4.5 +0.5	1.0 0.0	8.0 +0.5	4.5 +1.5	3.5 +0.5	3.0 +0.5	2.5 n/a	4.5 n/a
53. LESOTO	3.0 +0.5	6.0 +0.5	3.5 0.0	5.0 -0.5	5.5 +1.0	3.5 +0.5	1.0 n/a	5.0 n/a
54. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	2.0 0.0	1.0 0.0	2.0 0.0	2.0 0.0	2.5 0.0	1.5 +0.5	1.0 n/a	3.0 n/a

A3.3 Pontuações dos atores criminosos

PAÍS	ATORES CRIMINOSOS (MÉDIA)	1. GRUPOS DE TIPO MAFIOSO	2. REDES CRIMINOSAS	3. ATORES INTEGRADOS NO ESTADO	4. ATORES ESTRANGEIROS	5. ATORES DO SETOR PRIVADO
1. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	8.50 -0.50	9.0 0.0	9.0 0.0	9.0 0.0	9.0 0.0	6.5 n/a
2. REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	7.90 -0.48	8.0 -1.0	8.0 0.0	9.0 +0.5	9.0 +1.0	5.5 n/a
3. ÁFRICA DO SUL	7.50 +0.25	7.5 +0.5	8.0 +1.0	8.0 +0.5	7.5 0.0	6.5 n/a
3. SUDÃO DO SUL	7.50 +0.13	5.0 +0.5	7.5 -0.5	9.0 0.0	8.0 0.0	8.0 n/a
3. SUDÃO	7.50 +0.13	6.5 0.0	7.5 0.0	8.5 +0.5	8.0 +0.5	7.0 n/a
6. LÍBIA	7.30 +0.30	9.0 +1.0	7.5 0.0	9.5 +1.0	5.5 +1.5	5.0 n/a
7. NIGÉRIA	7.20 -0.05	5.5 0.0	8.5 -0.5	7.5 0.0	7.5 +0.5	7.0 n/a
8. QUÊNIA	7.10 -0.15	7.0 0.0	8.0 +0.5	8.0 0.0	6.5 0.0	6.0 n/a
9. SOMÁLIA	7.00 -0.13	9.5 0.0	7.5 0.0	7.0 0.0	5.5 +1.0	5.5 n/a
10. UGANDA	6.70 +0.08	5.5 +0.5	6.5 -0.5	8.0 +0.5	7.0 0.0	6.5 n/a
11. MOÇAMBIQUE	6.50 -0.50	5.0 +1.5	8.0 0.0	9.0 0.0	7.5 0.0	3.0 n/a
12. CAMARÕES	6.30 -0.08	4.5 +0.5	7.5 0.0	8.0 0.0	7.0 +1.0	4.5 n/a
13. CÔTE D'IVOIRE	6.10 -0.15	3.5 +0.5	7.0 0.0	7.5 +0.5	7.5 -0.5	5.0 n/a
14. ANGOLA	6.00 +0.63	3.5 +0.5	6.0 +0.5	8.0 0.0	5.0 0.0	7.5 n/a
14. BURQUINA FASO	6.00 +0.38	4.0 +0.5	7.0 +0.5	7.0 +0.5	6.0 0.0	6.0 n/a
14. TANZÂNIA	6.00 +0.25	3.5 +0.5	7.0 0.0	6.5 -0.5	6.5 +0.5	6.5 n/a
17. CHADE	5.90 -0.48	5.0 -0.5	6.5 0.0	8.5 0.0	5.0 0.0	4.5 n/a
17. MADAGÁSCAR	5.90 +0.03	4.5 +0.5	5.0 0.0	8.0 +0.5	6.5 -0.5	5.5 n/a
17. ZIMBABWE	5.90 -0.23	3.5 0.0	7.5 0.0	8.0 0.0	6.0 +0.5	4.5 n/a
20. NÍGER	5.70 -0.43	4.0 0.0	7.5 +0.5	8.5 0.0	5.5 +0.5	3.0 n/a
20. TOGO	5.70 -0.05	1.0 0.0	7.0 0.0	7.5 0.0	7.0 -0.5	6.0 n/a
22. GANA	5.60 -0.28	3.0 0.0	6.5 0.0	7.5 0.0	6.5 0.0	4.5 n/a
22. GUINÉ-BISSAU	5.60 -0.40	1.0 0.0	8.0 0.0	8.5 0.0	6.5 0.0	4.0 n/a
22. LIBÉRIA	5.60 +0.60	3.0 0.0	6.5 +0.5	6.5 +0.5	6.0 +1.0	6.0 n/a
25. SENEGAL	5.50 +0.88	3.0 +0.5	6.0 +0.5	5.0 +0.5	6.5 +0.5	7.0 n/a
26. MALI	5.40 -0.23	4.0 +1.0	7.0 0.0	8.0 -0.5	4.0 0.0	4.0 n/a
27. ETIÓPIA	5.30 +0.68	2.0 0.0	6.5 0.0	5.0 +1.0	6.0 0.0	7.0 n/a

PAÍS	ATORES CRIMINOSOS (MÉDIA)	1. GRUPOS DE TIPO MAFIOSO	2. REDES CRIMINOSAS	3. ATORES INTEGRADOS NO ESTADO	4. ATORES ESTRANGEIROS	5. ATORES DO SETOR PRIVADO
27. SERRA LEOA	5.30 -0.45	2.5 -1.0	6.0 +0.5	6.5 -0.5	7.5 +0.5	4.0 n/a
29. BENIM	5.20 -0.05	2.0 +1.0	5.5 -0.5	6.0 0.0	8.0 0.0	4.5 n/a
29. GUINÉ EQUATORIAL	5.20 +0.83	1.0 0.0	2.0 -0.5	9.0 0.0	5.5 +0.5	8.5 n/a
31. BURUNDI	5.10 +0.48	2.0 +1.0	4.5 0.0	9.0 0.0	4.0 0.0	6.0 n/a
31. REPÚBLICA DO CONGO	5.10 -0.15	3.0 0.0	6.5 +0.5	8.0 0.0	5.0 +1.0	3.0 n/a
31. GABÃO	5.10 +0.10	1.0 0.0	5.0 0.0	8.0 0.0	6.0 0.0	5.5 n/a
34. DJIBUTI	5.00 +0.63	1.5 0.0	5.0 0.0	5.5 +0.5	7.0 +1.0	6.0 n/a
34. EGITO	5.00 -0.38	3.0 0.0	5.5 0.0	8.5 +0.5	5.0 0.0	3.0 n/a
34. ZÂMBIA	5.00 -0.25	3.0 0.0	5.0 0.0	6.5 +0.5	7.5 +0.5	3.0 n/a
37. ESSUATÍNI	4.90 +0.90	2.0 +0.5	5.5 0.0	6.0 +1.0	5.0 +1.0	6.0 n/a
38. ARGÉLIA	4.60 +0.23	1.5 +0.5	5.0 0.0	7.5 +0.5	5.0 +0.5	4.0 n/a
38. CABO VERDE	4.60 +0.23	3.0 +0.5	4.5 +0.5	4.0 0.0	7.0 0.0	4.5 n/a
38. MAURÍCIAS	4.60 -0.03	2.0 0.0	6.5 +0.5	6.0 0.0	4.5 0.0	4.0 n/a
41. MAURITÂNIA	4.50 -0.25	1.5 -1.0	5.0 +0.5	6.5 -0.5	6.0 +1.0	3.5 n/a
41. MARROCOS	4.50 -0.13	1.5 +0.5	6.5 0.0	7.5 +0.5	4.0 0.0	3.0 n/a
41. NAMÍBIA	4.50 -0.25	2.5 -0.5	5.5 +0.5	5.0 0.0	6.0 0.0	3.5 n/a
44. GÂMBIA	4.40 -0.10	1.0 0.0	6.5 0.0	6.5 0.0	4.0 0.0	4.0 n/a
44. GUINÉ	4.40 -0.85	1.0 0.0	6.0 +1.0	7.5 -0.5	6.5 -0.5	1.0 n/a
44. LESOTO	4.40 +0.15	3.0 +2.0	5.5 +0.5	6.0 0.0	5.0 0.0	2.5 n/a
47. BOTSUANA	4.30 +0.68	1.0 0.0	5.5 0.0	4.0 +1.0	5.5 +0.5	5.5 n/a
47. SEICHELES	4.30 +0.55	2.0 0.0	5.0 +0.5	5.5 +1.0	5.0 +1.0	4.0 n/a
49. MALAWI	4.20 +0.70	2.0 0.0	4.5 +1.5	4.0 0.0	5.5 +0.5	5.0 n/a
50. COMORES	4.10 +0.23	1.0 0.0	4.5 0.0	7.0 +1.0	5.0 +1.0	3.0 n/a
51. ERITREIA	4.00 -0.63	1.0 0.0	5.5 0.0	9.5 0.0	2.5 0.0	1.5 n/a
52. TUNÍSIA	3.90 +0.53	1.5 +0.5	4.5 +0.5	6.5 +1.0	2.5 -0.5	4.5 n/a
53. RUANDA	3.20 -0.05	1.0 0.0	3.0 0.0	5.0 0.0	4.0 0.0	3.0 n/a
54. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	1.70 -0.05	1.0 0.0	1.5 -0.5	3.0 +1.0	2.0 0.0	1.0 n/a

A3.4 Pontuações de resiliência

PAÍS	RESILIÊNCIA (MÉDIA)	1. LIDERANÇA POLÍTICA E GOVERNAÇÃO	2. TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO DO GOVERNO	3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	4. POLÍTICAS E LEIS NACIONAIS	5. SISTEMA JUDICIAL E DETENÇÃO
1. CABO VERDE	6.58 +0.25	7.0 +0.5	7.0 +1.0	8.5 0.0	7.0 0.0	7.5 +0.5
2. NIGÉRIA	5.79 +0.29	5.5 0.0	5.0 0.0	7.5 +0.5	7.5 +0.5	5.0 +0.5
2. SENEGAL	5.79 +0.21	5.5 0.0	5.0 +1.0	7.0 +1.0	6.5 0.0	5.0 0.0
4. ÁFRICA DO SUL	5.63 -0.17	5.5 -0.5	5.5 0.0	6.0 -0.5	7.0 +0.5	6.0 0.0
5. MAURÍCIAS	5.54 -0.13	6.0 0.0	6.0 0.0	6.5 0.0	6.0 0.0	5.5 0.0
5. RUANDA	5.54 +0.04	5.5 0.0	4.5 -1.0	5.0 0.0	6.0 0.0	5.0 0.0
7. BOTSUANA	5.46 -0.17	5.0 -1.0	4.0 -1.0	8.5 +0.5	7.0 +1.0	6.0 -0.5
7. GANA	5.46 +0.08	6.0 +0.5	5.5 0.0	6.5 0.0	5.0 0.0	5.0 0.0
9. QUÊNIA	5.33 +0.13	5.0 0.0	5.0 +0.5	7.5 +0.5	7.0 +1.0	5.0 -0.5
10. SEICHELES	5.21 +0.63	5.0 0.0	5.5 +0.5	6.5 +0.5	5.5 0.0	6.0 0.0
11. GÂMBIA	5.17 +0.17	5.5 +0.5	5.0 0.0	5.5 +1.0	5.0 0.0	4.5 -0.5
12. CÔTE D'IVOIRE	5.13 +0.71	5.5 +1.0	4.5 +0.5	6.0 0.0	5.0 +0.5	5.0 -0.5
13. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	4.92 0.00	6.0 0.0	5.0 0.0	7.0 0.0	7.0 0.0	6.0 0.0
14. ETIÓPIA	4.75 -0.63	4.0 -1.0	4.5 -0.5	6.0 0.0	6.0 0.0	5.0 0.0
15. MARROCOS	4.63 0.00	4.5 0.0	3.5 0.0	6.0 0.0	6.5 +0.5	4.0 0.0
16. MALAWI	4.58 +0.29	5.5 +0.5	5.0 +0.5	5.5 +1.0	5.5 0.0	5.0 +1.0
17. NAMÍBIA	4.54 -0.42	4.5 -0.5	4.0 -1.0	7.0 0.0	6.0 -0.5	4.0 -0.5
17. ZÂMBIA	4.54 +0.21	4.5 +0.5	3.5 +0.5	5.5 +0.5	6.5 0.0	5.0 0.0
19. ANGOLA	4.50 +0.08	5.0 0.0	5.0 +0.5	5.0 0.0	5.0 0.0	3.5 0.0
19. TOGO	4.50 +0.50	3.5 +0.5	4.0 +1.0	6.0 +0.5	5.5 +1.0	4.0 +0.5
19. TUNÍSIA	4.50 -0.33	4.5 0.0	4.0 -1.0	5.0 0.0	6.0 -0.5	3.5 -1.0
22. ARGÉLIA	4.38 -0.25	4.5 0.0	3.0 -1.0	5.0 0.0	6.0 0.0	3.0 -1.0
22. DJIBUTI	4.38 -0.13	4.0 -0.5	3.0 0.0	6.5 0.0	4.5 -1.0	4.0 0.0
24. TANZÂNIA	4.13 +0.08	5.5 0.0	2.5 +0.5	4.5 +0.5	5.5 0.0	5.0 0.0
25. SERRA LEOA	4.04 +0.58	4.5 +1.0	4.0 +0.5	5.0 +1.0	3.5 +1.0	3.0 +1.0
26. LESOTO	3.92 +0.25	4.0 0.0	3.5 0.0	7.0 +1.0	5.0 -0.5	3.0 0.0

PAÍS	6. APLICAÇÃO DA LEI	7. INTEGRIDADE TERRITORIAL	8. COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	9. CAPACIDADE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA	10. APOIO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS	11. PREVENÇÃO	12. ATORES NÃO ESTATAIS
1. CABO VERDE	6.0 0.0	7.5 0.0	5.0 0.0	6.0 0.0	4.0 +0.5	6.5 +0.5	7.0 0.0
2. NIGÉRIA	5.0 +0.5	5.0 +0.5	5.0 0.0	6.5 0.0	5.0 0.0	5.5 +0.5	7.0 +0.5
2. SENEGAL	6.0 0.0	7.0 +0.5	5.0 0.0	5.5 0.0	5.0 0.0	5.0 0.0	7.0 0.0
4. ÁFRICA DO SUL	4.5 -0.5	6.0 0.0	5.5 -0.5	6.0 0.0	4.0 0.0	4.5 -0.5	7.0 0.0
5. MAURÍCIAS	5.5 0.0	5.5 0.0	4.0 +0.5	7.0 0.0	4.0 -1.5	5.0 0.0	5.5 -0.5
5. RUANDA	7.0 0.0	6.5 +0.5	6.0 0.0	6.5 +0.5	5.5 0.0	5.5 +0.5	3.5 0.0
7. BOTSUANA	5.0 0.0	5.0 0.0	5.0 +0.5	6.0 +0.5	4.5 -1.0	4.5 0.0	5.0 -1.0
7. GANA	4.5 0.0	6.0 0.0	6.0 0.0	6.5 +0.5	3.5 0.0	4.0 0.0	7.0 0.0
9. QUÊNIA	4.5 0.0	6.0 0.0	6.0 0.0	5.5 +0.5	3.0 0.0	3.0 -0.5	6.5 0.0
10. SEICHELES	5.0 +1.0	5.0 +0.5	4.5 +1.5	4.5 +1.5	4.5 +0.5	5.0 0.0	5.5 +1.5
11. GÂMBIA	5.0 -0.5	6.5 0.0	5.5 0.0	5.5 0.0	3.5 +1.0	4.0 +0.5	6.5 0.0
12. CÔTE D'IVOIRE	5.5 +0.5	5.0 +1.0	5.0 0.0	5.0 +1.5	4.5 +1.0	5.5 +2.5	5.0 +0.5
13. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	5.0 0.0	5.0 0.0	3.0 0.0	3.0 0.0	4.0 0.0	3.0 0.0	5.0 0.0
14. ETIÓPIA	3.5 -0.5	4.0 -2.0	7.0 0.0	5.0 -1.0	3.0 -1.5	5.0 0.0	4.0 -1.0
15. MARROCOS	5.5 0.0	6.0 0.0	3.5 0.0	4.5 0.0	4.5 0.0	4.0 0.0	3.0 -0.5
16. MALAWI	3.5 -0.5	3.0 0.0	6.0 0.0	4.0 0.0	2.5 +0.5	4.0 +0.5	5.5 0.0
17. NAMÍBIA	3.5 -1.0	3.5 0.0	4.0 -0.5	4.0 -1.0	4.0 0.0	4.0 0.0	6.0 0.0
17. ZÂMBIA	4.0 0.0	3.5 0.0	5.5 +0.5	5.5 +0.5	3.0 0.0	3.0 0.0	5.0 0.0
19. ANGOLA	4.5 0.0	5.5 -0.5	5.0 0.0	4.5 +0.5	4.0 0.0	4.0 +0.5	3.0 0.0
19. TOGO	5.0 +1.0	3.5 -0.5	3.5 +0.5	4.5 0.0	5.0 +0.5	5.0 +1.0	4.5 0.0
19. TUNÍSIA	4.5 0.0	6.0 +0.5	5.5 0.0	3.5 -0.5	4.5 0.0	3.0 0.0	4.0 -1.5
22. ARGÉLIA	6.0 0.0	6.5 0.0	5.0 +0.5	4.5 0.0	3.0 0.0	3.5 -0.5	2.5 -1.0
22. DJIBUTI	4.0 0.0	5.5 -0.5	5.0 0.0	5.5 0.0	3.0 0.0	4.0 0.0	3.5 +0.5
24. TANZÂNIA	3.5 -0.5	4.5 0.0	5.0 -0.5	5.0 0.0	3.0 0.0	3.0 0.0	2.5 +1.0
25. SERRA LEOA	4.0 0.0	4.5 +0.5	4.5 +1.0	3.5 +0.5	3.0 +0.5	4.0 0.0	5.0 0.0
26. LESOTO	3.0 0.0	3.0 +0.5	4.0 -1.0	4.0 +1.0	3.5 +1.0	3.5 +1.5	3.5 -0.5

PAÍS	RESILIÊNCIA (MÉDIA)	1. LIDERANÇA POLÍTICA E GOVERNAÇÃO	2. TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO DO GOVERNO	3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	4. POLÍTICAS E LEIS NACIONAIS	5. SISTEMA JUDICIAL E DETENÇÃO
27. UGANDA	3.88 -0.08	4.5 -0.5	2.0 0.0	5.0 0.0	5.0 0.0	4.0 0.0
28. EGITO	3.83 -0.21	3.5 0.0	2.5 -0.5	5.0 +0.5	4.5 0.0	3.0 -0.5
29. BENIM	3.50 -0.04	3.5 -0.5	4.0 -0.5	4.5 +0.5	3.0 0.0	3.0 0.0
30. BURQUINA FASO	3.46 -0.17	2.5 -1.0	3.5 -0.5	5.0 -0.5	5.5 +0.5	4.0 0.0
30. NÍGER	3.46 +0.25	4.0 +0.5	2.5 0.0	5.5 0.0	4.5 +0.5	2.5 0.0
32. MADAGÁSCAR	3.33 -0.04	4.0 0.0	2.0 0.0	3.0 0.0	3.5 -0.5	2.5 -0.5
33. ESSUATÍNI	3.29 +0.04	3.0 0.0	2.5 0.0	5.0 0.0	3.0 -1.0	3.0 +0.5
33. MOÇAMBIQUE	3.29 0.00	3.0 0.0	3.5 0.0	5.5 +0.5	5.5 0.0	2.0 0.0
35. REPÚBLICA DO CONGO	3.25 0.00	3.0 0.0	2.0 +0.5	5.0 0.0	5.0 0.0	2.0 0.0
35. GABÃO	3.25 +0.08	2.0 0.0	2.0 0.0	5.0 0.0	4.0 0.0	3.0 0.0
35. LIBÉRIA	3.25 +0.08	3.5 0.0	3.0 0.0	3.5 +0.5	4.0 +1.0	3.5 0.0
38. CAMARÕES	3.17 +0.04	2.0 0.0	1.5 0.0	5.5 +0.5	4.5 0.0	2.5 0.0
39. GUINÉ	3.13 +0.29	2.5 +0.5	3.5 +0.5	3.5 -0.5	4.0 +0.5	3.5 +0.5
39. MAURITÂNIA	3.13 +0.04	4.0 0.0	3.5 0.0	3.5 +0.5	3.5 0.0	2.5 0.0
39. ZIMBABWE	3.13 -0.04	2.0 0.0	3.0 0.0	3.5 +0.5	3.5 +0.5	2.5 -0.5
42. SUDÃO	2.71 -0.25	2.0 -1.0	2.0 0.0	5.5 +0.5	4.5 0.0	3.0 -0.5
43. GUINÉ-BISSAU	2.58 +0.17	2.0 0.0	2.5 0.0	3.5 +0.5	3.0 0.0	3.0 0.0
44. CHADE	2.42 -0.04	3.0 -0.5	2.0 -0.5	5.0 0.0	3.0 +0.5	2.0 0.0
45. COMORES	2.38 0.00	2.0 0.0	2.0 0.0	3.0 0.0	2.5 0.0	2.0 0.0
45. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	2.38 +0.08	1.0 0.0	1.5 +0.5	4.0 0.0	3.0 0.0	2.5 0.0
45. MALI	2.38 0.00	2.5 +0.5	2.5 -0.5	4.0 0.0	2.5 0.0	2.5 0.0
48. ERITREIA	2.33 0.00	1.0 0.0	1.0 0.0	2.0 0.0	2.5 0.0	2.0 0.0
49. GUINÉ EQUATORIAL	2.21 +0.04	1.5 0.0	1.0 0.0	2.0 0.0	5.5 0.0	2.5 +0.5
50. BURUNDI	2.17 +0.08	3.0 +0.5	1.0 0.0	2.5 +1.0	3.0 +0.5	2.0 -0.5
51. SUDÃO DO SUL	1.88 +0.04	2.0 0.0	1.5 +0.5	2.0 0.0	3.0 0.0	2.0 0.0
52. REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	1.79 -0.13	1.5 0.0	1.5 0.0	3.0 0.0	2.0 -0.5	2.0 0.0
52. SOMÁLIA	1.79 +0.13	1.5 +0.5	1.0 0.0	2.5 +0.5	2.5 +0.5	2.0 0.0
54. LÍBIA	1.54 0.00	1.5 0.0	1.5 0.0	2.5 0.0	2.0 0.0	1.5 0.0

PAÍS	6. APLICAÇÃO DA LEI	7. INTEGRIDADE TERRITORIAL	8. COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	9. CAPACIDADE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA	10. APOIO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS	11. PREVENÇÃO	12. ATORES NÃO ESTATAIS
27. UGANDA	4.0 0.0	5.5 0.0	3.0 0.0	3.5 0.0	2.0 0.0	4.0 0.0	4.0 -0.5
28. EGITO	5.0 0.0	6.0 0.0	5.0 -1.0	4.0 -0.5	2.5 -0.5	2.5 0.0	2.5 0.0
29. BENIM	4.0 0.0	3.0 -0.5	4.0 +1.0	4.0 0.0	3.0 0.0	2.0 0.0	4.0 -0.5
30. BURQUINA FASO	3.0 0.0	2.0 -1.0	4.0 +1.0	3.0 0.0	2.5 0.0	2.0 0.0	4.5 -0.5
30. NÍGER	4.0 0.0	3.5 -0.5	4.0 +1.0	3.5 +0.5	2.5 +0.5	2.5 +0.5	2.5 0.0
32. MADAGÁSCAR	4.0 +0.5	5.5 +0.5	4.5 -0.5	2.0 0.0	2.5 +0.5	4.0 0.0	2.5 -0.5
33. ESSUATÍNI	3.0 0.0	4.0 +0.5	5.0 +1.0	2.0 0.0	2.5 -0.5	4.0 0.0	2.5 0.0
33. MOÇAMBIQUE	2.0 0.0	3.0 -0.5	3.0 0.0	4.0 0.0	3.0 0.0	2.0 0.0	3.0 0.0
35. REPÚBLICA DO CONGO	4.5 0.0	3.0 0.0	3.0 0.0	3.0 0.0	2.0 0.0	4.0 0.0	2.5 -0.5
35. GABÃO	4.5 0.0	4.5 0.0	2.0 0.0	2.5 +0.5	3.0 0.0	3.5 0.0	3.0 +0.5
35. LIBÉRIA	4.0 0.0	3.5 -0.5	3.5 +0.5	3.0 -1.0	1.5 +0.5	2.0 0.0	4.0 0.0
38. CAMARÕES	4.0 0.0	2.0 0.0	3.5 0.0	2.5 0.0	2.5 0.0	2.5 0.0	5.0 0.0
39. GUINÉ	3.5 0.0	3.5 +0.5	3.0 0.0	3.0 0.0	2.0 +0.5	2.0 +0.5	3.5 +0.5
39. MAURITÂNIA	2.5 -0.5	4.0 -0.5	4.5 +0.5	3.0 0.0	1.5 0.0	2.0 0.0	3.0 +0.5
39. ZIMBABWE	3.0 0.0	4.5 -0.5	4.0 0.0	3.0 0.0	2.0 0.0	3.5 +0.5	3.0 -1.0
42. SUDÃO	2.5 -1.0	2.5 0.0	3.5 -0.5	2.0 -0.5	1.0 0.0	2.0 0.0	2.0 0.0
43. GUINÉ-BISSAU	3.0 0.0	3.5 +0.5	3.0 +0.5	1.5 0.0	1.0 0.0	2.0 +0.5	3.0 0.0
44. CHADE	2.5 0.0	3.0 -0.5	2.0 0.0	2.0 0.0	1.0 0.0	1.0 0.0	2.5 +0.5
45. COMORES	2.0 0.0	3.0 0.0	4.0 0.0	3.0 0.0	1.5 0.0	1.5 0.0	2.0 0.0
45. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	1.5 0.0	2.0 0.0	2.5 +0.5	1.5 0.0	2.0 0.0	2.0 0.0	5.0 0.0
45. MALI	2.0 0.0	1.5 0.0	2.5 0.0	2.0 0.0	1.5 0.0	2.0 0.0	3.0 0.0
48. ERITREIA	3.0 0.0	7.0 0.0	3.0 0.0	2.5 0.0	1.0 0.0	2.0 0.0	1.0 0.0
49. GUINÉ EQUATORIAL	2.0 0.0	3.5 0.0	2.0 0.0	1.5 0.0	1.5 0.0	2.0 +0.5	1.5 -0.5
50. BURUNDI	1.5 0.0	3.0 0.0	1.5 -0.5	2.0 0.0	1.5 0.0	2.5 0.0	2.5 0.0
51. SUDÃO DO SUL	2.0 0.0	1.5 0.0	1.5 0.0	2.5 0.0	1.0 0.0	1.5 0.0	2.0 0.0
52. REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	1.5 0.0	1.5 0.0	2.0 0.0	1.5 0.0	2.5 -0.5	1.0 0.0	1.5 -0.5
52. SOMÁLIA	1.5 0.0	1.5 0.0	2.0 -0.5	1.5 0.0	1.0 0.0	1.5 0.0	3.0 +0.5
54. LÍBIA	1.5 0.0	1.5 0.0	1.0 0.0	2.0 0.0	1.0 0.0	1.0 0.0	1.5 0.0



Notas

- 1 Enhancing Africa's Ability to Counter Transnational Crime (Reforçar a Capacidade de África para Combater o Crime Transnacional). O projeto ENACT é implementado por uma parceria de consórcio entre o Institute for Security Studies (Instituto de Estudos de Segurança – ISS), a INTERPOL e a Global Initiative Against Transnational Organized Crime (GI-TOC).
- 2 Ver <https://enact-africa.s3.amazonaws.com/site/uploads/2019-09-24-oc-index-2019.pdf>.
- 3 Ver *Crisis and organized crime: Building resilient responses*, UNODC, fevereiro 2023, https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2023/February/crisis-and-organized-crime_-_building-resilient-responses.html.
- 4 *ACLEd Year in review: Global disorder in 2022*, ACLED, 31 Janeiro 2023, <https://acleddata.com/2023/01/31/global-disorder-2022-the-year-in-review/>.
- 5 Ibid.
- 6 Observatório das Economias Ilícitas na África Ocidental, *Key trends in illicit economies and global conflict*, GI-TOC, Boletim de risco, edição 6, janeiro 2023, <https://riskbulletins.globalinitiative.net/wea-obs-006/01-key-trends-in-illicit-economies-and-conflict-in-2022.html>.
- 7 Ibid.
- 8 *Photos: Peaceful polls, coups, droughts mark Africa in 2022*, Al Jazeera, 19 dezembro 2022, <https://www.aljazeera.com/gallery/2022/12/19/africa-has-peaceful-polls-in-2022-hit-by-coups-droughts>.
- 9 Na sequência dos acontecimentos incluídos neste Índice, o líder do grupo Wagner, Yevgeny Prigozhin, e outras figuras-chave da liderança morreram num bombardeamento que abateu o seu jato em agosto de 2023. A morte ocorreu dois meses depois de as forças do Wagner lideradas por Prigozhin terem marchado sobre Moscovo. Atualmente, os interesses do Wagner em África foram em grande parte absorvidos sob os auspícios do Kremlin e da GRU, a agência de inteligência militar da Rússia.
- 10 *Photos: Peaceful polls, coups, droughts mark Africa in 2022*, Al Jazeera, 19 dezembro 2022, <https://www.aljazeera.com/gallery/2022/12/19/africa-has-peaceful-polls-in-2022-hit-by-coups-droughts>.
- 11 Julia Stanyard, Thierry Vircoulon e Julian Rademeyer, *The grey zone: Russia's military, mercenary and criminal engagement in Africa*, GI-TOC, fevereiro 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/russia-in-africa/>.
- 12 *African conflicts to watch in 2022*, ISS-PSC Report, 17 dezembro 2021, <https://issafrica.org/pscreport/psc-insights/african-conflicts-to-watch-in-2022>.
- 13 *Mozambique: Impact of the five-year conflict in Cabo Delgado*, relatório temático ACAPS, Relief Web, 7 julho 2023, <https://reliefweb.int/report/mozambique/acaps-thematic-report-mozambique-impact-five-year-conflict-cabo-delgado-07-july-2023>.
- 14 Índice de Estados Frágeis 2022, Fund for Peace, <https://fragilestatesindex.org/>.
- 15 Ver Economist Intelligence Unit, Índice de democracia 2022, <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2022/>.
- 16 O Índice de Democracia da EIU classifica as Maurícias como uma democracia plena e Cabo Verde, a África do Sul e o Botsuana como democracias defeituosas.
- 17 Ver Índice Ibrahim de governação africana, Mo Ibrahim Foundation, <https://mo.ibrahim.foundation/iia>.
- 18 *Africa has become 'less safe, secure and democratic' in past decade, report finds*, *The Guardian*, 26 janeiro 2023, <https://www.theguardian.com/global-development/2023/jan/26/africa-less-safe-secure-and-democratic-in-past-decade-ibrahim-index>.
- 19 Ver Transparência Internacional, Índice de Perceção da Corrupção, <https://transparencia.pt/indice-de-percecao-da-corrupcao-2022/>.
- 20 Rupert Horsley, *Libya: Sophisticated smugglers thrive as Libyan governance stagnates*, GI-TOC, setembro 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/human-smuggling-trafficking-ecosystems-north-africa-sahel-2023/>.
- 21 Mark Micallef et al, *Human smuggling and trafficking ecosystems: North Africa and the Sahel*, GI-TOC, 2022 <https://globalinitiative.net/analysis/human-smuggling-trafficking-ecosystems-north-africa-sahel/>.
- 22 ENACT, *Illicit flows of explosives in Central Africa*, março 2023, <https://enactafrica.org/research/interpol-reports/illicit-flows-of-explosives-in-central-africa>.
- 23 UNODC, Relatório mundial sobre as drogas 2023, <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2023.html>.
- 24 Ibid.

- 25 Jason Eligh, *A synthetic age: The evolution of methamphetamine markets in Eastern and Southern Africa*, GI-TOC, março 2021, <https://globalinitiative.net/analysis/meth-africa/>.
- 26 Jason Eligh, *A powder storm: The cocaine markets in East and southern Africa*, GI-TOC, dezembro 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/cocaine-east-southern-africa/>.
- 27 Gabriel Feltran, Vianna Pinho e Lucia Bird Ruiz-Benitez de Lugo, *Atlantic connections: The PCC and the Brazil-West Africa cocaine trade*, GI-TOC, agosto 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/brazil-west-africa-cocaine-trade/>.
- 28 UNODC, Relatório Mundial sobre Drogas 2023, <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2023.html>.
- 29 Jason Eligh, *A powder storm: The cocaine markets in East and southern Africa*, GI-TOC, dezembro 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/cocaine-east-southern-africa/>.
- 30 UNODC, Relatório Mundial sobre Drogas 2023, <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2023.html>.
- 31 Jason Eligh, *A powder storm: The cocaine markets in East and southern Africa*, GI-TOC, dezembro 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/cocaine-east-southern-africa/>.
- 32 Oluwole Ojewale, *Conflict and organised crime are razing CAR's rainforests*, Institute for Security Studies, agosto 2023, <https://issafrica.org/iss-today/conflict-and-organised-crime-are-razing-cars-rainforests>.
- 33 Observatório das Economias Ilícitas na África Ocidental, *Russia's military, mercenary and criminal interests in West Africa grew in 2022 and look set to expand in 2023*, GI-TOC, Boletim de risco, edição 6, janeiro 2023, <https://riskbulletins.globalinitiative.net/wea-obs-006/04-russias-military-mercenary-and-criminal-interests-in-west-africa.html>.
- 34 Ver Stimson, *CSPA Implementation Tracker, South Sudan*: <https://www.stimson.org/project/child-soldiers/cspa-implementation-tracker/country-profiles/south-sudan/>.
- 35 Jay Bahadur, *Terror and taxes: Inside al-Shabaab's revenue-collection machine*, GI-TOC, dezembro 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/al-shabaab-tax/>.
- 36 Gabriel Feltran, Vianna Pinho e Lucia Bird Ruiz-Benitez de Lugo, *Atlantic connections: The PCC and the Brazil-West Africa cocaine trade*, GI-TOC, agosto 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/brazil-west-africa-cocaine-trade/>.
- 37 Ibid.
- 38 Lucia Bird Ruiz-Benitez de Lugo e Lyes Tagziria, *Organized crime and instability dynamics: Mapping illicit hubs in West Africa*, GI-TOC, setembro 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/west-africa-illicit-hub-mapping/>.
- 39 Premium Times, *New SMS-based android malware, tangleBot, unleashed by cybercriminals - NCC*, 29 janeiro 2022, <https://www.premiumtimesng.com/promoted/508545-new-sms-based-android-malware-tanglebot-unleashed-by-cybercriminals-ncc.html>.
- 40 Samuel Nwite, *NCC warns about Xenomorph, a malicious software that steals banking credentials*, Tekedia, 27 fevereiro 2022, <https://www.tekedia.com/ncc-warns-about-xenomorph-a-malicious-software-that-steals-banking-credentials/>.
- 41 Bikash Singh, *Oil India cyber attack: Russian malware planted from Nigeria*, *The Economic Times*, 22 abril 2022, <https://economictimes.indiatimes.com/news/india/oil-india-cyber-attack-russian-malware-planted-from-nigeria/articleshow/91010072.cms?from>.
- 42 Observatório das Economias Ilícitas na África Ocidental, *Key trends in illicit economies and conflict in 2022*, GI-TOC, Boletim de risco, edição 6, janeiro 2023, <https://riskbulletins.globalinitiative.net/wea-obs-006/01-key-trends-in-illicit-economies-and-conflict-in-2022.html>.
- 43 Ibid.
- 44 Ibid.
- 45 Ibid.
- 46 Flore Berger e Mouhamadou Kane, *O tráfico de produtos médicos ilícitos na África Ocidental*, Institute for Security Studies e GI-TOC, agosto 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/bad-pharma-trafficking-illicit-medical-products-in-west-africa/>.
- 47 Ibid.
- 48 Ibid.
- 49 Ibid.
- 50 Ibid.
- 51 Ibid.
- 52 Tafi Mhaka, *Corruption: Africa's undeclared pandemic*, AlJazeera, 2 julho 2022, <https://www.aljazeera.com/opinions/2022/7/2/corruption-africas-undeclared-pandemic>.
- 53 Oluwole Ojewale e Mahmud Malami Sadiq, *Women increasingly turn to bandit-linked arms trafficking in Nigeria*, ENACT, 26 julho 2023, <https://enactafrica.org/enact-observer/>

women-increasingly-turn-to-bandit-linked-arms-trafficking-in-nigeria.

54 Gabriel Feltran, Vianna Pinho e Lucia Bird Ruiz-Benitez de Lugo, *Atlantic connections: The PCC and the Brazil-West Africa cocaine trade*, GI-TOC, agosto 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/brazil-west-africa-cocaine-trade/>.

55 GIABA, *Money laundering and terrorist financing resulting from corruption in West Africa*, novembro 2022, https://www.giaba.org/media/f/1300_Money%20Laundering%20and%20Terrorist%20Financing%20through%20Corruption.pdf.

56 BBC, *The ultra-violent cult that became a global mafia*, 13 dezembro 2021, <https://www.bbc.com/news/world-africa-59614595>.

57 S Rejaibi et al, *Cannabis use in Tunisian adolescents: Alarming trends from 2013 to 2021*, *European Journal of Public Health*, 32, 3 (2022), https://academic.oup.com/eurpub/article/32/Supplement_3/ckac131.221/6766842.

58 The New Arab, *Egypt cracking down on Syrian, Lebanese shipments in anti-drugs effort*, 5 agosto 2022, <https://www.newarab.com/news/egypt-crack-down-syrian-lebanese-drug-shipments>.

59 Organized Crime and Corruption Reporting Project, *Libyans who looted Gaddafi's graft-ridden development fund banked at Credit Suisse*, 24 fevereiro 2022, <https://www.occrp.org/en/suisse-secrets/libyans-who-looted-gaddafis-graft-ridden-development-fund-banked-at-credit-suisse>.

60 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Global trade in fakes: A worrying threat*, June 2021, <https://www.oecd.org/publications/global-trade-in-fakes-74c81154-en.htm>.

61 Abdelkader Abderrahmane, *Instability fuels North Africa's illegal tobacco trade*, Institute for Security Studies, 5 janeiro 2023, <https://issafrica.org/iss-today/instability-fuels-north-africas-illegal-tobacco-trade>.

62 Pierre Bousset, *The war against human traffickers in Libya*, Carnegie Endowment for International Peace, 10 agosto 2023, <https://carnegieendowment.org/sada/90361>; Matt Herbert et al, *Breaking the cycle*, GI-TOC, 19 maio 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/international-migration-review-forum-extortion/>.

63 GI-TOC, Índice Global de Crime Organizado, Líbia, <https://ocindex.net/country/libya>.

64 Rupert Horsley, *Libya: Sophisticated smugglers thrive as Libyan governance stagnates*, GI-TOC, setembro 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/human-smuggling-trafficking-ecosystems-north-africa-sahel-2023/>.

65 Giorgio Cafiero, *African mercenaries and the Chad-Sudan-Libya triangle*, TRT World, <https://www.trtworld.com/opinion/african-mercenaries-and-the-chad-sudan-libya-triangle-32584>.

66 Oluwole Ojewale, *CAR conflict drives illegal logging and timber trafficking*, ENACT, 25 julho 2023 <https://enactafrica.org/enact-observer/car-conflict-drives-illegal-logging-and-timber-trafficking>.

67 Ver Escritório das NU para a coordenação de assuntos humanitários, *Global Humanitarian Overview 2022*, <https://2022.gho.unocha.org/appeals/west-and-central-africa/>.

68 Africa Defense Forum, *Wagner group plundering CAR diamonds*, 24 janeiro 2023, <https://adf-magazine.com/2023/01/wagner-group-plundering-car-diamonds/>.

69 Alastair Nelson, *Convergence of wildlife crime and other forms of transnational organized crime in Eastern and Southern Africa*, GI-TOC, abril 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/wildlife-crime-eastern-southern-africa/>.

70 Jason Eligh, *A powder storm: The cocaine markets in East and southern Africa*, GI-TOC, dezembro 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/cocaine-east-southern-africa/>.

71 Ibid.

72 Ibid.

73 GI-TOC, *Strategic organized crime risk assessment South Africa*, setembro 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/assessing-south-africa-organized-crime-risk/>.

74 Rumbidzai Matamba, *The business of killing: Assassinations in South Africa*, GI-TOC, abril 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/assassinations-targeted-killings-south-africa/>.

75 Julia Stanyard et al, *Insurgency, illicit markets and corruption: The Cabo Delgado conflict and its regional implications*, GI-TOC, fevereiro 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/mozambique-cabo-delgado-conflict/>.

76 Lynsey Chutel, *South Africa's corruption inquiry leaves few of the nation's powerful unscathed*, *The New York Times*, 23 junho 2022, <https://www.nytimes.com/2022/06/23/world/africa/south-africa-corruption-jacob-zuma-cyril-ramaphosa.html>.

77 Jenni Irish-Qhobosheane, *Extortion or transformation? The construction mafia in South Africa*, GI-TOC, junho 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/extortion-construction-mafia-south-africa/>.

78 Ibid.

79 CIVICUS, *CSOs and opposition bear the brunt of intensified crackdown on association and assembly*, 30 dezembro 2022,

<https://monitor.civicus.org/explore/csos-opposition-bear-brunt-intensified-crackdown-association-assembly/>.

80 Amnistia Internacional, *East and Southern Africa: Attacks on journalists on the rise as authorities seek to suppress press freedom*, 3 maio 2023, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/05/east-and-southern-africa-attacks-on-journalists-on-the-rise/>; African Institute for Development Policy, *Media censorship deepens in Africa, further aggravating the state of press freedom*, 3 maio 2023, <https://www.afidep.org/media-censorship-deepens-in-africa-further-aggravating-the-state-of-press-freedom/>.

81 Ver United Nations Treaty Collection, *Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional*, https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVIII-12&chapter=18&clang=_en.

82 Olwethu Majola and Darren Brookbanks, *Measuring the treatment: the UNTOC in Africa*, ENACT, 2 junho 2023, <https://enactafrica.org/research/research-papers/measuring-the-treatment-the-untoc-in-africa>.

83 ACAPS, *Mozambique: Impact of the five-year conflict in Cabo Delgado*, julho 2023, <https://www.acaps.org/en/countries/archives/detail/mozambique-impact-of-the-five-year-conflict-in-cabo-delgado>.

84 GI-TOC, *Índice Global de Crime Organizado 2023*, <https://ocindex.net/>.

85 Yvon Dandurand, *Pensar globalmente, agir localmente: O nexo criminalidade – resiliência*, GI-TOC, 13 maio 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/resilience-ocindex/>.

86 Ver KnowYourCountry, *Guinea-Bissau country summary*, <https://www.knowyourcountry.com/guineabissau>.

87 Ver US Department of State, *2022 Trafficking in Persons Report: Guinea-Bissau*, <https://www.state.gov/reports/2022-trafficking-in-persons-report/guinea-bissau/>.

88 Godfried Adaba, Leah Nwainyekule e Francis Frimpong, *e-Government development: Benchmarking Ghana and Tanzania*, *CEUR Workshop Proceedings*, vol. 3399 (2022), <https://ceur-ws.org/Vol-3399/paper18.pdf>.

89 Feyi Ogunade, *The Gambia makes waves by tackling maritime drug trafficking*, ENACT, 15 setembro 2023, <https://enactafrica.org/enact-observer/the-gambia-makes-waves-by-tackling-maritime-drug-trafficking>.

90 Freedom House, *Freedom in the World 2023, Guinea-Bissau*, <https://freedomhouse.org/country/guinea-bissau/freedom-world/2023>; Freedom House, *Freedom in the World 2023, Sierra Leone*, <https://freedomhouse.org/country/sierra-leone/freedom-world/2023>.

91 Africa Renewal, *Togo and UN sign MoU to establish the African Cybersecurity Centre*, setembro 2022, <https://www.un.org/africarenewal/magazine/september-2022/togo-and-un-sign-mou-establish-african-cybersecurity-centre>.

92 Ver Financial Action Task Force, *Jurisdictions under Increased Monitoring*, 24 fevereiro 2023, <https://www.fatf-gafi.org/en/publications/High-risk-and-other-monitored-jurisdictions/Increased-monitoring-february-2023.html>.

93 Paul Kamau, Gedion Onyango e Tosin Salau, *Kenians cite criminal activity, lack of respect, and corruption among police failings*, *Afro Barometer*, 19 setembro 2022, <https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/09/AD552-Kenyans-cite-criminal-activity-and-corruption-among-police-failings-Afrobarometer-16sept22-1.pdf>.

Agradecimentos

O Índice de Crime Organizado foi desenvolvido por uma equipa central do Global Initiative Against Transnational Organized Crime (Iniciativa Global Contra o Crime Organizado Transnacional) composta por Laura Adal, Kosyo Ivanov, Nina Kaysser, Sarah Fares, Ebru Erkan, Chiara Gentili, Rumbi Matamba, Tuesday Reitano e Mark Shaw. A redação do índice foi igualmente apoiada por Catherine Moat, project manager do ENACT.

A equipa do Índice agradece todo o trabalho realizado pela equipa de publicações da GI-TOC e por Kristina Davidson na edição do Índice. Agradecemos ao Café.art.br pelo design, visualização e sítio web.

Durante o processo de desenvolvimento da terceira iteração da ferramenta, a equipa contou com o apoio e a experiência de cerca de 160 pessoas e gostaria de expressar a sua sincera gratidão aos colegas, especialistas, revisores e assistentes de investigação pelos seus incansáveis esforços na expansão do Índice de 2021 de forma a constituir uma ferramenta de partilha de conhecimentos abrangente e informativa. Ao longo de um período de dois anos, foram trocadas experiências e opiniões informadas, bem como aprendidas lições para recolher dados e informações num cenário de circunstâncias mundiais singulares em 2022. É com grande esperança de que a ferramenta permita uma maior adesão e colaboração em futuras iterações para construir uma base de evidências mais ampla a partir da qual as partes interessadas possam recorrer para desenvolver respostas eficazes e, em última análise, combater com sucesso o crime organizado tanto em África como fora dela.

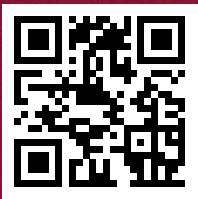
Todos os créditos de imagens via Getty Images: capa Carlo Morucchio/REDA&CO/Universal Images Group; pp 4–5 Ousmane Makaveli/AFP; p 13 Daniel Buuma/AfrikiImages/Universal Images Group; pp 14–15 Valeria Ferraro/Anadolu Agency; p 20 Andia/Universal Images Group; pp 22–23 Romaric Ollo Hien/AFP; p 30 Pascal Parrot; p 43 Issouf Sanogo/AFP; p 56 Thomas Coex/AFP; p 63 Tony Karumba/AFP; pp 64–65 Kola Sulaimon/AFP; p 76 Guillem Sartorio/AFP; p 80 Insights/Universal Images Group; pp 90–91 Guy Peterson/AFP; pp 92–93 Carlo Morucchio/REDA&CO/Universal Images Group; p 97 Scott Peterson; pp 98–99 Cristina Aldehuela/AFP; p 101 Marco Longari/AFP; p 102 Issouf Sanogo/AFP; p 114 Camille Laffont/APF; p 126 Michele Spatari/AFP.



Este projeto é financiado
pela União Europeia

A União Europeia (UE) posicionou a segurança em África na primeira linha da sua agenda internacional, nomeadamente através do seu Programa Pan-Africano, o primeiro programa do género a centrar-se no desenvolvimento e na cooperação e a abranger África no seu todo. Um projeto no âmbito do Programa Pan-Africano é o ENACT: melhorar a capacidade de África para responder com mais eficácia ao crime organizado transnacional. O ENACT trabalha para atenuar o impacto do crime organizado transnacional (COT) em África no desenvolvimento, na governação, na segurança e no Estado de direito. Atinge esse objetivo de duas maneiras: primeiro, construindo conhecimento e oferecendo análises baseadas em dados concretos do COT em África, o que fundamentará as políticas e aperfeiçoará a cooperação aos níveis regional e continental. Em segundo lugar, o ENACT desenvolve competências e capacidades entre as principais partes interessadas africanas para melhor responder ao crime organizado transnacional e atenuar o seu impacto.

enactafrica.org



Visite o sítio web
em africa.ocindex.net

O ENACT é implementado pelo Instituto de Estudos de Segurança e pela INTERPOL,
em associação com a Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional

